



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 956

Sexta-feira - 23 de Março de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	3
Ascurra.....	4
Biguaçu	6
Braço do Trombudo	7
Caçador.....	15
Camboriú.....	23
Campo Alegre	25
Campos Novos	27
Canoinhas.....	27
Capinzal	31
Catanduvas.....	33
Concórdia	34
Cordilheira Alta	40
Coronel Martins.....	41
Corupá	43
Ermo	45
Fraiburgo.....	46
Garopaba.....	77
Garuva	92
Gaspar	125
Guaramirim.....	167
Herval do Oeste	167
Imbituba	171
Irineópolis	172
Joaçaba.....	175
Lages	175
Lauro Muller	187
Lebon Regis	187
Leoberto Leal	189
Lindóia do Sul	189
Luzerna	190
Macieira.....	220
Massaranduba.....	247
Meleiro	247
Navegantes.....	249
Nova Trento	250
Novo Horizonte	251
Passo de Torres.....	251
Paulo Lopes	255
Pinheiro Preto	255
Porto Belo.....	259
Porto União.....	259
Rio do Sul.....	261
São Bento do Sul.....	264
São Lourenço do Oeste.....	281
Schroeder	284
Timbó	296
Videira.....	297

Consórcios

CIGA	306
CINCO	306
CIS/AMUNESC.....	307
Quiriri.....	311

Água Doce

PREFEITURA

Decreto N° 019/2012

DECRETO N° 019/2012 - DE 12 DE MARÇO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei n° 2.025, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei n° 2.025 de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F
4.4.90.00.0.3.0148/41 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
TOTAL R\$ 8.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2011 verificado na rubrica: 0.1.0002 - Recursos da Taxa de Vigilância Sanitária.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de março de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 024/2012

DECRETO Nº 024/2012 - DE 15 DE MARÇO DE 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.525,00 (seis mil e quinhentos e vinte e cinco reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para despesas com taxas de ressarcimento de valores conforme Contrato BADESC.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.01.0081.0/157 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM.FAZENDA E DEPTOS.
3.3.90.00.0.1.0081.0/157 Aplicações Diretas R\$ 6.525,00
TOTAL R\$ 6.525,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o excesso de arrecadação verificada na rubrica de operação de crédito

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de março de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 025/2012

DECRETO Nº 025/2012 - DE 15 DE MARÇO DE 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.445,00 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para despesas com manutenção do Departamento de

Educação.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente os elementos de despesas 4.4.90.00.0.3.0110.0/158 e 4.4.90.00.0.3.0110.0/159 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.1.006 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS
4.4.90.00.0.3.0110.0/158 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

12.365.0033.1.011 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.00.0.3.0110.0/159 Aplicações Diretas R\$ 5.445,00
TOTAL R\$ 45.445,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit do exercício de 2011 verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de março de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 026/2012

DECRETO Nº 026/2012 - DE 19 DE MARÇO DE 2012
DETERMINA A PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CÍCERO REIS, HERCILIÓPOLIS E LUIZ BEDIM

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce/SC. No uso de suas atribuições legais e de acordo com a decisão do Conselho Municipal de Educação, constante da Ata nº 001 de 16 de março de 2012:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam paralisadas por tempo indeterminado as atividades das seguintes Escolas Municipais de conforme decisão do Conselho Municipal de Educação transcrito na Ata nº 001 de 16 de março de 2012:

- Escola Isolada Municipal Cícero Reis;
- Escola Isolada Municipal Herciliópolis;
- Escola Municipal Luiz Bedim.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de março de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 027/2012

DECRETO Nº 027 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC AFETADA POR ESTIAGEM.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso XIX, art. 72 da Lei Orgânica do Município, com o artigo 7º do Decreto Federal nº 7.257 de 04/08/2011, Lei Estadual nº

10.925/98 de 22/09/98, Decreto Estadual nº 3.924 de 11/01/06 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e de acordo com as demais normas legais aplicáveis a matéria, e

Considerando o longo período de estiagem que o Município de Água Doce está enfrentando, devido a insuficiência de chuvas e a redução significativa de água para consumo animal e abastecimento humano;

Considerando que a estiagem que assola o Município vem causando prejuízos, principalmente nos setores da agricultura e pecuária; Considerando a deliberação da Comissão de Defesa Civil do Município de Água Doce, reunida emergencialmente, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre caracterizado como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para as áreas deste município comprovadamente afetadas pelo desastre conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado a situação real deste desastre.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto ocorrerão por conta de dotações orçamentárias da reserva de contingência, consignado no orçamento municipal e outras eventualmente transferidas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, tendo sua vigência delimitada a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência do presente Decreto poderá ser prorrogado até que complete o período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de março de 2012
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 024/2012

DECRETO Nº 024/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa 2012.

PEDRO PAULO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 128.358,10 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.543.0008.1.037-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 128.358,10

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro 128.358,10.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 21 de Março de 2012.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de Março de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação Nº 059/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 059/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 037/2012; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: aquisição de peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas (ar condicionado) do Ônibus Rodoviário Scania, Placa LYB 0660 e Van Sprinter Mercedes Benz, Placa JNW 0841, da Secretaria de Esporte e Turismo do Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 05/04/2012 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 22 de Março de 2012.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito Municipal Em Exercício

Extrato de Rerratificação de Aviso de Chamada Pública Nº. 001/2012

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO DE AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2012

No Primeiro Aviso de Chamada Pública, publicado no DOM de 20 de Março de 2012, pág.06, Edição nº. 953 onde se lê: "Os envelopes contendo documentação e o projeto de venda deverão ser entregues até o dia 06 de Abril de 2012, às 09:00 horas."

Leia-sê: "Os envelopes contendo documentação e o projeto de venda deverão ser entregues até o dia 10 de Abril de 2012, às 09:00 horas."

Antônio Carlos, 22 de Março de 2012.

MAURO CÉZAR DA SILVEIRA

Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Contrato Nº 034/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 034/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 028/2012 - Carta Convite nº. 004/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Adwwenncy Consultoria e Assessoria Ltda; Objeto: contratação de empresa especializada para efetuar serviços de auditoria e consultoria para arrecadação do ICMS

2012, ano base 2011, com índice de participação a ser aplicado em 2013, para Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor Mensal: R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais); Valor Total: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais); Prazo: 10 (dez) meses.

Antônio Carlos, 03 de Março de 2012.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito Municipal Em Exercício

Extrato de Contrato Nº 048/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 048/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 034/2012 - Carta Convite nº. 005/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: HF Construtora - Hélio Francisco da Costa Junior; Objeto: contratação de empresa especializada para realização de serviços de pavimentação e drenagem com fornecimento de material e mão de obra na Rua José Antonio Fraga do Município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 84.412,60 (Oitenta e quatro mil quatrocentos e doze reais e sessenta centavos); Prazo: 90 (noventa) dias.

Antônio Carlos, 15 de Março de 2012.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito Municipal Em Exercício

Ascurra

PREFEITURA

Decreto N.º 2394, de 22 de Março de 2012.

DECRETO N.º 2394, de 22 de março de 2012.

Homologa as inscrições do Processo Seletivo, de acordo com o Decreto nº 2383, de 13/02/2012, referente ao Edital nº 01/2012.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo para atender necessidade temporária e formar cadastro de reserva, referente ao Edital nº 001/2012, conforme segue:

ATIVIDADES DE NIVEL SUPERIOR

CARGO: FARMACEUTICO (44)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
09	Wesley Hendrik Macedo	065.301.009-54
70	Raquel Stiz	004.679.479-45
74	Lilian Maria Vilain Oliveira	560.145.709-34
75	Paulo Hideo Tamagusk Junior	007.387.119-26

CARGO: MÉDICO CLINICO GERAL (41)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
31	Thiago Roberto Passold	009.317.979-00

CARGO: MÉDICO PEDIATRA (43)

NÃO HOUVERAM INSCRITOS

CARGO: NUTRICIONISTA (32)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
21	Etineia Berkembrock	049.066.219/61
35	Ana Paula Soares Galdino	054.387.709-48
39	Gabriella França Pio-vesam	064.389.849-22
45	Jordana Noriller	066.475.269-19
50	Aline Carla Lenzi	048.727.729-54
71	Ariana Nanci Donner Kiener	014.502.179-31

CARGO: PROFESSOR DE ARTES (105)

NÃO HOUVERAM INSCRITOS

CARGO: PROFESSOR DE MÚSICA (109)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
49	Adriana Paulina da Veiga	084.710.519-84
73	Tairine Cristina Cerutti	074.949.039-09

CARGO: PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA (108)

NÃO HOUVERAM INSCRITOS

ATIVIDADES TECNICO PROFISSIONAIS DE NIVEL MÉDIO

CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (52)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
06	Anissandro Ferreira Dias	970.535.209-78
11	Ludjeri Jean Girardi	047.846.279-44
15	Thiago Augusto de Oliveira	042.099.719-95
19	Erich Anthony Prochnow	031.052.359-14
24	Matias Paim de Almeida	002.248.450-71
26	Leandro Nunes do Carmo	609.246.080-72
32	Damaro Becker	050.872.139-36
41	Marcelo Possamai	029.436.929-56
51	João Vanderlei Dias da Silva	031.458.269-05
56	Vanderlei Crepas	684.240.869-53
58	Silvia Imme	004.221.959-01
59	Paulo Vilson Dias	710.929.009-34
61	Conrado Fistarol	464.581.589-04
63	Wilson Possamai	400.208.519-87
69	Elisio Pedroso Junior	069.614.519-77
77	Cristoffer Pablo dos Santos	039.541.899/25
80	Morgana Machado	044.493.299-29

CARGO: AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS (58)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
18	Adriano Olivio Fucht	010.466.709-56
28	Ana Carolina Pinho	081.966.229-10
37	Isabela Vicente	092.281.359-05
44	Roselita Kriek	902.409.529-87
76	Jucilene Felipe	036.374.059-70

CARGO: ATENDENTE GERAL (56)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
01	Barbara Alexandre Rodrigues Campos Lorenzi	016.806.667-03
07	Priscila Ticiane Raimondi	072.516.669-01

16	Jessica Blazius	086.335.639-75
43	Giorgia Antonieli Poffo	076.450.399-57
57	Gilson Cleidionei Dalmolin	046.538.819-0
67	Elaine de Fatima Hersing	082.031.319-05
81	Daniele Dalpiaz	087.935.899-80

CARGO: PROFESSOR I (100)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
22	Lílian Córdula Machado	511.385.811-00
48	Vânia Pessotti Dias	947.687.739-15

ATIVIDADES AUXILIARES**CARGO: ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (72)**

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
08	Michele Tomasi	008.827.811-54
12	Marcela da Silva Costa	070.990.919-56
14	Lauriane da Silva Costa dos Santos	070.990.329-65
27	Jessica Antunes	076.779.699-33
34	Crislaine Garbari	084.750.729-76
40	Monica Sardagna	042.470.499-41
42	Franciane Felipe	061.019.939-06
46	Ellen Carvalho Pimentel	006.075.851-10
53	Jusley Fabiula Leal dos Santos	086.829.269-97
60	Charline Daiana de Lima	087.335.029-43
65	Luana Campestrini	047.642.049-08
68	Sheila Tambosi Nunes de Mello Poffo	029.939.949-48
82	Luciana Carolina Mas-smann	073.353.719-70

CARGO: ATENDENTE VETERINÁRIO (76)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
20	Denilsa Adriana de Paula	055.208.189-24
55	Luiz Carlos Rodrigues dos Santos	555.069.849-87
72	Elaine Estela Reinert da Silva	055.394.019-80

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (74)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
02	Roseneide Schulz	090.648.979-21
03	Salete de Godois Dias	058.905.569-08
04	Marcia Dias	058.905.719-74
17	Mariana Aparecida de Lima de Oliveira	102.093.829-37
29	Rozana Voltolini Krahn	814.376.259-91
30	Zuleide Aparecida Pereira	052.688.529-73
33	Vera Lucia Dematte Coradini	565.894.689/15
36	Lidiana Guilherme da Silva	021.150.793-88
64	Juliane Martins	066.803.399-10
66	Carla Marina Tobia	082.465.839-64
73	Juliana dos Santos Leite	087.501.449-60
79	Isabel Maria Crespi	702.379.649-53

TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS**CARGO: AGENTE OPERACIONAL (84)****NÃO HOUVERAM INSCRITOS****CARGO: MOTORISTA (81)**

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
05	Diego Giovam Zimath	006.833.609-81
10	Antonio Vilmar Carvalho de Lima	420.310.879-91
25	Amauri Bastos	678.475.609-68
47	José Ermano	433.334.359-34
54	Cedenir Cesario Mello	566.345.019-04

CARGO: OFICIAL MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (86)**NÃO HOUVERAM INSCRITOS****CARGO: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS (82)**

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
23	Gustavo Alves Stingeler	046.433.949/00
38	Bruno Gadotti	947.107.599/87
52	Cristiano Luiz Dalfovo	060.272.629-82
62	Adelir Rodrigues	035.331.789-60

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 22 de março de 2012.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 22 de março de 2012.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto N.º 2395, de 22 de Março de 2012.

DECRETO N.º 2395, de 22 de março de 2012.

Homologa as inscrições do Concurso Público - Emprego Público, de acordo com o Decreto nº 2386, de 13/02/2012, referente ao Edital nº 02/2012.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições do Concurso Público para Emprego Público, referente ao Edital nº 002/2012, conforme segue:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (999082)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF
01	Jaqueline Fonseca	059.734.699-21
02	Alda Maria Dalmolin	439.596.799-04
03	Lorita Maria Lenzi da Silva	047.313.899-92
04	Osni Benkendorf	534.553.049-15
05	Simone Floriano	057.113.199-90
06	Geni Moraes	049.313.819-60
07	Jhonata Alex Moser	074.500.049-50
08	Giovana Mundstock	072.254.399-95

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 22 de março de 2012.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 22 de março de 2012.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 790/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 790/2012 DE 15/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, HERON ROCHA, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 548.503.809-30, para exercer o cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO AGRONOMO do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 791/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 791/2012 DE 15/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, RENATA MACHADO, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 007.417.559-98, para exercer o cargo de provimento efetivo de FISCAL DO MEIO AMBIENTE do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 792/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 792/2012 DE 15/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, LIZIANI LARISSA DOS SANTOS LOHN LISBOA, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 008.178.579-82, para exercer o cargo de provimento efetivo de RECEPCIONISTA do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 793/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 793/2012 DE 15/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, CRISTIANO DE SIMAS, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 714.871.589-04, para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA CATEGORIA "C" do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 794/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 794/2012 DE 15/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, WILLIAN LOFY, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 714.871.589-04, para exercer o cargo de provimento efetivo de ADVOGADO do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 795/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 795/2012 DE 15/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, ROGERS JOSÉ DE MELLO, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 912.556.609-10, para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA CATEGORIA "C" do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 796/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 796/2012 DE 15/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, ANA ELISA COLLE KAULING, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 009.219.419-27, para exercer o cargo de provimento efetivo de ODONTOLOGO 20H do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 813/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 813/2012 DE 19/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, JANILTON GENTIL DA SILVA, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 003.710.819-04, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20H do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 814/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 814/2012 DE 19/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, CESAR AUGUSTO DA SILVA, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 605.694.179-53, para exercer o cargo de provimento efetivo de FISCAL DO MEIO AMBIENTE do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 815/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 815/2012 DE 19/03/2012

Art. 1º. NOMEAR, ALEXANDRE RODRIGUES LIMA SILVEIRA, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 017.957.009-98, para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA CATEGORIA "D" do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Aviso Pregão Presencial 90/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2012- FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO NO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA PARA COORDENAR O PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE



PREÇOS: 16:00 horas do dia 05/04/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 22 de março de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Lei 0709/2012

LEI Nº 0709/2012

Acrescenta o inciso "V" ao artigo 22, da Lei nº 121/94, de 25.08.94, que estabelece os Princípios da Política dos Direitos da Criança e Adolescentes, etc

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta o inciso V ao artigo 22, da Lei 121/94, de 25.08.94, o qual passa a ter a seguinte redação:

"V - aprovação em prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município ou meio equivalente."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º, da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de março de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Lei 0710/2012

LEI Nº 0710/2012.

DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO SERVIÇO FUNERÁRIO NO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O Serviço funerário no Município de Braço do Trombudo reger-se-á pelas disposições desta Lei, e por regulamentos operacionais expedidos pelo Poder Executivo.

Art. 2º Considera-se serviço funerário, para os efeitos desta Lei, a confecção e fornecimento de ataúdes, organização de velórios, transporte de féretros, fornecimento de documentação necessária ao sepultamento e divulgação nos meios de comunicação sobre o falecimento, preparação e higienização de corpos, ornamento com flores e respectivo sepultamento.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal outorgará a terceiros, mediante prévia licitação na modalidade de concorrência, o serviço funerário a ser prestado no município de Braço do Trombudo.

CAPITULO II - DA HABILITAÇÃO E DO PRAZO DA CONCESSÃO

Art. 4º Para a habilitação no processo licitatório serão admitidas as pessoas jurídicas legalmente constituídas e sediadas em todo território nacional.

§ 1º A partir da homologação do resultado do certame licitatório, a empresa vencedora, deverá até a data da assinatura do respectivo contrato administrativo, comprovar junto ao órgão próprio do município de Braço do Trombudo, a instalação e o funcionamento de estabelecimento no ramo da atividade de serviço funerário.

§ 2º O prazo para a assinatura do respectivo contrato administrativo, contado a partir da homologação do certame, não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que a empresa vencedora comprove o requerimento de abertura de Registro Empresarial.

Art. 5º A concessão será outorgada à empresa ou empresas vencedoras da licitação, sem caráter de exclusividade e pelo prazo de dez (10) anos, vedada a determinação de perímetro territorial de atuação.

CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

Art. 6º Serão adotados como critério de julgamento da melhor proposta, conforme especificará o edital, dentre outros:

I - o objeto, metas e prazo da concessão;

II - a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;

III - os critérios e a relação dos documentos exigidos para aferição da capacitação técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;

IV - número de veículos e pessoal a serem empregados na execução dos serviços;

V - número de funerais gratuitos para indigentes;

VI - menor preço dos serviços oferecidos ao cidadão; e

VII - disponibilização de vagas para sepultamento em covas ou sepulturas verticais, em número compatível com a implementação da atividade concedida, a ser definido no edital, em cemitério localizado no Município de Braço do Trombudo, devidamente legalizado, com especial atendimento a todas as exigências urbanísticas, ambientais e sanitárias, que estejam em nome do licitante ou a ele tenham sido cedidas em caráter irrevogável e irretratável para aquela finalidade.

Art. 7º Para a execução dos serviços funerários, o Poder Executivo, obedecidas as formalidades pertinentes expressas na presente Lei e em regulamento próprio, habilitará os concorrentes dele declarados vencedores no respectivo certame, na proporção de um (01) licitante por grupo de 10.000 (dez mil) habitantes, e daí por diante poderá novamente fazê-lo, se assim determinar o interesse público, toda vez que a população atingir ou ultrapassar o número de habitantes acima mencionado.

Art. 8º As Casas Funerárias prestadoras desses serviços quando do seu estabelecimento e funcionamento, além das disposições contidas nesta Lei e no regulamento específico, observarão ainda, as normas previstas nos demais códigos municipais, naquilo que couber, ficando igualmente sujeitos à fiscalização dos órgãos competentes do município.

CAPÍTULO IV - DAS VEDAÇÕES

Art. 9º Fica vedado o plantão de serviço funerário em hospitais, casas de saúde ou similares, bem como, efetuar, acobertar ou remunerar o agenciamento de funerais ou de cadáveres.

Art. 10. É absolutamente proibido a exibição publicitária ostensiva de artigos fúnebres em qualquer local do Município, inclusive nos destinados à realização dos serviços, bem como a utilização de quaisquer divulgações com intuito de propaganda comercial.

CAPÍTULO V - DAS OBRIGAÇÕES

Art. 11. Constitui obrigação de o concessionário prestar o serviço de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposições contidas nesta lei, nos regulamentos operacionais, no edital e no respectivo contrato, e, em especial:

I - prestar todas as informações solicitadas do Poder Público;

II - utilizar veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto em normas regulamentares pertinentes;

III - operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pela legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre terceiros contratados pelo concessionário e o município;

IV - efetuar e manter atualizada a escrituração contábil e societária, levantando demonstrativos mensais, semestrais e anuais, observando normas contábeis geralmente aceitas, de modo a possibilitar a fiscalização respectiva;

V - liberar acesso à fiscalização do município, em qualquer época, aos equipamentos e instalações vinculadas ao serviço;

VI - adequar a frota às necessidades do serviço, de acordo com o estabelecido pelo Poder Executivo;

VII - manter seguro de responsabilidade civil para cobrir eventuais prejuízos causados a usuários e a terceiros em geral;

VIII - manter instalações adequadas aos fornecimentos dos serviços com sede no município; e

IX - verificar a regularidade da documentação necessária para a realização do funeral, inclusive nos casos de falecimentos ocorridos fora do ambiente hospitalar (em domicílio), com vistas a assegurar a obrigatoriedade de identificação da causa morte na Declaração de Óbito, atestada por médico.

CAPÍTULO VI - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 12. A concessionária dos serviços funerários será remunerada através de pagamento efetuado diretamente pelo contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente a proposta vencedora da concessão pública, para cada diferente serviço ou bem colocado à venda, podendo os preços serem atualizados anualmente, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Parágrafo único. Os preços poderão ser revistos sempre que houver variação dos custos operacionais da concessionária visando assegurar a justa remuneração do capital desde que devidamente comprovado ao Poder Executivo, mediante instrumentos próprios.

CAPÍTULO VII - DA REVOGAÇÃO DA CONCESSÃO

Art. 13. Independentemente das penalidades pecuniárias previstas nesta Lei, a concessão, poderá ser revogada sem quaisquer indenizações, caso a outorgada, incorra nas seguintes situações:

I - perda da capacidade financeira, técnica ou administrativa;

II - paralisação dos serviços, objeto da outorga correspondente; e/ou

III - subcontratação ou transferência a terceiros, no todo ou parte, dos serviços outorgados.

CAPÍTULO VIII - DAS PENALIDADES

Art. 14. Pelo não cumprimento das disposições constantes desta Lei e das demais normas legais aplicáveis, bem como do contrato, observado o disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, serão aplicadas ao concessionário as seguintes sanções:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - rescisão do contrato; ou

IV - declaração de caducidade da concessão.

Parágrafo único. As hipóteses de incidência das penas previstas neste artigo e a respectiva dosimetria serão disciplinadas em regulamentos operacionais específicos.

Art. 15. Fica vedado a prestação de serviço de que trata esta lei, por pessoa jurídica que não seja detentora de concessão pública outorgada pelo município de Braço do Trombudo, sujeitando o infrator a uma multa diária de 1.000 UFM, (Unidade Fiscal Municipal) ou outro indexador que venha a ser utilizado pelo Município, devendo ser aplicada em dobro, em caso de reincidência.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Em caso de óbito aqui ocorrido de pessoa domiciliada em outro Município fica facultado aos familiares, a utilização dos serviços funerários de empresas dos ramos, sediadas em outras localidades.

Art. 17. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a expedir regulamentos operacionais para a fiel execução das disposições desta Lei.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.

3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 21 de março de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 103/2012

Lei Complementar nº 103/2012

Altera Carga Horária do Cargo efetivo de fisioterapeuta.

Vilberto Müller Schovinder, Prefeito do Município de Braço de Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A carga horária do Cargo efetivo de fisioterapeuta, passa a ser de 20 (vinte) horas semanais, com vencimento de R\$ 3.049,98 (três mil, quarenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de março de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 3/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/5

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011

Número do Registro de Preços: 3/2011

Data do Registro: 24/03/2011

Válido até: 24/03/2012

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos nas farmácias do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Levodopa+cloridrato de benserazida 200mg c/50 (1399)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ROCHE	0	31,7100	1
2	Atorvastatina 10 mg c/30 (1401)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	70,3500	1
3	Sulfato de glicosamina + sulfato de condroetina c/30 (1403)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	61,4200	1
4	Sulfato de Glicosamina c/30 (1404)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ZAMBON	0	90,0300	1
5	Ácido acetilsalicílico tamponado 325 mg c/32 (1405)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS	0	12,6000	1
6	Brometo de ipratrópio + bromidrato de fenoterol 15 ml (1406)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TEUTO	0	23,1000	1
7	Teofilina 200 mg c/ 20 (1407)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NOVARTIS	0	11,0700	1
8	Levofloxacino 500 mg c/ 10 (1408)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANDOZ	0	37,6900	1
9	Alendronato de Sódio 70 mg c/ 4 (1409)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	30,4500	1
10	Flunarizina 10 mg c/50 (1410)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	6,3000	1
11	Losartana potássica 50mg + hidroclorotiazida 12,5 mg c/30 (1411)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	25,9800	1
12	Prednisolona 3mg/ml 120 ml (1412)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PRATI DONADUZZI	0	12,7500	1
13	Warfarina 5 mg c/30 (1413)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	UNIÃO QUIMICA	0	10,7100	1
14	Atenolol 50 mg+ clortalidona 12,5 mg c/30 (1414)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOSINTETICA	0	12,9100	1
15	Cloridrato de hidralazina 50 mg c/ 30 (1416)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	THERASKIN	0	4,3000	1
16	Succinato de metoprolol 25 mg c/20 (1417)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENECA	0	8,4000	1
17	Succinato de metoprolol 50 mg c/20 (1418)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRAZENECA	0	15,6900	1
18	Cloridrato de Oxibutenina 5 mg c/ 30 (1419)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	APSEN	0	11,5500	1
19	Lumiracoxibe 400mg c/7 (1420)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MERK SHARP & DOHME	0	38,3200	1
20	Cloridrato de Sotalol 160 mg c/ 20 (1421)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOSINTETICA	0	26,5600	1
21	Pantoprazol 40 mg c/28 (1422)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	31,5000	1
22	Domperidona 1mg/ml 100ml (1423)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTÉTICA	0	15,7500	1
23	Deflazacort 30 mg c/10 (1424)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	45,7800	1
24	Cloridrato de diltiazem 60 mg c/50 (1425)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	12,3900	1
25	Acetato de tocoferol 400 mg c/ 30 (1426)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	13,6500	1
26	Cilostazol 100 mg c/60 unid (1529)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	75,8100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011

Número do Registro de Preços: 3/2011 Data do Registro: 24/03/2011 Válido até: 24/03/2012

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos nas farmácias do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Tioconazol + tinidazol (creme vaginal) (1530)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	25,7200	1
28	Cetoconazol xampu (1531)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PRATIDONADUZZI	0	20,4700	1
29	Budesomida 32 mcg c/120 doses (1532)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRAZENECA	0	19,4200	1
30	Prodyll pomada 30 gr (2414)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	30,9000	1
31	Selozok 50 c/30 comp (2415)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENECA	0	26,3900	1
32	Annita liquido 45 ml (2416)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	FARMOQUIMICA	0	18,9700	1
33	Neosaldina cx c/20 comp (2417)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	8,7000	1
34	Hemovirtus pomada 50 g (2418)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	HYPM	0	14,7200	1
35	Flomicin 100 c/ 12 (2419)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEOQUIMICA	0	7,3200	1
36	Flomicin 200 mg c/4 envelope (2420)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEOQUIMICA	0	4,9500	1
37	Hixizine 25 c/30 comp (2421)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	THERASKIN	0	18,4600	1
38	Atacand HCT 1G+12,5 c/30 comp (2422)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRAZENECA	0	75,3000	1
39	Totradex colírio (2424)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ALCON	0	18,9000	1
40	Venalot c/30 comp (2426)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	51,1100	1
41	Venolot H creme 120 ml. (2428)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	17,1000	1
42	Gyno Gungix creme 30 gr (2434)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	JANSSEN CILAG	0	18,6500	1
43	Aglucose 50 mg c/30 (2435)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SIGMA PHARMA	0	17,8400	1
44	Fluimucil D 600 mg c/16 envelope (2436)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ZAMBON	0	21,6000	1
45	Reparil 100 g (2439)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	29,9600	1
46	Hixizine liquido 120 ml (2440)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	THERASKIN	0	19,4700	1
47	Loratadina liquido 60 ml (2441)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTÉTICA	0	8,4500	1
48	Antux 30 mg/20 ml (2442)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	13,4700	1
49	Decongex gts (2443)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	6,5000	1
50	Otosynalar gts (2444)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ROCHE	0	4,9100	1
51	Salsep spray nasal 9mg/ml 50 ml (2445)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	10,9300	1
52	Seki gts 15 ml (2446)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ZAMBON	0	20,3700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011

Número do Registro de Preços: 3/2011 Data do Registro: 24/03/2011 Válido até: 24/03/2012

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos nas farmácias do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Vaginit c/6 comp vaginais (2447)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	25,8700	1
54	Fentizol 600 mg/c/1 óvulo (2448)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	26,9000	1
55	Hirudoid 500 gel (2449)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	DAIICHI	0	12,9000	1
56	Premarim creme vaginal 26 g (2450)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	WYETH	0	24,2600	1
57	Trok creme 30 g (2451)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	10,5400	1
58	Hexomeditine spray 50 ml (2452)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	AVENTIS	0	26,9500	1
59	Motilium cx c/30 und (2453)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	JANSSEN CILAG	0	8,2000	1
60	Bambec xarope 1 mg/ml 100ml (2454)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENECA	0	22,1000	1
61	Cebralot 50mg c/30 und (2455)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	14,3300	1
62	Cefalium cx c/12 comp (2456)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	12,6000	1
63	Digeplus cx c/30 und (2457)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	23,7200	1
64	Digedrot 200mg c/ 30 comp (2458)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MEDLEY	0	48,5000	1
65	Diosmin 500 mg cx c/30 und (2459)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	71,3000	1
66	Crestor 10 mg c/30 comp (2460)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENECA	0	93,3800	1
67	Cloridrato de ciclobenzaprina 10 mg/cx c/30 und (2461)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTÉTICA	0	15,6500	1
68	Pantoprazol 20 mg cx c/28 und (2462)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	26,5000	1
69	Labirin 16 mg c/30 comp (2463)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	APSEN	0	19,9700	1
70	Diurisa cx c/20 und (2464)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	16,5200	1
71	Loratadina cx c/12 comp (2465)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTÉTICA	0	14,5000	1
72	Duo travatan colirio (2466)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ALCON	0	77,3300	1
73	Pasalix c/20 (2467)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MARJAN	0	12,5400	1
74	Glimepirida 1 mg c/30 comp (2468)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTÉTICA	0	10,3900	1
75	Vescaten cx c/20 und (2469)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MARJAN	0	41,7600	1
76	Combigan colirio 5 ml (2470)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ALLERGAN	0	55,8000	1
77	Vigadexa colirio (2471)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ALCON	0	23,4500	1
78	Amplitil gts (2473)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANOFI AVENTIS	0	4,1700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011

Número do Registro de Preços: 3/2011 Data do Registro: 24/03/2011 Válido até: 24/03/2012

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos a serem adquiridos nas farmácias do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	Assert 50 mg c/28 und (2474)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	34,7700	1
80	Trileptol liquido (2475)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NOVARTIS	0	26,5400	1
81	Frisium 10 mg (2476)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANOFI AVENTIS	0	7,3300	1
82	Citalopram 20 c/20 comp (2477)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ZYDUS	0	36,3000	1
83	Trazodona 50 mg c/ 60 comp (2478)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	29,6100	1
84	Fluoxetina 20 c/30 compr (2480)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ZYDUS	0	11,4700	1
85	Hidantol 100 mg c/25 (2481)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANOFI AVENTIS	0	2,6400	1
86	Mantidan 100 c/12 comp (2482)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	10,4100	1
87	Cloridrato de paroxetina 20mg c/30 comp (2483)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ZYDUS	0	29,5900	1
88	Tilex 30 mg c/12 comp (2484)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	JANSSEN CILAG	0	15,8700	1
89	Ultracet c/20 comp (2485)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	JANSSEN CILAG	0	48,2700	1
90	Bromozepam 3 mg c/30 comp (2486)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	7,7300	1
91	Bromozepam 6 mg c/30 comp (2487)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	12,2500	1
92	Diazepam 10 mg c/30 comp (2488)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	6,7600	1
93	Rivotril 2 mg c/20 comp (2490)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ROCHE	0	4,6000	1
94	Rivotril 2 mg c/30 comp (2491)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ROCHE	0	6,9600	1
95	Rivotril gts (2492)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ROCHE	0	5,9600	1
96	Rivotril 0,5 mg c/20 comp (2493)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ROCHE	0	2,6400	1
97	Lamitor 100 mg c/30 comp (2494)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TORRENT	0	48,8700	1
98	Venlaxin 150 mg c/14 comp (2495)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	49,6900	1
99	Divalproato sódico 500 mg c/20 comp (2496)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ABBOTT	0	31,8200	1
100	Alois 10 mg c/30 comp (2497)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	APSEN	0	52,1600	1
101	Deltrametrina loção (2498)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MULTILAB	0	6,4000	1
102	Ginbo biloba 120 mg c/30 comp (2499)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MULTILAB	0	19,9000	1
103	Aminofilina 200 mg c/20 compr (2500)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NOVARTIS	0	3,5000	1
104	Andolba spray (2501)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	16,6400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**Número do Registro de Preços: 3/2011 Data do Registro: 24/03/2011 Válido até: 24/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos nas farmácias do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Desloratadina 0,5 mg/ml 60 ml (2503)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	19,8000	1
107	Naproxeno 500mg c/20 comp (2505)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	TEUTO	0	11,9500	1
108	Aceclofenaco 100 mg c/12 (2506)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NOVARTIS	0	16,4000	1
109	Tenoxicam 20 mg c/10 comp (2507)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS	0	14,5000	1
110	Diclofenaco dietilamonio gel 60 gr (2508)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEOQUIMICA	0	9,8500	1
111	Flogo rosa envelope (2509)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	33,1000	1
112	Nexium 20 mg c/20 comp (2510)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRAZENECA	0	88,7000	1
113	Beta trinta injetavel (2512)	AMP	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	8,5000	1
114	Daiva ampola 150+10 mg (2513)	AMP	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	8,2000	1
115	Noripurum injetavel ampola (2514)	AMP	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	7,6000	1
116	Rubranova 5000 injetavel ampola (2515)	AMP	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BMS	0	7,5300	1
117	Movatec 15 mg injetavel (2516)	AMP	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	JANSSEN CILAG	0	4,2000	1
118	Ceftriaxona sódica 1 mg injetavel (2517)	AMP	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	15,7500	1
119	Cerumin gts (2519)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ALCON	0	7,1500	1
121	Artrodar c/30 und (2522)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TRB PHARMA	0	81,8000	1
122	Amitriptilina 25 mg c/30 (2523)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	7,1000	1

BRACO DO TROMBUDO , 24 de Março de 2011.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.172

DECRETO nº 5.172, de 20 de março de 2012.

Estabelece horário especial de expediente para os setores de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente para os setores de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, sendo das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, a partir de 1º de abril de 2012.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou colocados a disposição desses setores, deverão cumprir a carga horária estabelecida para seu respectivo cargo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.173

DECRETO Nº 5.173, de 20 de março de 2012.

Nomeia comissão para o Plano de Cargos e Salários da Educação Municipal.

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a Comissão de acompanhamento e desenvolvimento de atividades a respeito do Plano de Cargos e Salários da Educação Municipal:

- I - Luciane Regina Pereira - Secretária Municipal de Educação
- II - Nelson Molinski Moreira Santos - Secretário Adjunto de Educação
- III - Edite Salete Ventz - Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação
- IV - Aldonir Anciuti - Dpto. de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação
- V - Cleci Faganello - Representante Especialistas
- VI - Andressa De Bastiani - Representante CEMEIS
- VII - Angélica Moschetta Schneider - Representante Educação Infantil
- VIII - Orli Thibes - Representante Séries Iniciais do Ensino Fundamental
- IX - Hildegart Dal Pizol - Representante Séries Finais do Ensino Fundamental
- X - Vilson Meireles Da Silva - Representante Fundeb
- XI - Ieda Aparecida Bleichuvel Moschetta - Representante COMED
- XII - Terezinha C. Anciutti - Representante do Sindicato dos

Servidores Públicos Municipais

XIII - Carlos Vilmar Ribeiro - Representante da Prefeitura Municipal de Caçador

Art. 2º Fica nomeada como presidente da supra citada Comissão, a Senhora Terezinha C. Anciutti.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.174

DECRETO Nº 5.174, de 20 de março de 2012.

Nomeia comissão para o Edital de Processo Seletivo nº 05/2012 - Projetos Educacionais, Educação Inclusiva e Educação Digital nas Salas de Telecentro.

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para o Edital de Processo Seletivo nº 05/2012 - Projetos Educacionais, Educação Inclusiva e Educação Digital nas Salas de Telecentro:

- I - Aldonir Anciuti - Recursos Humanos -Secretaria Municipal de Educação;
- II - Maria Beatriz Konflanz - Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Educação;
- III - Edite Salete Ventz - Departamento Pedagógico;
- IV - Adriana Aparecida Deniz Sanches - Departamento Pedagógico;
- V - Terezinha Baldicera - Departamento Pedagógico;
- VI - Ema Cristina D'agostini - Representante Especialistas;
- VII - Mauro Rogério Dos Reis - Representante Professores de Educação Física;
- VIII - Dirceu Ribeiro De Mello - Representante Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caçador;
- IX - Elisabete Aparecida Marini Bortolini- Representante Diretores Escolares.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.175

DECRETO nº 5.175, de 20 de março de 2012.

Retifica o inciso III do Decreto nº 5.149/2012, que Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei nº 2.119/04,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o inciso III do Decreto nº 5.149, de 15 de fevereiro de 2012, que Aprova desmembramento de terreno urbano, de propriedade de Claudino Amir Tomazini, alterado pelo Decreto nº 5.163, de 07 de março de 2012, conforme segue:

I -

III - Servidão com 103,57 m2 (cento e três metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), que se encontra na Gleba 1 servindo a Gleba 2, confrontando: ao Nordeste, com a Rua Inglaterra, medindo 4,00m; ao Sudeste, com Claudino Amir Tomazini (matrícula 7042), medindo 23,63m; ao Sudoeste, com a Gleba 2, medindo 7,87m; e, ao Noroeste, em dois planos com a Gleba 1, medindo respectivamente 4,35m e 21,30m.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Resolução Nº 01/2012 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 1/2012, de 20 de março de 2012.

Aprova gastos dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD-SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador - SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.869 de 22 de dezembro de 2011.

Considerando o decreto nº 7636, de 07 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD-SUAS.

Considerando em especial o artigo:

Art. 6º Os recursos transferidos a título de apoio financeiro ao aprimoramento da gestão descentralizada do SUAS serão destinados a:

I - gestão de serviços;

II - gestão e organização do SUAS;

III - gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socio-assistenciais;

IV - gestão articulada e integrada com o Programa Bolsa Família e com o Plano Brasil Sem Miséria;

V - gestão do trabalho e educação permanente na assistência social;

VI - gestão da informação do SUAS;

VII - implementação da vigilância socioassistencial;

VIII - apoio técnico e operacional aos conselhos de assistência social, observado o percentual mínimo fixado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e

IX - outras atividades definidas pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos de que trata o caput para pagamento de pessoal efetivo e gratificações de qualquer natureza a servidor público dos Estados, Municípios ou Distrito Federal.

Considerando a reunião ordinária do CMAS, realizada no dia 06/03/2012, que aprovou por unanimidade a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social.

Resolve Aprovar: os Recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD-SUAS, no município de Caçador que devem ser aplicados na seguinte proporção:

70% dos repasses mensais para investimentos, 25% para custeio e 5% para manutenção do conselho municipal de Assistência Social - CMAS.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 20 de março de 2012.

TERESINHA AP. WAMES COELHO DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Ata Analise Documentos CRED. 03-2012 Saúde

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ORTOPEDIA Nº 03/2012 - FMS

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às dezoito horas e cinco minutos, na sala do Setor de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, situado na Rua Brasília, nº 1.111, nesta cidade de Caçador, SC, reuniu-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Fundo Municipal de Saúde, designada pelo Decreto nº 5.121 de 10 de janeiro de 2012, em sessão reservada. Inicialmente realizou-se a análise da documentação da empresa única empresa que protocolou documentos para se credenciar:

- CLINICA DE FRATURAS E ORTOPEDIA CAÇADOR LTDA que credenciou os profissionais Cláudio Rogério Araldi e José Roberto Queiroz.

Na qual a Comissão verificou que a documentação está de acordo com Edital, estando credenciada.

Na sequência, a Sra. Presidente determinou que seja efetuada a publicação da presente ata e estabeleceu-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso quanto as decisões da Comissão. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão. Caçador/SC, 20 de março de 2012.

Aviso de Dispensa de Licitação 01-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Diretoria de Transporte e Trânsito

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2012

O Município de Caçador, SC, torna público a DISPENSA de Licitação nº 01/2012, para CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS PARA CONTROLE DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS EM VIAS URBANAS NA CIDADE DE CAÇADOR/SC, através da Associação Caçadoreense de Deficientes Físicos ACADDEF/CNPJ nº 00.090.739/0001-31, com sede na cidade de Caçador/SC, no percentual de 80% (oitenta por cento) do valor da venda dos blocos de estacionamento rotativo, pelo período de 12 meses, nos termos do artigo 24, inciso XX, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 26-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE VIBRO ACABADORA DESTINADA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 04/04/2012.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 04/04/2012.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 27-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
Secretaria de Administração e Fazenda
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2012

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS DE RETORNO AO TRABALHO, PERICIA MÉDICA E AUDIOMETRIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 10/04/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 10/04/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 21 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Aviso Licitação CV 02-2012 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Convite nº 02/2012 - FMS

TIPO: Menor Preço

OBJETO: contratação de empresa para LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS DESTINADAS AOS DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 02/04/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 02/04/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 21 de março de 2012.

DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Editais de Processo Seletivo Nº 005/2012 SEMEC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2012 SEMEC

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Classificação por Tempo de Serviço e Títulos, objetivando a contratação

de professores, em caráter temporário, para atuação nas Escolas Básicas, e Escolas do Campo, da Rede Pública Municipal de Caçador, no ano letivo de 2012, nos Projetos Educacionais, Educação Inclusiva e Educação Digital nas Salas de TELECENTRO, considerando o disposto na Lei nº 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alteração e na Lei Complementar nº 445, de 09 de dezembro de 2005 e alterações.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 As inscrições estarão abertas no período de 30 de março e 02 de abril de 2012, na Secretaria Municipal de Educação, situado na Rua: Curitibaanos 600, Centro, Caçador, SC, no horário das 08h 30 min às 11h e das 14h às 16h.

1.2 As inscrições, a classificação e a escolha de vagas ocorrerão para as vagas existentes ou que venham a surgir nas escolas da Municipalidade e a remuneração será correspondente ao vencimento inicial do cargo de professor efetivo, de acordo com a qualificação respectiva, prevista na legislação vigente.

1.3 As modalidades deste Edital para os Projetos Educacionais são esportivas e culturais:

1.3.1 Modalidades Esportivas:

- 1.3.1.1 Atletismo
- 1.3.1.2 Basquete
- 1.3.1.3 Futebol
- 1.3.1.4 Futsal
- 1.3.1.5 Handebol
- 1.3.1.6 Voleibol
- 1.3.1.7 Judô
- 1.3.1.8 Capoeira
- 1.3.1.9 Taekwondo
- 1.3.1.10 Xadrez
- 1.3.1.11 Tênis de Mesa

Modalidade Culturais:

Musicalização - violão, coral e flauta

- 1.3.2.2 Fanfarra
- Dança
- Teatro

1.4 Educação Inclusiva

Intérprete para alunos com deficiência auditiva.

Educação Digital

1.5.1 – Salas de TELECENTRO

2. DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1. Obrigatórios:

- 2.1.1. Carteira de Identidade;
- 2.1.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 2.1.3. Diploma ou certificado da qualificação que possui (mestrado, pós-graduação, curso de licenciatura plena ou curta, ensino médio), com os respectivos históricos escolares ou registro no Ministério da Educação – MEC, de acordo com a habilitação que possui.
- 2.1.4. Carteira de registro no CREF - para os profissionais com habilitação em Educação Física ou autorização emitida pelo CREF (Carteira Provisionada).

2.2. Opcionais:

(de inteira responsabilidade do candidato, o qual não poderá alegar qualquer prejuízo ou requerer que sejam juntados e apreciados em momento posterior à inscrição)

2.2.1. Atestado de tempo de serviço no magistério, excluído o tempo já utilizado para aposentadoria em qualquer sistema

previdenciário, expedido pelos seguintes órgãos ou entidades:

- a) Diretora de Recursos Humanos, quando tratar-se do Magistério Público Municipal;
- b) Secretaria Municipal de Educação, pelos departamentos próprios;
- c) Gerência Regional de Educação e Inovação, quando tratar-se do Magistério Público Estadual;
- d) Secretaria de Educação do Estado de origem ou chefia de órgão regional, quando tratar-se do Magistério Público de outros estados;
- e) Recursos Humanos do órgão federal ou de unidade escolar, quando tratar-se do Magistério Público Federal ou particular;
- f) Entidade reconhecida com documentação, quando tratar-se de tempo na área específica;

2.2.2. Atestado de tempo de serviço no magistério, na área específica, excluído o tempo já utilizado para aposentadoria em qualquer sistema previdenciário, expedido pelas unidades acima descritas;

2.2.3. Documento comprobatório de horas de cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área da educação ou na modalidade específica, ministrados e/ou frequentados no período de 2010 e 2011, no caso das Modalidades Esportivas, Modalidades Culturais, Intérprete e Salas de Telecentro, sendo que, o número máximo de horas a serem contabilizadas não deverá exceder 300 horas;

2.2.4. Certidão de Nascimento dos filhos ou dependentes.

2.3. Sem prejuízo das demais informações, os comprovantes de tempo de serviço devem conter:

- 2.3.1. dia, mês e ano de início e fim do vínculo junto ao empregador, com somatória de cada período;
- 2.3.2. descrição do cargo (função) ocupado;
- 2.3.3. total com somatória dos dias, mais divisão em anos, meses e dias.

2.4. O candidato deverá apresentar cópias dos documentos referidos nos itens 2.1 e 2.2 deste Edital, acompanhadas dos originais, para conferência.

2.5. O candidato cuja documentação exigida não for apresentada em sua totalidade no ato da inscrição, não terá a mesma efetivada.

3. Requisito Específico para cada modalidade:

3.1. Modalidades Esportivas:

3.1.1 Habilitação em Educação Física, habilitação/autorização emitida pelo CREF

3.2 Modalidades Culturais:

3.2.1 Musicalização – Violão, Coral e Flauta (Habilitação em Música, Artes ou Ensino médio e cursos de aperfeiçoamento).

3.2.2 Fanfarra (Habilitação em Música, Artes ou Ensino médio e cursos de aperfeiçoamento na área)

3.2.3 Dança (Habilitação em Ed. Física, Artes ou Ensino médio e cursos de aperfeiçoamento na área e registros em publicações).

3.2.4 Teatro (Habilitação em Artes ou Ensino médio e cursos de aperfeiçoamento na área e registros em publicações).

3.3 Educação Inclusiva

3.3.1 Intérprete para alunos com deficiência auditiva. (Habilitação na área da Educação e curso de aperfeiçoamento em libras e experiência comprovada)

3.4 Educação Digital – Salas de TELECENTRO

3.4.1. Habilitação em Nível de Ensino Médio e cursos de capacitação/formação na área de Informática Básica/Linux e/ou Windows, carga horária mínima 20h.

OBS: O candidato poderá inscrever-se, conforme sua habilitação, em 1 (uma) única modalidade deste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

4.1. Consideram-se títulos:

4.1.1. Para os professores habilitados:

- a) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/doutorado, na área específica;
- b) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/doutorado, na área da educação;
- c) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/mestrado, na área específica;
- d) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/mestrado, na área da educação;
- e) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/pós-graduação, na área específica;
- f) habilitação em licenciatura plena na área específica e curso de especialização/pós-graduação, na área da educação;
- g) habilitação em licenciatura plena na área específica;
- h) habilitação em licenciatura curta na área específica e curso de especialização/pós-graduação, na área específica;
- i) habilitação em licenciatura curta na área específica e curso de especialização/pós-graduação na área da educação;
- j) habilitação em licenciatura curta na área específica;
- k) habilitação em Ensino Médio;
- l) Habilitação em Ensino Médio Magistério;
- m) tempo de serviço no Magistério Geral;
- n) tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Caçador;
- o) tempo de serviço na área específica;
- p) cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área da educação, na modalidade específica, modalidades culturais, intérprete e na Educação digital, ministrados e/ou frequentados nos anos de 2010 e 2011, sendo que, o número máximo de horas a serem contabilizadas não deverá exceder 300 horas;

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação para cada modalidade e respectiva chamada dos profissionais classificados será efetuada na seguinte ordem:

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
MUSICALIZAÇÃO (VIOLÃO, CORAL E FLAUTA)	ENSINO MÉDIO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA MÚSICA OU ARTE	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS
MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO

FANFARRA	ENSINO MÉDIO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA MÚSICA, ARTE, EDUCAÇÃO FÍSICA.	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
DANÇA	ENSINO MÉDIO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA MÚSICA, ARTE, EDUCAÇÃO FÍSICA.	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
TEATRO	ENSINO MÉDIO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA ARTE, ARTES CÊNICAS	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
------------	-------------	-----------

PROFESSOR DE: ATLETISMO, BASQUETE, FUTEBOL, HANDEBOL, JUDÔ, CAPOEIRA, TAEKWONDO, VOLEIBOL, XADREZ, TÊNIS DE MESA, FUTSAL	AUTORIZAÇÃO/FORMAÇÃO C.R.E.F.	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA MÚSICA, ARTE, EDUCAÇÃO FÍSICA.	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
INTÉRPRETE	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

MODALIDADE	HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
PROFESSOR SALAS DE TELECENTRO	ENSINO MÉDIO	PRÉ-REQUISITO
	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO	10 PONTOS
	LICENCIATURA PLENA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	25 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO GERAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO	50 PONTOS
	PÓS GRADUAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	75 PONTOS
	MESTRADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	100 PONTOS
	DOUTORADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	150 PONTOS

5.2. A classificação dentro de cada grupo de habilitação definido no item 5.1 deste Edital, ocorrerá pela ordem decrescente de pontos por área, segundo os seguintes critérios:

5.2.1. 01 (um) ponto para cada mês de tempo de serviço no Magistério Geral;

5.2.2. 02 (dois) pontos para cada mês de tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Caçador;

5.2.3. 03 (três) pontos para cada mês de tempo de serviço nas modalidades esportivas e culturais vinculadas à Prefeitura Municipal através da Rede Municipal de Ensino/Secretaria de Educação, Fundação Municipal de Esportes de Caçador e Fundação Municipal de Cultura de Caçador, de acordo com a opção de inscrição;

5.2.4. 01 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas de cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área da educação ou na modalidade específica, ministrados e/ou frequentados nos anos

de 2010 e 2011, sendo que, o número máximo de horas a serem contabilizadas não deverá exceder 300 horas.

5.3. Para fins de contagem dos pontos citados anteriormente, será considerado:

5.3.1. tempo de serviço, como data fim o dia 20 de dezembro de 2011;

5.3.2. para o cálculo por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1 (um) mês.

6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Ocorrendo empate na aplicação dos critérios anteriores, terá preferência, pela ordem, o candidato:

6.1.1. que possuir a maior idade;

6.1.2. que possuir o maior número de dependentes;

6.1.3. vencedor de sorteio realizado em ato público.

7. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. As listagens classificatórias serão afixadas no mural interno da Secretaria Municipal de Educação e no site da Prefeitura Municipal de Caçador até o dia 09/04/2012.

7.2. O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá os dias 10 e 11 de abril de 2012 para solicitar revisão do ato, mediante requerimento devidamente fundamentado, dirigido à Secretária Municipal de Educação, cuja decisão será publicada em novo rol classificatório, de homologação, no dia 16 de abril de 2012, no site do Portal da Prefeitura Municipal de Caçador e no Mural da Secretaria Municipal de Caçador.

8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1. O quadro de vagas será afixado no local da escolha.

8.2. A escolha de vagas ocorrerá no período matutino do dia 20 de abril de 2012, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, situado na Rua Curitibaanos, 600, Centro, Caçador, SC, às 8h30min.

8.3. A chamada dos candidatos obedecerá à ordem de classificação.

8.4. O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vagas, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá todos os direitos sobre a primeira escolha, não admitindo-se escolha por procuração.

8.5. Ocorrendo a situação prevista no item 8.4 deste Edital, o candidato passará para o final da lista a qual pertence, ficando classificado para chamadas subsequentes, se houver, na área/disciplina em que se inscreveu, de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

8.6. O candidato classificado que se apresentar e não escolher vaga devido a incompatibilidade de carga horária ou turno em que atua, não perderá a ordem de classificação, devendo, no entanto, apresentar declaração, expedida pelo órgão empregador, no ato da escolha.

8.7. O candidato classificado que não escolher vaga por motivo diverso ao citado no item 8.6 deste Edital ou que escolher vaga e desistir da mesma, passará para o final da listagem classificatória e somente poderá escolher outra vaga depois de esgotada a primeira chamada.

8.8. Na escolha de vagas é responsabilidade do candidato observar a compatibilidade de horários, turnos, distância e transporte entre os locais de trabalho.

8.9. Na eventualidade da falta de candidatos para determinada área/disciplina, poderá ser aproveitado candidato inscrito em área

afim, respeitando-se a ordem de classificação e o interesse do candidato, não podendo este ser prejudicado em função da não aceitação de atuar em área para qual não se inscreveu.

8.10. Ocorrendo vagas no decorrer do ano letivo, o candidato será chamado para formalizar a escolha da vaga, via telefone, pelo número consignado na ficha de inscrição.

8.11. Após comprovadas tentativas de contato e não sendo encontrado no telefone fornecido na inscrição, o candidato terá seu nome passado para o final da listagem classificatória.

8.12. O candidato que já possuir 40 (quarenta) horas de trabalho semanais no magistério municipal, ficará impedido de escolher aulas, conforme art. 36, parágrafo 3º da Lei Complementar 07/99.

8.13. A carga horária máxima de atuação na Rede Pública Municipal de Caçador será de 40 (quarenta) horas semanais.

8.14. As vagas serão oportunizadas na conformidade dos módulos oferecidos no ato da escolha, com cargas horárias de 10 (dez) à 40(quarenta) horas semanais.

8.15. Os critérios para a montagem dos módulos citados no item 8.14 deste Edital, são os seguintes:

8.15.1. número de alunos por turma;

8.15.2. número de turmas e/ou ensino fundamental na escola;

8.15.3. número de escolas que oferecem a modalidade;

8.15.4. interesse da Municipalidade.

9. DAS CONDIÇÕES PARA A ADMISSÃO

9.1. No ato da admissão, o candidato deverá apresentar cópias dos seguintes documentos, acompanhadas dos originais, junto à Diretoria de Recursos Humanos do Município:

9.1.1. Carteira de Identidade;

9.1.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;

9.1.3. Certidão de Nascimento/Casamento;

9.1.4. Certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;

9.1.5. Carteira de Trabalho, parte de identificação, frente e verso (entregar Carteira original, com espaços para os devidos preenchimentos) e PIS/PASEP;

9.1.6. comprovante de escolaridade exigido para o cargo (cópia autenticada);

9.1.7. Título de Eleitor;

9.1.8. Certidão relativa à Quitação Eleitoral;

9.1.9. Certidão Relativa ao Gozo dos Direitos Políticos;

9.1.10. comprovante de quitação com as obrigações militares (homens);

9.1.11. número da conta corrente junto ao Banco CAIXA ECONOMICA FEDERAL, agência 0572 de Caçador

9.1.12. 2 (duas) fotos 3x4, recentes;

9.2. O prazo máximo do contrato temporário estará vinculado ao cumprimento de 200 (duzentos) dias letivos.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

10.1. A inscrição constará do preenchimento de ficha própria, à disposição do candidato no local da inscrição e também no Portal da Prefeitura Municipal de Caçador, declaração dos títulos apresentados.

10.2. O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

10.3. O candidato receberá comprovante da inscrição, o qual

deverá ser apresentado no dia da escolha de vagas.

10.4. Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição.

10.5. O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas ou inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

10.6. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo.

10.7. O cômputo de horas de aperfeiçoamento será efetuado no ato da inscrição.

10.8. No ato da contratação, o candidato assinará termo de que não acumula cargo ou função pública de forma irregular e apresentará declaração e termo de responsabilidade, conforme Instrução Normativa da Diretoria Colegiada do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, acerca do controle de alíquota e limite de salário de contribuição.

10.9. A inscrição e a classificação não garantem ao candidato o direito de contratação.

10.10. O quadro das vagas oferecidas é de responsabilidade das Unidades Escolares e da Secretaria Municipal de Educação, que será divulgado até a data da escolha de vagas.

10.11. Serão admitidos somente os professores necessários para o preenchimento das vagas oferecidas, disponibilizadas de acordo com a necessidade do Município.

10.12. O candidato classificado chamado para assumir vaga na Rede Pública Municipal de Caçador deverá entregar a documentação exigida neste Edital, no prazo de até 7 (sete) dias da sua chamada, sob pena de perda da classificação, passando, automaticamente, para o final da listagem classificatória.

10.13. Ao assumir a vaga, o professor deverá desenvolver as atividades em consonância com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação e com o Projeto Político-Pedagógico das escolas e buscar diferentes estratégias a fim de efetivar o processo ensino-aprendizagem, bem como participar dos momentos de formação oportunizados durante o ano letivo de 2012.

10.14. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo.

10.15. Poderá ser efetuada nova admissão de candidato classificado já contratado por período inferior ao do ano letivo, desde que não haja, entre todas as formas previstas neste Edital, candidatos que assumam a vaga referida.

10.16. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

10.17. Os professores dos Projetos Educacionais e Educação Digital poderão ser remanejados de escolas, bem como de modalidade/disciplina e/ou terem seus contratos rescindidos, em qualquer época do ano letivo, a depender do número de alunos e/ou da necessidade e interesse da municipalidade.

10.18. O professor intérprete poderá ser rescindido o contrato ou remanejado para acompanhamento do aluno em caso de

transferência para outra escola da rede municipal.

10.19. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação e no local das inscrições.

10.20. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

10.21. O resultado deste Processo Seletivo terá validade para o exercício letivo de 2012.

Caçador, 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária Municipal da Educação

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA OFICINAS / 2012

ÁREA/MODALIDADE PRETENDIDA: _____

1. DADOS PESSOAIS (Anexar cópias: RG, CPF, C.R.E.F)

Nome completo:				C.P.F.:
Rua:		No.		
Bairro:				
Email:				
Telefone:		Celular:		
Aposentado:	()SIM ()NÃO	Data Aposentadoria:		
Respondeu Processo Administrativo ou Sindicância que resultou em punição nos últimos dois anos?				
()SIM ()NÃO				

FORMAÇÃO:

(Anexar fotocópias dos diplomas de habilitação profissional (Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação).

Acadêmicos de curso compatível com a área ou disciplina em que pretendem atuar deverão anexar Declarações citadas no edital.

Referência	PONTOS
ENSINO MÉDIO:	
Nome do Cuso: _____	
Instituição: _____ Ano de conclusão: _____	Pré – Requisito Zero pontos
ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO	
Instituição: _____ Ano de conclusão: _____	
Graduação:	
Nome do Curso _____	
Habilitação: _____	
Instituição: _____ Ano de conclusão: _____	
Pós-Graduação:	
Nome do Curso: _____	
Instituição: _____ Ano de conclusão: _____	

celebrado entre o Município de Caçador e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", na cidade de Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.132.745/0001-00, objetivando a implantação do programa de inclusão social e digital para promoção ao acesso e ampliação de conhecimentos em comunidades rurais e urbanos no município de Caçador, conforme Plano de Trabalho que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2012.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário,

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Portaria Nº 011, de 16 de Março de 2012.

PORTARIA nº 011, de 16 de março de 2012.
Concede férias a servidora da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, na forma do art. 225 do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 90 e 93 da Lei Complementar nº 056, de 20 de dezembro de 2004

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER 10 (dez) dias de férias à servidora ILVAITA MARIA FAORO BARON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora da Câmara Municipal de Caçador, referentes ao período aquisitivo de 22/08/2009 a 21/08/2010, a contar de 19 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 16 de março de 2012.
Sirley de Fátima Tibes Ceccatto,
PRESIDENTE.

Itacir João Fiorese,
VICE-PRESIDENTE.

Carlos Evandro Luz,
1º SECRETÁRIO

Wilson Luiz Binotto,
2º SECRETÁRIO

Camboriú

PREFEITURA

DL 5/12 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 005/2012 - PMC
Data: 21/03/2012

Objeto: LOCAÇÃO PARCIAL DE JAZIDA DE MACADAME, NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, LICENCIADA COM APRESENTAÇÃO DA L.A.O (LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO) COM A TITULARIDADE JUNTO AO DNPM PARA EXTRAÇÃO DO MATERIAL COM O OBJETO DE MANTER E RECUPERAR AS RUAS E ESTRADAS.
Secretaria: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos..
Empresa: MARIO JORGE DE SOUZA
Embasamento legal: Artigo 24, inciso "X", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 21 de Março de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 10/12 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2012-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL UTILITARIO FABRICAÇÃO NACIONAL, O KM, PARA AUXILIAR AS EQUIPES DE PSF - PROGRAMA DE SAÚDE FAMILIAR DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 04 (quatro) de Abril de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Março de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 11/12 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2012-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL TIPO FURGÃO, ZERO KM, A FIM DE AUXILIAR NO TRANSPORTE DE PACIENTES PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 04 (quatro) de Abril de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de

Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Março de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 2/12 - FUMPOM

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2012-FUMPOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITARIO ESPORTIVO, FABRICAÇÃO NACIONAL, 0 KM, AFIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DE RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DA 1ª COMPANHIA POLICIAL MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 16 (dezesesseis) de Abril de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Março de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Resultado do PR 9/12 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº009/2012-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA". Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 21 de Março de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Resultado PR 1/12 - FUMPOM

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2012-FUMPOM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA". Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 21 de Março de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Resultado PR 7/12 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2012-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "FRACASSADA". Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 21 de Março de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Edital de Chamamento

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 045/2012
(Edital de Concurso Público nº. 001/2007)
"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012 e na Lei Complementar nº. 008 de 18 de outubro de 2007;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, conforme os Cargos constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getulio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

CÓPIAS AUTENTICADAS

- 1.Comprovante de residência
- 2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
- 3.CPF
- 4.Comprovante de inscrição no conselho de classe, respectivo (quando couber)
- 5.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital)
- 6.Certidão de casamento
- 7.PIS/PASEP
- 8.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
- 9.Título de eleitor e comprovante da ultima votação (canhoto)
- 10.Certificado de reservista (se masculino)
- 11.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
- 12.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
- 13.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

DOCUMENTOS ORIGINAIS

Fotografia
Atestado médico admissional saúde física (com os exames agendar pericia médica na Sec. De Saúde)
Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.
Atestado médico saúde mental (efetivos)
Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho

(entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de IR (se houver)

Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal (FORUM - estadual Federal - site: TRF4)

§1º - O Atestado médico acima será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 21 dias do mês de Março de 2012.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

JOHN LENON TEODORO
Secretário Municipal Da Administração

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações Na data supra

JOHN LENON TEODORO
Secretário de Administração

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR - SERIES INICAIS
75º CLASSIFICADO - MARLENE AMARAL DIAS
76º CLASSIFICADO - JOELMA APARECIDA DOS SANTOS
77º CLASSIFICADO - FERNANDA MARIA VITORASSI
78º CLASSIFICADO - ELIANE DE AUGUSTINHO
79º CLASSIFICADO - SUSINEI HELENA MOREIRA NEVES

CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL
117º CLASSIFICADO - NELCI BECHAMANN PEREIRA
118º CLASSIFICADO - ELOISA MARA DE SOUZA
119º CLASSIFICADO - MARIA JOSE MARTENDAL
120º CLASSIFICADO - ZENILDA VEIGA RIBEIRO
121º CLASSIFICADO - LUCIANE AZEVEDO TAVARES
122º CLASSIFICADO - ARACI DE OLIVEIRA C. PEREIRA
123º CLASSIFICADO - JEANETE BERNARDES
124º CLASSIFICADO - MARGARETE SOARES DA SILVA
125º CLASSIFICADO - DALAGO VALNIER
126º CLASSIFICADO - VALDILENIA MERECIANO

CARGO: FONOAUDIOLÓGA

14º CLASSIFICADO - SANDRA SIMONE PORCARE

15º CLASSIFICADO - CRISTIANE GOMES DA LUZ

CARGO: NUTRICIONISTA

4º CLASSIFICADO - DENISE DE SOUZA

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 8.947 de 12 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.947 DE 12 DE MARÇO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, Inciso II Alínea b da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora I - ANA LUIZA DA CRUZ KMIECIK, Matrícula Funcional nº 000451, Registro no Sistema sob nº 954462, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.744,42 (um mil, setecentos e quarenta e quatro reais, quarenta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de março de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.948 de 12 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.948 DE 12 DE MARÇO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180, Inciso II Alínea b da Lei Complementar Municipal nº

014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora I - SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro no Sistema sob nº 954648, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.744,42 (um mil, setecentos e quarenta e quatro reais, quarenta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de março de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Resultado do Pregão 10/2012 - Fundo Municipal de Saúde

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 10/2012 - modalidade Pregão (presencial) Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 10/2012, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PNEUS para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Comércio de Pneus Valetão Ltda, Modelo Pneus Ltda, Du Pneus Ltda, Gerardo Bastos Pneus e Peças Ltda e Du Pneus Ltda. Todas as empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. Nenhuma empresa apresentou documento que comprove o enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Alcione Unissessi, representante da empresa Du Pneus Ltda. As empresas Comércio de Pneus Valetão Ltda, Modelo Pneus Ltda e Gerardo Bastos Pneus e Peças Ltda não se fizeram representar na sessão, porém apresentaram a Declaração de Cumprimentos dos Requisitos de Habilitação. Na sequência, abriram-se os envelopes contendo a proposta dos licitantes, passando a rubrica de todos. O critério de julgamento é pelo requisito Menor Preço Unitário por item. Após o julgamento de cada item, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada,

no respectivo item, obtendo o seguinte resultado:

ITEM 01				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
HABILITAÇÃO				
GERARDO	156,00	156,00	1ª	HABILITADO
VALETÃO	163,29	163,29	2ª	-----
MODELO	180,00	180,00	3ª	-----
ITEM 02				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
HABILITAÇÃO				
DU PNEUS	242,85	211,00	1ª	HABILITADO
VALETÃO	211,67	211,67	2ª	-----
GERARDO	215,00	215,00	3ª	-----
ITEM 03				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
HABILITAÇÃO				
DU PNEUS	349,90	289,00	1ª	HABILITADO
VALETÃO	289,04	289,04	2ª	-----
GERARDO	293,00	293,00	3ª	-----
ITEM 04				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
HABILITAÇÃO				
DU PNEUS	398,58	347,00	1ª	HABILITADO
VALETÃO	347,09	347,09	2ª	-----
GERARDO	354,00	354,00	3ª	-----
ITEM 05				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
HABILITAÇÃO				
GERARDO	115,00	115,00	1ª	HABILITADO
VALETÃO	116,33	116,33	2ª	-----
MODELO	121,00	121,00	3ª	-----
ITEM 06				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
HABILITAÇÃO				
VALETÃO	155,70	155,70	1ª	HABILITADO
GERARDO	156,00	156,00	2ª	-----
MODELO	173,00	173,00	3ª	-----
ITEM 07				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
HABILITAÇÃO				
DU PNEUS	119,10	119,00	1ª	HABILITADO
A proposta da empresa Modelo Pneus Ltda foi desclassificada no item 7, considerando que o modelo apresentado não atende o edital, sendo exigido radial e não convencional				
ITEM 08				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
HABILITAÇÃO				
DU PNEUS	109,20	109,00	1ª	HABILITADO

A proposta da empresa Modelo Pneus Ltda foi desclassificada no item 8, considerando que o modelo apresentado não atende o edital, sendo exigido radial e não convencional. Considerando a classificação e habilitação das empresas 1ª classificadas (conforme informado na tabela acima), foram declaradas vencedoras nos respectivos ITENS. A Pregoeira concedeu espaço para manifestação de intenção de recurso, não havendo manifestação. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.500/2012 de 20/03/2012

DECRETO Nº 6.500/2012 DE 20/03/2012
ALTERA VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO.

VILIBALDO ERICH SCHMID, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e,
Considerando o aumento dos gêneros alimentícios ocorrido no período de março/2011 a março/2012;
Considerando que tais aumentos elevaram o custo de vida;
Com amparo no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c a Lei nº 2.933/05 de 13 de abril de 2005 que instituiu o Auxílio Alimentação, e Lei 3.716/11 de 20 de dezembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º - O valor do Auxílio Alimentação previsto no Inciso I do Artigo 2º da Lei nº 2.933/05 de 13/04/2005, passará a ser de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 2º - As despesas decorrentes deste decreto correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente sob a rubrica:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO PESSOAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.006 - Manutenção do Departamento de Pessoal
Elementos de despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos, Registrado e publicado o Presente Decreto em, 20 de março de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 12/2012

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02/04/2012 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço - Por Item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CAPS E ESTRATÉGIAS SAÚDE DA FAMÍLIA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do

Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 09h00min às 15h00min horas diariamente.

Campos Novos, 19 de março de 2012.
DIVALDETE MARIA BORTOLI
Secretária Municipal de Saúde

Canoinhas

PREFEITURA

Lei Complementar Nº. 0039 de 15/03/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº. 0039 DE 15/03/2012
"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 17 DE 18/10/2007 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo de Canoinhas, através de seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica extinto o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico da Presidência de que trata o anexo II, da Lei Complementar 017/2007, revogando-se o art. 10-A.

Art. 2º O § 1º do art. 8º da Lei Complementar n. 017/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

§ 1º A Assessoria Jurídica terá como titulares dois advogados, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina, um ocupante do Cargo de Assessor Jurídico Legislativo e outro ocupante do Cargo de Assessor Jurídico Administrativo.

Art. 3º Fica criado na estrutura administrativa e quadro de pessoal do Poder Legislativo Municipal o cargo de Agente de Comunicação, de provimento comissionado, com salário de R\$ 2.381,84 (dois mil trezentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos), com carga horária de quarenta horas semanais, com as seguintes atribuições e requisitos:

I - Requisito de provimento: Bacharel em comunicação social com habilitação em jornalismo, com registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego e credenciado pelo órgão de classe competente;

II - Atribuições:

a) responsável pela transparência do processo legislativo e administrativo da Câmara Municipal, via internet, imprensa falada e escrita.

b) planejar, orientar, executar e avaliar as atividades relacionadas com assessoria de imprensa e comunicação da Câmara Municipal de Canoinhas;

c) auxiliar a formar a imagem da Câmara Municipal de Canoinhas perante os veículos de comunicação, redigindo textos jornalísticos e encaminhando para divulgação da imprensa dos atos e fatos relevantes relacionados com a Presidência, com a Mesa, com as comissões, Secretarias e com os Vereadores;

d) elaborar roteiros de vídeos e textos para televisão e rádio;

e) responsabilizar-se pelo atendimento e representantes da imprensa;

f) coordenar eventos relativos as atividades da imprensa;

g) elaborar e coordenar campanhas e o uso estratégico de canais de comunicação, visando a divulgação dos trabalhos da Câmara Municipal de Canoinhas;

- h) acompanhar as sessões da Câmara Municipal de Canoinhas e acompanhar a Presidência, Secretarias e Vereadores com eventos quando necessário;
- i) manter atualizado o site da Câmara Municipal de Canoinhas com a divulgação de todas as atividades dos vereadores;
- j) executar outras tarefas correlatas.

Art. 3º Fica criado na estrutura administrativa e quadro de pessoal do Poder Legislativo Municipal o cargo de Assistente de Apoio Parlamentar, de provimento comissionado, com graduação em nível fundamental, com salário de R\$ 900,00 (novecentos reais), com carga horária de trinta e duas horas semanais, com as seguintes atribuições e requisitos:

I - Requisitos: Ensino fundamental completo;

II - Atribuições:

- a) executar funções simples de apoio a digitação e fotocópia, impressão, arquivo e demais serviços e atos;
- b) desempenhar quaisquer outras atividades necessárias ao bom desempenho do local em que esteja lotada, que dizem respeito ao Poder Legislativo Municipal;
- c) executar atividades de acompanhamento do processo legislativo de interesse do respectivo setor, sempre respeitando os dispositivos legais, em especial o Regimento Interno e a hierarquia funcional da Câmara de Vereadores, em especial a constante no art. 30.

Art. 4º O Impacto Financeiro Orçamentário que estabelece o art. 16 e 17, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, bem como demais anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, está exposto no anexo I da presente Lei, fazendo parte integrante da mesma.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de março 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15/03/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 047/2012

DECRETO 047/2012

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO CURADOR E CONSELHO DELIBERATIVO DA FME.

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETAR

Art. 1º - Ficam nomeados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor o CONSELHO CURADOR E CONSELHO DELIBERATIVO DA FME, pelo período de 02 (dois) anos, conforme nomes a seguir:

CONSELHO CURADOR

Gabinete do Prefeito: Fernando Tokarski;
Administração e Finanças: João Maria Ferreira;
Educação: Iara Artner Leandro Leite;

Fundação Cultural: Viviane Maria Bueno Borges de Souza;
Fundação de Esportes: José Carvalho Junior.

CONSELHO DELIBERATIVO

Gabinete do Prefeito: Juliana Hauffe Rodrigues;
Administração e Finanças: Lorival Schipitoski;
Educação: Dircélia Leandro dos Santos Lima;
Fundação Cultural: Telma Cristina Marros;
Fundação de Esportes: Gerson Dobrochinski.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16/03/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 211/2012

PORTARIA Nº. 211/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em gozo de licença maternidade;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art.1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1. EBM BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO

1.1 MARISTELA MIRANDA GRESCHEN nível MAG II para exercer a função de professora de Anos Iniciais, com carga horária de 20 horas, e 30% de regência, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho da Rede Municipal de Ensino, no período de 14/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada aguardando a realização de Concurso Público, contrato que pode ser encerrado a qualquer momento. Anteriormente estava na referida vaga Danice dos Santos, a qual pediu demissão.

1.2 RENATA CRISTINA FERNANDES KASCHUK nível MAG II para exercer a função de professora de Anos Iniciais, com carga horária de 20 horas, e 30% de regência, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho da Rede Municipal de Ensino, no período de 14/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada aguardando a realização de Concurso Público, contrato que pode ser encerrado a qualquer momento. Anteriormente estava na referida vaga Jucimaria Castanho, a qual pediu demissão.

1.3 ELIANE APARECIDA NICOLUZI REBELLO, nível MAG II para exercer a função de Pedagoga, com carga horária de 40 horas e 15% de regência, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho da Rede Municipal de Ensino, no período de 15/03/2012 a

18/12/2012. Considerando vaga vinculada da Pedagoga Thalita Daiane Pereira Bosse, a qual está a disposição na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho.

2. EBM DR. AROLD CARNEIRO DE CARVALHO

2.1 DINAZÉLI TISCHLER FERNANDES CORREA nível MAG II para exercer a função de professora de Anos Iniciais, com carga horária de 20 horas, e 30% de regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho da Rede Municipal de Ensino, no período de 14/03/2012 a 10/04/2012. Considerando vaga vinculada da professora Nellezinha Haensch Beckert, qual está em Licença Tratamento de Saúde.

3. EBM GUILHERMINA MARIA VEIGA FERREIRA

3.1 MARIA ANGELITA DE LIMA HAENSCH GONÇALVES DO ROSÁRIO, nível MAG II para exercer a função de Pedagoga, com carga horária de 40 horas e 15% de regência, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira da Rede Municipal de Ensino, no período de 14/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da Pedagoga Daiane Figura, a qual está em Licença Para Tratar de Assuntos Particulares.

4. EBM MARIA IZABEL DE LIMA CUBAS

4.1 DIRCÉIA MARIA DO PRADO MARCOS, nível MAG II para exercer a função de Orientadora Educacional, com carga horária de 40 horas e 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas da Rede Municipal de Ensino, no período de 14/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da Orientadora Educacional Giovana Bona Sator, a qual está a disposição junto a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho.

5. EBM PRESIDENTE CASTELO BRANCO

5.1 ROSELI SOARES, nível MAG II para exercer a função de professora de Arte com carga horária de 20 horas, 16 aulas ministradas e 15% regência, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco da Rede Municipal de Ensino, no período de 14/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da professora Ésther Abigayl Paul da Silveira, a qual está à disposição em Projetos Educacionais.

6. PROJETOS EDUCACIONAIS

6.1 JOSIANE DOS SANTOS, nível MAG I para exercer a função de Professor de Anos Iniciais a disposição em Projetos Educacionais com carga horária de 40 horas sem regência, para atuar no CEI Vinicius de Moraes e CEI Machado de Assis da Rede Municipal de Ensino, no período de 14/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga transitória professora para atuar nos Projetos na Rede Municipal de Ensino através das Atividades Complementares, conforme preconiza o artigo 80 da Lei do Sistema Municipal de Ensino. "A Parte Diversificada é componente obrigatório do currículo escolar devendo estar organicamente articulada a Base Nacional Comum, tornando o currículo um todo significativo e integrado".

6.2 EDUARDO LUIZ PACKER, nível MAG I para exercer a função de Professor de Anos Iniciais a disposição em Projetos Educacionais com carga horária de 10 horas sem regência, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires da Rede Municipal de Ensino, no período de 14/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga transitória professora para atuar nos Projetos na Rede Municipal de Ensino através das Atividades Complementares, conforme preconiza o artigo 80 da Lei do Sistema Municipal de Ensino. "A Parte Diversificada é componente obrigatório do currículo escolar devendo estar organicamente articulada a Base Nacional Comum, tornando o currículo um todo significativo e integrado".

6.3 PÂMELA KÉROLINE MATHIAS, nível MAG I para exercer a função de Professor de Anos Iniciais a disposição em Projetos Educacionais com carga horária de 40 horas sem regência, para atuar no CEI Cecília Meireles, CEI Fernando Pessoa e CEI Mário Edson de Aguiar da Rede Municipal de Ensino, no período de 14/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga transitória professora para atuar nos Projetos na Rede Municipal de Ensino através das Atividades Complementares, conforme preconiza o artigo 80 da Lei do Sistema Municipal de Ensino. "A Parte Diversificada é componente obrigatório do currículo escolar devendo estar organicamente articulada a Base Nacional Comum, tornando o currículo um todo significativo e integrado".

6.4 ROSANA DA SILVA, nível MAG II para exercer a função de Professor de Anos Iniciais a disposição em Projetos Educacionais com carga horária de 20 horas sem regência, para atuar no CEI Monteiro Lobato da Rede Municipal de Ensino, no período de 15/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga transitória professora para atuar nos Projetos na Rede Municipal de Ensino através das Atividades Complementares, conforme preconiza o artigo 80 da Lei do Sistema Municipal de Ensino. "A Parte Diversificada é componente obrigatório do currículo escolar devendo estar organicamente articulada a Base Nacional Comum, tornando o currículo um todo significativo e integrado".

6.5 FRANCIANE REGINA DE PAULA, nível MAG I para exercer a função de Professor de Anos Iniciais a disposição em Projetos Educacionais com carga horária de 20 horas sem regência, para atuar no CEI Emília Ferreiro e CEI Pedro Bandeira da Rede Municipal de Ensino, no período de 15/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga transitória professora para atuar nos Projetos na Rede Municipal de Ensino através das Atividades Complementares, conforme preconiza o artigo 80 da Lei do Sistema Municipal de Ensino. "A Parte Diversificada é componente obrigatório do currículo escolar devendo estar organicamente articulada a Base Nacional Comum, tornando o currículo um todo significativo e integrado".

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/ SC, 12 de março de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 12/03/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 212/2012
PORTARIA Nº. 212/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008; CONSIDERANDO; a existência de servidor em gozo de licença maternidade;
CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art.1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1. GEM NEY PACHECO DE MIRANDA LIMA

1.1 GISELLI DE ARAÚJO nível MAG II para exercer a função de Pedagogo, com carga horária de 40 horas, e 15% de regência, para atuar na GEM Ney Pacheco de Miranda Lima da Rede Municipal de Ensino, no período de 15/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da aguardando a realização do concurso público.

2. EBM DR. AROLD CARNEIRO DE CARVALHO

2.1 ALCIONE APARECIDA ARTNER nível MAG II para exercer a função de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 20 horas, e 30% de regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho da Rede Municipal de Ensino, no período de 16/03/2012 a 10/04/2012. Considerando vaga vinculada da professora Nellezinha Haensch Beckert, qual está em Licença Tratamento de Saúde.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/ SC, 14 de março de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14/03/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 213/2012

PORTARIA Nº. 213/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008; CONSIDERANDO; a existência de servidor em gozo de licença maternidade;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art.1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1. EBM SEVERO DE ANDRADE

1.1 EVELINE GISELE STEILEIN nível MAG I para exercer a função de Professor de educação Física, com carga horária de 20 horas, 16 aulas ministradas e 15% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade da Rede Municipal de Ensino, no período de 15/03/2012 a 28/04/2012. Considerando vaga vinculada a professora Maria Celina Muraro, a qual está em Licença para Tratamento de Saúde.

2. GEM MENINO JESUS

2.1 TÂNIA MARA BOEING RAMOS nível MAG II para exercer a função de Pedagogo, com carga horária de 40 horas, 15% de regência, para atuar no GEM Menino Jesus da Rede Municipal de Ensino, no período de 19/03/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada aguardando realização do Concurso Público.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/ SC, 14 de março de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14/03/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decisão - Processo Administrativo Nº. 011/2011

DECISÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 011/2011

Notificada: ROSE MARI GOMES, CI. nº. 1.799.989 SSP/SC, residente na Rua João César de Andrade, nº. 1180, Loteamento Nova Esperança, Canoinhas/SC

A Notificada obteve o benefício da aquisição imediata da posse do Lote situado na Rua João César de Andrade, casa nº. 1180, no Loteamento Nova Esperança, com possibilidade de aquisição do domínio do referido lote, o contrato FROHAB 009/2008.

Assim sendo, chegou ao conhecimento do Município, de que a Notificada vendeu a propriedade para terceiros, inclusive com apresentação de documentos que comprovam a venda do imóvel. O que é vedada no contrato realizado entre o Município e Notificada.

Dado o recebimento da Notificação Extrajudicial 01/2011 pela Notificada, ocorre que não foi apresentada defesa, ou sequer qualquer informação que se esclarecessem os fatos narrados na Notificação anterior.

Sendo assim, considerando o não envio de defesa por parte da Notificada, aplicam-se os efeitos da revelia, sendo viável considerar os fatos narrados na Notificação anterior como verdadeiros.

Diante do todo exposto, é esta para CIENTIFICAR Vossa Senhoria, da RESCISÃO do contrato FROHAB nº. 009/2008.

Sendo o que tínhamos para o momento, sem mais.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Resultado de ANALISE de Propostas - Processo Licitatório Nº 0021/2012. - Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0001/2012.

RESULTADO DE ANALISE DE PROPOSTAS

Processo Licitatório Nº 0021/2012.

Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0001/2012.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em vias urbanas com concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação dos passeios públicos com pedrisco das Ruas Achilles D'Agnozzzo, Antonio F. do Prado, João Nélvio Savi, Rogério Carlos Toaldo, Alaor Gramazzio Pereira de Lima, Antonio Giumbelli, Elói Lanhi, Luiz Giumbelli, Orestes Francisco Antunes, Oscar Stremer, Romeu Gasser, Santo Domênico Calza, Valdemar José da Silva e Anselmo Toaldo, num total de 30.349,77m² de área a pavimentar, com valor orçado de R\$ 2.603.513,73 (dois milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e treze reais e setenta e três centavos), sendo R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), oriundos de operação de crédito contratada ao BADESC, conforme memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos integrantes do projeto.

Após analisar as propostas constatou-se a seguinte cotação de preços::

Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda.: R\$ 2.603.512,01

Setep Construções S/A.: R\$ 2.551.728,90

Viga Pavimentações e Obras Ltda.: R\$ 2.551.291,17

A empresa: Viga Pavimentações e Obras Ltda., ofereceu o menor preço para execução total do objeto do presente processo licitatório, no valor total de R\$ 2.551.291,17 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e um reais e dezessete centavos), sendo declarada vencedora da licitação pela comissão de licitação.

Abre-se vistas ao processo e prazo para interposição de recursos na forma da Lei.

Capinzal, 22 de março de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da CPL.

Contrato 0022/2012 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0022/2012 - FMSC

Pregão Eletrônico 0003/2012

Processo Licitatório Nº 0010/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: MARIOLECI CASAGRANDE & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição a população do Município, durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

VALOR R\$: 103.395,09

VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0023/2012 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0023/2012 - FMSC

Pregão Eletrônico 0003/2012

Processo Licitatório Nº 0010/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: MAURO MARCIANO COM. DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição a população do Município, durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

VALOR R\$: 14.250,00

VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0024/2012 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0024/2012 - FMSC

Pregão Eletrônico 0003/2012

Processo Licitatório Nº 0010/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição a população do Município, durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

VALOR R\$: 46.842,40

VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0025/2012 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0025/2012 - FMSC

Pregão Eletrônico 0003/2012

Processo Licitatório Nº 0010/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: BH FARMA COMERCIO LTDA.

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição a população do Município, durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

VALOR R\$: 14.413,00

VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0026/2012 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0026/2012 - FMSC

Pregão Eletrônico 0003/2012

Processo Licitatório Nº 0010/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA

OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição a população do Município, durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

VALOR R\$: 48.338,90

VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0027/2012 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0027/2012 - FMSC

Pregão Eletrônico 0003/2012
Processo Licitatório Nº 0010/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição a população do Município, durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica.
VALOR R\$: 17.753,50
VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0028/2012 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0028/2012 - FMSC
Pregão Eletrônico 0003/2012
Processo Licitatório Nº 0010/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: CRISTÁLIA PROD. QUÍM. FARMACEUTICOS LTDA
OBJETO: Aquisição Fracionada de Medicamentos para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, para posterior distribuição a população do Município, durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica.
VALOR R\$: 45.137,50
VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0078/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0078/2012
Pregão Presencial 0011/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, para fornecimento mediante parecer social, através da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, deste município, para a Assistência Comunitária, com recursos próprios, para o ano de 2012.
VALOR R\$: 11.454,70
VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0079/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0079/2012
Pregão Presencial 0012/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: LIMGER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar vigilância e monitoramento do sistema de alarme da Secretaria da Educação, das escolas municipais do Ensino Fundamental, Creches e Centros de Educação Infantil, para o ano de 2012, Recursos Próprios.
VALOR R\$: 13.296,00
VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0080/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0080/2012
Pregão Presencial 0015/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: JORGE LUIZ ZENARO
OBJETO: Aquisição de m³ 40.000 (quarenta mil) metros cúbicos de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços Urbanos e estradas no interior do município, Recursos próprios.
VALOR R\$: 13.700,00
VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0081/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0081/2012
Pregão Presencial 0015/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: ROSELI MONTEIRO
OBJETO: Aquisição de m³ 40.000 (quarenta mil) metros cúbicos de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços Urbanos e estradas no interior do município, Recursos próprios.
VALOR R\$: 13.700,00
VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0082/2012

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0082/2012
Pregão Presencial 0015/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: INOVALE EMPREENDIMENTOS LTDA ME
OBJETO: Aquisição de m³ 40.000 (quarenta mil) metros cúbicos de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços Urbanos e estradas no interior do município, Recursos próprios.
VALOR R\$: 13.700,00
VIGÊNCIA: 20/03/2012 A 31/12/2012

Edital Chamada Pública 10/2012 - FME

EDITAL Nº 10, DE 21 DE MARÇO DE 2012
Estabelece normas para a chamada pública de Técnicos em Atividades Desportivas destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Fundação Municipal de Esportes, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999 e Lei nº 2.962, de 18 de maio de 2011 e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da administração indireta do Município de Capinzal para provimento de vagas na Fundação Municipal de Esportes e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital nº 42/2011, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de Técnicos em Atividades Desportivas destinada ao provimento de vagas temporárias de excepcional interesse público na Fundação Municipal de Esportes para o ano de 2012.

1. DATA E VAGAS

1.1 A data determinada para a Chamada Pública para os cargos de Técnico em Atividades Desportivas nas modalidades de Tênis de Mesa Escolinha e Xadrez Escolinha será dia 28/03/2012 (quarta-feira), das 13h30 às 15:00h, na secretaria da Fundação Municipal de Esportes, sito à Avenida XV de novembro, nº 1000 - térreo do Ginásio Municipal de Esportes Prefeito Dileto Bertaiolli, centro,

Capinzal.

1.2 As vagas existentes estão publicadas no mural público da Fundação Municipal de Esportes.

2. PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1 deste Edital munidos dos seguintes documentos:

- a) Cópia dos documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- b) Comprovante de tempo de serviço na área de atuação.

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga será obedecido o critério de classificação de maior tempo de serviço na área de atuação.

3.2 Havendo dois ou mais técnicos habilitados terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na Fundação Municipal de Esportes de Capinzal e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

Capinzal, em 21 de março de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Catanduvás

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0036/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0017/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0017/2012

Objeto: Aquisição de dois veículos automotivos, sendo um utilitário com capacidade mínima para 16 passageiros e outro com capacidade mínima para seis passageiros, visando o desempenho das atividades do Fundo Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas: às 09h15 do dia 04 de abril de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 23 de março de 2012 no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvás - SC, 22 de março de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato Nº 0069/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0069/2012

Pregão nº 0013/2012 (Processo Licitatório nº 0027/2012).

Objeto: Contratação de mão de obra para o conserto e aquisição de peças para manutenção do maquinário pesado da secretaria

de Infraestrutura visando o cumprimento do convenio celebrado entre o Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Catanduvás.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: MEPITA MECÂNICA PESADA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 77.476,20 (setenta e sete mil quatrocentos e setenta e seis reais e vinte centavos).

Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0076/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0076/2012

Pregão nº 0014/2012 (Processo Licitatório nº 0028/2012).

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas, visando o cumprimento do convênio celebrado com o Governo do Estado, bem como, o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: DE LIMA & SCHNEIDER LTDA.

Valor global contratado: R\$ 16.668,00 (dezesseis mil, seiscentos e sessenta e oito reais).

Prazo de vigência: 21 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 21 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Termo de RESCISAO Consensual do Contrato FMAS Nº 0008/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO DE RESCISAO CONSENSUAL DO CONTRATO FMAS Nº 0008/2012

Dispensada de licitação pública, de acordo com o disposto na Lei nº. 8666/93 e alterações.

Objeto: Contrato particular de prestação de serviços e locação de equipamentos.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): INVIO SAT MONITORAMENTO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME.

Para alterá-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças,

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA - Rescindir o contrato acima identificado firmado pelas partes, por interesse da Administração Municipal.

Fundamento jurídico: O presente termo de rescisão contratual tem amparo no arts. 65 e 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 06 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal.

Termo de RESCISAO Consensual do Contrato FMS Nº 0009/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO DE RESCISAO CONSENSUAL DO CONTRATO FMS Nº 0009/2012

Dispensada de licitação pública, de acordo com o disposto na Lei nº. 8666/93 e alterações.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Objeto: Contrato particular de prestação de serviços e locação de equipamentos.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): INVIOSAT MONITORAMENTO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças,

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA - Rescindir o contrato acima identificado firmado pelas partes, por interesse da Administração Municipal.

Fundamento jurídico: O presente termo de rescisão contratual tem amparo no arts. 65 e 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 06 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal.

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 3/2012 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2012- FMAS

Objeto: Contratação de empresa para transporte de pessoas, a fim de viabilizar a visita dos familiares dos internos do CRETA - Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas, localizado na cidade de Paulo Lopes - SC, com recursos oriundos do convênio PAEFI/FNAS, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/04/2012.

Abertura: dia 19/04/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 21 de março de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 42/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2012- PMC

Objeto: Aquisição de peças para conserto do sistema de freios da motoniveladora Volvo G710, Série 500176, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 19/04/2012.

Abertura: dia 20/04/2012, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br.

br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 21 de março de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato 1º TA Contrato Nº 100/2011 - PMC

Contrato Nº: 100/2011 1º TA 100/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: ENI LIMBERGER

Licitação: Dispensa de Licitação 3/2011

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0017.2018.333903615000000.01190000

Objeto: Locação de Imóvel

Vigência: Início: 15/03/2012 Término: 15/03/2013

Valor R\$ 22.340,88(VINTE E DOIS MIL E TREZENTOS E QUARENTA REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 31/2012 - PMC

Contrato Nº: 31/2012 1º TA 31/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 40/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905192000000.03190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905199000000.01190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905192000000.03190000

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de reforma e implementação do projeto preventivo contra incêndio no CMEI Natureza, para execução de obra de ampliação e instalação do sistema preventivo de incêndio na EBM Melvim Jones e reforma e construção de depósito na EBM Venâncio Finger, neste Município.
Vigência: Início: 02/03/2012 Término: 10/06/2012

Extrato 1º TA Contrato Nº 328/2011 - PMC

Contrato Nº: 328/2011 1TA 328/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: A.S. JUNIOR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 32/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0026.1008.344905198000000.01000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E MÃO DE OBRA), PARA CONSTRUÇÃO DE UM BARRAÇÃO PRE- MOLDA-DO NO ESTÁDIO MUNICIPAL DOMINGOS MACHADO DE LIMA NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA SC.

Vigência: Início: 05/03/2012 Término: 07/05/2012

Valor R\$ 6.882,23(SEIS MIL E OITOCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 373/2011 - PMC

Contrato Nº: 373/2011 1º TA 373/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E

OBRAS LTDA - EPP

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 35/2011

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.0 1440000

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação asfálticas e drenagem pluvial.

Vigência: Início: 02/03/2012 Término: 18/06/2012

Valor R\$ 12.223,86(DOZE MIL E DUZENTOS E VINTE E TRES REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 375/2011 - PMC

Contrato Nº: 375/2011 1º TA 375/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 43/2011

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.0 1160000

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação da Rua Luiz Vivan, neste Município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

Vigência: Início: 02/03/2012 Término: 25/06/2012

Valor R\$ 10.530,49(DEZ MIL E QUINHENTOS E TRINTA REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS)

Extrato 2º TA Contrato Nº 278/2011 - PMC

Contrato Nº: 278/2011 2ºTA 278/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: CONCÓRDIA ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA ME

Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia 23/2011

Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETOS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS NA ÁREA DE ENGENHARIA ELÉTRICA.

Vigência: Início: 09/03/2012 Término: 30/06/2012

Valor R\$ 1.568,17(HUM MIL E QUINHENTOS E SESENTA E OITO REAIS E DEZESSETE CENTAVOS)

Extrato 2º TA Contrato Nº 3/2011 - FMHIS

Contrato Nº: 3/2011 2ºTA 3/2011

Contratante: FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTER. SOC. DE CONCORDIA

Contratada: IMOBILIÁRIA IDEAL LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 2/2011

Dotação: 16.001.000.0016.0481.0062.2253.333903910000000.0 1000000

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM ATENDIMENTO A DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

Vigência: Início: 15/03/2012 Término: 15/07/2012

Valor R\$ 1.000,00(HUM MIL REAIS)

Extrato 5º TA Contrato Nº 1/2008 - FUMdeMA

Contrato Nº: 1/2008 5º TA 1/2008

Contratante: FUNDAÇÃO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada: CRI COLETA RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA ME

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 1/2008

Dotação: 21.001.000.0018.0543.0081.2503.333903928000000.0 1000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA

SANITARIA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE COLETA SELETIVA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS RECICLAVEIS.

Vigência: Início: 09/03/2012 Término: 08/03/2013

Valor R\$ 156.092,40(CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL E NOVENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 1/2012 - FMHIS

Contrato Nº: 1/2012

Contratante: FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTER. SOC. DE CONCORDIA

Contratada: IMOBILIÁRIA CONCÓRDIA LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 1/2012

Dotação: 16.001.000.0016.0481.0062.2253.333903910000000.0 1000000

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM ATENDIMENTO A DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

Vigência: Início: 19/03/2012 Término: 19/09/2012

Valor R\$ 1.800,00(HUM MIL E OITOCENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 11/2012 - FMEC

Contrato Nº: 11/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA

Contratada: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SADIA

Licitação: Dispensa de Licitação 2/2012

Dotação: 20.001.000.0027.0812.0076.2453.333903910000000.0 1000000

Objeto: LOCAÇÃO DE IMOVEIS PARA TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DAS ESCOLINHAS ESPORTIVAS DA FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Vigência: Início: 08/03/2012 Término: 08/03/2013

Valor R\$ 52.669,98(CINQUENTA E DOIS MIL E SEISCENTOS E SESENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 12/2012 - FMEC

Contrato Nº: 12/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA

Contratada: SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI

Licitação: Dispensa de Licitação 3/2012

Dotação: 20.001.000.0027.0811.0075.2452.333903910000000.0 1000000

Objeto: LOCAÇÃO DE IMOVEIS PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA FMEC PARA TREINAMENTO DAS EQUIPES DE COMPETICAO E ESCOLINHAS.

Vigência: Início: 09/03/2012 Término: 08/03/2013

Valor R\$ 7.455,50(SETE MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 142/2012 - PMC

Contrato Nº: 142/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: CANV CENTRO ASSISTENCIAL NOVA VIDA

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 10/2012

Dotação: 09.001.000.0008.0243.0035.2034.333903999000000.0 1000000

Objeto: Prestação de serviço de internamento de adolescente, conforme determinação judicial.

Vigência: Início: 01/03/2012 Término: 28/02/2013

Valor R\$ 12.716,76(DOZE MIL E SETECENTOS E DEZESSEIS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 143/2012 - PMC

Contrato Nº: 143/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 42/2011
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905180000000.0 1450000
Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração e implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, neste Município de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.
Vigência: Início: 02/03/2012 Término: 06/04/2013
Valor R\$ 299.000,00(DUZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL REAIS)

Extrato Contrato Nº 144/2012 - PMC

Contrato Nº: 144/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 7/2012
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905107000000.0 1000000
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de reforma dos banheiros, palco, concha acústica e parque localizados na Praça Dogello Goss.
Vigência: Início: 02/03/2012 Término: 29/08/2012
Valor R\$ 121.064,97(CENTO E VINTE E HUM MIL E SSESSENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 145/2012 - PMC

Contrato Nº: 145/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: G. RAUBER - TRANSPORTES - ME
Licitação: Dispensa de Licitação 12/2012
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2016.333903926000000.0 3580000
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.
Vigência: Início: 02/03/2012 Término: 01/05/2012
Valor R\$ 11.348,56(ONZE MIL E TREZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 146/2012 - PMC

Contrato Nº: 146/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA
Licitação: Pregão 8/2012
Dotação: 02.001.000.0004.0121.0003.2003.333903016000000.0 1000000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO GRÁFICO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO.
Vigência: Início: 02/03/2012 Término: 30/04/2012
Valor R\$ 20.070,00(VINTE MIL E SETENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 147/2012 - PMC

Contrato Nº: 147/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: LIBRELATO IMP. AGRICOLAS E ROD. LTDA
Licitação: Pregão 13/2012
Dotação: 07.001.000.0020.0606.0026.1008.344905252000000.0

1000000
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905252000000.0 1000000
Dotação: 11.001.000.0026.0782.0044.1013.344905252000000.0 3890000
Dotação: 12.001.000.0028.0846.0046.2043.344905252000000.0 1540000
Objeto: Aquisição de veículos
Vigência: Início: 05/03/2012 Término: 30/03/2015
Valor R\$ 24.500,00(VINTE E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 148/2012 - PMC

Contrato Nº: 148/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: FERMAC PEÇAS E VEÍCULOS LTDA
Licitação: Pregão 13/2012
Dotação: 07.001.000.0020.0606.0026.1008.344905252000000.0 1000000
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905252000000.0 1000000
Dotação: 11.001.000.0026.0782.0044.1013.344905252000000.0 3890000
Dotação: 12.001.000.0028.0846.0046.2043.344905252000000.0 1540000
Objeto: Aquisição de veículos
Vigência: Início: 05/03/2012 Término: 30/03/2015
Valor R\$ 94.800,00(NOVENTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 149/2012 - PMC

Contrato Nº: 149/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: CORDIAL - DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA
Licitação: Pregão 13/2012
Dotação: 07.001.000.0020.0606.0026.1008.344905252000000.0 1000000
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905252000000.0 1000000
Dotação: 11.001.000.0026.0782.0044.1013.344905252000000.0 3890000
Dotação: 12.001.000.0028.0846.0046.2043.344905252000000.0 1540000
Objeto: Aquisição de veículos
Vigência: Início: 05/03/2012 Término: 30/03/2015
Valor R\$ 87.850,00(OITENTA E SETE MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 150/2012 - PMC

Contrato Nº: 150/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: CHV SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA ME
Licitação: Pregão Eletrônico 64/2011
Dotação: 10.001.000.0023.0691.0039.2038.333903999000000.0 1000000
Dotação: 11.001.000.0026.0782.0043.2041.333903999000000.0 1000000
Objeto: PRESTACAO DE SERVICOS DE HORAS MAQUINAS .
Vigência: Início: 05/03/2012 Término: 31/12/2012
Valor R\$ 73.950,00(SETENTA E TRES MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 151/2012 - PMC

Contrato Nº: 151/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 8/2012

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.0 1000000

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra para implantação de praça, no Loteamento Renascença, Bairro Guilherme Reich

Vigência: Início: 05/03/2012 Término: 01/09/2012

Valor R\$ 84.426,65(OITENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS E VINTE E SEIS REAIS E SESENTA E CINCO CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 152/2012 - PMC

Contrato Nº: 152/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 52/2011

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905107000000.0 1190000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DO CMEI ITÁLIA CHIUCHETA.

Vigência: Início: 06/03/2012 Término: 02/09/2012

Valor R\$ 174.558,74(CENTO E SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 153/2012 - PMC

Contrato Nº: 153/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: OCTAVIANO ZANDONAI & CIA LTDA

Licitação: Pregão 16/2012

Dotação: 02.001.000.0004.0122.0002.2002.333903007000000.0 1000000

Dotação: 03.001.000.0004.0122.0007.2006.333903007000000.0 1000000

Dotação: 04.001.000.0004.0122.0008.2007.333903007000000.0 1000000

Dotação: 05.001.000.0004.0122.0012.2010.333903007000000.0 1000000

Dotação: 06.001.000.0012.0361.0014.2012.333903007000000.0 1010000

Dotação: 07.001.000.0004.0122.0021.2022.333903007000000.0 1000000

Dotação: 08.001.000.0015.0122.0027.2027.333903007000000.01 000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0033.2032.333903007000000.0 1000000

Dotação: 10.001.000.0004.0122.0038.2036.333903007000000.0 1000000

Dotação: 11.001.000.0026.0122.0042.2040.333903007000000.0 1000000

Dotação: 12.001.000.0028.0846.0046.2043.333903007000000.0 1000000

Dotação: 13.001.000.0010.0122.0048.2101.333903007000000.0 1020000

Dotação: 19.001.000.0013.0122.0070.2401.333903007000000.0 1000000

Dotação: 20.001.000.0027.0122.0074.2451.333903007000000.0 1000000

Dotação: 21.001.000.0018.0122.0080.2501.333903007000000.0

1000000

Objeto: AQUISICAO DE CESTAS ALIMENTACAO PARA DISTRIBUICAO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR N 530 DE 09 DE ABRIL DE 2009 E DECRETO 5.393 DE 13 04 2009.

Vigência: Início: 09/03/2012 Término: 09/04/2012

Valor R\$ 105.046,70(CENTO E CINCO MIL E QUARENTA E SEIS REAIS E SETENTA CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 154/2012 - PMC

Contrato Nº: 154/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: CBA INFORMÁTICA LTDA

Licitação: Pregão 23/2012

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.0 3190000

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática novos.

Vigência: Início: 09/03/2012 Término: 03/05/2015

Valor R\$ 24.600,00(VINTE E QUATRO MIL E SEISCENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 155/2012 - PMC

Contrato Nº: 155/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: VANDERLEI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Licitação: Pregão 22/2012

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0029.2029.333903039000000.0 1000000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905228000000.0 1890000

Dotação: 11.001.000.0026.0782.0043.2041.333903051000000.0 1000000

Objeto: aquisição de equipamentos diversos

Vigência: Início: 12/03/2012 Término: 11/05/2013

Valor R\$ 16.980,00(DEZESSEIS MIL E NOVECENTOS E OITENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 156/2012 - PMC

Contrato Nº: 156/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: VSLE - ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA ME

Licitação: Pregão 22/2012

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0029.2029.333903039000000.0 1000000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905228000000.0 1890000

Dotação: 11.001.000.0026.0782.0043.2041.333903051000000.0 1000000

Objeto: aquisição de equipamentos diversos

Vigência: Início: 12/03/2012 Término: 11/05/2013

Valor R\$ 7.300,00(SETE MIL E TREZENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 157/2012 - PMC

Contrato Nº: 157/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 11/2012

Dotação: 02.001.000.0004.0122.0002.2002.333903901000000.0 1000000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903901000000.0 1010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0017.2018.333903901000000.0 1190000

Objeto: Assinatura de jornais e revistas.

Vigência: Início: 12/03/2012 Término: 31/12/2012



Valor R\$ 13.520,00(TREZE MIL E QUINHENTOS E VINTE REAIS)

Extrato Contrato Nº 158/2012 - PMC

Contrato Nº: 158/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: REDE DE COMUNICACOES SC LTDA - ME

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 11/2012

Dotação: 02.001.000.0004.0122.0002.2002.333903901000000.01000000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903901000000.01010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0017.2018.333903901000000.01190000

Objeto: Assinatura de jornais e revistas.

Vigência: Início: 12/03/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 4.600,00(QUATRO MIL E SEISCENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 159/2012 - PMC

Contrato Nº: 159/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: EDITORA ABRIL S A

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 11/2012

Dotação: 02.001.000.0004.0122.0002.2002.333903901000000.01000000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903901000000.01010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0017.2018.333903901000000.01190000

Objeto: Assinatura de jornais e revistas.

Vigência: Início: 12/03/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 2.868,00(DOIS MIL E OITOCENTOS E SESENTA E OITO REAIS)

Extrato Contrato Nº 160/2012 - PMC

Contrato Nº: 160/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: SPEED VIDEO LTDA ME

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 11/2012

Dotação: 02.001.000.0004.0122.0002.2002.333903901000000.01000000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903901000000.01010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0017.2018.333903901000000.01190000

Objeto: Assinatura de jornais e revistas.

Vigência: Início: 12/03/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 3.300,00(TRES MIL E TREZENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 161/2012 - PMC

Contrato Nº: 161/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA LTDA

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 11/2012

Dotação: 02.001.000.0004.0122.0002.2002.333903901000000.01000000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903901000000.01010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0017.2018.333903901000000.01190000

Objeto: Assinatura de jornais e revistas.

Vigência: Início: 12/03/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 1.434,31(HUM MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E TRINTA E HUM CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 162/2012 - PMC

Contrato Nº: 162/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: EMPRESA EDITORA CONCORDIA LTDA

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 11/2012

Dotação: 02.001.000.0004.0122.0002.2002.333903901000000.01000000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903901000000.01010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0017.2018.333903901000000.01190000

Objeto: Assinatura de jornais e revistas.

Vigência: Início: 12/03/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 16.200,00(DEZESSEIS MIL E DUZENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 163/2012 - PMC

Contrato Nº: 163/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: PANINI BRASIL LTDA

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 11/2012

Dotação: 02.001.000.0004.0122.0002.2002.333903901000000.01000000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903901000000.01010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0017.2018.333903901000000.01190000

Objeto: Assinatura de jornais e revistas.

Vigência: Início: 12/03/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 19.842,00(DEZENOVE MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS)

Extrato Contrato Nº 164/2012 - PMC

Contrato Nº: 164/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: CANV CENTRO ASSISTENCIAL NOVA VIDA

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 12/2012

Dotação: 09.001.000.0008.0243.0035.2034.333903999000000.01000000

Objeto: Prestação de serviço de internamento de adolescente, conforme determinação judicial.

Vigência: Início: 14/03/2012 Término: 14/03/2013

Valor R\$ 12.716,76(DOZE MIL E SETECENTOS E DEZESSEIS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 165/2012 - PMC

Contrato Nº: 165/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 49/2011

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01000000

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e\\\\ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de cercas

Vigência: Início: 15/03/2012 Término: 13/06/2012

Valor R\$ 38.172,72(TRINTA E OITO MIL E CENTO E SETENTA E DOIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 166/2012 - PMC

Contrato Nº: 166/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: SIMBOLO COMERCIO DE BANDEIRAS LTDA

Licitação: Pregão 18/2012

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903050000000.01010000

Objeto: Aquisição de bandeiras

Vigência: Início: 15/03/2012 Término: 14/05/2012

Valor R\$ 10.070,00(DEZ MIL E SETENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 167/2012 - PMC

Contrato Nº: 167/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: EXTENCAO COM. DE MAQ. E EQUIP. DE INFORMATICA LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 13/2012

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.01010000

Objeto: aquisição de hd, memória e gaveta para o servidor de rede

Vigência: Início: 15/03/2012 Término: 15/03/2013

Valor R\$ 7.040,00(SETE MIL E QUARENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 168/2012 - PMC

Contrato Nº: 168/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 4/2012

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01000000

Objeto: contratação de empresa para execução de obra em regime empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), para execução de pavimentação de diversas ruas no Município de Concórdia SC.

Vigência: Início: 15/03/2012 Término: 11/09/2012

Valor R\$ 227.536,16(DUZENTOS E VINTE E SETE MIL E QUINHENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 2/2012 - FMC

Contrato Nº: 2/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

Contratada: CONCÓRDIA ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA ME

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012

Dotação: 19.001.000.0013.0392.0072.2403.344905180000000.01000000

Objeto: contratação de empresa para elaboração de projetos para revitalização do centro cultural

Vigência: Início: 01/03/2012 Término: 01/06/2012

Valor R\$ 55.415,00(CINQUENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS E QUINZE REAIS)

Extrato Contrato Nº 3/2012 - FMC

Contrato Nº: 3/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

Contratada: UNITECNO-COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

Licitação: Pregão 1/2012

Dotação: 19.001.000.0013.0122.0070.2401.333903994000000.01000000

Objeto: Sistema para gerenciamento da Biblioteca Publica Municipal.

Vigência: Início: 15/03/2012 Término: 15/03/2013

Valor R\$ 4.620,00(QUATRO MIL E SEISCENTOS E VINTE REAIS)

Extrato Termo de PERMISSÃO e Uso Nº 1/2012 - PMC

TERMO DE PERMISSÃO E USO Nº: 1/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: COMERCIO DE JORNAIS E REVISTAS LOCATELLI LTDA

Licitação: Concorrência para Concessão 1/2012

Objeto: A PRESENTE LICITACAO TEM POR OBJETO A SELECAO DE EMPRESA PARA OUTORGA DE PERMISSAO DE USO DAS INSTALACOES DAS SALAS N 5 DO QUIOSQUE, COM FINALIDADE DE EXPLORACAO DAS MESMAS COMO REVISTARIA.

Vigência: Início: 15/03/2012 Término: 10/03/2016

Valor R\$ 2.855,00(DOIS MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS)

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDBFG/BOLSAFAMÍLIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDBFG/BOLSAFAMÍLIA, repasse no valor de R\$ 3.511,01 (três mil quinhentos e onze reais e um centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 22 de março de 2011.

CRISTIANE WERLANG

Gestora do FMAS

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDSUAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS, parcela 07/2011.

Concórdia SC, 22 de março de 2012.

CRISTIANE WERLANG

Gestora do FMAS

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDSUAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS, parcela 08/2011.

Concórdia SC, 22 de março de 2012.

CRISTIANE WERLANG

Gestora do FMAS

Editais de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDSUAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS, parcela 01/2012.

Concórdia SC, 22 de março de 2012.
CRISTIANE WERLANG
Gestora do FMAS

Editais de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDSUAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS, parcela 02/2012.

Concórdia SC, 22 de março de 2012.
CRISTIANE WERLANG
Gestora do FMAS

Editais de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMASPBVII/IDOSOS/e OU CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS e SUAS FAMÍLIAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PBVII/IDOSOS/E OU CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS E SUAS FAMÍLIAS, o valor de R\$ 1.688,40 (mil seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).

Concórdia SC, 22 de março de 2012.
CRISTIANE WERLANG
Gestora do FMAS

Extrato de RATIFICAÇÃO de Dispensa de Licitação Nº 14/2012 - PMC

MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2012 - PMC

A Diretora Administrativa torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storquio, Chefe de Departamento, que Dispensou a licitação, nos termos do Inciso IV, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para alunos da rede Pública Estadual do Ensino Médio e Fundamental em caráter EMERGENCIAL, a favor

das empresas G. RAUBER TRANSPORTES - ME, no valor total de R\$ 8.304,90 (oito mil trezentos e quatro reais e noventa centavos), JOSÉ DELLABONA - ME, no valor total de R\$ 30.504,60 (trinta mil quinhentos e quatro reais e sessenta centavos) e ORTÊNCIA AN-DOGNINI BALBINOT - ME, no valor total de R\$ 37.884,00 (trinta e sete mil oitocentos e oitenta e quatro reais).

Concórdia, SC, 22 de março de 2012.
NEUSA TEREZINHA S. GUGEL
Diretora Administrativa

Extrato do Termo de Cancelamento Pregão Presencial Nº 33/2012 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2012 - PMC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2012 - PMC

Objeto: aquisição de produtos para a confraternização da Páscoa para os servidores Públicos Municipais descritos nos anexos "A" e "B" deste edital.

EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO

Por conveniência administrativa, torna-se público que o processo em referência foi CANCELADO.

Concórdia, SC, 22 de março de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Portaria Nº 110/2012

PORTARIA Nº 110/2012 DE 21 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso II do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o Sr. MILTON LUIZ ROMANINI, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir de 01 de abril de 2012.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de março de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 055, De 19 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 055, DE 19 DE MARÇO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DOS VENCIMENTOS DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS AO NOVO PISO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

- Considerando o Piso Nacional do Magistério instituído pela Lei Federal nº 11.738/2008, de 16 de julho de 2008;
- Considerando que o Ministério da Educação fixou o Piso Nacional do Magistério para o exercício de 2012 em R\$ 1.451,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais), retroativo a janeiro de 2012;
- Considerando a vigência da Lei Complementar nº 026, de 21 de dezembro de 2009, que assegura aos membros do Magistério Público de Coronel Martins o Piso Nacional do Magistério, de acordo com a previsão dos seus artigos 57, 63 e 124;

DECRETA:

Art. 1º Ficam automaticamente elevados para o valor do novo Piso Nacional do Magistério, de R\$ 1.451,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais), os vencimentos dos membros do Magistério do Município de Coronel Martins que, em 1º de janeiro de 2012, resultaram em valor menor do que o novo piso, respeitando-se a proporcionalidade da carga horária semanal.

Art. 2º O Município implementará o novo a partir de 1º de janeiro de 2012 e pago a partir de março/2012, ficando o setor competente autorizado a calcular as diferenças eventualmente verificadas nos pagamentos dos servidores já realizados referente ao mês de janeiro e fevereiro de 2012, para que sejam incluídas na folha de pagamento do corrente mês de março de 2012.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 19 de março de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 057, De 22 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 057, DE 22 DE MARÇO DE 2012.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARATER TEMPORÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC, CONFORME EDITAL Nº. 002, DE 08 DE MARÇO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica nos termos do presente Decreto, homologada as Inscrição para Processo Seletivo, para ingresso nos quadros de vagas

em Caráter Temporário das Secretarias de Educação Cultura e Esportes, Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Coronel Martins, conforme determina o Edital de Seleção nº. 002, de 08 de março de 2012

HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
001	GILMAR ALVES DE SOUZA	INDEFERIDO
002	VOLMAR LUIZ GONÇALVES	DEFERIDO
009	GEAN JUNIOR BOTEGA	DEFERIDO
018	FERNANDO GIRARDELLO	DEFERIDO
019	RUDINEI DA TRINDADE	DEFERIDO
020	ALTAIR DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
023	ADILSON MAICON CAPELARO	DEFERIDO
024	CLAUDEMIR ZANCO	DEFERIDO
026	CLEVERSON DORNELES CORREIA	DEFERIDO
027	VOLNEI CHITTO	DEFERIDO
029	LORIVAL ADRIANO FERREIRA	INDEFERIDO
036	SIDEVAN ROGELSON CHITTO	DEFERIDO
039	JOSE NEIVACIR CAMARGO	DEFERIDO
044	ADEMIR ROSA	INDEFERIDO
045	JOCEMAR AMARANTE	DEFERIDO
051	LEOPOLDO SMANIOTTO	DEFERIDO
054	JAIR PEREIRA	DEFERIDO
057	GILMAR ANTONIO BILICO	DEFERIDO

SERVENTE GERAL

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
003	IZETE FERNANDES DE OLIVEIRA DOS SANTOS	DEFERIDO
004	CLECIMAR DA SILVA	DEFERIDO
005	JUSSARA SOUZA DOS SANTOS	DEFERIDO
006	TEREZINHA SOUZA BALSANELLO	DEFERIDO
010	SIDINEIA BIAZIN	DEFERIDO
012	DAIANE VARGAS RAMOS	DEFERIDO
014	LORENI APARECIDA CASTRO DOS SANTOS	DEFERIDO
015	MARILENE BASI	DEFERIDO
016	MARIA DA APARECIDA BILICO ZANCO	DEFERIDO
017	IVONETE VALARDÃO FLORES PREVIATTI	DEFERIDO
021	NEUSA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
022	IVETE PERUZZO THIBES	DEFERIDO
028	RAQUEL RIBEIRO DOS SANTOS	DEFERIDO
030	FÁTIMA MARNENTINI PERTILLE	DEFERIDO
031	CRESCÉLIA APARECIDA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
032	CLEONICE DALONSSO	DEFERIDO
033	GERCI RODRIGUES DE MELO BOTTEGA	DEFERIDO
037	JULIANA ALVES BRUM	DEFERIDO
040	MARIA GENI ALVES	DEFERIDO
041	JUCELI DE FÁTIMA GIRARDI BRUM	DEFERIDO
046	CLAUDETE RIBEIRO	DEFERIDO
048	DILIANE ALVES DE LIMA MELO	DEFERIDO
050	IRMA MORES	DEFERIDO
053	EDINEIA SIMONE BIAZIN	DEFERIDO
055	CATARINA PICCHI	DEFERIDO
056	ERONY SALETE MAY TRENTA	DEFERIDO

AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
043	LAÍS FERNANDA MOREIRA	DEFERIDO

OPERADOR DE MAQUINA II



Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
011	ADEMIR DA SILVA	DEFERIDO
025	EZEQUIEL DUTRA	INDEFERIDO
034	SANDRO CAMPANA	DEFERIDO
035	ANGELINO INÁCIO	DEFERIDO
038	CELMO MORES	INDEFERIDO
049	ERIBERTO CALZA	DEFERIDO

MONITOR DE PROJETOS/JUDÔ

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
042	LEODORO DE LIMA	DEFERIDO

AGENTE DE SAUDE

Nº.INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
007	ANDERSON MARCOS PINHEIRO	DEFERIDO
008	ELIANE ALVES BENA	DEFERIDO
013	DAIANE NARA BELATTO	DEFERIDO
047	ANGÉLICA INÁCIO CUCHI	DEFERIDO
052	RAMON CASTILHO RAVARENA	DEFERIDO

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Coronel Martins - SC em 22 de Março de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 033 de 12 de Março de 2012.

PORTARIA Nº. 033 DE 12 DE MARÇO DE 2012.

DESIGNA E AUTORIZA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal 2ª Edição 2005 Consolidada;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

DESIGNAR E AUTORIZAR:

Art. 1º Os Servidores Públicos Municipais, juntamente com o Setor Patrimonial desta Prefeitura, para auxiliar nos serviços de encaminhamentos para Renovação dos Certificados dos Registros e Licenciamentos dos Veículos pertencentes desta Prefeitura Municipal de Coronel Martins/SC, junto a Delegacia de Polícia do Município de São Domingos/SC, conforme abaixo relacionados:

Nome	Cargo	CPF
Lodacir Spricigo	Motorista	489.840.949-00
Mareci Ângelo Trento	Motorista	594.536.729-04
Lucas Cuchi	Chefe de Gabinete	061.469.279-29
Fabiano Joton	Assessor de Tributação	010.175.239-32
Pedro Moacir Bolzan	Sec.Mun.de Adm.Planj.e Finç	593.769.109-15
Vilson Vanderlei Kielb	Contador	024.486.359-86
Darci Cabral de Me-deiros	Prefeito Municipal	653.469.479-49
Gilmar Belatto	Motorista	854.091.389-53
Olvair Antonio Sartori	Coord. do Controle Interno	944.353.759-15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 106 de 26 de Agosto de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 12 de Março de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Aviso de Licitação Processo FMAS N. 002/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO FMAS N. 002/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMAS N. 002/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial FMAS n. 002/2012, até às 9:15 horas do dia 05 de abril de 2012, e farão abertura das mesmas às 9:30 horas do mesmo dia. Constitui-se do objeto da presente licitação a seleção de propostas para contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte intermunicipal de componentes do Grupo de Idosos Renascer, do município de Coronel Martins, para confraternização com grupos de idosos de outros municípios, totalizando 7.000 (sete mil) quilômetros rodados, tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 20 de março de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Errata da Portaria Nº 1779/12 - de 29 de Fevereiro de 2012 publicada em 20 de Março de 2012.

Errata da Portaria nº 1779/12 - de 29 de fevereiro de 2012 publicada em 20 de março de 2012.

Onde se lê:

"Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 156 e 157/2011, o senhor Alvaro Poerner "

Leia-se:

"Nomear como responsável pela execução do contrato nº 025/2012, o senhor Alvaro Poerner "

Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preços 016/11 - Primeiro Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/11

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 007/11

Modalidade Pregão Presencial nº 003/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS, representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor MARCELO WAIS, CPF nº 632.005.380-15.

Objeto: eventuais aquisições de APÓLICE DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO ATÉ O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

Cláusula Primeira - Do Preço: Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, altera-se o valor do Contrato no valor de R\$ 2.491,98 (dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa e oito centavos), referentes ao endosso de inclusão do veículo Nissan Livina Grand S !.* 16V Flex - Fuel Me - 0KM - Placas MHZ 3272.

Data da Assinatura: 01/03/2011

Data da Vigência: 01/03/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Edital de Chamamento Nº. 010/2012

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 010/2012

(Edital de Concurso Público nº. 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de

Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº. 001/2010 de 23 de fevereiro de 2011, conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

O candidato convocado por este edital, deverá apresentar-se, na Clínica Médica Bem Viver Ltda, sito à rua Intd. Ernesto Blunk, s/nº, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento da candidata no dia e horário determinado, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

O candidato deverá apresentar à Clínica Médica Bem Viver Ltda, os resultados dos exames médicos que forem solicitados no dia da consulta, no prazo de 30 (trinta) dias a contar a da data da mesma.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, 20 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: ENFERMEIRO DE UNIDADE BÁSICA

Ordem	Nome	Data	Horário
1º	Dayana Joice Mahs	26/03/2012	14h40min

CARGO: TRABALHADOR BRAÇAL

Ordem	Nome	Data	Horário
6º	Claudio Dalcanale	28/03/2012	10 horas

CARGO: PSICÓLOGA

Ordem	Nome	Data	Horário
6º	Karen Kristina Kazmierczak	29/03/2012	08h40min

CARGO: ASSISTENTE PEDAGÓGICO

1º	Deise da Silva Rivelles	26/03/2012	15 horas
2º	Marisa Kühl Judachewsky	27/03/2012	8h20min
3º	Vivian Kühl	29/03/2012	8h20min
4º	Maria Aparecida Rosa	02/04/2012	14h40min

5º	Miriam Taufenbach	02/04/2012	15 horas
----	-------------------	------------	----------

Lei Nº 2061/12 - ERRATA

ERRATA

O Município de Corupá, apresenta errata da Lei Nº 2061/12, com texto erroneamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 12 de março de 2012.

Justifica-se os termos desta errata como erro material.

A Lei passará a vigorar com a seguinte redação:

AUTORIZA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA, A EFETUAR A CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS INDIVIDUAIS NA FORMA DE CASAS E/OU APARTAMENTOS, CONSTRUÍDAS PELO MUNICÍPIO NO ÂMBITO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica autorizado a construção de unidades habitacionais denominadas casas e/ou apartamentos de Interesse Social, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida, subsidiada pelo Governo Federal - Ministério das Cidades, com contrapartida do Município de Corupá - Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, criado pela Lei Municipal nº1842/08 e com respaldo na Lei Complementar nº 034/11 que cria o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art.2º - Os imóveis onde serão construídas as unidades habitacionais, são de propriedade do Município de Corupá, identificados no final da Rua 140 - João Bankardt/Bairro João Tozini, com uma área de 7.000,00m², no perímetro urbano nº da matrícula CRI 24.673 na Comarca de Jaraguá do Sul - SC, outro na Rua Augusto Borchardt, Bairro Bomplant, com uma área de 49.675,25m² no perímetro urbano, nº da matrícula CRI 62.168 na Comarca de Jaraguá do Sul Estado de Santa Catarina.

Art.3º - Fica igualmente autorizado a firmar contrato de compra e venda das unidades habitacionais, denominadas "HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL", através do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, doravante denominado para efeitos desta Lei da sigla FMHIS, edificadas pelo município nos imóveis nominados no artigo 2º.

Art.4º - A operação de alienação será procedida, mediante estudo de caso, pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação e obedecerá o processo de dispensa de licitação em conformidade com o artigo 17 inciso I, letra f, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações que, dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, levando em consideração os Programas Habitacionais de Interesse Social, destinados a pessoas de baixa renda.

Art.5º - As despesas com escrituração, registro imobiliário e outras incidentes sobre o imóvel, correrão por conta do promitente comprador, sendo a escritura definitiva outorgada ao mesmo, após quitação do preço, segundo as cláusulas e condições estabelecidas no contrato padrão, em anexo, o qual faz parte desta lei.

Art.6º - O preço do imóvel, será pago pelo promitente comprador

no prazo de 360(trezentos e sessenta) parcelas mensais, a contar da assinatura do contrato, reajustáveis de acordo com a variação do índice da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), ou outro índice legal que venha a substituí-lo, até o dia 10(dez) de cada mês, em agência bancária a ser definida pelo Município. Parágrafo Único - As parcelas serão no valor de 10% (dez por cento) da renda familiar, não podendo serem em valor inferior a 33 (trinta e três) UFRMs.

Art.7º - As receitas decorrentes da presente operação serão levadas à crédito em dotação específica do orçamento do FMHIS.

Art.8º - No caso do promitente comprador, desejar alienar o imóvel, tendo em vista o cunho social da presente lei, fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a exercer o direito de preferência, pelo preço pago pelo comprador, atualizado pela variação da UFRM, através da dispensa de licitação, com base no dispositivo do art.24, inciso X, da Lei Federal 8.666/93, e suas alterações. Parágrafo Único - No caso específico do exercício do direito de preferência constante no caput, as despesas correrão por conta de dotação específica do orçamento do FMHIS.

Art.9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

ANEXO I

CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA

Pelo presente instrumento de promessa de compra e venda, de um lado como PROMITENTE VENDEDOR - O MUNICÍPIO DE CORUPÁ, SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede administrativa na Av. Getúlio Vargas, 443, nesta cidade de Corupá, SC, através do agente financiador de imóveis, o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL- FMHIS. neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Exmo. Sr. _____, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº _____, e de outro lado, como PROMITENTE COMPRADOR:

Nome: _____, nacionalidade: _____,
_____profissão: _____, data
de nascimento: _____, estado civil: _____,
_____, CPF: _____, identidade: _____,
_____, endereço: _____,
_____, cidade: _____, Estado: _____,
ajustaram e contrataram a presente promessa de compra e venda do imóvel localizado _____, adiante especificado, no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por dispensa de Licitação, processo nº _____, em conformidade com o disposto no artigo 17, inciso I, letra "f", da Lei 8.666/93 e suas alterações, nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato a compra e venda de um imóvel e benfeitoria, com a seguinte descrição: _____

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E PAGAMENTO

O preço total do presente contrato, de acordo com custo da obra edificada, do terreno e da infra-estrutura, é de xxxx UFRMS, os quais deverão ser pagos nas seguintes condições:

I - xxxx UFRMS _____(_____), no ato da assinatura do presente instrumento;

II - _____ (_____), prestações mensais de xxxxx UFRMs _____ (_____) as quais de-verão ser pagas impreterivelmente até o 10 de cada mês, junto à Agência Bancária a ser identificada pelo Município de Corupá, SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da atualização dos saldos de acordo com as variações do índice da UFRM.

CLÁUSULA QUARTA - DOS JUROS E DO INADIMPLEMENTO

No caso de inadimplemento, no prazo estipulado, o PROMITENTE COMPRADOR ficará sujeito aos acréscimos legais de 1% (um por cento) ao mês, de juros moratórios e 2% (dois por cento) sobre as parcelas vencidas até o limite de 20% (vinte por cento), a título de multa.

Parágrafo Primeiro: O atraso injustificado de duas ou mais prestações mensais, importará em rescisão do presente contrato, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial, podendo o PROMITENTE VENDEDOR, promover as medidas judiciais cabíveis.

Parágrafo Segundo: O recebimento pelo PROMITENTE VENDEDOR de prestações em atraso, será feito em caráter excepcional e de mera tolerância, não caracterizando nenhuma novação nas cláusulas deste contrato.

Parágrafo Terceiro: Por comum acordo das partes contratantes, os pagamentos poderão ser antecipados parcial ou totalmente, não estando com isso, o PROMITENTE VENDEDOR autorizado a exigí-la.

Parágrafo Quarto: As receitas decorrentes da presente operação serão levadas a crédito em dotação específica do orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE COMPRADOR

O PROMITENTE COMPRADOR, obriga-se:

I - pagar pontualmente as prestações constantes nas cláusulas anteriores;

II - não dar outro fim ao imóvel, que não o de moradia sua e de seus dependentes, sendo vedado alugar, ceder, dar em comodato, emprestar, alienar sob qualquer título, penhorar, hipotecar, enquanto não quitado o imóvel;

III - não alterar ou ampliar o imóvel sem o consentimento expresso do PROMITENTE VENDEDOR, através da Secretaria competente, que, obrigatoriamente deverá obedecer os padrões de materiais usados na construção;

IV - após a quitação do imóvel, viabilizar a averbação da benfeitoria e a Escritura Pública, bem como a competente matrícula no Cartório de Registro de Imóveis, correndo as despesas por sua conta.

V - providenciar o pagamento de todos os tributos, impostos, taxas, contribuições, e outros ônus fiscais, Federais, Estaduais e Municipais que vierem a incidir sobre o imóvel.

VI - o PROMITENTE COMPRADOR obriga-se também, a qualquer tempo, ainda que não quitadas todas as prestações, a oferecer ao PROMITENTE VENDEDOR, o imóvel, nos casos de venda, dação em pagamento e outras formas de alienação, para que este use seu direito de preferência na compra, pelo preço pago pelo PROMITENTE COMPRADOR, atualizado pelos índices vigentes, com prazo para pagamento de até 30 (trinta) dias, após a comunicação expressa, nos termos do artigo 513 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Primeiro - No caso do exercício do direito de preferência, previsto no inciso VI, pelo PROMITENTE VENDEDOR, a operação será efetuada através de dispensa de licitação, em conformidade com o artigo 24, inciso X da Lei de Licitações e Contratos.

Parágrafo Segundo - As despesas decorrentes da operação prevista no inciso VI, correrão por conta de dotação específica

do orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUCESSÃO

O presente contrato, obriga em todas as cláusulas e condições, tanto a parte contratante, como seus sucessores e herdeiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE VENDEDOR

O PROMITENTE VENDEDOR se obriga:

I - permitir o ingresso do PROMITENTE COMPRADOR, imediata-mente após a assinatura do presente termo, no imóvel descrito na cláusula primeira;

II - outorgar e assinar em favor do PROMITENTE COMPRADOR, seus herdeiros, ou sucessores legítimos, a respectiva escritura definitiva do imóvel compromissado, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, uma vez que haja recebido do PROMITENTE COMPRADOR, seus herdeiros ou sucessores, a importância total do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As partes, em comum acordo, elegem o foro da Comarca de Jaraguá do Sul, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões, conflitos ou dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por assim terem contratado, assinam o presente em 05 (cinco) vias, em presença das testemunhas abaixo e a seguir dão cumprimento as exigências e formalidades legais.

Corupá, SC, ____ de _____ de _____

PROMITENTE VENDEDOR
MUNICÍPIO DE CORUPÁ
FMHIS

PROMITENTE COMPRADOR

TESTEMUNHA (1): TESTEMUNHA (2)

Ermo

PREFEITURA

Decreto Nº. 012 de 21 de Março de 2012

DECRETO Nº. 012 de 21 de março de 2012.

Dispõe Sobre o Cronograma de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e dá Outras Providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62, Incisos VIII e XI, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	



1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Abril de 2012
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Abril de 2012
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Abril de 2012
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Abril de 2012
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2013
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almo-xarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 21 de março de 2012.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 0130/2012

PORTARIA N.º 0130 DE 16 DE JANEIRO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 003/2011, homologado pelo decreto 280/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JULIO CESAR DACOL, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 005.381.289-17, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 17 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0787/2012

PORTARIA Nº 0787, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 2584/2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público DARCEU CANDIDO VELOSO, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Presidente;
II - JOÃO RUDNEI BELOTTO - Membro;
III - RICARDO SCHIRMER - Secretário.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
FRAIBURGO, SC., 21 de Março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0788/2012

PORTARIA N.º 0788 DE 22 DE MARÇO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ALESSANDRA MARIA DORNELLES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 005.238.349-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, por 40 horas semanais, a partir de 21 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0789/2012

PORTARIA N.º 0789 DE 22 DE MARÇO DE 2012.

Retifica e Ratifica a Portaria nº. 0750/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0442/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 0750 de 13 de março de 2012, que prorrogou a carga horária da servidora CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL, alterando a carga horária de 20 horas semanais para 40 horas semanais, no período de 14 de março de 2012 até 11 de maio de 2012

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 0750 de 13 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0790/2012

PORTARIA N.º 0790, DE 22 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;
E considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 2.407, de 15 de fevereiro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 30 de março de 2012, a servidora TERESA ALVES DOS SANTOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 607.063.339-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 horas semanais e PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor, com data de início fixada em 15 de dezembro de 2011 e data da concessão 28 de janeiro de 2012, Benefício nº 1523642480.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento.

Portaria Nº 0791/2012

PORTARIA N.º 0791, DE 22 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;
E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 5.139, de 25 de novembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 30 de março de 2012, o servidor ANTONIO FURLANETTO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 554.920.379-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 09 de julho de 2011 e data da concessão em 23 de outubro de 2011, Benefício nº 1505794827.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento.

Portaria Nº 0792/2012

PORTARIA Nº 0792, DE 22 DE MARÇO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora FLÁVIA PATRICIA LAGNI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 017.252.909-36, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0793/2012

PORTARIA Nº 0793, DE 22 DE MARÇO DE 2012.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0328/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 13 (treze) para 15 (quinze) horas semanais a carga horária do servidor VALCIR ALVES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 005.237.519-66, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0794/2012

PORTARIA Nº 0794 DE 22 DE MARÇO DE 2012.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar FRANCIELY MORAES PEREGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 045.330.749-36, contratada em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 9136, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT12PMF38, Processo Administrativo Licitatório nº 0003/2012, Tomada de Preços nº 0001/2012, cujo objeto é a execução de uma ampliação na Escola Municipal "Carlos Gomes", situada na Localidade de Dez de Novembro, neste município, com área a ser construída de 150,41 m².

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0013/2012 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0075/2012 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0013/2012 - PMF

O Município de Fraiburgo - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna pública a Inexigibilidade de Licitação nº 0013/2012 - PMF, para aquisição de 24.200 (vinte e quatro mil e duzentos) "Cadernos de Educação", numa quantidade de 1.100 (um mil e cem) exemplares semanais, a serem entregues durante 22 (vinte e duas) semanas, em Centros de Educação da rede de ensino Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Extensão CEM Santo Antonio e CEM Antonio Porto Burda (PETI), deste município, nos períodos de 17 de março a 30 de junho de 2012 e 20 de outubro a 24 de novembro de 2012, juntamente com a assinatura do jornal "A Coluna", em favor da Editora Gráfica A Coluna Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 07.829.119/0001-10, no valor total de R\$ 50.820,00 (cinquenta mil, oitocentos e vinte reais), conforme art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. O preço ora contratado está de acordo com o valor de mercado.

Fraiburgo (SC), 13 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Resolução Conselho Municipal de Saúde Nº 004/2012

DELIBERAÇÃO 004/CMS/12

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971, de 03 de setembro de 2008, em reunião ordinária realizada no dia 21 de março de 2012, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salette, DELIBEROU pela Indicação dos Conselheiros Municipais de Saúde: Angelita Ribeiro Fadani, Jakson França, Marilene Lazaretti, Rafael

Luiz de Mello, Salete Paris, Sandra Rogéria Balzan e Santina Libera Passoni, para participação do processo seletivo para o Curso de Informação e Comunicação em Saúde para o Controle Social, na modalidade a distância, a ser realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública - Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/FIOCRUZ, em parceria com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde - SEGEP/MS e o Conselho Nacional de Saúde - CNS.

Fraiburgo (SC), 21 de março de 2012.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Anexos do Balancete do Consórcio Cinco Relativos ao mês de Fevereiro de 2012

Betha Sistemas

Santa Catarina

Exercício de 2012

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Fevereiro

Balancete de Verificação - 2012

Página: 1/8

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	4.358.190,33D	1.542.980,81	1.535.796,25	4.365.374,89D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	26.660,69D	12.238,56	17.292,56	21.606,69D
1.1.1		DISPONÍVEL	26.660,69D	12.238,56	17.292,56	21.606,69D
1.1.1.1		DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	26.660,69D	12.238,56	17.292,56	21.606,69D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	26.660,69D	12.238,56	17.292,56	21.606,69D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	26.660,69D	12.238,56	17.292,56	21.606,69D
1.1.1.1.2.99.02		BANCO DO BRASIL	26.660,69D	12.238,56	17.292,56	21.606,69D
1.1.1.1.2.99.02.01		BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	26.660,69D	12.238,56	17.292,56	21.606,69D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317)	F	B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5	26.660,69D	12.238,56	17.292,56	21.606,69D
1.9		ATIVO COMPENSADO	4.331.529,64D	1.530.742,25	1.518.503,69	4.343.768,20D
1.9.1		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.150.000,00D	24.477,12	24.477,12	2.150.000,00D
1.9.1.1		ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.150.000,00D	12.238,56	12.238,56	2.150.000,00D
1.9.1.1.1 (425)	O	RECEITA A REALIZAR	2.149.729,51D	0,00	12.238,56	2.137.490,95D
1.9.1.1.4 (426)	O	RECEITA REALIZADA	270,49D	12.238,56	0,00	12.509,05D
1.9.1.2		ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FONTE DE RECURSOS	0,00	12.238,56	12.238,56	0,00
1.9.1.2.1		CONTROLE POR FONTE DE RECURSOS	0,00	12.238,56	12.238,56	0,00
1.9.1.2.1.01 (429)	O	ARRECAÇÃO REALIZADA POR FONTE	270,49D	12.238,56	0,00	12.509,05D
1.9.1.2.1.99 (431)	O	(R) OUTRAS ARRECAÇÕES	270,49C	0,00	12.238,56	12.509,05C
1.9.2		FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
1.9.2.1		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
1.9.2.1.1		DOTAÇÃO INICIAL	3.790.000,00D	0,00	0,00	3.790.000,00D
1.9.2.1.1.01		CRÉDITO INICIAL	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (436)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
1.9.2.1.1.03		CRÉDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	1.640.000,00D	0,00	0,00	1.640.000,00D
1.9.2.1.1.03.01 (441)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	1.640.000,00D	0,00	0,00	1.640.000,00D
1.9.2.1.9		DOTAÇÃO CANCELADA/REMANEJADA	1.640.000,00C	0,00	0,00	1.640.000,00C
1.9.2.1.9.02		ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA	1.640.000,00C	0,00	0,00	1.640.000,00C
1.9.2.1.9.02.09 (479)	O	(R) REDUÇÃO	1.640.000,00C	0,00	0,00	1.640.000,00C
1.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	29.529,64D	1.506.265,13	1.494.026,57	41.768,20D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	29.529,64D	1.506.265,13	1.494.026,57	41.768,20D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	29.529,64D	1.506.265,13	1.494.026,57	41.768,20D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	29.529,64D	1.506.265,13	1.494.026,57	41.768,20D
1.9.3.2.9.02.01 (9338)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	19.372,22C	12.398,26	1.476.574,31	1.483.548,27C
1.9.3.2.9.02.02 (9339)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	46.032,91D	1.476.574,31	17.452,26	1.505.154,96D
1.9.3.2.9.02.03 (9340)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	2.868,95D	17.292,56	0,00	20.161,51D
1.9.9		COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0001 (11297)	C	SIMONE APARECIDA SANTIAN RALDI	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D



Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Fevereiro

Página: 2/8

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.359.716,00C	1.633.551,80	1.750.109,53	4.476.273,73C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	1.297,55C	18.650,99	122.970,16	105.616,72C
2.1.1		DEPÓSITOS	0,00	737,49	1.358,43	620,94C
2.1.1.1		CONSIGNAÇÕES	0,00	737,49	1.358,43	620,94C
2.1.1.1.1		PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	504,24	891,93	387,69C
2.1.1.1.1.02		INSS	0,00	504,24	891,93	387,69C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0001 (9337)	F	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	504,24	891,93	387,69C
2.1.1.1.2		PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	233,25	466,50	233,25C
2.1.1.1.2.00.00.00.00.0001 (11335)	F	PENSÃO ALIMENTICIA	0,00	233,25	466,50	233,25C
2.1.2		OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.297,55C	17.913,50	121.611,73	104.995,78C
2.1.2.1		OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.297,55C	17.913,50	121.611,73	104.995,78C
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	1.297,55C	8.734,61	108.745,97	101.308,91C
2.1.2.1.1.01		DO EXERCÍCIO	1.297,55C	8.734,61	108.745,97	101.308,91C
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCÍCIO	1.297,55C	8.734,61	108.745,97	101.308,91C
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	7.457,49	11.144,36	3.686,87C
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	7.457,49	11.144,36	3.686,87C
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	1.721,40	1.721,40	0,00
2.1.2.1.3.01		INSS	0,00	1.262,36	1.262,36	0,00
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCÍCIO	0,00	1.262,36	1.262,36	0,00
2.1.2.1.3.03		FGTS	0,00	459,04	459,04	0,00
2.1.2.1.3.03.00.01		FGTS DO EXERCÍCIO	0,00	459,04	459,04	0,00
2.4		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.888,81C	0,00	0,00	26.888,81C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	26.888,81C	0,00	0,00	26.888,81C
2.4.1.1 (1064)	P	PATRIMÔNIO	26.888,81C	0,00	0,00	26.888,81C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	4.331.529,64C	1.614.900,81	1.627.139,37	4.343.768,20C
2.9.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.1.1 (1080)	O	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.2.1.01 (1085)	O	PREVISÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.2.1.99 (1089)	O	(R)OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECURSOS	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
2.9.2		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	2.150.000,00C	1.614.900,81	1.614.900,81	2.150.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	2.149.501,39C	1.614.900,81	1.598.345,74	2.132.946,32C
2.9.2.1.1 (1092)	O	CRÉDITO DISPONÍVEL	2.103.468,48C	1.476.574,31	159,70	627.053,87C
2.9.2.1.3		CRÉDITO UTILIZADO	46.032,91C	138.326,50	1.598.186,04	1.505.892,45C
2.9.2.1.3.01 (1100)	O	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	44.735,36C	121.771,43	1.476.574,31	1.399.538,24C
2.9.2.1.3.02		CRÉDITO LIQUIDADO	1.297,55C	16.555,07	121.611,73	106.354,21C
2.9.2.1.3.02.01 (1102)	O	CRÉDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	1.297,55C	16.555,07	121.611,73	106.354,21C
2.9.2.4		EXECUÇÃO DA DESPESA	498,61C	0,00	16.555,07	17.053,68C
2.9.2.4.1		EMIÇÃO DE EMPENHO	498,61C	0,00	16.555,07	17.053,68C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	498,61C	0,00	16.555,07	17.053,68C
2.9.2.4.1.04.03 (1141)	O	VALORES PAGOS	498,61C	0,00	16.555,07	17.053,68C
2.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	29.529,64C	0,00	12.238,56	41.768,20C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Fevereiro

Página: 3/8

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	29.529,64C	0,00	12.238,56	41.768,20C
2.9.3.2.9 (9342)	C	Controle das disponibilidades de recursos	29.529,64C	0,00	12.238,56	41.768,20C
2.9.9		COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	2.000,00C	0,00	0,00	2.000,00C
2.9.9.1 (1217)	C	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	2.000,00C	0,00	0,00	2.000,00C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Fevereiro

Página: 4/8

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	1.796,16D	121.611,73	0,00	123.407,89D
3.3		DESPESAS CORRENTES	1.796,16D	121.611,73	0,00	123.407,89D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	12.865,76	0,00	12.865,76D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	0,00	12.865,76	0,00	12.865,76D
3.3.1.9.0.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	10.659,87	0,00	10.659,87D
3.3.1.9.0.11.01 (11444)	F	Vencimentos e Salários	0,00	9.449,19	0,00	9.449,19D
3.3.1.9.0.11.42 (16787)	F	Férias Indenizadas - Recisões	0,00	1.098,53	0,00	1.098,53D
3.3.1.9.0.11.43 (11445)	F	13º Salário	0,00	112,15	0,00	112,15D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	0,00	1.721,40	0,00	1.721,40D
3.3.1.9.0.13.01 (11455)	F	FGTS	0,00	459,04	0,00	459,04D
3.3.1.9.0.13.02 (11456)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	0,00	1.262,36	0,00	1.262,36D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	0,00	484,49	0,00	484,49D
3.3.1.9.0.16.44 (11467)	F	Serviços Extraordinários	0,00	484,49	0,00	484,49D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.796,16D	108.745,97	0,00	110.542,13D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	1.796,16D	108.745,97	0,00	110.542,13D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	128,80D	103.909,65	0,00	104.038,45D
3.3.3.9.0.30.01 (12717)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0,00	3.371,31	0,00	3.371,31D
3.3.3.9.0.30.26 (12742)	F	Material Elétrico e Eletrônico	0,00	99.933,14	0,00	99.933,14D
3.3.3.9.0.30.39 (12755)	F	Material para Manutenção de Veiculos	128,80D	605,20	0,00	734,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	1.667,36D	4.836,32	0,00	6.503,68D
3.3.3.9.0.39.11 (12868)	F	Locação de Softwares	498,61D	420,00	0,00	918,61D
3.3.3.9.0.39.19 (12874)	F	Manutenção e Conservação de Veiculos	868,75D	893,04	0,00	1.761,79D
3.3.3.9.0.39.41 (12890)	F	Fornecimento de Alimentação	0,00	1.189,30	0,00	1.189,30D
3.3.3.9.0.39.58 (12906)	F	Serviços de Telecomunicações	0,00	371,21	0,00	371,21D
3.3.3.9.0.39.80 (12928)	F	Hospedagens	0,00	1.645,00	0,00	1.645,00D
3.3.3.9.0.39.81 (12929)	F	Serviços Bancários	0,00	2,50	0,00	2,50D
3.3.3.9.0.39.97 (12941)	F	Despesas de Teleprocessamento	300,00D	315,27	0,00	615,27D

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Fevereiro

Página: 5/8

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	270,49C	0,00	12.238,56	12.509,05C
4.1		RECEITAS CORRENTES	270,49C	0,00	12.238,56	12.509,05C
4.1.3		RECEITA PATRIMONIAL	270,49C	0,00	113,96	384,45C
4.1.3.2		RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	270,49C	0,00	113,96	384,45C
4.1.3.2.5		Remuneração de Depósitos Bancários	270,49C	0,00	113,96	384,45C
4.1.3.2.5.01		Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	270,49C	0,00	113,96	384,45C
4.1.3.2.5.01.99		Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	270,49C	0,00	113,96	384,45C
4.1.3.2.5.01.99.01 (14904)	F	Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consorciad	270,49C	0,00	113,96	384,45C
4.1.9		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	12.124,60	12.124,60C
4.1.9.1		Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	12.124,60	12.124,60C
4.1.9.1.9		Multas de Outras Origens	0,00	0,00	12.124,60	12.124,60C
4.1.9.1.9.27 (16172)	F	Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	0,00	12.124,60	12.124,60C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Fevereiro

Página: 6/8

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CRÉDITO	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3.3.07.03 (1286)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIRO	26.888,81D	0,00	0,00	26.888,81D
5.2.2.3.3.07.04 (1287)	F	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIRO	2.370,34D	0,00	0,00	2.370,34D

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Fevereiro

Página: 7/8

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DÉBITO	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3.3.07.04 (1472)	F	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIROS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Fevereiro

Página: 8/8

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:				3.298.144,34	3.298.144,34	

Fraiburgo, 22/03/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Fevereiro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	60.518,30	6.017.371,24	1.542.980,81	7.560.352,05	4.365.374,89
	0,00	1.719.699,21	1.535.796,25	3.255.495,46	0,00
ATIVO CIRCULANTE	29.259,15	270,49	12.238,56	12.509,05	21.606,69
	0,00	2.868,95	17.292,56	20.161,51	0,00
ATIVO COMPENSADO	31.259,15	6.017.100,75	1.530.742,25	7.547.843,00	4.343.768,20
	0,00	1.716.830,26	1.518.503,69	3.235.333,95	0,00
PASSIVO	0,00	3.844.065,58	1.633.551,80	5.477.617,38	0,00
	60.518,30	8.143.263,28	1.750.109,53	9.893.372,81	4.476.273,73
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	5.239,29	18.650,99	23.890,28	0,00
	2.370,34	4.166,50	122.970,16	127.136,66	105.616,72
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	26.888,81	0,00	0,00	0,00	26.888,81
PASSIVO COMPENSADO	0,00	3.838.826,29	1.614.900,81	5.453.727,10	0,00
	31.259,15	8.139.096,78	1.627.139,37	9.766.236,15	4.343.768,20
DESPESA	0,00	1.796,16	121.611,73	123.407,89	123.407,89
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.796,16	121.611,73	123.407,89	123.407,89
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	270,49	12.238,56	12.509,05	12.509,05
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	270,49	12.238,56	12.509,05	12.509,05
RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
Totais	89.777,45	9.863.232,98	3.298.144,34	13.161.377,32	4.518.041,93
	89.777,45	9.863.232,98	3.298.144,34	13.161.377,32	4.518.041,93

Fraiburgo, 22/03/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	12.238,56	Despesa Orçamentária	121.611,73
RECEITA PATRIMONIAL	113,96	Despesas exceto Intra-orçamentárias	121.611,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.124,60	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.865,76
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	108.745,97
Receita Extra - Orçamentária	122.970,16	Despesa Extra - Orçamentária	18.650,99
DEPÓSITOS	1.358,43	DEPÓSITOS	737,49
CONSIGNAÇÕES	1.358,43	CONSIGNAÇÕES	737,49
PREVIDÊNCIA SOCIAL	891,93	PREVIDÊNCIA SOCIAL	504,24
PENSÃO ALIMENTÍCIA	466,50	PENSÃO ALIMENTÍCIA	233,25
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	121.611,73	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	17.913,50
OBRIGAÇÕES A PAGAR	121.611,73	OBRIGAÇÕES A PAGAR	17.913,50
FORNECEDORES	108.745,97	FORNECEDORES	8.734,61
PESSOAL A PAGAR	11.144,36	PESSOAL A PAGAR	7.457,49
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.721,40	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.721,40
Saldos anteriores	26.660,69	Saldos atuais	21.606,69
BANCO C/ MOVIMENTO	26.660,69	BANCO C/ MOVIMENTO	21.606,69
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	161.869,41	Total	161.869,41

Fraiburgo, 22/03/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Fevereiro

Página 1 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO PÚBLICO	2.138.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.138.000,00	1.476.414,61	1.522.946,13	615.053,87
01.01.0	CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	2.120.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.120.000,00	1.476.414,61	1.522.946,13	597.053,87
01.01.04	Administração	219.000,00	0,00	0,00	219.000,00	0,00	12.069,34	206.930,66
01.01.04.122	Administração Geral	219.000,00	0,00	0,00	219.000,00	0,00	12.069,34	206.930,66
01.01.04.122.0001	Desenvolvimento Regional	219.000,00	0,00	0,00	219.000,00	0,00	12.069,34	206.930,66
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO	199.000,00	0,00	0,00	199.000,00	0,00	12.069,34	186.930,66
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	154.000,00	0,00	0,00	154.000,00	0,00	0,00	154.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	12.069,34	2.930,66
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1292	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	7.400,00	0,00	0,00	7.400,00	0,00	0,00	7.400,00
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.13	Cultura	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392	Difusão Cultural	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392.0001	Desenvolvimento Regional	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
13.392.0001.2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.15	Urbanismo	1.615.600,00	1.540.000,00	1.540.000,00	1.615.600,00	1.457.428,52	1.470.160,18	145.439,82
01.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.595.600,00	0,00	1.540.000,00	55.600,00	1.516,02	8.247,68	47.352,32
01.01.15.451.0001	Desenvolvimento Regional	1.595.600,00	0,00	1.540.000,00	55.600,00	1.516,02	8.247,68	47.352,32
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	1.595.600,00	0,00	1.540.000,00	55.600,00	1.516,02	8.247,68	47.352,32
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	1.516,02	2.951,24	17.048,76
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.555.600,00	0,00	1.540.000,00	15.600,00	0,00	5.296,44	10.303,56
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.15.452	Serviços Urbanos	20.000,00	1.540.000,00	0,00	1.560.000,00	1.455.912,50	1.461.912,50	98.087,50
01.01.15.452.0001	Desenvolvimento Regional	20.000,00	1.540.000,00	0,00	1.560.000,00	1.455.912,50	1.461.912,50	98.087,50
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	20.000,00	1.540.000,00	0,00	1.560.000,00	1.455.912,50	1.461.912,50	98.087,50
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	1.540.000,00	0,00	1.555.000,00	1.455.912,50	1.461.912,50	93.087,50
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Fevereiro

Página 2 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO PÚBLICO	2.138.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.138.000,00	1.476.414,61	1.522.946,13	615.053,87
01.01.0	CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	2.120.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.120.000,00	1.476.414,61	1.522.946,13	597.053,87
01.01.17	Saneamento	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.17.512	Saneamento Básico Urbano	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.17.512.0001	Desenvolvimento Regional	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
17.512.0001.2.006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
01.01.18	Gestão Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.18.541.0001	Desenvolvimento Regional	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
18.541.0001.2.007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
01.01.20	Agricultura	191.000,00	100.000,00	100.000,00	191.000,00	18.986,09	40.716,61	150.283,39
01.01.20.606	Extensão Rural	191.000,00	100.000,00	100.000,00	191.000,00	18.986,09	40.716,61	150.283,39
01.01.20.606.0001	Desenvolvimento Regional	191.000,00	100.000,00	100.000,00	191.000,00	18.986,09	40.716,61	150.283,39
20.606.0001.1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	171.000,00	100.000,00	100.000,00	171.000,00	18.986,09	40.716,61	130.283,39
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	100.000,00	0,00	105.000,00	4.084,12	11.206,85	93.793,15
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	150.000,00	0,00	100.000,00	50.000,00	14.901,97	28.512,21	21.487,79
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	997,55	4.002,45
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
01.01.23	Comércio e Serviços	33.400,00	0,00	0,00	33.400,00	0,00	0,00	33.400,00
01.01.23.691	Promoção Comercial	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00
01.01.23.691.0001	Desenvolvimento Regional	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00
23.691.0001.2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.400,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00	0,00	10.400,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Fevereiro

Página 3 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO	2.138.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.138.000,00	1.476.414,61	1.522.946,13	615.053,87
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	2.120.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.120.000,00	1.476.414,61	1.522.946,13	597.053,87
01.01.23	Comércio e Serviços	33.400,00	0,00	0,00	33.400,00	0,00	0,00	33.400,00
01.01.23.695	Turismo	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
01.01.23.695.0001	Desenvolvimento Regional	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
23.695.0001.2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
23.695.0001.2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÃO:	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.27	Desporto e Lazer	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812	Desporto Comunitário	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812.0001	Desenvolvimento Regional	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
27.812.0001.2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.02.0	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.02.28	Encargos Especiais	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.02.28.846	Outros Encargos Especiais	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.02.28.846.0000	Encargos Especiais	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Fevereiro

Página 4 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99	Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99.999	Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99.999.0002	Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1200	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1300	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Total por Entidade :		2.150.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.150.000,00	1.476.414,61	1.522.946,13	627.053,87
Total Geral :		2.150.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.150.000,00	1.476.414,61	1.522.946,13	627.053,87

Fraiburgo, 22/03/2012

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

 Moisés Amadeu Patricio
 Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Fevereiro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Orçada	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.130.000,00	12.238,56	12.509,05	12.124,60	2.129.615,55
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualqu	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.600,00	113,96	384,45	0,00	1.215,55
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.600,00	113,96	384,45	0,00	1.215,55
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.600,00	113,96	384,45	0,00	1.215,55
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vincu	1.100,00	113,96	384,45	0,00	715,55
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recu	1.100,00	113,96	384,45	0,00	715,55
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remuneração Dep. Bancários - Municipi	1.000,00	113,96	384,45	0,00	615,55
1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep Bancários - Alienz	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Nãc	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos N	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	216.000,00	0,00	0,00	0,00	216.000,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. de Venda de Editais	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serv. Recreativos e Culturais	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.20.00.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.20.01.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Servicos	212.000,00	0,00	0,00	0,00	212.000,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máquinas	212.000,00	0,00	0,00	0,00	212.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.909.900,00	0,00	0,00	0,00	1.909.900,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.909.900,00	0,00	0,00	0,00	1.909.900,00
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	1.909.900,00	0,00	0,00	0,00	1.909.900,00
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.909.900,00	0,00	0,00	0,00	1.909.900,00
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	90.927,14	0,00	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.05.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.05.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.05.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.05.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.05.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.05.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	272.924,71	0,00	0,00	0,00	272.924,71
1.7.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	272.924,71	0,00	0,00	0,00	272.924,71
1.7.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do CINCO	34.187,21	0,00	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.09.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,65	0,00	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.09.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.09.01.02.00	Serviços de Máquinas	34.187,21	0,00	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.09.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,65	0,00	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.09.01.02.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.09.01.02.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.09.01.03.00	Iluminação Pública	204.550,29	0,00	0,00	0,00	204.550,29
1.7.2.3.37.09.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.673,86	0,00	0,00	0,00	2.673,86
1.7.2.3.37.09.01.03.33	Outras Despesas Correntes	199.393,56	0,00	0,00	0,00	199.393,56
1.7.2.3.37.09.01.03.44	Investimentos	2.482,87	0,00	0,00	0,00	2.482,87
1.7.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	90.927,14	0,00	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.10.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.10.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.10.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Fevereiro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.10.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.10.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.10.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.10.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.10.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.10.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.10.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.10.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	272.924,90	0,00	0,00	272.924,90
1.7.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	272.924,90	0,00	0,00	272.924,90
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do CINCO	34.187,40	0,00	0,00	34.187,40
1.7.2.3.37.19.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,84	0,00	0,00	25.783,84
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.19.01.02.00	Serviços de Máquinas	34.187,21	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.19.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,65	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.19.01.02.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.19.01.02.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública	204.550,29	0,00	0,00	204.550,29
1.7.2.3.37.19.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.673,86	0,00	0,00	2.673,86
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Correntes	199.393,56	0,00	0,00	199.393,56
1.7.2.3.37.19.01.03.44	Investimentos	2.482,87	0,00	0,00	2.482,87
1.7.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.22.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.22.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.22.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.22.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.22.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.22.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.22.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.22.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.22.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.22.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.24.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.24.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.24.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.24.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.24.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.24.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.33.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.33.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.33.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.33.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.33.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.33.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Fevereiro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.36.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.36.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.36.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.36.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.36.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.36.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.38.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.38.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.38.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.38.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.43.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.43.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.43.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.43.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.43.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.43.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.49.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.49.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.49.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.49.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.49.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.49.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.50.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.50.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.50.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.50.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.50.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Fevereiro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.50.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.54.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.54.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.54.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.54.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.54.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.54.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.54.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.54.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.54.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.54.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.54.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.55.00.00.00	TIMBÓ GRANDE	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.55.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.55.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.55.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.55.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.55.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.55.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.55.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	272.924,71	0,00	0,00	272.924,71
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	272.924,71	0,00	0,00	272.924,71
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO	34.187,21	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,65	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.60.01.01.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.60.01.02.00	Serviços de Máquinas	34.187,21	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.60.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,65	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.60.01.02.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.60.01.02.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública	204.550,29	0,00	0,00	204.550,29
1.7.2.3.37.60.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.673,86	0,00	0,00	2.673,86
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Correntes	199.393,56	0,00	0,00	199.393,56
1.7.2.3.37.60.01.03.44	Investimentos	2.482,87	0,00	0,00	2.482,87
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	12.124,60	12.124,60	0,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	12.124,60	12.124,60	0,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	12.124,60	12.124,60	0,00
1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	12.124,60	12.124,60	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.3.00.00.00.00.00	Transf. dos Municípios	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Fevereiro

Títulos	Orçada	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
2.4.2.3.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Totais Gerais :	2.150.000,00	12.238,56	12.509,05	12.124,60	2.149.615,55

Fraiburgo, 22/03/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Mês de Fevereiro

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317) - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 18.520-5

Saldo conforme extrato bancário em: 29/02/2012

R\$ 22.244,35

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
------	-----------	-----------	--------

Mais (+)

(+)Aviso de débito não considerado pela contabilidade

27/12/2011	122706	15,34	
29/02/2012	810371000036293	2,50	
Total:		17,84	

Menos (-)

(-)Cheques e bordereaux não considerados pelo banco

23/02/2012	850213	195,50	
23/02/2012	850215	260,00	
23/02/2012	850214	200,00	
Total:		655,50	

Saldo conforme nosso registro em: 29/02/2012

R\$ 21.606,69

Fraiburgo, 22/03/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Fevereiro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	12.238,56	12.509,05
1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		12.238,56	12.509,05
1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		113,96	384,45
1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		113,96	384,45
1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		113,96	384,45
1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados		113,96	384,45
1.3.2.5.01.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Banc Recursos		113,96	384,45
1.3.2.5.01.99.01.00.00 Remuneração Dep. Bancários - Municípios	1200	113,96	384,45
1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		12.124,60	12.124,60
1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora		12.124,60	12.124,60
1.9.1.9.00.00.00.00.00 Multas de Outras Origens		12.124,60	12.124,60
1.9.1.9.27.00.00.00.00 Multas e Juros Previstos em Contratos	1200	12.124,60	12.124,60
Receita Extra Orçamentária	Recurso	1.358,43	1.358,43
9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1200	891,93	891,93
11335 PENSÃO ALIMENTICIA	1300	466,50	466,50
Total Geral :		13.596,99	13.867,48

Fraiburgo, 22/03/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/02/2012 até 29/02/2012

Página: 1/3

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
2		02/02/12	649,17	0,00	649,17	02/02/12	649,17	0,00	1200				20 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SIL
			Retenções referentes a liquidação 9 do empenho 20: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
3		02/02/12	88,32	0,00	88,32	02/02/12	88,32	0,00	1300				17 15.451.0001	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA
			Retenções referentes a liquidação 15 do empenho 17: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
4		03/02/12	1.015,69	0,00	1.015,69	03/02/12	0,00	1.015,69	1300 9317	01 12			17 15.451.0001	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
5		03/02/12	3.388,20	0,00	3.388,20	03/02/12	0,00	3.388,20	1200 9317	01 12			20 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SIL
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
6		03/02/12	1.098,53	0,00	1.098,53	03/02/12	0,00	1.098,53	1200 9317	01 12			21 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SIL
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
7		03/02/12	112,15	0,00	112,15	03/02/12	0,00	112,15	1200 9317	01 12			22 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SIL
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
8		03/02/12	484,49	0,00	484,49	03/02/12	0,00	484,49	1200 9317	01 12			23 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SIL
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
9		06/02/12	128,80	0,00	128,80	06/02/12	0,00	128,80	1300 9317	850205			1 20.606.0001	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	LUPEA IND. E COM. I
			AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSÓRCIO.														
10		06/02/12	868,75	0,00	868,75	06/02/12	0,00	868,75	1300 9317	850204			2 20.606.0001	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	ROSANE DE FATIMA
			SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSÓRCIO.														
11		06/02/12	88,33	0,00	88,33	06/02/12	0,00	88,33	1300 9317				18 15.451.0001	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA I
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
12		06/02/12	370,71	0,00	370,71	06/02/12	0,00	370,71	1200 9317				24 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA I
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
13		06/02/12	1.019,48	0,00	1.019,48	06/02/12	0,00	1.019,48	1200 9317				25 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
14		06/02/12	242,88	0,00	242,88	06/02/12	0,00	242,88	1300 9317				19 15.451.0001	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/2012.														
15		09/02/12	3.114,64	0,00	3.114,64	09/02/12	0,00	3.114,64	1200 9317				8 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	POSTO SERIBA LTD,
			AQUISIÇÃO DE 1534 LITROS DE OLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSÓRCIO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA.														
16		09/02/12	300,00	0,00	300,00	09/02/12	0,00	300,00	1300 9317				12 04.122.0001	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	HBINFOPROVEDOR
			DESPESAS COM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SERVIDOR DE DADOS PARA HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO RELATIVO AO MES DE JANEIRO/12.														
17		09/02/12	380,00	0,00	380,00	09/02/12	0,00	380,00	1200 9317	850206			3 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	POUSADA CASAGR/
			SERVIÇOS DE HOSPEDAGENS DO EMPREGADO PUBLICO DO CONSÓRCIO DURANTE ATUAÇÃO COMO OPERADOR DE MÁQUINAS NO MUNICIPIO DE CAÇADOR.														
18		09/02/12	230,00	0,00	230,00	09/02/12	0,00	230,00	1200 9317	850207			4 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	ANA PAULA SPULDA
			ALIMENTAÇÃO DO EMPREGADO PUBLICO DO CONSÓRCIO DURANTE ATUAÇÃO COMO OPERADOR DE MÁQUINAS NO MUNICIPIO DE CAÇADOR.														

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/02/2012 até 29/02/2012

Página: 2/3

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
19		09/02/12	228,80	0,00	228,80	09/02/12	0,00	228,80	1200 9317	850208			5 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	COZINHA INDUSTRIAL
ALIMENTAÇÃO DO EMPREGADO PUBLICO DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO COMO OPERADOR DE MÁQUINAS NO MUNICIPIO DE CAÇADOR.																	
20		09/02/12	163,00	0,00	163,00	09/02/12	0,00	163,00	1200 9317	850209			26 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	CATIA REGINA FUCHS
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO CAFÉ DA MANHÃ E ALMOÇO PARA EMPREGADO PÚBLICO DO CONSÓRCIO, ENQUANTO ESTIVER PRESTANDO SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS																	
21		09/02/12	220,00	0,00	220,00	09/02/12	0,00	220,00	1200 9317	850210			27 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	IDELBRANDO GOMES
SERVIÇO DE HOSPEDAGEM PARA EMPREGADO PÚBLICO DO CONSÓRCIO, ENQUANTO ESTIVER PRESTANDO SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS																	
22		09/02/12	112,05	0,00	112,05	09/02/12	0,00	112,05	1200 9317	850211			30 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	RECUPERADORA DE LIXO
AQUISIÇÃO DE CAMARA E BICO DA BASE DE BORRACHA PARA MANUTENÇÃO PNEU DA RETROESCAVADEIRA DO CONSORCIO.																	
23		09/02/12	80,84	0,00	80,84	09/02/12	0,00	80,84	1200 9317	850211			31 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	RECUPERADORA DE LIXO
MÃO DE OBRA PARA CONserto DE PNEU DA RETROESCAVADEIRA DO CONSORCIO.																	
24		13/02/12	323,69	0,00	323,69	13/02/12	0,00	323,69	1300 9317				29 15.452.0001	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	BRASIL TELECON S.A.
SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO DO MES DE JANEIRO DE 2012.																	
25		14/02/12	47,52	0,00	47,52	14/02/12	0,00	47,52	1300 9317				29 15.452.0001	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	BRASIL TELECON S.A.
SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO DO MES DE JANEIRO DE 2012.																	
26		17/02/12	420,00	0,00	420,00	17/02/12	0,00	420,00	1300 9317				13 15.451.0001	2.004	18	3.3.90.00.00.00.00.00	GEINFO TECNOLOGIA
FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO COM ACESSOS SIMULTANEOS PARA DOIS ATENDENTES E USUARIOS ILIMITADOS, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE AQUILA HELP DESK, COM APLICAÇÕES EM HELP DESK, SERVICE DESK, CALL CENTER, 0800 E SAC, PARA O MES DE JANEIRO DE 2012.																	
27		23/02/12	195,50	0,00	195,50	23/02/12	0,00	195,50	1200 9317	850213			26 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	CATIA REGINA FUCHS
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO CAFÉ DA MANHÃ E ALMOÇO PARA EMPREGADO PÚBLICO DO CONSÓRCIO, ENQUANTO ESTIVER PRESTANDO SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS																	
28		23/02/12	180,00	0,00	180,00	23/02/12	0,00	180,00	1200 9317	850214			27 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	IDELBRANDO GOMES
SERVIÇO DE HOSPEDAGEM PARA EMPREGADO PÚBLICO DO CONSÓRCIO, ENQUANTO ESTIVER PRESTANDO SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS																	
29		23/02/12	20,00	0,00	20,00	23/02/12	0,00	20,00	1200 9317	850214			34 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	IDELBRANDO GOMES
SERVIÇO DE HOSPEDAGEM PARA EMPREGADO PÚBLICO DO CONSÓRCIO, ENQUANTO ESTIVER PRESTANDO SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS																	
30		23/02/12	260,00	0,00	260,00	23/02/12	0,00	260,00	1200 9317	850215			28 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	JULIANA MARA CAMARGO
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO JANTAR PARA EMPREGADO PUBLICO DO CONSÓRCIO, ENQUANTO ESTIVER PRESTANDO SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS																	
31		24/02/12	392,15	0,00	392,15	24/02/12	0,00	392,15	1200 9317				10 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS F
AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA LB110 DO CINCO.																	
32		24/02/12	812,20	0,00	812,20	24/02/12	0,00	812,20	1200 9317				11 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS F
SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA LB 110 DO CINCO.																	

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/02/2012 até 29/02/2012

Página: 3/3

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
33		28/02/12	256,67	0,00	256,67	28/02/12	0,00	256,67		1200 9317			35 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	AUTO POSTO CALMON
AQUISIÇÃO DE 117,20 LITROS DE OLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICIPIO DE CALMON.																	
35		29/02/12	515,99	0,00	515,99	29/02/12	515,99	0,00		1200			40 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA
Retenções referentes a liquidação 37 do empenho 40: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.																	
38		29/02/12	104,95	0,00	104,95	29/02/12	104,95	0,00		1300			43 15.451.0001	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA
Retenções referentes a liquidação 36 do empenho 43: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.																	
Total da Entidade:			17.913,50	0,00	17.913,50												
Total do Período:			17.913,50	0,00	17.913,50												

Fraiburgo, 22/03/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/02/2012 até 29/02/2012

Página: 1/1

Data	Empenho Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 9317 - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5		Conta banco: 18.520-5	
31/01/12	SALDO ANTERIOR		26.660,69 +
03/02/12	Pelo pgto da despesa extra 1, CH: 850198	11335 PENSÃO ALIMENTICIA	233,25 -
03/02/12	17 Pelo pagamento da O.P. 4, OB FOLHA 01/12, NE 17	11308 SIMONE APARECIDA SANTIAN RALDI	1.015,69 -
03/02/12	20 Pelo pagamento da O.P. 5, OB FOLHA 01/12, NE 20	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	3.388,20 -
03/02/12	21 Pelo pagamento da O.P. 6, OB FOLHA 01/12, NE 21	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	1.098,53 -
03/02/12	22 Pelo pagamento da O.P. 7, OB FOLHA 01/12, NE 22	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	112,15 -
03/02/12	23 Pelo pagamento da O.P. 8, OB FOLHA 01/12, NE 23	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	484,49 -
06/02/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 3		12.124,60 +
06/02/12	Pelo pgto da despesa extra 2	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	88,32 -
06/02/12	Pelo pgto da despesa extra 3	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	415,92 -
06/02/12	1 Pelo pagamento da O.P. 9, CH: 850205, empenho 1	11377 LUPEA IND. E COM. DE PEÇAS E SERVIÇ	128,80 -
06/02/12	2 Pelo pagamento da O.P. 10, CH: 850204, empenho 2	11378 ROSANE DE FATIMA SOUZA - ME	868,75 -
06/02/12	18 Pelo pagamento da O.P. 11, OB TED, NE 18	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	88,33 -
06/02/12	24 Pelo pagamento da O.P. 12, OB TED, NE 24	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	370,71 -
06/02/12	25 Pelo pagamento da O.P. 13, OB TED, NE 25	9312 INSS	1.019,48 -
06/02/12	19 Pelo pagamento da O.P. 14, OB TED, NE 19	9312 INSS	242,88 -
09/02/12	8 Pelo pagamento da O.P. 15, OB TED, NE 8	9333 POSTO SERIBA LTDA	3.114,64 -
09/02/12	12 Pelo pagamento da O.P. 16, OB TED, NE 12	11301 HBINFORMPROVEDOR LTDA ME	300,00 -
09/02/12	3 Pelo pagamento da O.P. 17, CH: 850206, empenho 3	11374 POUSADA CASAGRANDE LTDA ME	380,00 -
09/02/12	4 Pelo pagamento da O.P. 18, CH: 850207, empenho 4	11373 ANA PAULA SPULDARO PERETTO E CIA L	230,00 -
09/02/12	5 Pelo pagamento da O.P. 19, CH: 850208, empenho 5	11375 COZINHA INDUSTRIAL FISCHE HAUS LTD	228,80 -
09/02/12	26 Pelo pagamento da O.P. 20, CH: 850209, empenho 26	11379 CATIA REGINA FUCK DA ROCHA ME	163,00 -
09/02/12	27 Pelo pagamento da O.P. 21, CH: 850210, empenho 27	11381 IDELBRANDO GOMES DA ROCHA	220,00 -
09/02/12	30 Pelo pagamento da O.P. 22, CH: 850211, empenho 30	16789 RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIX	112,05 -
09/02/12	31 Pelo pagamento da O.P. 23, CH: 850211, empenho 31	16789 RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIX	80,84 -
13/02/12	29 Pelo pagamento da O.P. 24, OB TED, NE 29	11309 BRASIL TELECON S.A "OI"	323,69 -
14/02/12	29 Pelo pagamento da O.P. 25, OB TED, NE 29	11309 BRASIL TELECON S.A "OI"	47,52 -
17/02/12	13 Pelo pagamento da O.P. 26, OB TED, NE 13	11296 GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO L	420,00 -
23/02/12	26 Pelo pagamento da O.P. 27, CH: 850213, empenho 26	11379 CATIA REGINA FUCK DA ROCHA ME	195,50 -
23/02/12	27 Pelo pagamento da O.P. 28, CH: 850214, empenho 27	11381 IDELBRANDO GOMES DA ROCHA	180,00 -
23/02/12	34 Pelo pagamento da O.P. 29, CH: 850214, empenho 34	11381 IDELBRANDO GOMES DA ROCHA	20,00 -
23/02/12	28 Pelo pagamento da O.P. 30, CH: 850215, empenho 28	11380 JULIANA MARA CAMPOS DA ROCHA KOJI	260,00 -
24/02/12	10 Pelo pagamento da O.P. 31, OB TED, NE 10	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO L	392,15 -
24/02/12	11 Pelo pagamento da O.P. 32, OB TED, NE 11	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO L	812,20 -
28/02/12	35 Pelo pagamento da O.P. 33, OB TED, NE 35	11324 AUTO POSTO CALMON LTDA ME	256,67 -
29/02/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 2		113,96 +
Total de Débitos:			12.238,56
Total de Créditos:			17.292,56
Saldo Atual:			21.606,69

Fraiburgo, 22/03/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/2

Período de 01/02/2012 até 29/02/2012

Empenho	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elem.	Credor	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO															
34		01/02	20,00	0,00	20,00	20,00	0,00	9317	20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	IDELBRANDO GOMES	122
SERVIÇO DE HOSPEDAGEM PARA EMPREGADO PÚBLICO DO CONSÓRCIO, ENQUANTO ESTIVER PRESTANDO SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS															
35		01/02	256,67	0,00	256,67	256,67	0,00	9317	20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	AUTO POSTO CALMO	122
AQUISIÇÃO DE 117,20 LITROS DE OLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CALMON.															
36		01/02	596.922,90	0,00	99.933,14	0,00	596.922,90		15.452.0001	1300		2.005	22 3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIF	122
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO NO EXERCÍCIO DE 2012.															
37		01/02	858.989,60	0,00	0,00	0,00	858.989,60		15.452.0001	1300		2.005	22 3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIF	122
DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO NO EXERCÍCIO DE 2012.															
38		28/02	93,30	0,00	0,00	0,00	93,30		15.451.0001	1300		2.004	17 3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA F	122
FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.															
39		28/02	256,56	0,00	0,00	0,00	256,56		15.451.0001	1300		2.004	17 3.1.90.00.00.00.00.00	INSS	122
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012															
40		28/02	3.141,65	0,00	3.141,65	515,99	2.625,66		20.606.0001	1200		2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILV	124
FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.															
41		28/02	251,32	0,00	0,00	0,00	251,32		20.606.0001	1200		2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA F	122
FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.															
42		28/02	691,15	0,00	0,00	0,00	691,15		20.606.0001	1200		2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00	INSS	122
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.															
43		28/02	1.166,16	0,00	1.166,16	104,95	1.061,21		15.451.0001	1300		2.004	17 3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA	124
FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.															
44		28/02	12.900,00	0,00	0,00	0,00	12.900,00		20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	ALFA LIA PRESTADOF	122
DESPESAS COM 3.000 KM DE TRANSPORTE DE MÁQUINASW PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.															
45		28/02	575,00	0,00	0,00	0,00	575,00		20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	ANA PAULA SPULDAR	122
ALIMENTAÇÃO DO EMPREGADO PUBLICO DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO COMO OPERADOR DE MÁQUINAS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.															

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 2/2

Período de 01/02/2012 até 29/02/2012

Empenho	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elem.	Credor	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO															
46		28/02	760,00	0,00	0,00	0,00	760,00		20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00	POUSADA CASAGRAN	122
HOSPEDAGEM DO EMPREGADO PUBLICO DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO COMO OPERADOR DE MÁQUINAS NO MUNICIPIO DE CAÇADOR.															
47		28/02	550,00	0,00	0,00	0,00	550,00		20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00	COZINHA INDUSTRIAL	122
ALIMENTAÇÃO DO EMPREGADO PUBLICO DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO COMO OPERADOR DE MÁQUINAS NO MUNICIPIO DE CAÇADOR.															
Total da Entidade:			1.476.574,31	0,00	104.517,62	897,61	1.475.676,70								
Total do Período:			1.476.574,31	0,00	104.517,62	897,61	1.475.676,70								

Fraiburgo, 22/03/2012

Nelmar Pinz
PresidenteElói Ronnau
Diretor ExecutivoMoisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR29/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a aquisição de materiais de Copa, Cozinha, Limpeza e Higiene para atender as Secretarias deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 04/04/2012.

A sessão se dará a partir das 14h do dia 04/04/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 21 de março de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR30/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preço para Aquisição de material gráfico para atender a Secretaria de Saúde deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 09/04/2012.

A sessão se dará a partir das 14 horas do dia 09/04/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 21 de março de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR31/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2012

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a contratação de empresa especializada na execução de serviços e consultoria na área de Tecnologia da Informação. Os

documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 16h55min do dia 09/04/2012.

A sessão se dará a partir das 17 horas do dia 09/04/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 21 de março de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Aditivo Nº05/2012 ao Contrato Nº28/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

5º Termo Aditivo; Contrato nº. 28/2010; Processo nº. 41/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: A. Mendes Terraplanagem, Construção e Extração de Minerais Ltda.; CNPJ: 00.993.058/0001-83; Objeto: Prorrogar o prazo de execução por 120 dias da obra objeto do Contrato nº 28/2010, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente; Data da Assinatura: 15/03/2012.

Homologação de Resultados

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 006/2012

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 006/2012:

CLASSIFICAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 006/2012
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

MERENDEIRA - 40horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	01	Marlene Souza de Campos
02	04	Elaine Silva de Souza

SERVENTE - 40horas

Posição	Nº Inscrição	Candidato
01	06	Jonas Souza da Rocha
03	05	Rosinete da Silva
02	03	Maria Terezinha Ponciano
04	02	Mercedes Batista Cardoso

Garopaba, 21 de Março de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 23/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23.2012
FMS

Ata nº. 23/2012; Processo nº. 31/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de oxigênio medicinal para uso nas Unidades Municipais de Saúde. Valor: 32.000,00; Data da Assinatura da Ata: 01/02/2012.

CONTROLE da ORIGEM e dos GASTOS Com ENSINO - Fevereiro / 2012**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**
MES DE FEVEREIRO DE 2012

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	2.450.234,31
1.2 - ITBI	165.871,84
1.3 - ISS	187.165,51
1.4 - FPM	1.904.656,96
1.5 - IRRF	49.244,58
1.6 - ICMS	851.068,78
1.7 - IPI	10.962,35
1.8 - IPVA	196.215,91
1.9 - ITR	955,60
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	4.448,14
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	130.060,69
1.12 - Multas e Juros de Mora	22.391,62
TOTAL	5.973.276,29

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.493.319,07
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	827.978,23
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	2.334,61
2.3 - Convênios	126.426,71
TOTAL	2.450.058,62

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	593.661,55	593.661,09	-0,46
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	498.187,70	576.831,60	78.643,90
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	332.125,14	0,00	-332.125,14
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	899.657,52	536.363,63	-363.293,89
3.5 - Convênios e Transferências	126.426,71	2.218,45	-124.208,26
TOTAL	2.450.058,62	1.709.074,77	-740.983,85

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Garopaba, 14 de março de 2012.

% APLICADO : 18,92%

Aplicado a menor : -363.294,35

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE da ORIGEM e dos GASTOS Com ENSINO - Fevereiro / 2012**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**
MES DE FEVEREIRO DE 2012

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	2.450.234,31
1.2 - ITBI	165.871,84
1.3 - ISS	187.165,51
1.4 - FPM	1.904.656,96
1.5 - IRRF	49.244,58
1.6 - ICMS	851.068,78
1.7 - IPI	10.962,35
1.8 - IPVA	196.215,91
1.9 - ITR	955,60
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	4.448,14
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	130.060,69
1.12 - Multas e Juros de Mora	22.391,62
TOTAL	5.973.276,29

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.493.319,07
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	827.978,23
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	2.334,61
2.3 - Convênios	126.426,71
TOTAL	2.450.058,62

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	593.661,55	593.661,09	-0,46
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	498.187,70	576.831,60	78.643,90
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	332.125,14	0,00	-332.125,14
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	899.657,52	536.363,63	-363.293,89
3.5 - Convênios e Transferências	126.426,71	2.218,45	-124.208,26
TOTAL	2.450.058,62	1.709.074,77	-740.983,85

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Garopaba, 14 de março de 2012.

% APLICADO : 18,92%

Aplicado a menor : -363.294,35

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MÊS DE FEVEREIRO DE 2012

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	2.450.234,31
1.2 - ITBI	165.871,84
1.3 - ISS	187.165,51
1.4 - FPM	1.904.656,96
1.5 - IRRF	49.244,58
1.6 - ICMS	851.068,78
1.7 - IPI	10.962,35
1.8 - IPVA	196.215,91
1.9 - ITR	955,60
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	4.448,14
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	130.060,69
1.12 - Multas e Juros de Mora	22.391,62
TOTAL	5.973.276,29

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.493.319,07
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	827.978,23
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	2.334,61
2.3 - Convênios	126.426,71
TOTAL	2.450.058,62

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	593.661,55	593.661,09	-0,46
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	498.187,70	576.831,60	78.643,90
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	332.125,14	0,00	-332.125,14
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	899.657,52	536.363,63	-363.293,89
3.5 - Convênios e Transferências	126.426,71	2.218,45	-124.208,26
TOTAL	2.450.058,62	1.709.074,77	-740.983,85

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
 Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Garopaba, 14 de março de 2012.

% APLICADO : 18,92%

Aplicado a menor : -363.294,35

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE da ORIGEM e dos GASTOS Com Saude - Fevereiro / 2012**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE FEVEREIRO DE 2012**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	2.450.234,31
1.2 - ITBI	165.871,84
1.3 - ISS	187.165,51
1.4 - FPM	1.904.656,96
1.5 - IRRF	49.244,58
1.6 - ICMS	851.068,78
1.7 - IPI	10.962,35
1.8 - IPVA	196.215,91
1.9 - ITR	955,60
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	4.448,14
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	130.060,69
1.12 - Multas e Juros de Mora	22.391,62
TOTAL	5.973.276,29

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	895.991,44
2.2 - Rendimento de Aplicação	4.839,57
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	736.614,22
TOTAL	1.637.445,23

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	895.991,44	941.864,26	45.872,82
3.2 - Convênios e Transferências	741.453,79	410.578,94	-330.874,85
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	1.637.445,23	1.352.443,20	-285.002,03

% aplicado = 15,77%
 Aplicado a maior = 45.872,82

Garopaba, 14 de março de 2012.

PREFEITO MUNICIPAL**TEC. CONTABILIDADE****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

CONTROLE da ORIGEM e dos GASTOS Com Saude - Fevereiro / 2012**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE FEVEREIRO DE 2012**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	2.450.234,31
1.2 - ITBI	165.871,84
1.3 - ISS	187.165,51
1.4 - FPM	1.904.656,96
1.5 - IRRF	49.244,58
1.6 - ICMS	851.068,78
1.7 - IPI	10.962,35
1.8 - IPVA	196.215,91
1.9 - ITR	955,60
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	4.448,14
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	130.060,69
1.12 - Multas e Juros de Mora	22.391,62
TOTAL	5.973.276,29

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	895.991,44
2.2 - Rendimento de Aplicação	4.839,57
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	736.614,22
TOTAL	1.637.445,23

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	895.991,44	941.864,26	45.872,82
3.2 - Convênios e Transferências	741.453,79	410.578,94	-330.874,85
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	1.637.445,23	1.352.443,20	-285.002,03

% aplicado = 15,77%
 Aplicado a maior = 45.872,82

Garopaba, 14 de março de 2012.

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE FEVEREIRO DE 2012**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	2.450.234,31
1.2 - ITBI	165.871,84
1.3 - ISS	187.165,51
1.4 - FPM	1.904.656,96
1.5 - IRRF	49.244,58
1.6 - ICMS	851.068,78
1.7 - IPI	10.962,35
1.8 - IPVA	196.215,91
1.9 - ITR	955,60
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	4.448,14
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	130.060,69
1.12 - Multas e Juros de Mora	22.391,62
TOTAL	5.973.276,29

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	895.991,44
2.2 - Rendimento de Aplicação	4.839,57
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	736.614,22
TOTAL	1.637.445,23

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	895.991,44	941.864,26	45.872,82
3.2 - Convênios e Transferências	741.453,79	410.578,94	-330.874,85
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	1.637.445,23	1.352.443,20	-285.002,03

% aplicado = 15,77%
 Aplicado a maior = 45.872,82

Garopaba, 14 de março de 2012.

PREFEITO MUNICIPAL**TEC. CONTABILIDADE****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

deMONSTRATIVO da Despesa Com Pessoal - Março/2011 A Fevereiro/2012

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.423.957,50	442,56
Pessoal Ativo	15.423.957,50	442,56
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	800.435,57	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	800.435,57	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	14.623.521,93	442,56
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	14.623.964,49	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	33.737.776,22	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,35	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	18.218.399,16	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	17.307.479,20	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO - BIMESTRE Janeiro e Fevereiro / 2012

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.694.912,00	33.694.912,00	8.735.049,86	25,92	8.735.049,86	25,92	24.959.862,14
RECEITAS CORRENTES	33.127.612,00	33.127.612,00	8.579.299,86	25,90	8.579.299,86	25,90	24.548.312,14
RECEITA TRIBUTARIA	6.852.325,00	6.852.325,00	3.951.931,34	57,67	3.951.931,34	57,67	2.900.393,66
IMPOSTOS	5.466.325,00	5.466.325,00	2.852.516,24	52,18	2.852.516,24	52,18	2.613.808,76
TAXAS	1.385.000,00	1.385.000,00	1.099.415,10	79,38	1.099.415,10	79,38	285.584,90
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.160.000,00	1.160.000,00	197.224,79	17,00	197.224,79	17,00	962.775,21
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	460.000,00	460.000,00	44.968,08	9,78	44.968,08	9,78	415.031,92
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	700.000,00	700.000,00	152.256,71	21,75	152.256,71	21,75	547.743,29
RECEITA PATRIMONIAL	944.500,00	944.500,00	342.986,44	36,31	342.986,44	36,31	601.513,56
RECEITAS IMOBILIARIAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	939.500,00	939.500,00	342.986,44	36,51	342.986,44	36,51	596.513,56
RECEITA DE SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	53,27	5,33	53,27	5,33	946,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.851.364,00	22.851.364,00	3.870.036,14	16,94	3.870.036,14	16,94	18.981.327,86
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.573.280,00	22.573.280,00	3.818.926,00	16,92	3.818.926,00	16,92	18.754.354,00
Transf. de Instituições Privadas	30.000,00	30.000,00	8.295,00	27,65	8.295,00	27,65	21.705,00
Transf. de Pessoas	30.000,00	30.000,00	1.000,00	3,33	1.000,00	3,33	29.000,00
Transf. de Conv.	218.084,00	218.084,00	41.815,14	19,17	41.815,14	19,17	176.268,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.318.423,00	1.318.423,00	217.067,88	16,46	217.067,88	16,46	1.101.355,12
Multas e Juros de Mora	221.723,00	221.723,00	40.625,10	18,32	40.625,10	18,32	181.097,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200,00	200,00	3.607,91	803,96	3.607,91	803,96	-3.407,91
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.076.500,00	1.076.500,00	171.392,90	15,92	171.392,90	15,92	905.107,10
RECEITAS DIVERSAS	20.000,00	20.000,00	1.441,97	7,21	1.441,97	7,21	18.558,03
RECEITAS DE CAPITAL	567.300,00	567.300,00	155.750,00	27,45	155.750,00	27,45	411.550,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	9.500,00	31,67	9.500,00	31,67	20.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	9.500,00	31,67	9.500,00	31,67	20.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	506.300,00	506.300,00	146.250,00	28,89	146.250,00	28,89	360.050,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	506.300,00	506.300,00	146.250,00	28,89	146.250,00	28,89	360.050,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	920.000,00	920.000,00	104.621,35	11,37	104.621,35	11,37	815.378,65
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	920.000,00	920.000,00	104.621,35	11,37	104.621,35	11,37	815.378,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	920.000,00	920.000,00	104.621,35	11,37	104.621,35	11,37	815.378,65
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	920.000,00	920.000,00	104.621,35	11,37	104.621,35	11,37	815.378,65

Continua 1/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	920.000,00	920.000,00	104.621,35	11,37	104.621,35	11,37	815.378,65
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.614.912,00	34.614.912,00	8.839.671,21	25,54	8.839.671,21	25,54	25.775.240,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.614.912,00	34.614.912,00	8.839.671,21	25,54	8.839.671,21	25,54	25.775.240,79
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.614.912,00	34.614.912,00	8.839.671,21	25,54	8.839.671,21	25,54	25.775.240,79
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	761.096,35	—	—	138.246,17	—	—
Superávit Financeiro	—	761.096,35	—	—	138.246,17	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.650.112,00	3.431.992,15	37.082.104,15	9.357.637,07	9.357.637,07	5.021.927,02	5.021.927,02	13,54	32.060.177,13
DESPESAS CORRENTES	27.894.074,00	257.705,48	28.151.779,48	7.843.171,27	7.843.171,27	4.649.206,27	4.649.206,27	16,51	23.502.573,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.110.810,00	1.500,00	16.112.310,00	2.671.229,66	2.671.229,66	2.668.558,88	2.668.558,88	16,56	13.443.751,12
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.100,00	0,00	300.100,00	50.000,00	50.000,00	13.155,62	13.155,62	4,38	286.944,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.483.164,00	256.205,48	11.739.369,48	5.121.941,61	5.121.941,61	1.967.491,77	1.967.491,77	16,76	9.771.877,71
DESPESAS DE CAPITAL	3.992.038,00	3.174.286,67	7.166.324,67	1.514.465,80	1.514.465,80	372.720,75	372.720,75	5,20	6.793.603,92
INVESTIMENTOS	3.391.938,00	3.174.286,67	6.566.224,67	1.343.888,03	1.343.888,03	290.819,98	290.819,98	4,43	6.275.404,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.100,00	0,00	600.100,00	170.577,77	170.577,77	81.900,77	81.900,77	13,65	518.199,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.650.112,00	3.431.992,15	37.082.104,15	9.357.637,07	9.357.637,07	5.021.927,02	5.021.927,02	13,54	32.060.177,13
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.734.000,00	0,00	1.734.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	964.800,00	0,00	964.800,00	159.704,81	159.704,81	159.618,51	159.618,51	16,54	805.181,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	963.900,00	0,00	963.900,00	159.704,81	159.704,81	159.618,51	159.618,51	16,56	804.281,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	900,00	0,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	34.614.912,00	3.431.992,15	38.046.904,15	9.517.341,88	9.517.341,88	5.181.545,53	5.181.545,53	13,62	32.865.358,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.614.912,00	3.431.992,15	38.046.904,15	9.517.341,88	9.517.341,88	5.181.545,53	5.181.545,53	13,62	32.865.358,62
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.658.125,68	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.614.912,00	3.431.992,15	38.046.904,15	9.517.341,88	9.517.341,88	5.181.545,53	8.839.671,21	13,62	32.865.358,62

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 400.574,99

FONTE:

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.650.112,00	37.082.104,15	9.357.637,07	9.357.637,07	5.021.927,02	5.021.927,02	96,92	13,54	32.060.177,13
Legislativa	1.596.000,00	1.596.000,00	348.976,61	348.976,61	198.007,83	198.007,83	3,82	12,41	1.397.992,17
Ação Legislativa	1.596.000,00	1.596.000,00	348.976,61	348.976,61	198.007,83	198.007,83	3,82	12,41	1.397.992,17
Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Ação Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Administração	2.580.084,00	2.620.240,55	743.402,48	743.402,48	424.667,33	424.667,33	8,20	16,21	2.195.573,22
Administração Geral	1.868.084,00	1.908.240,55	516.789,28	516.789,28	278.991,01	278.991,01	5,38	14,62	1.629.249,54
Administração Financeira	712.000,00	712.000,00	226.613,20	226.613,20	145.676,32	145.676,32	2,81	20,46	566.323,68
Segurança Pública	56.000,00	56.000,00	17.255,77	17.255,77	9.040,67	9.040,67	0,17	16,14	46.959,33
Defesa Civil	56.000,00	56.000,00	17.255,77	17.255,77	9.040,67	9.040,67	0,17	16,14	46.959,33
Assistência Social	860.800,00	860.800,00	210.208,36	210.208,36	95.433,96	95.433,96	1,84	11,09	765.366,04
Assistência à Criança e ao Adolescente	161.100,00	161.100,00	13.684,77	13.684,77	10.743,51	10.743,51	0,21	6,67	150.356,49
Assistência Comunitária	699.700,00	699.700,00	196.523,59	196.523,59	84.690,45	84.690,45	1,63	12,10	615.009,55
Saúde	7.384.659,00	7.628.468,68	1.757.973,24	1.757.973,24	1.321.177,39	1.321.177,39	25,50	17,32	6.307.291,29
Atenção Básica	7.384.659,00	7.628.468,68	1.757.973,24	1.757.973,24	1.321.177,39	1.321.177,39	25,50	17,32	6.307.291,29
Educação	7.989.551,00	8.217.946,80	1.753.390,93	1.753.390,93	1.067.803,67	1.067.803,67	20,61	12,99	7.150.143,13
Alimentação e Nutrição	153.300,00	153.300,00	19.481,51	19.481,51	12.704,59	12.704,59	0,25	8,29	140.595,41
Ensino Fundamental	7.013.651,00	7.085.046,80	1.383.688,24	1.383.688,24	809.702,45	809.702,45	15,63	11,43	6.275.344,35
Ensino Superior	243.000,00	243.000,00	95.322,73	95.322,73	15.405,59	15.405,59	0,30	6,34	227.594,41
Educação Infantil	520.200,00	677.200,00	252.861,57	252.861,57	227.954,16	227.954,16	4,40	33,66	449.245,84
Educação Especial	59.400,00	59.400,00	2.036,88	2.036,88	2.036,88	2.036,88	0,04	3,43	57.363,12
Cultura	102.000,00	102.000,00	13.046,56	13.046,56	13.046,56	13.046,56	0,25	12,79	88.953,44
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Difusão Cultural	101.000,00	101.000,00	13.046,56	13.046,56	13.046,56	13.046,56	0,25	12,92	87.953,44
Urbanismo	5.571.300,00	5.587.180,12	2.220.673,48	2.220.673,48	1.030.701,51	1.030.701,51	19,89	18,45	4.556.478,61
Infra-Estrutura Urbana	3.160.100,00	3.175.980,12	881.621,80	881.621,80	560.970,08	560.970,08	10,83	17,66	2.615.010,04
Serviços Urbanos	2.411.200,00	2.411.200,00	1.339.051,68	1.339.051,68	469.731,43	469.731,43	9,07	19,48	1.941.468,57
Habitação	100.300,00	100.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.300,00
Habitação Urbana	100.300,00	100.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.300,00
Saneamento	242.900,00	482.900,00	260.153,28	260.153,28	84.750,00	84.750,00	1,64	17,55	398.150,00
Saneamento Básico Urbano	242.900,00	482.900,00	260.153,28	260.153,28	84.750,00	84.750,00	1,64	17,55	398.150,00

Continua 1/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.650.112,00	37.082.104,15	9.357.637,07	9.357.637,07	5.021.927,02	5.021.927,02	96,92	13,54	32.060.177,13
Agricultura	990.700,00	1.096.950,00	152.702,11	152.702,11	66.603,56	66.603,56	1,29	6,07	1.030.346,44
Extensão Rural	990.700,00	1.096.950,00	152.702,11	152.702,11	66.603,56	66.603,56	1,29	6,07	1.030.346,44
Comércio e Serviços	1.218.000,00	1.330.500,00	659.586,07	659.586,07	324.254,98	324.254,98	6,26	24,37	1.006.245,02
Turismo	1.218.000,00	1.330.500,00	659.586,07	659.586,07	324.254,98	324.254,98	6,26	24,37	1.006.245,02
Transporte	1.096.818,00	3.541.818,00	738.319,00	738.319,00	110.163,50	110.163,50	2,13	3,11	3.431.654,50
Transportes Coletivos Urbanos	76.100,00	76.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.100,00
Transporte Rodoviário	1.020.718,00	3.465.718,00	738.319,00	738.319,00	110.163,50	110.163,50	2,13	3,18	3.355.554,50
Desporto e Lazer	235.000,00	235.000,00	32.831,19	32.831,19	26.386,36	26.386,36	0,51	11,23	208.613,64
Desporto Comunitário	235.000,00	235.000,00	32.831,19	32.831,19	26.386,36	26.386,36	0,51	11,23	208.613,64
Encargos Especiais	1.861.000,00	1.861.000,00	449.117,99	449.117,99	249.889,70	249.889,70	4,82	13,43	1.611.110,30
Previdência do Regime Estatutário	446.000,00	446.000,00	105.168,53	105.168,53	62.772,12	62.772,12	1,21	14,07	383.227,88
Serviço da Dívida Interna	900.000,00	900.000,00	220.577,77	220.577,77	95.056,39	95.056,39	1,83	10,56	804.943,61
Outras Transferências	515.000,00	515.000,00	123.371,69	123.371,69	92.061,19	92.061,19	1,78	17,88	422.938,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RESERVA DO RPPS	1.734.000,00	1.734.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	964.800,00	964.800,00	159.704,81	159.704,81	159.618,51	159.618,51	3,08	16,54	805.181,49
Legislativa	24.000,00	24.000,00	2.679,89	2.679,89	2.679,89	2.679,89	0,05	11,17	21.320,11
Ação Legislativa	24.000,00	24.000,00	2.679,89	2.679,89	2.679,89	2.679,89	0,05	11,17	21.320,11
Administração	131.600,00	131.600,00	20.580,82	20.580,82	20.494,52	20.494,52	0,40	15,57	111.105,48
Administração Geral	89.600,00	89.600,00	13.234,87	13.234,87	13.148,57	13.148,57	0,25	14,67	76.451,43
Administração Financeira	42.000,00	42.000,00	7.345,95	7.345,95	7.345,95	7.345,95	0,14	17,49	34.654,05
Assistência Social	24.100,00	24.100,00	3.449,69	3.449,69	3.449,69	3.449,69	0,07	14,31	20.650,31
Assistência Comunitária	24.100,00	24.100,00	3.449,69	3.449,69	3.449,69	3.449,69	0,07	14,31	20.650,31
Saúde	200.100,00	200.100,00	31.265,81	31.265,81	31.265,81	31.265,81	0,60	15,63	168.834,19
Atenção Básica	200.100,00	200.100,00	31.265,81	31.265,81	31.265,81	31.265,81	0,60	15,63	168.834,19
Educação	449.500,00	449.500,00	86.102,55	86.102,55	86.102,55	86.102,55	1,66	19,16	363.397,45
Ensino Fundamental	384.400,00	384.400,00	74.569,78	74.569,78	74.569,78	74.569,78	1,44	19,40	309.830,22
Ensino Superior	6.000,00	6.000,00	1.275,35	1.275,35	1.275,35	1.275,35	0,02	21,26	4.724,65

Continua 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	964.800,00	964.800,00	159.704,81	159.704,81	159.618,51	159.618,51	3,08	16,54	805.181,49
Educação	449.500,00	449.500,00	86.102,55	86.102,55	86.102,55	86.102,55	1,66	19,16	363.397,45
Educação Infantil	55.100,00	55.100,00	9.865,35	9.865,35	9.865,35	9.865,35	0,19	17,90	45.234,65
Educação Especial	4.000,00	4.000,00	392,07	392,07	392,07	392,07	0,01	9,80	3.607,93
Cultura	4.500,00	4.500,00	798,84	798,84	798,84	798,84	0,02	17,75	3.701,16
Difusão Cultural	4.500,00	4.500,00	798,84	798,84	798,84	798,84	0,02	17,75	3.701,16
Urbanismo	100.100,00	100.100,00	10.470,25	10.470,25	10.470,25	10.470,25	0,20	10,46	89.629,75
Infra-Estrutura Urbana	70.100,00	70.100,00	7.249,19	7.249,19	7.249,19	7.249,19	0,14	10,34	62.850,81
Serviços Urbanos	30.000,00	30.000,00	3.221,06	3.221,06	3.221,06	3.221,06	0,06	10,74	26.778,94
Saneamento	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Saneamento Básico Urbano	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Agricultura	24.100,00	24.100,00	3.732,55	3.732,55	3.732,55	3.732,55	0,07	15,49	20.367,45
Extensão Rural	24.100,00	24.100,00	3.732,55	3.732,55	3.732,55	3.732,55	0,07	15,49	20.367,45
Comércio e Serviços	3.600,00	3.600,00	318,61	318,61	318,61	318,61	0,01	8,85	3.281,39
Turismo	3.600,00	3.600,00	318,61	318,61	318,61	318,61	0,01	8,85	3.281,39
Desporto e Lazer	3.100,00	3.100,00	305,80	305,80	305,80	305,80	0,01	9,86	2.794,20
Desporto Comunitário	3.100,00	3.100,00	305,80	305,80	305,80	305,80	0,01	9,86	2.794,20
TOTAL (III) = (I + II)	34.614.912,00	38.046.904,15	9.517.341,88	9.517.341,88	5.181.545,53	5.181.545,53	100,00	13,62	32.865.358,62

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MES DE FEVEREIRO DE 2012

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	2.450.234,31
1.2 - ITBI	165.871,84
1.3 - ISS	187.165,51
1.4 - FPM	1.904.656,96
1.5 - IRRF	49.244,58
1.6 - ICMS	851.068,78
1.7 - IPI	10.962,35
1.8 - IPVA	196.215,91
1.9 - ITR	955,60
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	4.448,14
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	130.060,69
1.12 - Multas e Juros de Mora	22.391,62
TOTAL	5.973.276,29

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.493.319,07
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	827.978,23
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	2.334,61
2.3 - Convênios	126.426,71
TOTAL	2.450.058,62

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	593.661,55	593.661,09	-0,46
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	498.187,70	576.831,60	78.643,90
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	332.125,14	0,00	-332.125,14
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	899.657,52	536.363,63	-363.293,89
3.5 - Convênios e Transferências	126.426,71	2.218,45	-124.208,26
TOTAL	2.450.058,62	1.709.074,77	-740.983,85

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
 Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Garopaba, 14 de março de 2012.

% APLICADO : 18,92%

Aplicado a menor : -363.294,35

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 1/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1/2012

"APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2010 DO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos Arts. 10, III, e 23, IV, g, do Regimento Interno faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga o seguinte:

DECRETA

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do exercício de 2010 do Município de Garopaba.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições sem contrário.

Garopaba, em 21 de março de 2012.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Publicada o presente Decreto, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos vinte dias do mês de março de 2012.

Publicada o presente Decreto no DOM/SC em ____/____/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN

Secretária

Garuva**PREFEITURA****Decreto Nº 002/2012**

DECRETO Nº. 02 de 25 de janeiro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Neusa Regina Walchholz, do cargo de Diretora de Ensino."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora NEUSA REGINA WACHHOLZ, do cargo gratificado de Secretária Administrativa - FC, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto Nº 07/2011 de 01 de fevereiro de 2011.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 001/2012

DECRETO No. 01 de 17 de janeiro de 2012

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1576/2011, de 26/12/2011.

DECRETA:

Art. 1o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de obras e Serv. Públicos 3390 01.00.00 R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de obras e Serv. Públicos 3190 01.00.00 R\$ 20.000,00

Art. 3o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas 3390 01.02.00 R\$ 16.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o., serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas 3190 01.02.00 R\$ 16.000,00

Art. 5o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 004/2012

DECRETO Nº. 04 de 30 de janeiro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração do servidor Jucelino Guarezi, do cargo de Chefe do Setor de Infraestrutura."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado o servidor JUCELINO GUAREZI, do cargo gratificado de Chefe do Setor de Infraestrutura - FC, subordinado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, nomeado através do Decreto Nº 155/2009 de 16 de outubro de 2009.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 005/2012

DECRETO Nº. 05 de 01 de fevereiro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração do servidor Paulo Guataçara da Costa Lima, do cargo de Chefe do Setor de Pecuária."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS

COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado o servidor PAULO GUATAÇARA DA COSTA LIMA, do cargo gratificado de Chefe do Setor de Pecuária - FC, subordinado à Secretaria Municipal de Estratégias Rurais, nomeado através do Decreto Nº 157/2009 de 16 de outubro de 2009.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 010/2012

DECRETO Nº. 10, de 13 de Fevereiro de 2012

"Decreta Ponto Facultativo os dias 20, 21 e 22 fevereiro de 2012, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

DECRETA:

ART. 1o. - Ponto Facultativo, mediante compensação, em razão dos festejos carnavalescos que mobilizam todo o país, das 07:45 horas do dia 20/02 às 12:00 horas do dia 22/02, em todas as repartições públicas municipais, resguardados os serviços essenciais, de acordo com as escalas definidas pelas respectivas secretarias.

Parágrafo 1º - A compensação referida no "caput" será cumprida de acordo com calendário estabelecido com a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Garuva.

Parágrafo 2º - Fica vedado o pagamento de horas extras, decorrentes do artigo acima.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 011/2012

DECRETO Nº. 11 de 13 de Fevereiro de 2012

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES MEDIANTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

Considerando, que para a maioria das disciplinas/áreas, das vagas existentes para o edital 12/2011 todos os candidatos já foram convocados, inclusive os da reserva técnica;

Considerando, que ainda existem vagas que não foram preenchidas;

Considerando, o caráter de urgência, pois algumas disciplinas/área estão sem professor;

Considerando, o dispêndio de tempo para realização de processo seletivo com provas escritas, e o prazo legal para interposição de recursos.

DECRETA:

Art. 1o. - Fica estabelecido excepcionalmente para o cargo de

Professor, processo seletivo simplificado através de análise de curriculum vitae.

Art. 2º - A análise do curriculum vitae dar-se-á a partir de sistema de pontuação, previamente divulgado em edital, que contemple fatores considerados necessários para o desempenho das atividades a serem realizadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - Setor de Recursos Humanos
CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8225-
email:pmgaruva@garuva.sc.gov.br
Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro - Garuva/SC - CEP 89248-000

Decreto Nº 013/2012

DECRETO Nº 13, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1579, de 22 de fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art. 1o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 136.000,00 (Cento e Trinta e Seis Mil Reais), no orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

17.001.016.482.1033.2086 Man. do Fundo Municipal de Habitação	4490	03.00.00 R\$	136.000,00
---	------	--------------	------------

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2011.

Art. 3o - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 014/2012

DECRETO Nº 14, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1580, de 22 de fevereiro de 2012

DECRETA:

Art. 1o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 80.250,00 (Oitenta Mil, Duzentos e Cinquenta Reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083 Man. do Fundo Municipal de Saúde	4490	03.02.00 R\$	80.250,00
---	------	--------------	-----------

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2011.

Art. 3o - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 016/2012

DECRETO N.º 16, DE 02 DE MARÇO DE 2012.

"FIXA OS VALORES DE REMOÇÃO DE VEÍCULO APREENDIDO EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO E DE DIÁRIA CUSTÓDIA DE VEÍCULO MANTIDO EM DEPÓSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e obedecendo ao preceito contido no artigo 5º, §1º da Lei 1508/2010;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam fixados os seguintes valores referentes à remoção de veículos apreendidos e retirados de circulação em decorrência de infração à legislação de trânsito:

I - Remoção de caminhões, reboques, ônibus, micro-ônibus, tratores, caminhonetes e cavalos mecânicos: 100 (cem) UFM'S por solicitação, acrescidos de 03 (três) UFM'S por quilômetro rodado;
II - Remoção de automóveis de passeio, pequenos utilitários, peruas, motocicletas e motonetas: 40 (quarenta) UFM'S por solicitação, acrescidos de 02 (duas) UFM'S por quilômetro rodado;
III - Remoção de triciclos, charretes, carroças e bicicletas: 10 (dez) UFM'S por solicitação, acrescidos de 01 (uma) UFM por quilômetro rodado;

§1º - Quando imprescindível a utilização de equipamentos diversos daqueles usualmente empregados no procedimento de remoção, ou necessária a realização de destombamentos, os valores referentes à remoção sofrerão um acréscimo de 50% (cinquenta por cento)

§2º - Os valores referentes à remoção e ao quilômetro rodado sofrerão um acréscimo de 20% (vinte por cento), quando o procedimento for realizado no período noturno.

Art. 2º - Ficam fixados os seguintes valores de custódia diária de veículos removidos e colocados em depósito:

I - Estadia de caminhões, reboques, ônibus, micro-ônibus, tratores, caminhonetes e cavalos mecânicos: 30 (trinta) UFM'S por dia;
II - Estadia de automóveis de passeio, pequenos utilitários e peruas: 12 (doze) UFM'S por dia;
III - Estadia de motocicletas, motonetas, triciclos, charretes, carroças e bicicletas: 08 (oito) UFM'S por dia;
Parágrafo Único - A diária de custódia será calculada por dia, excluindo-se as frações de hora, contados da remoção do veículo até a data da efetiva retirada do mesmo.

Art. 3º - O reajuste anual dos valores das remoções e diárias previstos na Lei 1508/2010 será realizado conforme atualização monetária aplicada à Unidade Fiscal do Município (UFM).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garuva, em 02 de março de 2012

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 017/2012

DECRETO Nº 17, DE 12 DE MARÇO DE 2012

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1583, de 12 de março de 2012:

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.452.1033.2065	Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos	3390	03.17.00 R\$	24.000,00
--------------------------	---	------	--------------	-----------

Art. 2º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 446.024,15 (quatrocentos e quarenta e seis mil e vinte e quatro reais e quinze centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.303.1016.2045	Medic. para consumo e distrib. SUS	3390	03.67.00 R\$	190.164,18
14.001.010.301.1011.2083	Man. do Fundo Mun. de Saúde	4490	03.64.00 R\$	31.250,91
14.001.010.301.1011.2083	Man. do Fundo Mun. de Saúde	4490	03.23.55 R\$	5.352,80
14.001.010.302.1021.2050	Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3390	03.23.55 R\$	31.290,95
14.001.010.302.1012.2041	Man. do Programa Saúde da Família	3390	03.64.01 R\$	100.788,83
14.001.010.302.1012.2041	Man. do Programa Saúde da Família	4490	03.64.01 R\$	28.788,83
14.001.010.302.1012.2041	Man. do Programa Saúde da Família	4490	03.02.00 R\$	29.795,00
14.001.010.301.1011.2083	Man. do Fundo Mun. de Saúde	3390	03.64.00 R\$	4.877,34
14.001.010.304.1018.2047	Man. do Setor de Vigilância Sanitária	3390	03.66.00 R\$	16.000,00
14.001.010.305.1017.2046	Man. do Programa Vigilância Epidem.	3390	03.66.00 R\$	7.715,31

Art. 3º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

19.001.006.182.1033.1028	Constr. da Unidade do Corpo de Bomb.	4490	03.00.00 R\$	23.700,00
--------------------------	--------------------------------------	------	--------------	-----------

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1º, 2º e 3º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2011.

Art. 5º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1027.2057	Man. de Proteção Básica-Família em foco	3390	01.00.00 R\$	10.000,00
--------------------------	---	------	--------------	-----------

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1024.2052	Contr. de profiss. para atend. do CRASS	3390	01.00.00 R\$	10.000,00
--------------------------	---	------	--------------	-----------

Art. 7º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 101.284,24 (cento e um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família
3390 01.64.01R\$ 26.200,00
14.001.010.302.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família
4490 01.64.01R\$ 20.000,00
14.001.010.302.1022.1012 Constr. e ref. de unidades de saúde
4490 01.71.00R\$ 55.084,24

Art. 8o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 7o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação nas receitas de transferências de recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 9o - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Garuva, 12 de março de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 018/2012

DECRETO Nº 18, DE 12 DE MARÇO DE 2012

“DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DE CONTA CORRENTE BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.”

O Prefeito Municipal DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART. 1º - Fica autorizado o servidor senhor José Vanderlei Aguiar, Diretor de Melhorias Rurais, gestor do Fundo Municipal de Agricultura, para em conjunto com o Prefeito Municipal, movimentar as contas correntes bancárias, de titularidade da Prefeitura Municipal de Garuva destinada a depósito de valores do Fundo Municipal de Agricultura, conforme demonstrativo anexo.

ART. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 81 de 05 de agosto de 2009.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 007/2012

PORTARIA Nº. 007, de 24 de janeiro de 2012

“DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento dos cargos relacionados no Edital 002/2012.

ART. 20. - Designar CESAR CASSIUS MOCKER, SILKE GEHRMANN e ALINE KRAUSE TONDORF, para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência da primeira, coordenar a realização do Processo Seletivo Simplificado conforme Edital nº. 002/2012, homologar inscrições, preparar, aplicar e corrigir as provas, divulgar resultados e analisar eventuais recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 009/2012

PORTARIA Nº 009, de 27 de janeiro de 2012

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO, A PEDIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 046/09 DE 16/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Exonerar, a pedido, o empregado público GUSTAVO SIMIANO JUNG, do cargo de Médico Clínico Geral, admitido através da portaria nº. 264/2011 de 05 de agosto de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 011/2012

PORTARIA Nº. 011, de 30 de janeiro de 2012

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, CONFORME APOSENTADORIA, DO SERVIDOR JUCELINO GUAREZI DO CARGO DE MECÂNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, por motivo de aposentadoria, o servidor JUCELINO GUAREZI, portador do RG nº. 909.315 e CPF nº. 311.874.129-53, do cargo de MECÂNICO, nomeado em 02 de janeiro de 1994, através da Portaria 013/1994, e declara vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

KLAUS LENNERTZ FILHO
Secretário Mun. de Infraestrutura e Urbanismo

Portaria Nº 012/2012

PORTARIA Nº. 012, de 31 de janeiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 002/2012, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Agente Administrativo, a Senhorita Pamela Casagrande, CPF nº 063.359.229-32, RG nº 4.294.353,

com lotação destinada à Secretaria de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Administrativo I, Classe I, Referência "A".

Art. 2º. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratam dos servidores públicos municipais.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de 1º de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 013/2012

PORTARIA Nº. 013, de 01 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, requerimento nº. 002/2012.

RESOLVE:

Art. 1º. - Exonerar a pedido, a servidora SATIRA MARIA DO VALES ZAVODINI, portadora do RG 2/R 1.770.719 e CPF 496.627.089-87, do cargo de Merendeira, nomeada através da Portaria nº. 096/1999 de 03 de fevereiro de 1999, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 014/2012

PORTARIA Nº. 014, de 01 de fevereiro de 2012

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora LENITA LUBAWSKI.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Educador, Classe III, referência "E".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORRÊA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 015/2012

PORTARIA Nº. 015, de 01 de fevereiro de 2012

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o ofício nº 012/2012 de 31/01/2012, da Secretaria de Desenvolvimento Social;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1º. - Alterar a carga horária mensal de 110 horas para 220 horas da servidora ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário Mun. de Desenv. Social e Habitação

Portaria Nº 016/2012

PORTARIA Nº. 016, de 01 de fevereiro de 2012

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o ofício nº 012/2012 de 31/01/2012, da Secretaria de Desenvolvimento Social;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1º. - Alterar a carga horária mensal de 110 horas para 165 horas da servidora LUCIA BISEWSKI, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO
Secretário Mun. de Desenv. Social e Habitação

Portaria Nº 018/2012

PORTARIA Nº. 018, de 02 de Fevereiro de 2012

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento dos cargos relacionados no edital nº. 003/2012.

ART. 20. - Designar SILVANA MEWS, ALINE KRAUSE TONDORF e MARLENE PECH CORREA, para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência da primeira expedir edital, homologar inscrições, aplicar provas, divulgar resultados, analisar eventuais recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 019/2012

PORTARIA Nº 019, de 03 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 31/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, a vacância de cargo.

RESOLVE:

ART. 1º - Ficam nomeados os aprovados no Concurso Público, constante do anexo 01 desta Portaria, para os cargos de provimento Efetivo, no regime estatutário.

ART. 2º - Os nomeados constantes no anexo 01 desta Portaria, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhados para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

Fotocópia simples dos seguintes documentos:

CTPS (páginas: foto e qualificação civil)

Cartão do PIS (frente e verso)

CPF e RG

Título de eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais

Certidão de nascimento (se solteiro) ou casamento (se casado)

Comprovante de endereço atualizado

Carteira de habilitação (para os cargos em que foi exigida habilitação)

Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos

Carteira de vacinação para filhos até 07 anos

Certificado de reservista (para homens)

Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta, para crédito de

salário

Todas as fotocópias deverão estar legíveis

Fotocópia autenticada

Histórico escolar ou diploma (p/ nível fundamental e médio)

Diploma (para nível técnico e superior)

Certificado de Curso de Informática (p/os cargos em que foi exigida esta habilitação)

Certificado de Curso de Bombeiro Voluntário (p/ o cargo de Agente de Defesa Civil)

Certificado de Curso de Vigilante (para o cargo de Vigilante)

Certificado do Curso de Auto Cad (para o cargo de Desenhista projetista)

Carteira do Registro no Conselho Profissional de Santa Catarina

Apresentar:

01 foto 3x4 recente.

Declaração de cumulação de cargo (fornecido pelo RH)

Declaração de bens (fornecido pelo RH)

Ficha Salário Família (fornecido pelo RH)

ART. 3º - A posse ocorrerá de forma individual, no Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva. Estarão aptos a participar da posse os nomeados que atenderem as exigências do art. 2º desta portaria.

ART. 4º - Os nomeados constantes no anexo 01 desta portaria, que não tomarem posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estarão renunciando tacitamente à vaga para qual foram nomeados, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º - Os nomeados constantes do anexo 01 desta portaria, que não desejarem ser empossados nos cargos ou empregos a que foram nomeados, deverão formalizar a desistência mediante preenchimento de formulário de termo de desistência, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

**ANEXO 01 - PORTARIA 019/2012
REGIME ESTATUTÁRIO**

Cargo: Merendeira

N inscrição	Nome do Candidato	Classificação
264	Lidia Sutil de Oliveira	3º

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais (feminino)

N inscrição	Nome do Candidato	Classificação
761	Claudete Terezinha Vageleski Feldhaus	15º
234	Cheila de Paula	16º
222	Cássia Regiane da Cruz	17º

Portaria Nº 020/2012

PORTARIA Nº. 020, de 03 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA,

USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, requerimento nº. 008/2012.

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar a pedido, a servidora JANES DANIELA DELFINO DE ARAUJO, portadora do RG 3.943.928-3 e CPF 034.306.979-21, do cargo de Professora- Nível III, nomeada através da Portaria nº. 068/2004 de 01 de junho de 2004, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 021/2012

PORTARIA Nº. 021, de 03 de fevereiro de 2012
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o memorando nº. 008 de 02/02/2012;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 30 horas para 40 horas do servidor HEITOR GROCHOSKI MATIAS, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 022/2012

PORTARIA Nº. 022, de 03 de fevereiro de 2012
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o memorando nº. 008 de 02/02/2012;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 10 horas para 30 horas do servidor ALEXANDRE CARDOSO DE SOUZA, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 023/2012

PORTARIA Nº. 023, de 03 de fevereiro de 2012
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o memorando nº. 008 de 02/02/2012;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 40 horas do servidor HELOY TOMAZ SANTOS PEREIRA, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 024/2012

PORTARIA Nº. 024, de 03 de fevereiro de 2012
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o memorando nº. 008 de 02/02/2012;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 30 horas para 40 horas da servidora JUCILENE FURLAN, nas Escolas Municipais Duque de Caxias, Iça Mirim, Maria Martins Budal e Ernesto Alberto Hattenhauer, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 025/2012

PORTARIA Nº. 025, de 03 de fevereiro de 2012
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

Considerando, Memorando nº 008/2012 de 02/02/2012

RESOLVE:

ART. 1o. - Reduzir a carga horária semanal de 30 horas para 20

horas da servidora GABRIELLE ZWETTLER TEIXEIRA, excluindo desta forma a lotação na Escola Alberto Ernesto Hattenhauer mantendo as demais lotações mencionadas nas Portarias nº 222/2010 e 257/2011, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 26/01/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 028/2012

PORTARIA Nº 028, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, VALDOMIRO MARKIV DA COSTA, inscrito no CI-RG 4.045.254-0 e CPF 334.253.619-53, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 07/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GUILHERME ADOLFO VOSS
Secretário Mun. Administração, Planej. e Finanças

Portaria Nº 029/2012

PORTARIA Nº 029, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA,

USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, RAFAEL MARIANO DA SILVA, inscrito no CI-RG 9.147.419-0 e CPF 047.476.179-73, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 07/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GUILHERME ADOLFO VOSS
Secretário Mun. Administração, Planej. e Finanças

Portaria Nº 030/2012

PORTARIA Nº 030, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ANGELA MERLIN ORZENN, inscrita no CI-RG 2.079.283-3 e CPF 393.067.049-68, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 031/2012

PORTARIA Nº 031, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MAGDA DA SILVA, inscrita no CI-RG 8.636.076-4 e CPF 048.835.389-07, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 032/2012

PORTARIA Nº 032, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ROSANE KOMINKIEWICZ, inscrita no CI-RG 2.656.369 e CPF 753.600.479-68, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 033/2012

PORTARIA Nº 033, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário IVANICE REGINA DA SILVA, inscrita no CI-RG 4.386.315 e CPF 050.316.959-51, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 034/2012

PORTARIA Nº 034, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SATIRA MARIA DO VALES ZAVODINI, inscrita no CI-RG 1.770.719-6 e CPF 496.627.089-87, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 035/2012

PORTARIA Nº 035, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional

interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SILMARA SOARES, inscrita no CI-RG 4.900.100-0 e CPF 043.712.369-36, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 036/2012

PORTARIA Nº 036, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARINETTI ESTHER VIEIRA, inscrita no CI-RG 2.604.806-0 e CPF 920.948.139-91, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 037/2012

PORTARIA Nº 037, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARINILDA DA SILVA MARIAN, inscrita no CI-RG 4.088.444-9 e CPF 796.311.349-20, na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 038/2012

PORTARIA Nº 038, de 06 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARLI JANING POHL, inscrita no CI-RG 3.004.040-0 e CPF 659.646.169-68, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 039/2012

PORTARIA Nº 039, de 06 de fevereiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MÁRCIO ALVES DA LUZ, inscrito no CI-RG 4.295.565 e CPF 048.676.919-41, na função de Professor Nível II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 040/2012

PORTARIA Nº 040, de 06 de fevereiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA ROSIANE SANTOS, inscrita no CI-RG 4.285.990 e CPF 006.005.369-04, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 041/2012

PORTARIA Nº 041, de 06 de fevereiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CLEUSA REGINA DE VARGAS DE ARAUJO, inscrita no CI-RG 2024270841 e CPF 459.048.980-53, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 042/2012

PORTARIA Nº 042, de 08 de fevereiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, ROSANGELA PIETRZAKA, inscrita no CI-RG 5.192.729-0 e CPF 760.225.959-91, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 09 de fevereiro de 2012.



JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 043/2012

PORTARIA Nº. 043, de 08 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, requerimento nº. 009/2012.

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar a pedido, a servidora DÉBORA ELIZEU OLIVÉRIO PROST, portadora do RG 3.923.275 e CPF 004.188.869-38, do cargo de Professora- Nível II, nomeada através da Portaria nº. 206/2010 de 06 de maio de 2010, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 044/2012

PORTARIA Nº 044, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, requerimento nº. 003/2012;
CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social;
CONSIDERANDO, parecer da Secretária de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença, por motivo de doença na família, pelo período de 03 (três) meses, à servidora pública municipal MARIA DE FÁTIMA JUNQUEIRA MALUCELLI, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 045/2012

PORTARIA Nº 045, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário VANUSA MARQUES WIELGOSZ, inscrita no CI-RG 2.224.208-2 e CPF 763.332.219-53, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 046/2012

PORTARIA Nº 046, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário VANUSA MARQUES WIELGOSZ, inscrita no CI-RG 2.224.208-2 e CPF 763.332.219-53, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 047/2012

PORTARIA Nº 047, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário VERONICA JAGIELSKI VALIATTI, inscrita no CI-RG 927.015 e CPF 785.369.879-87, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 048/2012

PORTARIA Nº 048, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CHIRLEEN ALTMANN, inscrita no CI-RG 4.250.156 e CPF 065.648.499-31, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 049/2012

PORTARIA Nº 049, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CHIRLEEN ALTMANN, inscrita no CI-RG 4.250.156 e CPF 065.648.499-31, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 050/2012

PORTARIA Nº 050, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUCINEA APARECIDA TABORDA DE LIMA, inscrita no CI-RG 2.605.133 e CPF 775.041.519-04, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro

de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 051/2012

PORTARIA Nº 051, de 09 de fevereiro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MURILO BORGES, inscrito no CI-RG 4.582.359 e CPF 042.627.049-55, na função de Professor Nível II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 052/2012

PORTARIA Nº 052, de 09 de fevereiro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ANA PAULA VIEIRA,

inscrita no CI-RG 9.324.757-4 e CPF 048.097.819-09, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 053/2012

PORTARIA Nº 053, de 09 de fevereiro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUCIANA ROMANZINI, inscrita no CI-RG 2.194.493-8 e CPF 647.045.569-72, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 054/2012

PORTARIA Nº 054, de 09 de fevereiro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS

COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JENNIFFER ZWETTLER TEIXEIRA, inscrita no CI-RG 4.751.874-0 e CPF 008.722.059-83, na função de Professora Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 055/2012

PORTARIA Nº 055, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JENNIFFER ZWETTLER TEIXEIRA, inscrita no CI-RG 4.751.874-0 e CPF 008.722.059-83, na função de Professora Nível II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 056/2012

PORTARIA Nº 056, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente

justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ALINE STREY DE AMORIM, inscrita no CI-RG 4.713.233-7 e CPF 042.169.199-95, na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 057/2012

PORTARIA Nº 057, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário TANIA LORECI BACK, inscrita no CI-RG 4.426.588-3 e CPF 034.622.569-80, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 058/2012

PORTARIA Nº 058, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional

interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ROSELI DA CONCEIÇÃO PEREIRA, inscrita no CI-RG 2.844.201 e CPF 693.640.109-06, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 059/2012

PORTARIA Nº 059, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ROSELI DA CONCEIÇÃO PEREIRA, inscrita no CI-RG 2.844.201 e CPF 693.640.109-06, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 060/2012

PORTARIA Nº 060, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER

TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário FERNANDA MENDES MOTA, inscrita no CI-RG 5.347.883-5 e CPF 033.367.079-51, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 061/2012

PORTARIA Nº 061, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SIDNEIA APARECIDA REBELO FORSTER, inscrita no CI-RG 2.515.276-9 e CPF 890.551.019-15, na função de Professora Nível II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 062/2012

PORTARIA Nº 062, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário NEIVA APARECIDA DE CAMARGO BRAMMER, inscrita no CI-RG 4.172.174 e CPF 006.416.999-56, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 063/2012

PORTARIA Nº 063, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário NEIVA APARECIDA DE CAMARGO BRAMMER, inscrita no CI-RG 4.172.174 e CPF 006.416.999-56, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 064/2012

PORTARIA Nº 064, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ELIZETE MOTA DOS SANTOS, inscrita no CI-RG 2.765.056 e CPF 753.824.409-30, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 065/2012

PORTARIA Nº 065, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ELIZETE MOTA DOS SANTOS, inscrita no CI-RG 2.765.056 e CPF 753.824.409-30, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro

de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 066/2012

PORTARIA Nº 066, de 09 de fevereiro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA LOURDES JAGIELSKI, inscrita no CI-RG 174.720-7 e CPF 692.822.939-04, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 067/2012

PORTARIA Nº 067, de 09 de fevereiro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA LOURDES

JAGIELSKI, inscrita no CI-RG 174.720-7 e CPF 692.822.939-04, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 068/2012

PORTARIA Nº 068, de 09 de fevereiro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário TANIA MARA ZANELLA, inscrita no CI-RG 6.976.924-1 e CPF 020.473.609-94, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 069/2012

PORTARIA Nº 069, de 09 de fevereiro de 2012.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E

ALTERAÇÕES;**RESOLVE:**

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SOLANGE APARECIDA MOTA DE SOUZA, inscrita no CI-RG 4.090.447 e CPF 039.036.879-28, na função de Professora Nível II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 070/2012

PORTARIA Nº 070, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SOLANGE APARECIDA MOTA DE SOUZA, inscrita no CI-RG 4.090.447 e CPF 039.036.879-28, na função de Professora Nível II, por 30 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 071/2012

PORTARIA Nº 071, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário BARBARA ROMANZINI DA SILVA, inscrita no CI-RG 4.295.184 e CPF 059.151.579-20, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 072/2012

PORTARIA Nº 072, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário TAMARA BYLAARDT, inscrita no CI-RG 2/R 1.770.617 e CPF 558.729.649-00, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 073/2012

PORTARIA Nº. 073, de 09 de Fevereiro de 2012

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento dos cargos relacionados no edital nº. 004/2012.

ART. 20. - Designar MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORRÊA, ALEXANDRE SAAD BENEDET, SILVANA MEWS, para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência da primeira expedir edital, homologar inscrições, aplicar provas, divulgar resultados, analisar eventuais recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 074/2012

PORTARIA Nº 074, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, ROZILDA DO ROCIO PADILHA, inscrita no CI-RG 2.190.373-5 e CPF 647.052.429-04, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 075/2012

PORTARIA Nº 075, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JULIANA NAGEL, inscrita no CI-RG 2.765.011 e CPF 022.304.569-11, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 076/2012

PORTARIA Nº 076, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JULIANA NAGEL, inscrita no CI-RG 2.765.011 e CPF 022.304.569-11, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 077/2012

PORTARIA Nº 077, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ODETE DANIEL DA CRUZ, inscrita no CI-RG 2.510.805 e CPF 279.556.809-87, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 078/2012

PORTARIA Nº 078, de 09 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARCIA VALERIA PEDROSO FLORES, inscrita no CI-RG 3.280.312-5 e CPF 920.749.369-15, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 079/2012

PORTARIA Nº. 079, de 10 de Fevereiro de 2012

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. - Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento do cargo relacionado no edital nº. 005/2012.

ART. 20. - Designar GUILHERME ADOLFO VOSS, CESAR CASSIUS MOCKER, SILKE GEHMANN, para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência do primeiro expedir edital, homologar inscrições, aplicar provas, divulgar resultados, analisar eventuais recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 080/2012

PORTARIA Nº 080, de 10 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUCIANA WACHHOLZ ZIMMERMANN, inscrita no CI-RG 3.904.395 e CPF 041.878.159-10, na função de Professora Nível II, por 30 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 081/2012

PORTARIA Nº 081, de 10 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da

Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SUELEN PAOLA CASA-GRANDE, inscrita no CI-RG 4.294.355 e CPF 082.492.899-78, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 082/2012

PORTARIA Nº 082, de 10 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário VIVIANA PINHEIRO DE ANDRADE, inscrita no CI-RG 8.868.653-5 e CPF 044.380.209-21, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 083/2012

PORTARIA Nº 083, de 10 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de

29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SHANA HELENA PADILHA, inscrita no CI-RG 4.350.020 e CPF 053.865.029-05, na função de Professora Nível II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 084/2012

PORTARIA Nº 084, de 10 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SHANA HELENA PADILHA, inscrita no CI-RG 4.350.020 e CPF 053.865.029-05, na função de Professora Nível II, por 30 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 085/2012

PORTARIA Nº 085, de 10 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUCIANO FELIPPI, inscrita no CI-RG 3.756.746 e CPF 004.782.439-52, na função de Professor Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de 13 de fevereiro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 086/2011

PORTARIA Nº. 086, de 13 de fevereiro de 2012

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

Considerando, Memorando nº 008/2012 de 02/02/2012

RESOLVE:

ART. 1º. - Aumentar a carga horária semanal de 20 horas para 40 horas da servidora GABRIELLE ZWETTLER TEIXEIRA, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 087/2012

PORTARIA Nº. 087, de 13 de fevereiro de 2012

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando

de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

Considerando, Ofício nº 11/2012 de 25/01/2012

RESOLVE:

ART. 1º. - Reduzir a carga horária mensal de 220 horas para 110 horas da servidora LUCIA AMORIM, no Programa Sentinela, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO

Secretário Mun. Desenv. Social e Habitação

Portaria Nº 088/2012

PORTARIA Nº 088, de 13 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUCILEIDE DE FATIMA BUENO FELDHAUS, inscrita no CI-RG 6.091.547 e CPF 028.059.689-80, na função de Professora Nível II, por 110 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

GENELCIO BRUNETTO

Secretário M. Desenv. Social e Habitação

Portaria Nº 089/2012

PORTARIA Nº 089, de 13 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente

justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUCILEIDE DE FATIMA BUENO FELDHAUS, inscrita no CI-RG 6.091.547 e CPF 028.059.689-80, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 090/2012

PORTARIA Nº 090, de 13 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ROSIANE MANES VIEIRA, inscrita no CI-RG 4.664.265 e CPF 062.443.349-81, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 091/2012

PORTARIA Nº. 091, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 005/2012, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Farmacêutico, ao Senhor Thiago Francisco Backes, CPF nº 038.489.099-79, RG nº 8.350.444-7, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Saúde, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - O servidor acima empossado terá como base salarial o início da carreira Especialista Superior, Classe I, Referência "A".

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 092/2012

PORTARIA Nº. 092 de 15 de Fevereiro de 2012

"Cria Comissão para elaboração de Teste Seletivo Simplificado para provimento em caráter temporário, dos cargos eventualmente vagos do quadro do magistério para ano de 2012 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. - Criar Comissão para elaboração de Teste Seletivo Simplificado para provimento, em caráter temporário, dos cargos eventualmente vagos do quadro do magistério para o ano de 2012.

§ 1º - A comissão, será composta pelos servidores públicos municipais Márcia Aparecida Amaral Correa, Marcelo Tavares e Alexandre Saad Benedet.

§ 2º - A comissão, presidida pela servidora Márcia Aparecida Amaral Correa, deverá expedir edital, receber e homologar inscrições, classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação e homologar a seleção, além de apreciar recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

§ 3º - A comissão poderá convocar servidores para exercer funções administrativas.

ART. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 093/2012

PORTARIA Nº 093, de 15 de fevereiro de 2012

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO, A PEDIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 046/09 DE 16/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Exonerar, a pedido, a empregada pública ROSIANE MANES VIEIRA, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, admitida através da portaria nº. 006/2010 de 04 de janeiro de 2010, e

declara vacância do cargo.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 095/2012

PORTARIA Nº 095, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JACIRA MARIA OLIVEIRA, inscrita no CI-RG 1.155.386 e CPF 186.790.219-20, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 096/2012

PORTARIA Nº 096, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JACIRA MARIA OLIVEIRA, inscrita no CI-RG 1.155.386 e CPF 186.790.219-20, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 097/2012

PORTARIA Nº 097, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA APARECIDA DE JESUS, inscrita no CI-RG 3.801.354-8 e CPF 981.157.409-00, na função de Professora Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 098/2012

PORTARIA Nº 098, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA APARECIDA DE JESUS, inscrita no CI-RG 3.801.354-8 e CPF 981.157.409-00, na função de Professora Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 099/2012

PORTARIA Nº 099, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA APARECIDA DE JESUS, inscrita no CI-RG 3.801.354-8 e CPF 981.157.409-00, na função de Professora Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 100/2012

PORTARIA Nº 100, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário PATRICIA LEITE, inscrita no CI-RG 5.277.568-2 e CPF 070.020.749-03, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 101/2012

PORTARIA Nº 101, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário PATRICIA LEITE, inscrita no CI-RG 5.277.568-2 e CPF 070.020.749-03, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 102/2012

PORTARIA Nº 102, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de

29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JOSIANE EDNA PEREIRA, inscrita no CI-RG 2.515.502 e CPF 714.214.249-91, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 105/2012

PORTARIA Nº 105, de 15 de fevereiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JESSICA EVARISTO, inscrita no CI-RG 4.974.905-6 e CPF 060.293.989-54, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 16/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 106/2012

PORTARIA Nº 106, de 15 de fevereiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JESSICA EVARISTO, inscrita no CI-RG 4.974.905-6 e CPF 060.293.989-54, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 16/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 111/2012

PORTARIA Nº 111, de 15 de fevereiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário DAIANI JARECKI, inscrita no CI-RG 5.556.439 e CPF 063.155.759-86, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 17/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 112/2012

PORTARIA Nº 112, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARILIA LUCIA MENDES, inscrita no CI-RG 4.353.586-0 e CPF 059.750.259-58, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 17/02/2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 113/2012

PORTARIA Nº 113, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARILIA LUCIA MENDES, inscrita no CI-RG 4.353.586-0 e CPF 059.750.259-58, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 17/02/2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 115/2012

PORTARIA Nº 115, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário KATIA CRISTINA SOMMER, inscrita no CI-RG 6.193.944 e CPF 084.391.379-74, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 116/2012

PORTARIA Nº 116, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, ELIS REGINA CIOLA DOS SANTOS, inscrita no CI-RG 2.115.341 e CPF 653.322.109-49, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 117/2012

PORTARIA Nº 117, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário IVONIR TEREZINHA CARDOSO, inscrita no CI-RG 4.075.213-7 e CPF 680.511.829-87, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 118/2012

PORTARIA Nº 118, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário IVONIR TEREZINHA CARDOSO, inscrita no CI-RG 4.075.213-7 e CPF 680.511.829-87, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos

a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 119/2012

PORTARIA Nº 119, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário VALMIRIA LAFFIN, inscrita no CI-RG 3.756.154-5 e CPF 022.463.859-97, na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 120/2012

PORTARIA Nº 120, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CIBELE RODRIGUEZ,

inscrita no CI-RG 4.489.026-7 e CPF 789.193.559-91, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 121/2012

PORTARIA Nº 121, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CIBELE RODRIGUEZ, inscrita no CI-RG 4.489.026-7 e CPF 789.193.559-91, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 122/2012

PORTARIA Nº 122, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS

COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário DAVID GOMES DA SILVA, inscrito no CI-RG 4.322.467 e CPF 049.823.699-41, na função de Professor Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 123/2012

PORTARIA Nº 123, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ANA BEATRIZ MOECKE, inscrita no CI-RG 1.096.924 e CPF 854.042.179-87, na função de Professora Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 124/2012

PORTARIA Nº 124, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente

justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário GUIOMAR LEITE, inscrita no CI-RG 5.571.030 e CPF 081.192.009-77, na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 125/2012

PORTARIA Nº 125, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JULIANO KLEINE, inscrito no CI-RG 5.293.803 e CPF 063.030.319-35, na função de Professor Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 126/012

PORTARIA Nº 126, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional

interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JULIANO KLEINE, inscrito no CI-RG 5.293.803 e CPF 063.030.319-35, na função de Professor Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 127/2012

PORTARIA Nº 127, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JULIANO KLEINE, inscrito no CI-RG 5.293.803 e CPF 063.030.319-35, na função de Professor Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 128/2012

PORTARIA Nº 128, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER

TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SILVANO RIBEIRO, inscrito no CI-RG 3.130.886 e CPF 821.766.479-04, na função de Professor Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 130/2012

PORTARIA Nº 130, de 15 de fevereiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário KATIA CRISTINA SOMMER, inscrita no CI-RG 6.193.944 e CPF 084.391.379-74, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 133/2012

PORTARIA Nº 133, de 16 de fevereiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ERICA CRISTIANE DA SILVA, inscrita no CI-RG 4.467.063-0 e CPF 049.747.639-89, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 17/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 134/2012

PORTARIA Nº 134, de 15 de fevereiro de 2012.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ALINE ESTELA FARIAS, inscrita no CI-RG 2.195.977 e CPF 006.046.019-99, na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 16/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 136/2012

PORTARIA Nº 136, de 16 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MÁRCIO ALVES DA LUZ, inscrito no CI-RG 4.295.565 e CPF 048.676.919-41, na função de Professor Nível II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 13/02/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 137/2012

PORTARIA Nº 137, de 24 de fevereiro de 2012

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO, A PEDIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 046/09 DE 16/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Exonerar, a pedido, a empregada pública BRUNA JACOBOWSKI, do cargo de Médico Clínico Geral - ESF, admitida através da portaria nº. 263/2011 de 05 de agosto de 2011.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 139/2012

PORTARIA Nº. 139, de 29 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 019/2012, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA,

USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a Senhora Cheila de Paula, CPF nº 029.105.959-78, RG nº 7.569.642-6, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Operacional, Classe I, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará na data de 1º de março de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 140/2012

PORTARIA Nº. 140, de 29 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 019/2012, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a Senhora Cassia Regiane da Cruz, CPF nº 009.293.199-58, RG nº 6.660.006, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Operacional, Classe I, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará na data de 1º de março de 2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 141/2012

PORTARIA Nº 141, de 29 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ALINE MILLNITZ, inscrita no CI-RG 6.193.798 e CPF 086.063.069-24, na função de Professora Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 01/03/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº135/2012

PORTARIA Nº. 135, de 16 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, requerimento nº. 011/2012.

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar a pedido, a servidora MARLENE HASCHEL, portadora do RG 1.358.171-6 e CPF 824.535.439-20, do cargo de Merendeira, nomeada através da Portaria nº. 258/2004 de 04 de outubro de 2004, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº. 4.891, De 21 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.891, DE 21 DE MARÇO DE 2012.

SUPLEMENTA, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº. 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde
Funcional Programática: 00010.00301.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 1.100163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde
Dotação: 146 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 298.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.892, De 21 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.892, DE 21 DE MARÇO DE 2012.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados, para integrarem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme segue:

ENTIDADE	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria de Desenvolvimento Social	Titular: Vanessa E. L. Ferrari Suplente: Ana Janaína Medeiros	Titular: Roberto Procópio de Souza Suplente: Vanessa E. L. Ferrari

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 21 de março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº. 4.893, De 21 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.893, DE 21 DE MARÇO DE 2012.

EXONERA A PEDIDO CLARICE DE OLIVEIRA DA LUZ DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 3.224 de 09 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 22 de março de 2012, CLARICE DE OLIVEIRA DA LUZ, portadora do CPF nº 029.130.579-26 e da CI nº 4.129.247 SSP/SC, do cargo em comissão de Assessor de Assuntos Comunitários, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Extrato da Inexigibilidade Nº 49/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 49/2012

Objeto: Contratação da Banda Marcial dos Fuzileiros Navais para o Desfile de Aniversário do Município. Contratado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E HISTÓRICA DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS (05.151.333/0001-35). Valor total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Base legal: artigo 25, inciso III da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 20 de Março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1235/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1235/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYN3909	54068135D	6599/2	08/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZO3338	55116055C	6599/2	30/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAH6365	55115308C	6599/2	30/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBS0242	55116717C	5010/0	25/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBS0242	55116718C	5061/0	25/11/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCI6158	54068061D	6920/0	25/11/2011	R\$ 127,69	233
MCW1591	54067781D	6920/0	20/10/2011	R\$ 127,69	233
MDL2913	55118150C	6599/2	02/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDN1965	55117327C	5045/0	10/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
MDN1965	55117330C	5096/0	10/12/2011	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MFZ4959	55117411C	5010/0	24/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGD5608	55118928C	6599/2	15/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGD5608	55118929C	6912/0	15/11/2011	R\$ 53,20	232
MGD5608	55118930C	5045/0	15/11/2011	R\$ 191,53	162 * V
MGD5608	55118932C	5096/0	15/11/2011	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MHK8330	54067991D	6920/0	10/11/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1236/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1236/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KZH1960	8147001105	7463/0	28/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXY5139	54067125D	5746/3	24/10/2011	R\$ 85,12	187 * I
LZO3338	55116059C	5835/0	30/12/2011	R\$ 127,69	195
LZT4435	8147001058	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAJ6531	54068157D	7366/2	02/12/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MBS0242	55116716C	5835/0	25/11/2011	R\$ 127,69	195
MBV1420	54067131D	5746/3	27/10/2011	R\$ 85,12	187 * I
MDG7776	8147000899	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDN1965	55117328C	5835/0	10/12/2011	R\$ 127,69	195
MDN1965	55117329C	5185/1	10/12/2011	R\$ 127,69	167
MDN1965	55117331C	5185/2	10/12/2011	R\$ 127,69	167
MFI4342	55116984C	5878/0	25/10/2011	R\$ 85,12	199
MGD5608	55118931C	7030/2	15/11/2011	R\$ 191,53	244 * I
MGX0741	8147000951	7455/0	25/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação POR Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1233/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1233/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXR6645	54068725D	6920/0	01/02/2012	233
LXX5052	54068671D	6920/0	14/02/2012	233
LYX3889	54068669D	6920/0	14/02/2012	233
MAG9086	54068718D	6920/0	02/02/2012	233
MBW5058	54071556D	6610/2	30/01/2012	230 * VII
MCQ4936	54071347D	5010/0	10/02/2012	162 * I
MEC8725	54068991D	6920/0	17/02/2012	233
MEQ0898	55119050C	5274/2	09/02/2012	175
MFZ0973	54071455D	6602/0	05/02/2012	230 * VI
MHO0081	54068652D	6912/0	11/02/2012	232
MHO0081	54068653D	5010/0	11/02/2012	162 * I
MHO0081	54068654D	5118/0	11/02/2012	164 c/c 162 * I
MIS0686	54071397D	5010/0	10/02/2012	162 * I
MIS0686	54071398D	5061/0	10/02/2012	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação POR Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1234/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1234/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APL1968	8147001522	7455/0	20/01/2012	218 * I
DTA5576	54071330D	7366/2	26/01/2012	252 * VI
MBO6638	54071562D	5541/1	07/02/2012	181 * XVII
MBW5058	54071555D	7056/1	30/01/2012	244 * III
MBW5058	54071557D	5908/0	30/01/2012	202 * I
MCN7026	8147001436	7455/0	18/01/2012	218 * I
MCW9325	8147001554	7455/0	23/01/2012	218 * I
MCY1848	8147001505	7463/0	20/01/2012	218 * II
MDW6493	54068729D	5851/1	13/02/2012	197
MEB5923	8147001449	7463/0	20/01/2012	218 * II
MEI4457	54068364D	6041/2	22/02/2012	207
MEJ5804	54068587D	6041/2	10/02/2012	207
MEO6699	54067722D	5746/1	30/01/2012	187 * I
MEQ0898	55119047C	7030/1	09/02/2012	244 * I
MEQ0898	55119048C	5835/0	09/02/2012	195
MEQ0898	55119049C	5207/0	09/02/2012	169
MES9476	54071361D	5185/1	12/01/2012	167
MEX0060	54071601D	5959/4	10/02/2012	203 * IV
MEX0060	54071602D	5606/0	10/02/2012	182 * IV
MFB5901	8147001580	7455/0	25/01/2012	218 * I
MFH8131	55117238C	5185/1	22/02/2012	167
MFH9275	54068593D	5487/0	15/02/2012	181 * XI
MFL9066	54071318D	5819/7	23/01/2012	193
MGK7747	54068900D	5975/0	09/02/2012	204
MGO7720	54067720D	5851/1	20/01/2012	197
MGS0615	8147001535	7455/0	23/01/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGT3398	8147001439	7455/0	18/01/2012	218 * I
MGZ9453	8147001566	7455/0	25/01/2012	218 * I
MHK2229	8147001610	7455/0	25/01/2012	218 * I
MHK7948	8147001435	7455/0	18/01/2012	218 * I
MII4211	8147001176	7455/0	10/01/2012	218 * I
MIV4319	54068429D	5967/0	20/01/2012	203 * V
MIW1475	54067724D	5835/0	07/02/2012	195
MIW1475	54067725D	5746/1	07/02/2012	187 * I
MJZ0800	8147001502	7455/0	20/01/2012	218 * I
MOG9289	8147001482	7455/0	20/01/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Edital de Notificação POR Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1237/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1237/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKT1479	54068662D	6920/0	10/02/2012	233
AMD5262	54068359D	6912/0	14/02/2012	232
AMD5262	54068360D	6599/2	14/02/2012	230 * V
BQF2210	54068478D	6920/0	18/01/2012	233
CBR5501	54068970D	6599/2	22/02/2012	230 * V
DTE5394	54068675D	6920/0	14/02/2012	233
LWX0443	54069001D	6920/0	16/02/2012	233
LWZ4660	55113524C	5010/0	24/02/2012	162 * I
LWZ4660	55113525C	5061/0	24/02/2012	163 c/c 162 * I
LWZ4660	55113526C	6599/2	24/02/2012	230 * V
LWZ4660	55113527C	6912/0	24/02/2012	232
LWZ8854	54068280D	6920/0	26/01/2012	233
MCS8667	54068461D	6920/0	13/01/2012	233
MDZ5073	54068660D	6920/0	09/02/2012	233
MEI6732	54068504D	6920/0	20/01/2012	233
MER4093	54071453D	5010/0	29/01/2012	162 * I
MFK5738	54071365D	7340/0	19/01/2012	252 * IV
MGL8967	54068492D	7358/0	20/02/2012	252 * V
MHN4338	54071715D	5010/0	23/02/2012	162 * I
MHN4338	54071716D	5061/0	23/02/2012	163 c/c 162 * I
MHN4338	54071717D	6599/2	23/02/2012	230 * V
MIX0531	54068850D	6920/0	11/01/2012	233
MMM7150	54068276D	6920/0	27/01/2012	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação POR Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147 1238/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1238/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACL1088	54068922D	6041/2	18/02/2012	207
CBR5501	54068969D	5185/1	22/02/2012	167
CIW5915	8147001437	7455/0	18/01/2012	218 * I
CLW3446	8147001632	7463/0	27/01/2012	218 * II
DDX7139	54071571D	5541/6	23/02/2012	181 * XVII
DFO6350	54070852D	6041/2	24/02/2012	207
ELV0225	54068363D	5967/0	18/02/2012	203 * V
LWZ4660	55113520C	5835/0	24/02/2012	195
LWZ4660	55113521C	5215/2	24/02/2012	170
LWZ4660	55113522C	5762/0	24/02/2012	188
LWZ4660	55113523C	5908/0	24/02/2012	202 * I
LZB3428	54068494D	5967/0	21/02/2012	203 * V
MAV0985	54071565D	5185/1	09/02/2012	167
MBU3588	54068355D	5185/1	02/02/2012	167
MCE9053	54068923D	6041/2	18/02/2012	207
MCR3316	8147001450	7455/0	20/01/2012	218 * I
MCX6077	55116832C	7366/2	23/02/2012	252 * VI
MDN9926	8147001642	7455/0	27/01/2012	218 * I
MET2826	54067727D	5207/0	11/02/2012	169
MEZ1121	8147001519	7455/0	20/01/2012	218 * I
MGC1359	54068938D	6041/2	18/02/2012	207
MGT0242	54071654D	5720/0	19/02/2012	186 * I
MHR3817	54068914D	6041/2	18/02/2012	207
MHT1048	54068920D	6041/2	18/02/2012	207
MHT1048	54068921D	7030/2	18/02/2012	244 * I
MIH2763	55117062C	5185/1	18/01/2012	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MII1549	8147001533	7463/0	20/01/2012	218 * II
MIT4553	54071368D	5185/1	20/01/2012	167
MIZ7831	54068424D	5991/0	18/01/2012	206 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 21 DE MARÇO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 21/03/2012 às 09:26h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	255.285.565,00	255.285.565,00	17.775.804,16	6,96	17.775.804,16	6,96	237.509.760,84
Receitas Correntes	128.735.550,00	128.735.550,00	16.618.027,68	12,91	16.618.027,68	12,91	112.117.522,32
Receita Tributária	21.206.880,00	21.206.880,00	2.292.767,93	10,81	2.292.767,93	10,81	18.914.112,07
Impostos	16.537.000,00	16.537.000,00	1.786.591,92	10,80	1.786.591,92	10,80	14.750.408,08
Taxas	4.659.880,00	4.659.880,00	505.816,43	10,85	505.816,43	10,85	4.154.063,57
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00	359,58	3,60	359,58	3,60	9.640,42
Receitas de Contribuições	1.926.000,00	1.926.000,00	150.567,63	7,82	150.567,63	7,82	1.775.432,37
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.	1.926.000,00	1.926.000,00	150.567,63	7,82	150.567,63	7,82	1.775.432,37
Receita Patrimonial	2.265.353,00	2.265.353,00	433.233,92	19,12	433.233,92	19,12	1.832.119,08
Receitas Imobiliárias	31.700,00	31.700,00	1.427,53	4,50	1.427,53	4,50	30.272,47
Receitas de Valores Mobiliários	1.963.653,00	1.963.653,00	431.806,39	21,99	431.806,39	21,99	1.531.846,61
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	270.000,00	270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.478.300,00	9.478.300,00	1.182.952,67	12,48	1.182.952,67	12,48	8.295.347,33
Transferências Correntes	85.616.695,60	85.616.695,60	11.502.624,50	13,44	11.502.624,50	13,44	74.114.071,10
Transferências Intergovernamentais	73.934.765,60	73.934.765,60	11.502.208,50	15,56	11.502.208,50	15,56	62.432.557,10
Transferências de Instituições Privadas	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00

Impresso em 21/03/2012 às 09:26h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário							
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	99.600,00	99.600,00	416,00	0,42	416,00	0,42	99.184,00
Transferências de Convênios	11.382.330,00	11.382.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.382.330,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	8.242.321,40	8.242.321,40	1.055.881,03	12,81	1.055.881,03	12,81	7.186.440,37
Multas e Juros de Mora	4.644.030,00	4.644.030,00	483.898,82	10,42	483.898,82	10,42	4.160.131,18
Indenizações e Restituições	331.710,00	331.710,00	10.029,82	3,02	10.029,82	3,02	321.680,18
Receita da Dívida Ativa	3.012.581,40	3.012.581,40	561.506,20	18,64	561.506,20	18,64	2.451.075,20
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Diversas	254.000,00	254.000,00	446,19	0,18	446,19	0,18	253.553,81
Receitas de Capital	126.550.015,00	126.550.015,00	1.157.776,48	0,91	1.157.776,48	0,91	125.392.238,52
Operações de Crédito	30.817.000,00	30.817.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.817.000,00
Operações de Crédito Internas	30.817.000,00	30.817.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.817.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Alienação de Bens Móveis	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	95.698.015,00	95.698.015,00	1.157.776,48	1,21	1.157.776,48	1,21	94.540.238,52
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	95.698.015,00	95.698.015,00	1.157.776,48	1,21	1.157.776,48	1,21	94.540.238,52
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Banco Central do Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Proveniente de Amortização de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa da Alienação de Estoques de Café -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	120.600,00	120.600,00	4.411,29	3,66	4.411,29	3,66	116.188,71
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	255.406.165,00	255.406.165,00	17.780.215,45	6,96	17.780.215,45	6,96	237.625.949,55

Impresso em 21/03/2012 às 09:26h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	255.406.165,00	255.406.165,00	17.780.215,45	6,96	17.780.215,45	6,96	237.625.949,55
DÉFICIT (VI)						0,00	
TOTAL (VII) = (V + VI)	255.406.165,00	255.406.165,00	17.780.215,45	6,96	17.780.215,45		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(Utilizados para créditos adicionais)						8.153.594,34	
Superavit Financeiro						8.153.594,34	
Reabertura de créditos adicionais						0,00	

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			Saldo a liquidar (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	252.889.565,00	8.153.594,34	261.043.159,34	43.912.890,51	43.912.890,51	14.857.249,39	14.857.249,39	5,69	246.185.909,95
Despesas Correntes	101.478.497,00	3.059.735,94	104.538.232,94	33.203.239,77	33.203.239,77	11.725.792,59	11.725.792,59	11,22	92.812.440,35
Pessoal e Encargos Socia	55.169.600,35	355.913,11	55.525.513,46	8.003.193,50	8.003.193,50	7.567.029,30	7.567.029,30	13,63	47.958.484,16
Juros e Encargos da Dívi	350.000,00	0,00	350.000,00	265.007,98	265.007,98	46.460,21	46.460,21	13,27	303.539,79
Outras Despesas Corrente	45.958.896,65	2.703.822,83	48.662.719,48	24.935.038,29	24.935.038,29	4.112.303,08	4.112.303,08	8,45	44.550.416,40
Despesas de Capital	151.294.508,00	5.093.858,40	156.388.366,40	10.709.650,74	10.709.650,74	3.131.456,80	3.131.456,80	2,00	153.256.909,60
Investimentos	150.232.772,00	5.093.858,40	155.326.630,40	9.797.914,76	9.797.914,76	2.968.541,51	2.968.541,51	1,91	152.358.088,89
Amortização da Dívida	1.061.736,00	0,00	1.061.736,00	911.735,98	911.735,98	162.915,29	162.915,29	15,34	898.820,71
RESERVA DE CONTINGENCIA	116.560,00	0,00	116.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.560,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	116.560,00	0,00	116.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.560,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN.) (IX)	120.600,00	0,00	120.600,00	107.376,73	107.376,73	8.448,13	8.448,13	7,01	112.151,87
SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)	253.010.165,00	8.153.594,34	261.163.759,34	44.020.267,24	44.020.267,24	14.865.697,52	14.865.697,52	5,69	246.298.061,82

Impresso em 21/03/2012 às 09:26h Página: 4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário									
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	253.010.165,00	8.153.594,34	261.163.759,34	44.020.267,24	44.020.267,24	14.865.697,52	14.865.697,52	5,69	246.298.061,82
SUPERÁVIT (XIII)							2.914.517,93		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	253.010.165,00	8.153.594,34	261.163.759,34	44.020.267,24	44.020.267,24	14.865.697,52	17.780.215,45		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS	120.600,00	120.600,00	4.411,29	3,66	4.411,29	3,66	116.188,71
Receitas correntes intra-orçamentárias	120.600,00	120.600,00	4.411,29	3,66	4.411,29	3,66	116.188,71
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Impresso em 21/03/2012 às 09:26h Página: 5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário							
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	120.600,00	120.600,00	4.411,29	3,66	4.411,29	3,66	116.188,71
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Impresso em 21/03/2012 às 09:26h Página: 6

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo I - Balanço Orçamentário							
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Banco Central do Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Proveniente de Amortização de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa da Alienação de Estoques de Café -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	120.600,00	120.600,00	4.411,29	3,66	4.411,29	3,66	116.188,71

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			Saldo a liquidar (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESA	120.600,00	0,00	120.600,00	107.376,73	107.376,73	8.448,13	8.448,13	7,01	112.151,87
Despesas Correntes	120.600,00	0,00	120.600,00	107.376,73	107.376,73	8.448,13	8.448,13	7,01	112.151,87
Outras Despesas Correntes	120.600,00	0,00	120.600,00	107.376,73	107.376,73	8.448,13	8.448,13	7,01	112.151,87
TOTAL	120.600,00	0,00	120.600,00	107.376,73	107.376,73	8.448,13	8.448,13	7,01	112.151,87

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 21/03/2012 às 09:28h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIALPeríodo de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (I)	252.889.565,00	261.043.159,34	43.912.890,51	43.912.890,51	14.857.249,39	14.857.249,39	99,94	5,69	246.185.909,95
LEGISLATIVA	3.353.000,00	3.353.000,00	550.026,39	550.026,39	366.717,80	366.717,80	2,47	10,94	2.986.282,20
AÇÃO LEGISLATIVA	3.353.000,00	3.353.000,00	550.026,39	550.026,39	366.717,80	366.717,80	2,47	10,94	2.986.282,20
ESSENCIAL À JUSTIÇA	972.000,00	972.000,00	130.399,98	130.399,98	102.596,43	102.596,43	0,69	10,56	869.403,57
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E	972.000,00	972.000,00	130.399,98	130.399,98	102.596,43	102.596,43	0,69	10,56	869.403,57
ADMINISTRAÇÃO	18.230.230,00	18.835.145,31	4.632.177,79	4.632.177,79	1.535.728,99	1.535.728,99	10,33	8,15	17.299.416,32
ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.103.860,00	9.288.801,00	1.154.926,99	1.154.926,99	651.961,53	651.961,53	4,39	7,02	8.636.839,47
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	8.718.786,00	9.138.760,31	3.281.109,89	3.281.109,89	865.760,95	865.760,95	5,82	9,47	8.272.999,36
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	28.000,00	28.000,00	1.370,00	1.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
COMUNICAÇÃO SOCIAL	320.584,00	320.584,00	194.770,91	194.770,91	18.006,51	18.006,51	0,12	5,62	302.577,49
HABITAÇÃO URBANA	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00
SEGURANÇA PÚBLICA	1.588.300,00	1.663.300,00	589.609,86	589.609,86	126.994,47	126.994,47	0,85	7,64	1.536.305,53
POLICIAMENTO	1.262.060,00	1.262.060,00	463.674,54	463.674,54	87.594,60	87.594,60	0,59	6,94	1.174.465,40
DEFESA CIVIL	326.240,00	401.240,00	125.935,32	125.935,32	39.399,87	39.399,87	0,27	9,82	361.840,13
ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.746.140,00	6.746.140,00	2.858.985,97	2.858.985,97	546.742,39	546.742,39	3,68	8,10	6.199.397,61
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO	3.311.140,00	3.311.140,00	1.711.916,04	1.711.916,04	219.617,29	219.617,29	1,48	6,63	3.091.522,71
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.435.000,00	3.435.000,00	1.147.069,93	1.147.069,93	327.125,10	327.125,10	2,20	9,52	3.107.874,90
SAÚDE	16.609.500,00	18.632.068,83	3.840.642,87	3.840.642,87	2.343.856,29	2.343.856,29	15,77	12,58	16.288.212,54
ATENÇÃO BÁSICA	13.702.100,00	14.782.702,51	2.934.090,81	2.934.090,81	2.102.253,78	2.102.253,78	14,14	14,22	12.680.448,73
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E	2.527.000,00	3.373.266,32	871.182,94	871.182,94	228.911,89	228.911,89	1,54	6,79	3.144.354,43
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	240.400,00	283.100,00	8.643,22	8.643,22	383,22	383,22	0,00	0,14	282.716,78
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	140.000,00	193.000,00	26.725,90	26.725,90	12.307,40	12.307,40	0,08	6,38	180.692,60
EDUCAÇÃO	34.942.650,00	35.754.242,97	6.089.604,77	6.089.604,77	3.549.111,90	3.549.111,90	23,87	9,93	32.203.538,07
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.202.850,00	1.289.862,94	284.518,97	284.518,97	86.607,35	86.607,35	0,58	6,71	1.203.255,59
ENSINO FUNDAMENTAL	19.771.680,00	20.063.722,82	2.613.378,29	2.613.378,29	1.647.395,71	1.647.395,71	11,08	8,21	18.416.327,11
EDUCAÇÃO INFANTIL	10.655.120,00	11.087.657,21	2.429.233,84	2.429.233,84	1.313.109,06	1.313.109,06	8,83	11,84	9.774.548,15
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.313.000,00	3.313.000,00	762.473,67	762.473,67	501.999,78	501.999,78	3,38	15,15	2.811.000,22
CULTURA	441.252,00	441.252,00	126.201,35	126.201,35	27.725,30	27.725,30	0,19	6,28	413.526,70

Impresso em 21/03/2012 às 09:28h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DIFUSÃO CULTURAL	441.252,00	441.252,00	126.201,35	126.201,35	27.725,30	27.725,30	0,19	6,28	413.526,70
URBANISMO	119.244.097,00	123.765.641,06	15.434.185,01	15.434.185,01	4.031.066,55	4.031.066,55	27,12	3,26	119.734.574,51
DEFESA CIVIL	6.067.500,00	6.067.500,00	541.465,03	541.465,03	90.979,61	90.979,61	0,61	1,50	5.976.520,39
INFRA-ESTRUTURA URBANA	102.688.197,00	105.767.717,87	10.079.566,32	10.079.566,32	2.257.426,40	2.257.426,40	15,19	2,13	103.510.291,47
SERVIÇOS URBANOS	8.751.900,00	10.070.146,24	4.613.979,29	4.613.979,29	1.665.607,22	1.665.607,22	11,20	16,54	8.404.539,02
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.736.500,00	1.860.276,95	199.174,37	199.174,37	17.053,32	17.053,32	0,11	0,92	1.843.223,63
HABITAÇÃO	3.689.500,00	3.689.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.689.500,00
HABITAÇÃO URBANA	3.689.500,00	3.689.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.689.500,00
SANEAMENTO	12.428.000,00	12.428.000,00	6.167.757,07	6.167.757,07	1.429.149,38	1.429.149,38	9,61	11,50	10.998.850,62
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	12.428.000,00	12.428.000,00	6.167.757,07	6.167.757,07	1.429.149,38	1.429.149,38	9,61	11,50	10.998.850,62
GESTÃO AMBIENTAL	21.995.400,00	22.113.373,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.113.373,17
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	21.920.500,00	22.038.473,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.038.473,17
CONTROLE AMBIENTAL	74.900,00	74.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.900,00
AGRICULTURA	2.758.000,00	2.758.000,00	577.962,29	577.962,29	195.810,37	195.810,37	1,32	7,10	2.562.189,63
EXTENSÃO RURAL	2.758.000,00	2.758.000,00	577.962,29	577.962,29	195.810,37	195.810,37	1,32	7,10	2.562.189,63
INDÚSTRIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.319.000,00	2.319.000,00	66.100,00	66.100,00	9.100,00	9.100,00	0,06	0,39	2.309.900,00
TURISMO	2.319.000,00	2.319.000,00	66.100,00	66.100,00	9.100,00	9.100,00	0,06	0,39	2.309.900,00
TRANSPORTE	2.489.200,00	2.489.200,00	1.249.246,72	1.249.246,72	267.408,59	267.408,59	1,80	10,74	2.221.791,41
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.489.200,00	2.489.200,00	1.249.246,72	1.249.246,72	267.408,59	267.408,59	1,80	10,74	2.221.791,41
DESPORTO E LAZER	3.455.000,00	3.455.000,00	423.246,48	423.246,48	115.865,43	115.865,43	0,78	3,35	3.339.134,57
DESPORTO DE RENDIMENTO	280.000,00	280.000,00	1.675,00	1.675,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	2.171.000,00	2.171.000,00	415.395,48	415.395,48	114.770,43	114.770,43	0,77	5,29	2.056.229,57
LAZER	1.004.000,00	1.004.000,00	6.176,00	6.176,00	1.095,00	1.095,00	0,01	0,11	1.002.905,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.411.736,00	1.411.736,00	1.176.743,96	1.176.743,96	209.375,50	209.375,50	1,41	14,83	1.202.360,50
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.411.736,00	1.411.736,00	1.176.743,96	1.176.743,96	209.375,50	209.375,50	1,41	14,83	1.202.360,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	116.560,00	116.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.560,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	116.560,00	116.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.560,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	120.600,00	120.600,00	107.376,73	107.376,73	8.448,13	8.448,13	0,06	7,01	112.151,87

Impresso em 21/03/2012 às 09:28h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
TOTAL (III) = (I + II)	253.010.165,00	261.163.759,34	44.020.267,24	44.020.267,24	14.865.697,52	14.865.697,52	100,00	5,69	246.298.061,82
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	120.600,00	120.600,00	107.376,73	107.376,73	8.448,13	8.448,13	100,00	7,01	112.151,87
ADMINISTRAÇÃO	13.200,00	13.200,00	11.700,00	11.700,00	1.048,97	1.048,97	12,42	7,95	12.151,03
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.500,00	2.500,00	1.000,00	1.000,00	126,15	126,15	1,49	5,05	2.373,85
ADMINISTRAÇÃO	10.700,00	10.700,00	10.700,00	10.700,00	922,82	922,82	10,92	8,62	9.777,18
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	10.700,00	10.700,00	10.700,00	10.700,00	922,82	922,82	10,92	8,62	9.777,18
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.300,00	4.300,00	2.600,00	2.600,00	213,36	213,36	2,53	4,96	4.086,64
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	4.300,00	4.300,00	2.600,00	2.600,00	213,36	213,36	2,53	4,96	4.086,64
SAÚDE	10.600,00	10.600,00	576,73	576,73	576,73	576,73	6,83	5,44	10.023,27
ATENÇÃO BÁSICA	10.600,00	10.600,00	576,73	576,73	576,73	576,73	6,83	5,44	10.023,27
EDUCAÇÃO	71.500,00	71.500,00	71.500,00	71.500,00	5.437,24	5.437,24	64,36	7,60	66.062,76
ENSINO FUNDAMENTAL	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	2.850,91	2.850,91	33,75	7,13	37.149,09
EDUCAÇÃO INFANTIL	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	2.545,25	2.545,25	30,13	8,48	27.454,75
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	41,08	41,08	0,49	2,74	1.458,92
CULTURA	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	123,24	123,24	1,46	6,16	1.876,76
DIFUSÃO CULTURAL	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	123,24	123,24	1,46	6,16	1.876,76
URBANISMO	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	826,87	826,87	9,79	7,87	9.673,13
INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	389,98	389,98	4,62	5,20	7.110,02
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	436,89	436,89	5,17	14,56	2.563,11
AGRICULTURA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
EXTENSÃO RURAL	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
DESPORTO E LAZER	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	221,72	221,72	2,62	2,96	7.278,28
DESPORTO COMUNITÁRIO	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	221,72	221,72	2,62	2,96	7.278,28

Impresso em 21/03/2012 às 09:28h Página: 4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
 CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				Saldo a liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
TOTAL	120.600,00	120.600,00	107.376,73	107.376,73	8.448,13	8.448,13	100,00	7,01	112.151,87

 Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

 Michael Zimmermann
 Secretário Administração e Finanças
 Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

 Sheila Schaefer
 Diretora de Contabilidade
 CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 21/03/2012 às 09:29h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Março/2011 a Fevereiro/2012
 CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Março/2011	Abril/2011	Maió/2011	Junho/2011	Julho/2011	Agosto/2011	Setembro/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	8.032.018,62	6.700.344,38	6.484.862,98	6.071.098,62	6.039.239,49	6.922.940,34	6.357.889,91
Receitas tributárias	2.993.510,39	1.221.229,39	894.144,15	750.266,68	990.727,00	1.402.495,34	1.009.739,73
IPTU	1.892.562,66	79.286,53	106.130,45	33.411,68	107.689,25	35.076,45	123.207,23
ISS	350.978,00	489.222,09	447.613,61	475.880,76	528.901,31	726.521,61	579.042,96
ITBI	248.968,78	60.330,07	112.195,52	125.242,55	180.877,84	119.987,95	133.223,72
IRRF	66.062,42	77.794,56	84.585,83	47.375,49	55.095,66	111.989,47	49.983,85
Outras receitas tributárias	434.938,53	514.596,14	143.618,74	68.356,20	118.162,94	408.919,86	124.281,97
Receita de contribuições	251.468,98	146.008,55	134.578,94	135.463,80	128.556,71	129.210,12	130.924,83
Receita Patrimonial	128.338,73	78.072,70	132.572,08	152.151,90	155.415,08	162.441,34	160.037,76
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	4.417.940,04	4.710.426,60	4.822.809,03	4.674.608,58	4.353.262,57	4.772.235,77	4.657.743,67
Cota-Parte FPM	968.723,75	1.160.676,40	1.429.029,03	1.240.215,41	911.978,12	1.222.232,79	1.020.279,51
Cota-Parte do ICMS	1.658.416,84	1.628.300,75	1.521.884,65	1.580.512,62	1.586.739,30	1.629.463,96	1.713.963,35
Cota-Parte do IPVA	376.769,42	382.366,02	414.060,91	402.745,40	408.331,61	373.636,45	389.405,63
Cota-Parte do ITR	476,42	604,13	163,71	243,62	203,04	360,07	968,77
Transferências da LC 87/1996	10.559,15	10.559,15	10.559,15	10.559,15	10.559,15	10.559,15	10.559,15
Transferências da LC 61/1989	28.955,51	30.517,06	30.068,55	35.132,69	37.405,40	36.190,52	36.077,77
Transferências do FUNDEB	1.149.993,73	1.218.588,71	1.201.201,38	1.207.793,94	1.146.893,30	1.218.221,83	1.226.109,01
Outras Transferências correntes	224.045,22	278.814,38	215.841,65	197.405,75	251.152,65	281.571,00	260.380,48
Outras receitas correntes	240.760,48	544.607,14	500.758,78	358.607,66	411.278,13	456.557,77	399.443,92
DEDUÇÕES (II)	609.157,35	643.082,97	681.282,69	654.074,56	591.203,93	654.773,55	635.017,95
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	609.157,35	643.082,97	681.282,69	654.074,56	591.203,93	654.773,55	635.017,95
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	7.422.861,27	6.057.261,41	5.803.580,29	5.417.024,06	5.448.035,56	6.268.166,79	5.722.871,96

Impresso em 21/03/2012 às 09:29h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Março/2011 a Fevereiro/2012
 CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

R\$

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Outubro/2011	Novembro/2011	Dezembro/2011	Janeiro/2012	Fevereiro/2012	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2012
RECEITAS CORRENTES (I)	6.521.107,48	6.682.014,93	7.918.227,39	9.021.968,08	9.351.436,96	86.103.149,18	140.124.331,40
Receitas tributárias	855.527,34	1.004.459,57	1.012.588,89	1.068.528,52	1.224.239,41	14.427.456,41	21.206.880,00
IPTU	25.740,33	110.548,58	38.824,71	3.510,58	241.960,45	2.797.948,90	5.110.000,00
ISS	547.999,95	567.318,80	647.212,84	672.324,48	422.530,27	6.455.546,68	8.130.000,00
ITBI	87.132,28	177.291,49	96.361,65	109.746,68	172.438,78	1.623.797,31	2.110.000,00
IRRF	114.324,27	51.389,15	181.219,39	56.142,77	107.937,91	1.003.900,77	1.187.000,00
Outras receitas tributárias	80.330,51	97.911,55	48.970,30	226.804,01	279.372,00	2.546.262,75	4.669.880,00
Receita de contribuições	131.647,99	141.046,57	144.875,45	0,00	150.567,63	1.624.349,57	1.926.000,00
Receita Patrimonial	159.406,21	159.702,13	182.135,19	197.202,73	236.031,19	1.903.507,04	2.265.353,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	524.597,30	658.355,37	1.182.952,67	9.478.300,00
Transferências Correntes	5.028.510,27	5.005.425,79	6.184.358,79	6.626.064,36	6.631.937,50	61.885.322,97	97.005.477,00
Cota-Parte FPM	1.098.318,98	1.316.625,77	2.288.507,61	1.580.281,06	1.911.589,99	16.148.458,42	21.808.907,00
Cota-Parte do ICMS	1.843.253,61	1.789.925,48	1.926.588,25	2.516.622,86	2.120.045,21	21.515.716,88	29.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	395.389,59	295.987,08	253.655,93	217.459,19	341.729,68	4.251.536,91	5.000.000,00
Cota-Parte do ITR	26.876,73	2.745,24	2.501,45	2.090,40	537,82	37.771,40	20.000,00
Transferências da LC 87/1996	10.559,15	10.559,15	10.559,15	12.488,94	12.488,94	130.569,38	145.000,00
Transferências da LC 61/1989	37.546,79	39.997,77	47.022,91	19.928,63	41.626,36	420.469,96	470.000,00
Transferências do FUNDEB	1.297.884,05	1.306.808,34	1.427.279,99	1.599.798,07	1.489.193,05	15.489.765,40	18.617.050,00
Outras Transferências correntes	318.681,37	242.776,96	228.243,50	677.395,21	714.726,45	3.891.034,62	21.444.520,00
Outras receitas correntes	346.015,67	371.380,87	394.269,07	605.575,17	450.305,86	5.079.560,52	8.242.321,40
DEDUÇÕES (II)	703.675,14	693.342,13	781.954,80	869.773,97	885.603,39	8.402.942,43	11.388.781,40
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	703.675,14	693.342,13	781.954,80	869.773,97	885.603,39	8.402.942,43	11.388.781,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	5.817.432,34	5.988.672,80	7.136.272,59	8.152.194,11	8.465.833,57	77.700.206,75	128.735.550,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Intraorçamentárias.

Impresso em 21/03/2012 às 09:29h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Março/2011 a Fevereiro/2012
CONSOLIDADO
Sistema - Pública-COP
Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

R\$

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 21/03/2012 às 09:30h 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIALPeríodo de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo IX - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

RREO - ANEXO IX (LRF, Art. 53, inciso V)

R\$

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Liquidados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ) (I)	33.488,27	5.002.093,91	0,00	2.640.634,80	2.394.947,38	0,00	4.724.159,70	6.717,60	831.324,25	677.819,84	4.039.622,26
EXECUTIVO											
Prefeitura Municipal de Gaspar	33.488,27	4.698.088,24	0,00	2.347.305,38	2.384.271,13	0,00	1.419.621,42	880,00	616.007,41	475.648,59	943.092,83
Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	109.714,17	0,00	105.979,17	3.735,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	147.790,46	0,00	143.949,21	3.841,25	0,00	3.270.886,35	0,00	191.195,27	178.049,68	3.092.836,67
Fundação Municipal de Esportes	0,00	2.781,21	0,00	2.781,21	0,00	0,00	17.470,71	5.837,60	10.573,45	10.573,45	1.059,66
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	0,00	43.719,83	0,00	40.619,83	3.100,00	0,00	16.181,22	0,00	13.548,12	13.548,12	2.633,10
LEGISLATIVO											
Câmara	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENT) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I +II)	33.488,27	5.002.093,91	0,00	2.640.634,80	2.394.947,38	0,00	4.724.159,70	6.717,60	831.324,25	677.819,84	4.039.622,26

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Liquidados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Impresso em 21/03/2012 às 09:30h 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo IX - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 21/03/2012 às 09:31h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo V - Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2012	Até Bimestre / 2011
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de contribuições dos segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens, direitos e ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2012	Até Bimestre / 2011
DESPESAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Impresso em 21/03/2012 às 09:31h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Febrero
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo V - Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Outras despesas previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação prev. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2012	Até Bimestre / 2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	116.560,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Bimestre anterior	Período de Referência	
		2012	2011
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos conta movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Outros bens e direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2012	Até Bimestre / 2011
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para cobertura déficit atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em regime débito e parcelamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Impresso em 21/03/2012 às 09:31h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo V - Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2012	Até Bimestre / 2011
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 21/03/2012 às 09:31h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIALPeríodo: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Nominal

RREO - Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	3.797.434,63	3.797.434,63	3.634.519,34
Deduções (II)	24.242.593,63	24.242.593,63	29.771.785,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	29.221.469,36	29.221.469,36	32.114.820,27
Demais Haveres Financeiros	56.706,45	56.706,45	57.176,97
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	5.035.582,18	5.035.582,18	2.400.212,12
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-20.445.159,00	-20.445.159,00	-26.137.265,78
Receita de Privatizações (IV)		0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	427.833,57	427.833,57	413.556,62
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-20.872.992,57	-20.872.992,57	-26.550.822,40

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-5.677.829,83	-5.677.829,83

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-31.431.624,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	0,00	0,00	0,00

Pedro Celso Zuchi
Prefeito MunicipalMichael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de DespesasSheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Impresso em 21/03/2012 às 09:31h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIALPeríodo: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Nominal

RREO - Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 21/03/2012 às 09:32h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIALPeríodo de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo VII - Demonstrativo do Resultado Primário

RREO - ANEXO VII (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$

RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
		No Bimestre	Até o bimestre/2012	Até o bimestre/2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	126.892.497,00	16.190.632,58	16.190.632,58	11.403.016,17
Receitas tributárias	21.206.880,00	2.292.767,93	2.292.767,93	1.182.809,48
IPTU	5.110.000,00	245.471,03	245.471,03	45.270,24
ISS	8.130.000,00	1.094.854,75	1.094.854,75	689.056,26
ITBI	2.110.000,00	282.185,46	282.185,46	0,00
IRRF	1.187.000,00	164.080,68	164.080,68	147.640,62
Outras Receitas Tributárias	4.669.880,00	506.176,01	506.176,01	300.842,36
Receitas de Contribuições	1.926.000,00	150.567,63	150.567,63	136.678,93
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	1.926.000,00	150.567,63	150.567,63	136.678,93
Receita Patrimonial Líquida	301.700,00	1.427,53	1.427,53	265.482,71
Receita patrimonial	2.265.353,00	433.233,92	433.233,92	527.140,02
(-) Aplicações Financeiras	1.963.653,00	431.806,39	431.806,39	261.657,31
Transferências Correntes	85.616.695,60	11.502.624,50	11.502.624,50	7.804.648,67
FPM	17.447.125,60	2.793.496,91	2.793.496,91	1.897.709,21
ICMS	23.600.000,00	3.709.334,64	3.709.334,64	2.345.089,40
Convênios	11.382.330,00	0,00	0,00	7.286,83
Outras Transferências Correntes	33.187.240,00	4.999.792,95	4.999.792,95	3.554.563,23
Demais Receitas Correntes	17.841.221,40	2.243.244,99	2.243.244,99	2.013.396,38
Dívida Ativa	3.012.581,40	561.506,20	561.506,20	458.748,31
Diversas Receitas Correntes	14.828.640,00	1.681.738,79	1.681.738,79	1.554.648,07
RECEITAS DE CAPITAL (II)	126.550.015,00	1.157.776,48	1.157.776,48	28,50
Operações de Crédito (III)	30.817.000,00	0,00	0,00	28,50
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	35.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	95.698.015,00	1.157.776,48	1.157.776,48	0,00
Convênios	95.698.015,00	1.157.776,48	1.157.776,48	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	95.698.015,00	1.157.776,48	1.157.776,48	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	222.590.512,00	17.348.409,06	17.348.409,06	11.403.016,17

Impresso em 21/03/2012 às 09:32h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Feveireiro
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo VII - Demonstrativo do Resultado Primário

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
		No Bimestre	Até o bimestre/2012	Até o bimestre/2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	104.658.832,94	11.734.240,72	11.734.240,72	9.900.820,57
Pessoal e Encargos Sociais	55.525.513,46	7.567.029,30	7.567.029,30	6.350.275,29
Juros e Encargos da Dívida (IX)	350.000,00	46.460,21	46.460,21	11.181,68
Outras despesas Correntes	48.783.319,48	4.120.751,21	4.120.751,21	3.539.363,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	104.308.832,94	11.687.780,51	11.687.780,51	9.889.638,89
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	156.388.366,40	3.131.456,80	3.131.456,80	575.225,53
Investimentos	155.326.630,40	2.968.541,51	2.968.541,51	486.537,15
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.061.736,00	162.915,29	162.915,29	88.688,38
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	155.326.630,40	2.968.541,51	2.968.541,51	486.537,15
Reserva de Contingência (XVI)	116.560,00			
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	259.752.023,34	14.656.322,02	14.656.322,02	10.376.176,04
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-37.161.511,34	2.692.087,04	2.692.087,04	1.026.840,13
Saldo de Exercícios Anteriores	-----	-----	8.153.594,34 D	
Discriminação da Meta Fiscal			Valor Corrente	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			-31.368.917,00	

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 21/03/2012 às 09:33h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Febrero
 CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo X - Demonstrativo das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

RREO – ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)
1-Receita de impostos	18.876.000,00	18.876.000,00	2.053.618,50	2.053.618,50	10,88
1.1-Receita resultante do IPTU	6.645.000,00	6.645.000,00	435.680,98	435.680,98	6,56
1.1.1-Imposto s/ propriedade predial e territorial urbana IPTU	5.110.000,00	5.110.000,00	248.379,98	248.379,98	4,86
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	230,16	230,16	1,15
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	980.000,00	980.000,00	152.565,61	152.565,61	15,57
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	535.000,00	535.000,00	37.414,18	37.414,18	6,99
1.1.5-(-) Deduções da receita do IPTU	0,00	0,00	-2.908,95	-2.908,95	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	2.142.000,00	2.142.000,00	282.185,46	282.185,46	13,17
1.2.1-Imposto sobre a transmissão Inter Vivos - ITBI	2.110.000,00	2.110.000,00	282.185,46	282.185,46	13,37
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	8.902.000,00	8.902.000,00	1.171.671,38	1.171.671,38	13,16
1.3.1-Imposto sobre Serviços de qualquer natureza - ISS	8.130.000,00	8.130.000,00	1.094.854,75	1.094.854,75	13,47
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	32.000,00	32.000,00	2.370,24	2.370,24	7,41
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	590.000,00	590.000,00	64.199,93	64.199,93	10,88
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	10.246,46	10.246,46	6,83
1.3.5-(-) Deduções do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	1.187.000,00	1.187.000,00	164.080,68	164.080,68	13,82
1.4.1-Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.187.000,00	1.187.000,00	164.080,68	164.080,68	13,82
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-Imposto territorial rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	56.943.907,00	56.943.907,00	8.776.889,08	8.776.889,08	15,41
2.1-Cota Parte FPM	21.808.907,00	21.808.907,00	3.491.871,05	3.491.871,05	16,01
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	21.808.907,00	21.808.907,00	3.491.871,05	3.491.871,05	16,01
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	29.500.000,00	29.500.000,00	4.636.668,07	4.636.668,07	15,72
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	145.000,00	145.000,00	24.977,88	24.977,88	17,23
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	470.000,00	470.000,00	61.554,99	61.554,99	13,10
2.5-Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	2.628,22	2.628,22	13,14
2.6-Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	559.188,87	559.188,87	11,18
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	75.819.907,00	75.819.907,00	10.830.507,58	10.830.507,58	14,28

Impresso em 21/03/2012 às 09:33h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo X - Demonstrativo das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	8.560,00	8.560,00	1.261,56	1.261,56	14,74
5-Transferências do FNDE	2.239.150,00	2.239.150,00	379.042,84	379.042,84	16,93
5.1-Transferências do Salário-Educação	1.565.300,00	1.565.300,00	359.409,15	359.409,15	22,96
5.2-Outras transferências do FNDE	613.190,00	613.190,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Aplicação financeira dos recursos do FNDE	60.660,00	60.660,00	19.633,69	19.633,69	32,37
6-Transferências de convênios	417.300,00	417.300,00	11.602,04	11.602,04	2,78
6.1-Transferências de convênios	416.230,00	416.230,00	0,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	1.070,00	1.070,00	11.602,04	11.602,04	1.084,3
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	33,33	33,33	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	2.665.010,00	2.665.010,00	391.939,77	391.939,77	14,71

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	11.388.781,40	11.388.781,40	1.755.377,36	1.755.377,36	15,41
10.1-Cota Parte FPM	4.361.781,40	4.361.781,40	698.374,14	698.374,14	16,01
10.2-Cota Parte ICMS	5.900.000,00	5.900.000,00	927.333,43	927.333,43	15,72
10.3-ICMS Desoneração	29.000,00	29.000,00	4.995,56	4.995,56	17,23
10.4-Cota Parte IPI-Exportação	94.000,00	94.000,00	12.311,00	12.311,00	13,10
10.5-Cota Parte ITR	4.000,00	4.000,00	525,61	525,61	13,14
10.6-Cota Parte IPVA	1.000.000,00	1.000.000,00	111.837,62	111.837,62	11,18
11-Receitas recebidas do FUNDEB	18.708.000,00	18.708.000,00	3.108.262,79	3.108.262,79	16,61
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	18.617.050,00	18.617.050,00	3.088.991,12	3.088.991,12	16,59
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	90.950,00	90.950,00	19.271,67	19.271,67	21,19
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	7.228.268,60	7.228.268,60	1.333.613,76	1.333.613,76	18,45

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRASNSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	14.078.000,00	14.431.448,27	1.892.235,00	1.892.235,00	13,11
13.1-Com Educação Infantil	5.583.000,00	5.760.448,27	903.654,33	903.654,33	15,69
13.2-Com Ensino Fundamental	8.495.000,00	8.671.000,00	988.580,67	988.580,67	11,40
14-OUTRAS DESPESAS	4.630.000,00	4.630.000,00	666.378,66	666.378,66	14,39
14.1-Com Educação Infantil	1.735.000,00	1.735.000,00	254.300,48	254.300,48	14,66
14.2-Com Ensino Fundamental	2.895.000,00	2.895.000,00	412.078,18	412.078,18	14,23
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	18.708.000,00	19.061.448,27	2.558.613,66	2.558.613,66	13,42

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	353.448,27
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	353.448,27
19-MÍNIMO 60% FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC INFANTIL E ENSINO FUND ((13-18)/(11)x100)%	49,51



Impresso em 21/03/2012 às 09:33h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Febrero
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo X - Demonstrativo das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	353.448,27
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012	353.448,27

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3)	18.954.976,75	18.954.976,75	2.707.626,90	2.707.626,90	14,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	9.308.170,00	9.485.618,27	1.212.778,76	1.212.778,76	12,83
23.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	7.318.000,00	7.495.448,27	1.157.954,81	1.157.954,81	15,45
23.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.990.170,00	1.990.170,00	54.823,95	54.823,95	2,98
24-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	18.822.380,00	18.998.380,00	1.979.249,71	1.979.249,71	10,42
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	11.390.000,00	11.566.000,00	1.400.658,85	1.400.658,85	12,11
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	7.432.380,00	7.432.380,00	578.590,86	578.590,86	7,78
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-Ensino Profissional não integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	987.000,00	987.000,00	61.306,30	61.306,30	5,75
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	29.117.550,00	29.470.998,27	3.253.334,77	3.253.334,77	11,04

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	1.333.613,76
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)	19.271,67
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	353.448,27
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	0,00
35-Restos a pagar inscritos sem disp financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00
36-Cancelamento de restos a pagar inscritos com disp financ de rec imp vinculados ao ensino = (46g)	0,00
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	1.706.333,70
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	1.485.694,77
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %	13,72

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	1.615.300,00	1.633.339,97	40.142,67	40.142,67	2,46
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	4.281.300,00	4.721.404,73	261.071,70	261.071,70	5,53
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	5.896.600,00	6.354.744,70	301.214,37	301.214,37	4,74
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	35.014.150,00	35.825.742,97	3.554.549,14	3.554.549,14	9,92

Impresso em 21/03/2012 às 09:33h Página: 4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO
Sistema - Pública-COP
Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo X - Demonstrativo das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	Saldo Até o Bimestre	Cancelado em 2012 (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	832.468,16	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	Valor	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	465.472,31	0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.088.991,12	0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.169.587,43	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	19.271,67	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.404.147,67	0,00

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 21/03/2012 às 09:34h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro/2012

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo XVI - Demonstrativo da Receita de Impostos e Despesas próprias com Saúde

RREO - ANEXO XVI (ADCT, Art. 77)

R\$

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas realizadas	
			Jan a Fev/2012 (b)	% (b/a)
Receita de Impostos Líquidas e Transferências constitucionais e Legais (I)	75.819.907,00	75.819.907,00	10.830.507,58	14,28
Impostos	16.537.000,00	16.537.000,00	1.786.591,92	10,80
Impostos s/ a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.110.000,00	5.110.000,00	245.471,03	4,80
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.130.000,00	8.130.000,00	1.094.854,75	13,47
Impostos s/ Transmissão Intervivos - Bens e Direitos s/ Imóveis - ITBI	2.110.000,00	2.110.000,00	282.185,46	13,37
Impostos s/ a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	1.187.000,00	1.187.000,00	164.080,68	13,82
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	2.339.000,00	2.339.000,00	267.026,58	11,42
Multas e Juros Resultantes de Impostos	53.000,00	53.000,00	2.600,40	4,91
Receita da Dívida Ativa de Impostos	1.600.000,00	1.600.000,00	216.765,54	13,55
Multas e Juros de mora da Dívida Ativa dos impostos	686.000,00	686.000,00	47.660,64	6,95
Receitas de Transfêrencias constitucionais e legais	56.943.907,00	56.943.907,00	8.776.889,08	15,41
Da União	21.973.907,00	21.973.907,00	3.519.477,15	16,02
Cota-parte Fundo de Participação dos Municípios - FPM	21.808.907,00	21.808.907,00	3.491.871,05	16,01
Cota-parte do Imposto sobre a propriedade territorial rural - ITR	20.000,00	20.000,00	2.628,22	13,14
Transferência Financeira aos Estados, DF e Municípios - LC 87/96	145.000,00	145.000,00	24.977,88	17,23
Do Estado	34.970.000,00	34.970.000,00	5.257.411,93	15,03
Cota-parte do ICMS	29.500.000,00	29.500.000,00	4.636.668,07	15,72
Cota-parte do IPI - Exportação	470.000,00	470.000,00	61.554,99	13,10
Cota-parte do IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	559.188,87	11,18
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS (II)	6.302.600,00	6.302.600,00	848.065,07	13,46
Da União para o Município	5.824.600,00	5.824.600,00	786.746,57	13,51
Do Estado para o Município	478.000,00	478.000,00	61.318,50	12,83
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Operações de crédito vinculadas a Saúde (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções para o Fundeb	11.388.781,40	11.388.781,40	1.755.377,36	15,41
Total das Receitas	70.733.725,60	70.733.725,60	9.923.195,29	14,03



Impresso em 21/03/2012 às 09:34h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro/2012

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo XVI - Demonstrativo da Receita de Impostos e Despesas próprias com Saúde

RREO - ANEXO XVI (ADCT, Art. 77)

R\$

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (c)	Despesas Liquidadas	
			Jan a Fev/2012 (d)	% (d/c)
Despesas Correntes	14.725.960,00	15.574.796,46	2.068.704,92	13,28
Pessoal e encargos sociais	10.122.534,35	10.122.534,35	1.589.258,47	15,70
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	4.603.425,65	5.452.262,11	479.446,45	8,79
Despesas de Capital	1.894.140,00	3.067.872,37	275.728,10	8,99
Investimentos	1.894.140,00	3.067.872,37	275.728,10	8,99
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (IV)	16.620.100,00	18.642.668,83	2.344.433,02	12,58

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas	
			Jan a Fev/2012 (e)	% (e/IV)
Despesas com Saúde(V) = (IV)	16.620.100,00	18.642.668,83	2.344.433,02	100,00
(-) Despesas com inativos e pensionistas	0,00	0,00	8.450,26	0,36
(-) Despesas custeadas com recursos vinculados a saúde	6.754.100,00	8.257.360,58	613.179,29	26,15
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	6.353.100,00	7.385.624,74	612.796,07	26,14
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	401.000,00	871.735,84	383,22	0,02
(-) Restos à Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios Vinculados	-	-	-	-
Total das Despesas Próprias com Saúde (VI)	9.866.000,00	10.385.308,25	1.722.803,47	73,48

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em 31 de dezembro de 2011	Cancelados em 2012 (f)
Restos a pagar de Despesas próprias com ações e serviços públicos de Saúde(VII)	3.418.676,81	0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na receita de Impostos e Transferências constitucionais legais - Limite Constitucional 15,00% [(VI - VII f)/I] **15,91**

DESPESAS COM SAÚDE Por Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas	
			Jan a Fev/2012 (g)	%(g/Tot)
ATENÇÃO BÁSICA	13.712.700,00	14.793.302,51	2.102.830,51	89,69
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.527.000,00	3.373.266,32	228.911,89	9,76
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	240.400,00	283.100,00	383,22	0,02
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	140.000,00	193.000,00	12.307,40	0,52
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Próprias com Saúde	16.620.100,00	18.642.668,83	2.344.433,02	100,00

Impresso em 21/03/2012 às 09:34h Página: 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro/2012

CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo XVI - Demonstrativo da Receita de Impostos e Despesas próprias com Saúde

RREO - ANEXO XVI (ADCT, Art. 77)

R\$

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Gaspar - SC

Impresso em 21/03/2012 às 09:41h Página: 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO

Sistema - Pública-COP

Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo XVIII - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Jan a Fev/2012	Até Fev/2012	
RECEITAS			
Previsão inicial	255.406.165,00	255.406.165,00	
Previsão atualizada	255.406.165,00	255.406.165,00	
Receitas realizadas	17.780.215,45	17.780.215,45	
Déficit Orçamentário	0,00	0,00	
Saldo de exercícios anteriores (Utilizados para créditos adicionais)	0,00	8.153.594,34	
DESPESAS			
Dotação Inicial	253.010.165,00	253.010.165,00	
Créditos Adicionais	8.153.594,34	8.153.594,34	
Dotação Atualizada	261.163.759,34	261.163.759,34	
Despesas empenhadas	44.020.267,24	44.020.267,24	
Despesas liquidadas	14.865.697,52	14.865.697,52	
Superávit Orçamentário	2.914.517,93	2.914.517,93	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Jan a Fev/2012	Até Fev/2012	
Despesas empenhadas	44.020.267,24	44.020.267,24	
Despesas liquidadas	14.865.697,52	14.865.697,52	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até Fev/2012	
Receita Corrente Líquida		16.618.027,68	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Jan a Fev/2012	Até Fev/2012	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas previdenciárias realizadas (IV)	0,00	0,00	
Despesas previdenciárias liquidadas (V)	0,00	0,00	
Resultado previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o bimestre	% em Relação à Meta
	(a)	(b)	(b/a)
Resultado Nominal	-31.431.624,00	-5.677.829,83	18,06
Resultado Primário	-31.368.917,00	2.692.087,04	-8,58

Impresso em 21/03/2012 às 09:41h Página: 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2012/Bimestre Janeiro-Fevereiro
CONSOLIDADO
 Sistema - Pública-COP
 Unidade Responsável - Prefeitura Municipal de Gaspar

Anexo XVIII - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$

RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.035.582,18	0,00	2.640.634,80	2.394.947,38
Poder Executivo	5.035.582,18	0,00	2.640.634,80	2.394.947,38
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.724.159,70	6.717,60	677.819,84	4.039.622,26
Poder Executivo	4.724.159,70	6.717,60	677.819,84	4.039.622,26
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	9.759.741,88	6.717,60	3.318.454,64	6.434.569,64

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Jan a Fev/2012	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Fev/2012
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na MDE	1.485.694,77	25,00	13,72
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na remuneração com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.538.786,73	60,00	49,51
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças
Decreto 3899/2010 Ordenador de Despesas

Sheila Schaefer
Diretora de Contabilidade
CRC/SC 025588/O-4 Decreto 3359/2009

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato de contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO 07/2012
Processo de Licitação: 005/2012.
Modalidade: Tomada de Preços .
Tipo: Menor Preço.

Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação asfáltica e urbanização da Rua Hervino Hanemann com extensão de 646,65 metros, conforme termo de convênio firmado entre este município e a União, por intermédio do ministério das cidades - contrato de repasse n.º 334.673-92.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC.

Contratada: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Valor do Contrato: de R\$ 529.974,64 (Quinhentos e vinte e nove mil e novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 21/03/2012 Vigência 20/01/2013.

GUARAMIRIM (SC), 21/03/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo de Licitação: 005/2012.

Modalidade: Tomada de Preços .

Tipo: Menor Preço.

Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação asfáltica e urbanização da Rua Hervino Hanemann com extensão de 646,65 metros, conforme termo de convênio firmado entre este município e a União, por intermédio do ministério das cidades - contrato de repasse n.º 334.673-92.

O Prefeito Municipal, Nilson Bylaardt, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, HOMOLOGA a decisão exarada pela Comissão Permanente de Licitações, para que produza os efeitos legais em sua plenitude e ADJUDICA o objeto ora licitado pelo critério menor preço em favor da empresa: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, com valor global de R\$: 529.974,64 (Quinhentos e vinte e nove mil e novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Guaramirim-SC, 20 de março de 2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 415/2012

PORTARIA Nº 415/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Retificar a Portaria Nº 359/2011, que concedeu Progressão por Nova Habilitação Profissional, à Servidora Lariane Assis Xavier dos Santos de Carvalho (Matr. 2575), onde se lê: " Portaria Nº 359/2011" e " ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível 1, Referência "A"; leia-se: " Portaria Nº 359/2012, e " ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível 1, Referência "B".

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 416/2012

PORTARIA Nº 416/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido, conforme requerimento em anexo, a Servidora ROSEMARIA AMÂNCIO DAMASIO (Matr. 3434), a partir de 21 de Março de 2012, a qual exercia as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 417/2012

PORTARIA Nº 417/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Ampliar a Carga Horária da Servidora MARLI MONTEIRO DE FREITAS (Matr. 3472), a partir de 21 de março de 2012 até o término do ano letivo, a qual exerce a função de Professor Leigo, Disciplina de Artes, de 30 para 40 horas semanais, aprovada e classificada

em 3º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 418/2012
PORTARIA Nº 418/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 20 de março de 2012, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora SILVANA LAZZARINI BULLA (Matr. 2571), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/B, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 419/2012
PORTARIA Nº 419/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora SIMONE APARECIDA BORSOI (Matr. 3538), a partir de 21 de março de 2012, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, Ensino Fundamental, em Escola Municipal, em substituição à servidora Silvana Lazzarini Bulla, enquanto perdurar o atestado desta, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde, aprovada e classificada em 35º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 420/2012
PORTARIA Nº 420/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARIA MARGARETE RAMOS (Matr. 3539), a partir de 21 de março de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 53º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 421/2012
PORTARIA Nº 421/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor MARCOS ANTONIO PICCININ (Matr. 3389), a partir de 21 de março de 2012, o qual exercia as funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Esportes, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 422/2012
PORTARIA Nº 422/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora VIVIAN PUTTON ROVEA (Matr. 2748), ocupante do Cargo de Provimento

Efetivo de Fonoaudiólogo, Nível - 12/1, Referência "A", a contar de 23 de fevereiro de 2012, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "a", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 423/2012

PORTARIA Nº 423/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Nomear o Senhor JULNEI BRUNO BLEICHUVLH (Matr. 3540), para ocupar o Cargo de Provedor em Comissão de Assessor de Imprensa, Nível - DAS 2, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 21 de março de 2012, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Março de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 424/2012

PORTARIA Nº 424/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora LUCIANA MARIA ALBUQUERQUE CAVANUS (Matr. 3541), a partir de 22 de março de 2012, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, em Escola Municipal, em substituição à servidora Silvana Lazzarini Bulla, enquanto perdurar o atestado desta, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde, aprovada e classificada em 52º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Março de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 425/2012

PORTARIA Nº 425/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ELISETE APARECIDA LIRA (Matr. 3542), a partir de 22 de março de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 54º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

2ª Alteração ao Pregão Nº 007/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2012

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item
ALTERAÇÃO DE EDITAL

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de tiras reagentes para dosagem de glicemia capilar, com fornecimento (em comodato) de 50 (cinquenta) aparelhos (glicosômetros - medidor de glicemia), para uso nas Unidades Sanitárias do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses.

Tendo em vista a requerimento de esclarecimento por parte de empresa interessada em participar do certame quando a aceitabilidade de tiras reagentes para detecção dos níveis de glicose sanguínea por absorção capilar, em consulta com o gestor do Fundo Municipal de Saúde, o mesmo não apresenta óbice na aceitação do ora requerido, desta forma, com o intuito de ampliação da competitividade, para a seleção da proposta mais vantajosa para a administração municipal, e não oferecer qualquer espécie de cerceamento de participação acrescenta-se a expressão "ou absorção" no descritivo do item nº 01 do edital em epígrafe o qual passa a ter a seguinte redação:

ITEM	QTDE.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	400	Caixa	Tiras reagentes para detecção dos níveis de glicose sanguínea por aspiração ou absorção capilar. Capacidade de medição com níveis de leitura entre 10 e 600 mg/dl e que possibilite adição de sangue arterial, capilar e neonatal, com leitura dos resultados realizados em até 30 segundos. Caixa com 50 tiras	54,00	21.600,00

Os demais itens e condições permanecem inalterados, ratificando-se a data de 28/03/2012 às 9h00min. para a sessão pública de recebimento e julgamento das propostas.

Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 21 de março de 2012.
RUBENS ANTONIO CORREIA
Pregoeiro Oficial

Termo Aditivo Nº 005/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: "FUNDO DE HABITAÇÃO"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE
Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: E.U. Consultoria e Planejamento
CNPJ/MF Nº 04.986.007/0001-85
Rua Francisco Lindner, 196 - Centro.
CONTRATADA
TERMO ADITIVO Nº 005/2012 DE 21 DE MARÇO DE 2012

Termo Aditivo ao Contrato nº 0053/2010 de 18 de Agosto de 2010, que faz o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora "FUNDO DE HABITAÇÃO", com sede à Rua Nereu Ramos, 389 - Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Nelson Guindani, portador do CPF nº 501.589.459-72, e a Empresa E.U Consultoria e Planejamento, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.986.007/0001-85, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº 196, Bairro centro, no Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pela Sra. Fátima Maria Franz Hermes, Sócia Administradora, portadora do CPF nº 297.282.400-82, celebram entre si o presente TERMO de acordo com o Processo de Licitação nº 101/2010 - Edital TP nº 005/2010.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do Contrato, com validade da data de assinatura deste termo, até 30 de setembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 0053/2010, que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 21 de março de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
PELA CONTRATANTE

FATIMA MARIA FRANZ HERMES
SÓCIA ADMINISTRADORA
PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS
Rubens Antonio Correia Yasmin Laís Ribas
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Convênio Nº 001/2012.

CONVÊNIO Nº 001/2012.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE E A VIVÊNCIA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, COM A FINALIDADE DA REALIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE VIVÊNCIA EM AGRICULTURA FAMILIAR DOS CURSOS DE AGRONOMIA E DE ZOOTECNIA.

Aos nove dias do mês de março de 2012, de um lado o Responsável pelo MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, com sede sito a Rua Nereu Ramos, nº 389, centro de Herval d'Oeste (SC), neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Nelson Guindani, RG nº 1.511.562 - SSPDC e CPF nº 501.589.459-72, e de outro lado, pela Vivência em Agricultura Familiar da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC, Autarquia Federal de Ensino, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.899-526/0001-82, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, em Florianópolis - SC, Professor Dr. José Carlos Fiad Padilha, RG nº 1.251.308, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O presente instrumento tem por objetivo estabelecer um programa de cooperação mútua, visando ao desenvolvimento de ações que estimulem a abertura de vagas de estágio. As vagas abertas serão oferecidas aos alunos da graduação em Agronomia e Zootecnia da UFSC, junto as Propriedades rurais do Município de Herval d'Oeste (SC), com a interveniência da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LIMITES DA RESPONSABILIDADE

A cooperação entre a UFSC/Vivência em Agricultura Familiar e o Município de Herval d'Oeste (SC) ajustadas no presente instrumento não é de caráter exclusivo e limitado, podendo cada uma das partes implementar os programas de estágio de forma direta com qualquer organismo público ou privado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MÉTODOS DE EXECUÇÃO

3.1 Os objetivos gerais serão atendidos pelo estabelecimento de mecanismos de intercâmbio e apoio técnico entre a Unidade Concedente, a UFSC/Vivência em Agricultura Familiar e os estudantes para realização da UFSC/Vivência em Agricultura Familiar.

3.2 Celebrar o TERMO DE CONVÊNIO E TERMO DE COMPROMISSO DA VIVÊNCIA EM AGRICULTURA FAMILIAR, com objetivo de abrir campo de vivência para os acadêmicos dos Cursos de Agronomia e Zootecnia da UFSC, dentro de sua linha de formação profissional.

3.3 A Administração Municipal disponibilizará recursos financeiros e institucionais, veículos além de coordenação da organização dos agricultores.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL PELA VIVÊNCIA EM AGRICULTURA FAMILIAR/AGRONOMIA E ZOOTECNIA/UFSC

Compete ao responsável pela Vivência em Agricultura Familiar:

4.1 Fornecer ao Município de Herval d'Oeste as informações necessárias para a realização da Vivência em Agricultura Familiar;

Divulgar junto aos seus estudantes a oportunidade de estagiar no município conveniado;

Efetuar treinamento dos alunos participantes do estágio de

vivência;

Firmar junto ao Município, compromisso de enviar a informação sobre o numero de estagiários e o resultado do sorteio de distribuição nas propriedades até a antevéspera da viagem dos estagiários;

Visitar e avaliar o andamento da vivência no município;

Discutir e propor a transferência ou remoção do estudante de uma para outra propriedade ou para Florianópolis, de comum acordo com a coordenação local do município e sempre que constatada a necessidade;

Levar em consideração e aproveitar, na avaliação final do estudante na disciplina Vivência em Agricultura Familiar, as avaliações feitas pelos agricultores que receberam os mesmos.

CLAUSULA QUINTA - DAS ATRIBUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Compete a Administração Municipal de Herval d'Oeste:

- Designar um responsável pela organização dos técnicos que angariarão as propriedades e famílias de agricultores participantes da Vivência em Agricultura Familiar.
- Angariar em torno de 70 propriedades que reúnam condições de receber os estudantes (como previsto nos itens 3 e 4);
- Preparar listas dos nomes agricultores participantes por comunidade, dividindo-os em 06 grupos para facilitar a visitação pelas 06 equipes da UFSC;
- Promover uma reunião dos agricultores com o Professor, precedendo a visita preparatória, conforme cronograma anexo;
- Ter condições de manter, pelo menos, 06 veículos e 06 guias disponíveis, para facilitar as visitas a serem efetuadas pelos Professores e bolsistas às propriedades;
- Propiciar durante o período da vivência, em caso de necessidade de trabalho, transporte aos estagiários;
- Zelar pelo bom relacionamento entre famílias e estudantes e pela saúde dos estudantes;
- Distribuição e recolhimento dos estudantes (chegada, reunião e partida);
- Hospedagem e Alimentação de Professores, Bolsistas e Motoristas durante as visitas ao município, para atividades da Vivência em Agricultura Familiar e do Projeto Agrocidade, mesmo se a equipe for hospedada em município vizinho;
- Com veículos e guias para as visitas as propriedades;
- Local e alimentação dos professores, bolsistas, motoristas, estagiários e agricultores durante a realização da visita e reunião intermediária;
- No dia das reuniões da visita intermediária providenciar almoços para agricultores, estudantes e equipes de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até a conclusão do Projeto Agrocidade, podendo ser prorrogado de comum acordo das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer acréscimos ou alterações no presente Termo de Convênio deverão ser adotados de comum acordo e constar em Termos Aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido de comum acordo entre as

partes, mediante denúncia por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por inadimplência de suas Cláusulas e demais situações previstas em Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Herval d'Oeste para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento.

E, assim, por estarem justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante nomeadas.

Herval d'Oeste (SC), 09 de março de 2012.

SR. NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d'Oeste.

DR. JOSÉ CARLOS FIAD PADILHA

Professor responsável pela Vivência em Agricultura Familiar da UFSC/Cursos de Agronomia e Zootecnia

1ª Testemunha: _____
Nome e CPF nº:

2ª Testemunha: _____
Nome e CPF nº:

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 17/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 17/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 04 de abril de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo maior desconto, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de revisão, manutenção mecânica, chapeação, pintura, funilaria, fornecimento e reposição de peças originais de primeira linha ou genuínas para frota dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 23 de março de 2012.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 18/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 18/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 04 de abril de 2012, licitação na modalidade de

Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de material laboratorial para uso da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 23 de março de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Extrato: SEAGP 58/2011 - A/04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAGP 58/2011 - A/04
Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA
C.N.P.J: 01.375.841/0001-46
Objeto: ACRÉSCIMO DE 4,5% (QUATRO VIRGULA CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Valor: R\$ 144.549,78 Prazo: 31/12/2012
Fundamento: Processo nº. 22/2011 Concorrência 01/2011

Imbituba, 09 de março de 2012.
ELÍSIO SGROTT
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante

CONSTRUTORA FORMIGONI
Representante Legal
Contratada

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Nº 1609/2012

Lei nº 1609 de 22 de março de 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
2.007 - Programa de Merenda Escolar
3.3.90.00.00.00.00.0257 (54) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

T O T A L R\$ 100.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

1.002 - Ampliação de escolas e quadras municipais - Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.0257 (31) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.0257 (47) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

T O T A L R\$ 100.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de março de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Lei Nº 1610/2012

Lei nº 1610/2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 246.500,00 (duzentos e quarenta e seis mil e quinhentos reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.031 - Manutenção de Ações de Serv. Públicos em Saúde
4.4.90.00.00.00.00.01.0221 (10) Aplicações Diretas R\$ 246.500,00

T O T A L R\$ 246.500,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso decorrente do recebimento do recurso.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de março de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2205/2012

DECRETO Nº 2.205 DE 15 DE MARÇO DE 2012.
EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 15 de março de 2012 a 31 de dezembro de 2012, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE IRINEÓPOLIS,

inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.418.041/0001-07, com sede na Avenida 22 de Julho, 1080, Município de Irineópolis - SC, o uso de:

- 01 IMÓVEL RURAL COM ÁREA DE 2.050,00 M², E O PRÉDIO ONDE SE ENCONTRA EDIFICADA A ESCOLA ISOLADA KM 08, HOJE EXTINTA, LOCALIZADO NO LUGAR DENOMINADO KM 08, NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, (Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 3333).

Art. 2º - Os bens em referência, deverão ser utilizado pelo Permissãoário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - Os bens relacionados serão entregues ao Permissãoário em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2012.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissãoário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 15 de março de 2012.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2207/2012

Decreto nº 2207/2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1609 de 22 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
2.007 - Programa de Merenda Escolar
3.3.90.00.00.00.00.0257 (54) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

T O T A L R\$ 100.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
1.002 - Ampliação de escolas e quadras municipais - Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.0257 (31) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.0257 (47) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

T O T A L R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de março de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2208/2012

Decreto nº 2208/2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1610 de 22 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 246.500,00 (duzentos e quarenta e seis mil e quinhentos reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.031 - Manutenção de Ações de Serv. Públicos em Saúde
4.4.90.00.00.00.00.01.0221 (10) Aplicações Diretas R\$ 246.500,00

T O T A L R\$ 246.500,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso decorrente do recebimento do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de março de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação Processo N.º 01/2012 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2012
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

Irineópolis, 22 de março de 2012.
EDINILSON BRAND
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato Processo Licitatorio 24/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 24/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos

interessados que realizará no dia 10 de abril de 2012 às 08:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por Item, de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de materiais didáticos e de expediente para os Centros de Educação Infantil de Pedra Branca, Santo Antonio, Rio Vermelho, Poço Preto, Vila Nova do Timbó, São José do Timbozinho, para o exercício de 2012. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 hs, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 36251111 e 36251144, no site www.irineopolis.sc.gov.br

Irineópolis, 21 de março de 2012
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatorio 25/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 11 de abril de 2012 às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por Item, de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de materiais de construção para ampliação do Nucleo Escolar Presidente Adolfo Konder, da localidade de São Pascoal. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 hs, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 36251111 e 36251144, no site www.irineopolis.sc.gov.br

Irineópolis, 21 de março de 2012
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatorio 26/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 26/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 10 de abril de 2012, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de Pedra Brita tipo bica corrida, para recuperação e melhoria da malha viária do município. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 21 de março de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

HOSPITAL BOM JESUS

Extrato de Homologação e Adjudicação

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Lech & Cia. Ltda e Jackiw & Jackiw Ltda ME.

Irineópolis, 15 de março de 2012.
NILDA EDITE BANHUK GALVÃO
Presidente

Extrato de Contrato Nº 04/2012

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 04/2012

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis
Contratada: Lech & Cia. Ltda
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza para a manutenção do Hospital, durante o exercício de 2012, com entrega parcelada.
Valor: R\$ 4.353,79 (quatro mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos).
Vigência - 15.03.2012 a 31.12.2012
Base Legal - Processo Licitatório n.º 06/2012 - Pregão Presencial n.º 02/2012
Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Presidente

Extrato de Contrato Nº 05/2012

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 05/2012

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis
Contratada: Jackiw & Jackiw Ltda ME
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza para a manutenção do Hospital, durante o exercício de 2012, com entrega parcelada.
Valor: R\$ 4.599,16 (Quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos).
Vigência - 15.03.2012 a 31.12.2012
Base Legal - Processo Licitatório n.º 06/2012 - Pregão Presencial n.º 02/2012
Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato PP 14/2012/PMJ - PL 30/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2012/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2012/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de impressos gráficos, em conformidade com as especificações do Anexo I, destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelas diversas secretarias da Administração Municipal durante o exercício financeiro de 2012. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 05/04/2012, a partir das 17h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 17h, do dia 05/04/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 15 de março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato de Termo de Convênio Nº 04/2012-FAS

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2012-FAS

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONVENIADO: APAS - CENTRO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS

OBJETO: COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA VISA À TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL QUE REALIZA SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONVENIADA COM O MUNICÍPIO E INSCRITA NO CMAS, RECURSOS ESTES DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES REALIZADAS DE ACORDO COM A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA OS USUÁRIOS DESTA PROTEÇÃO

VALOR PARCELA ÚNICA DE R\$ 4.810,67

VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE UM ANO

JOAÇABA-SC, 21 DE MARÇO DE 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PEDRO JOÃO DA SILVA

Presidente

Extrato de Termo de Convênio Nº 05/2012-FAS

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2012-FAS

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONVENIADO: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS

EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA

OBJETO: COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA VISA À TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL QUE REALIZA SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CONVENIADA COM O MUNICÍPIO E INSCRITA NO CMAS, RECURSOS ESTES DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES REALIZADAS DE ACORDO COM A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA OS USUÁRIOS DESTA PROTEÇÃO

VALOR parcela única de R\$ 5.065,79

VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE UM ANO

JOAÇABA-SC, 21 DE MARÇO DE 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

CARLOS BRUSTOLIN

Presidente

Lages

PREFEITURA

Resultado PP 11-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGAO PRESENCIAL Nº 11/2012- PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRIQUETE, LAJOTA, MEIO-FIO E TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DE PRAÇAS E VIAS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: CONCREBLOC INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

VALOR: R\$ 127.975,00

Lages, 21 de março de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Convenio 61/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M JUSTINE BARTH.

TERMO N.º 61/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M JUSTINE BARTH, inscrito no CNPJ sob n.º 05.867.553/0001060, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M JUSTINE BARTH, para desenvolvimento



das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais), em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2 (duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de maio de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP C.E.I.M JUSTINE BARTH

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 62/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. LEONINA RODRIGUES COSTA. TERMO N.º 62/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. LEONINA RODRIGUES COSTA, inscrito no CNPJ sob

nº01.962.961/0001-40, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA CEIM LEONINA RODRIGUES COSTA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA CEIM LEONINA RODRIGUES COSTA

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 63/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. MARCO FLORIANI BORDIN.
TERMO N.º 63/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. MARCO FLORIANI BORDIN, inscrito no CNPJ sob nº05.851.798/0001-07, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. MARCO FLORIANI BORDIN, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA C.E.I.M. MARCO FLORIANI BORDIN

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 64/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M MARIA DE CASTRO ARRUDA.
TERMO N.º 64/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M MARIA DE CASTRO ARRUDA, inscrito no CNPJ sob n.º 13.451.938/0001-70, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M MARIA DE CASTRO ARRUDA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 6.240,00 (seis mil e duzentos e quarenta reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo

o qual foi digitado em 2 (duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de maio de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP C.E.I.M MARIA DE CASTRO ARRUDA
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 65/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. MARIETA CAMARGO DOS SANTOS.

TERMO N.º 65/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA CEIM MARIETA CAMARGO DOS SANTOS, inscrito no CNPJ sob nº 05.909.399/0001-41, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxilio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA CEIM MARIETA CAMARGO DOS SANTOS, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores

recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA CIEM MARIETA CAMARGO
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 66/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. MARINA MARTINS BORGES.

TERMO N.º 66/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. MARINA MARTINS BORGES, inscrito no CNPJ sob nº 05.863.905/0001-09, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxilio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA CEIM MARINA MARTINS BORGES, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 3.740,00 (três mil e setecentos e quarenta reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas,

independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA CEIM MARINA MARTINS BORGES
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 67/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. MIRIAN REGINA O. KOECHE.
TERMO N.º 67/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. MIRIAN REGINA O. KOECHE, inscrito no CNPJ sob nº05.853.111/0001-64, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxilio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. MIRIAN REGINA O. KOECHE, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 4.360,00 (quatro mil e trezentos e sessenta reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA C.E.I.M. MIRIAN REGINA O. KOECHE
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 68/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. MORANGUINHO.
AUXÍLIO FINANCEIRO N.º 68/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. MORANGUINHO, inscrito no CNPJ sob n.º 01.190.075/0001-45, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxilio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA CEIM MORANGUINHO, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA CEIM MORANGUINHO

Presidente da Entidade

Procurador Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 69/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. MUTIRÃO.

TERMO N.º 69/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. MUTIRÃO, inscrito no CNPJ sob nº10.177.354/0001-60, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM MUTIRÃO, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril

de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O município repassará a importância de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) por mês, durante o período de vigência deste termo.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DO CEIM MUTIRÃO

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 70/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. NELSON MARTINS DE ALMEIDA.

TERMO N.º 70/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. NELSON MARTINS DE ALMEIDA, inscrito no CNPJ sob nº05.914.563/0001-09, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. NELSON MARTINS DE ALMEIDA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA C.E.I.M. NELSON MARTINS DE ALMEIDA

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 71/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. NOÉ JOSÉ DOS SANTOS.

TERMO N.º 71/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE

LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. NOÉ JOSÉ DOS SANTOS, inscrito no CNPJ sob nº01.274.044/0001-72, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA CEIM NOÉ JOSÉ DOS SANTOS, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA CEIM NOÉ JOSÉ DOS SANTOS

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 72/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. NOSSA SENHORA DO CARAVÁGIO.

TERMO N.º 72/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. NOSSA SENHORA DO CARAVÁGIO, inscrito no CNPJ sob nº05.874.781/0001-67, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. NOSSA SENHORA DO CARAVÁGIO, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA C.E.I.M. BAIRRO NS CARAVÁGIO
Presidente da Entidade

Procurador Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 73/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. NS DOS PRAZERES.
TERMO N.º 73/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. NS DOS PRAZERES, inscrito no CNPJ sob nº 13.950.606/0001-30, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. NS DOS PRAZERES, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo

o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages , SC 13 de janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA C.E.I.M. NS DOS PRAZERES
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 74/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. PEDRAS BRANCAS.
TERMO N.º 74/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. PEDRAS BRANCAS, inscrito no CNPJ sob n.º 01.933.239/0001-87, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. PEDRAS BRANCAS, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo , rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages , SC 13 de janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA C.E.I.M. PEDRAS BRANCAS
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 75/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM PEQUENO PRINCIPE.
TERMO Nº 75/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado Neste ato pôr seu Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM PEQUENO PRINCIPE, inscrito no CGC sob n.º 01.192.774/0001-24, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM PEQUENO PRINCIPE, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 30.100,00 (trinta mil e cem reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial,

sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA CRECHE PEQUENO PRINCIPE
Presidente da Entidade

Procurador Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 76/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS.
TERMO N.º 76/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS, inscrito no CNPJ sob n.º 14.432.849/0001-49, sito à Rua Leopoldo Stefen, 174 - Lages, SC, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de R\$ 4.680,00 (quatro mil e seiscentos e oitenta reais) mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos,

que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores do CEIM deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) vias de igual teor, para que produza seus devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DO C.E.I.M PRIMEIROS PASSOS
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 77/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.F. SALTO CAVEIRAS.
TERMO N.º 77/2011

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.F. SALTO CAVEIRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 13.726.558/0001-09, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.F. SALTO CAVEIRAS, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu

término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de R\$ 3.740,00 (três mil e setecentos e quarenta reais) pagos em parcelas mensais.

4.1 - O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA EMEF SALTO CAVEIRAS

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 78/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. SEBASTIÃO WALTRICK FARIAS. TERMO N.º 78/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. SEBASTIÃO WALTRICK FARIAS, inscrito no CNPJ sob n.º 05.851.808/0001-04, representado neste ato pelo sua Presidente a Sra. Joaquina de Fátima Luz, que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM SEBASTIÃO WALTRICK FARIAS, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a

integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais), pagos em parcelas mensais.

4.1 - O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA CEIM SEBASTIÃO WALTRICK FARIAS

Joaquina de Fátima Luz

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 79/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. SEMPRE VIVA. TERMO N.º 79/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M.

SEMPRE VIVA, inscrito no CNPJ sob nº01.343.212/0001-34, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA CEIM SEMPRE VIVA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA CEIM SEMPRE VIVA
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convênio 80/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. SEPÉ TIARAJU.

TERMO N.º 80/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA C.E.I.M. SEPÉ TIARAJU, inscrito no CNPJ sob nº01.227.114/0001-31, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA CEIM SEPÉ TIARAJU, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 46.400,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA CEIM SEPÉ TIARAJU
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município Sirlei da Silva Rodrigues
Secretária Municipal da Educação

Lauro Muller

PREFEITURA

Aviso de Licitação - fundo

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº 29/2012
Edital : TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS 29/2012
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO DE TRANSPORTE DE
PACIENTES 0km, CONFORME (ANEXO I).

Abertura às 8h30m do dia 10 de Abril de 2012.

A retirada do Edital deverá ser feita no Setor de Licitação da Prefeitura. Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 23 de março de 2012.
RENATO CITADIN
Comissão Permanente De Licitação

Lebon Regis

PREFEITURA

Decreto N 27 - CRONOGRAMA de AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

DECRETO nº 027/12 de 21 de março de 2012
DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º - Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)

1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.

1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa 2013

1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa 2013

2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.

2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência 2013

2.2 - Divulgação de cada classe de provisão. 2013

3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.

3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP. 2014

4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.

4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis. 2014

4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos. 2014

4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão. 2014

5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;

5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura. 2014

5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura 2014

5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura 2014

5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura 2014

6 - Implementação de Sistema de Custos

6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados. 2014

6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos. 2014

6.3 - Implementação do sistema de custos. 2014

7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais

7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP. 2014

7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente. 2014

8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial. 2014

8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxxarifado. 2014

Art. 2º - Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º - Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de março de 2012.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, pela Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria de Administração e Finanças

Decreto Nº 28 - Abertura de Crédito Asfalto

DECRETO Nº 028/2012, de 21 de março de 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC."

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.394/2012 de 21 de março de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Lebon Régis, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (quinhentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão	02	Chefia do Executivo
Unidade	80	Secretaria de Serviços Municipais
Função	15	Urbanismo
Subfunção	451	Infra Estrutura Urbana
Programa	15	Serviços Urbanos
Projeto	1012	Pavimentação de Ruas
Categoria Econômica	4	Despesas de Capital
Grupo de Natureza da Despesa	4	Investimentos
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações diretas
Elemento de Despesa	51	Obras e Instalações
Fonte de Recursos	83	Operações de Créditos Internas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, servirão como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 1.360/2011, de 31 de março de 2011.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de março de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta data na Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº 29 - Abertura de Crédito Patroa

DECRETO Nº 029/2012, de 21 de março de 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC."

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.395/2012 de 21 de março de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Lebon Régis, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão	02	Chefia do Executivo
Unidade	80	Secretaria de Serviços Municipais
Função	26	Transporte
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	21	Estradas Vicinais
Projeto	1048	Aquis. de Maquinas e Equipamentos
Categoria Econômica	4	Despesas de Capital
Grupo de Natureza da Despesa	4	Investimentos
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações diretas
Elemento de Despesa	52	Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recursos	83	Operações de Créditos Internas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, servirão como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 1.360/2011, de 31 de março de 2011.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de março de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta data na Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Extrato PL 17/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2012 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2012

O Município de Lebon Régis-SC, através da Comissão Permanente, torna público que fará realizar às 14:30 hs do dia 10 de Abril de 2012, na sala CPL, localizado no Paço Municipal situado na Rua Artur Barth, Centro, Tomada de Preços, para obra de Pavimentação da via urbana da Estrada Acesso ao Bairro Núcleo Rio Doce, executado em alvenaria polidétrica (pedras irregulares), totalizando área de 8.043,54 m², conforme consta no edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até às 08h30min horas do dia 09 de Março de 2012. Cadastramento: Até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas (conforme parágrafo 2º, Artigo 22 da Lei 8.666/93). Obtenção Edital: No Setor de Compras e Licitações de segunda a sexta feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min horas, e pelo e-mail: licitações@lebonregis.sc.gov.br

Lebon Régis (SC), 17 de fevereiro de 2012.

ITACIR LUIZ RIZZO

Presidente.

Diário oficial da união, diário oficial do estado, a notícia ou dc.

Extrato Rescisão Unilateral

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contrato nº.: 71/2011

Licitação : Tomada de Preços nº 06/2011

Contratante.: MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

Contratada : CONSTRUTORA MERCOSUL LTDA.

Objeto : RESCISÃO UNILATERAL do contrato, conforme artigos 77 e 78, I, II, III e IV, da Lei n. 8.666/1993 e cláusula sexta do contrato.

LEBON REGIS, 22 de Março de 2012.

Leoberto Leal**PREFEITURA****Lei Nº 876/2012**

LEI Nº 876 DE 21 DE MARÇO DE 2012.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, ATIVOS E INATIVOS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art 1º A remuneração dos servidores públicos municipais da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, ativos, e ainda, de todos os Agentes Políticos do Município: Prefeito, Vice-prefeito, Secretários e Vereadores, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X da Constituição Federal, a partir de 1º de março de 2012, fica reajustada em 6,08 % (seis vírgula zero oito por cento), correspondente ao índice de inflação do INPC, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art 2º A revisão geral dos proventos de aposentadoria e pensão pagos pelo IPRELL observará ao dispositivo em legislação específica.

Art 3º Os encargos desta Lei correrão a conta do orçamento do Município.

Art 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de março de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

PREFEITA MUNICIPAL

Decreto N.º 29/2012

DECRETO Nº 29, DE 22 DE MARÇO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE RECURSOS DO FUNDEB"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 858 de 28 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, nas dotações com a seguinte estrutura e nos respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
---------------	--------	---------------	-------

Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	6.198,30
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	6.198,30
Função	12	Educação	6.198,30
Sub-função	361	Ensino Fundamental	6.198,30
Programa	4	Educação é tudo	6.198,30
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.198,30
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.198,30
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.198,30
Fonte de Recursos	0.3.0019	Transferências de Recursos do FUNDEB 40%	6.198,30
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			6.198,30

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
		Transferências de Recursos do	
Fonte de Recursos	0.1.0019	FUNDEB – 40%	6.198,30
TOTAL DE RECURSOS UTILIZADOS			6.198,30

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de março de 2012

TATIANE D. ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul**PREFEITURA****Extrato Pregão 27-2012**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2012

Adierson Carlos Bussolaro - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de empresa para prestação de serviços de pintura com fornecimento de tintas para pintura de ruas sinalizações horizontais, meio fio e postes, no dia 05 de abril de 2012, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 22 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Ratificação de Dispensa de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação emergencial de serviços médicos hospitalares na Estratégia Saúde da Família - ESF, durante 24 hrs (vinte e quatro horas) semanais, durante duas semanas, tendo em vista a rescisão administrativa do contrato FMS 26/2011.

Contratado: CARDIOLÓGICA CLÍNICA MÉDICA S/C LTDA.

Valor: R\$ 8.000,00

Lindóia do Sul, SC, 19 de março de 2012.

GENIR LOLI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1467

DECRETO Nº 1467 de 20 de março de 2012.

"FIXA PROPORCIONALMENTE O VALOR DO □AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO' AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 488 de 08/12/2003 alterada pela Lei nº 974 de 04/05/2011,

DECRETA:

Art.1º- Fica fixado proporcionalmente a carga horária de 10, 20, 25, 30 ou 40 horas semanais do servidor, o AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, instituído pela Lei nº 488 de 08/12/2003 e alterado pela Lei nº 1.037 de 20/03/2012, pago em dinheiro, incluído em folha de pagamento e não se incorporando aos salários, nem sujeito a qualquer incidência de caráter tributário ou previdenciário, conforme valores abaixo:

Carga Horária	Valor Auxílio Alimentação
10 horas semanais	R\$ 39,50
20 horas semanais	R\$ 79,00
25 horas semanais	R\$ 98,75
30 horas semanais	R\$ 118,50
40 horas semanais	R\$ 158,00

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

Luzerna(SC), 20 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato de Portaria 031/12

Portaria nº 031/12 de 06/03/12 - "Exonera a pedido servidor que especifica" (VALDIR TIDES JÚNIOR, do emprego público efetivo de Operador de Máquinas II, Retroescavadeira, Nível 07, Classe "A", da Tabela de Cargos de Provimento Efetivo/Atividades de Nível Operacional/ANO, a partir de 06/03/12).

Extrato de Portaria 032/12

Portaria nº 032/12 de 12/03/12 - "Exonera a pedido servidor que especifica" (JULIO CESAR GERVÁSIO, do emprego público efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1, Classe "A", do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, a partir de 12/03/12).

Extrato de Portaria 033/12

Portaria nº 033/12 de 15/03/12 - "Exonera a pedido servidor que especifica" (ROGER ÍCARO TEODORO KRIEGER, do emprego público de Auxiliar de Laboratório de Informática, Classe "A", 40 horas semanais, a partir de 15/03/12).

Extrato de Portaria 034/12

Portaria nº 034/12 de 16/03/12 - "Exonera a pedido servidora que especifica" (LUCIMARA RODRIGUES DA SILVA, do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1, Classe "B", do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, a partir de 16/03/12).

Extrato de Portaria 035/12

Portaria nº 035/12 de 19/03/12 - "Nomeia servidor que especifica" (ELTON DE SOUZA, para exercer o emprego público de Auxiliar de Laboratório de Informática, Classe "A", 40 horas semanais, a partir de 19/03/12)

Extrato de Portaria 036/12

Portaria nº 036/12 de 19/03/12 - "Promove servidora que especifica" (GISELI KRUG, Agente Administrativo, Classe "B", Nível 02, Grupo II - ANO, para a Classe "C", do mesmo Nível e Grupo, a partir de 01/03/12).

Extrato de Portaria 037/12

Portaria nº 037/12 de 19/03/12 - "Promove servidora que especifica" (ROSELI DA SILVEIRA PINTO, Auxiliar de Serviços Gerais, da Classe "C", Nível 01, Grupo I - ANA, para a Classe "D", do mesmo Nível e Grupo que ocupa, a partir de 01/03/2012).

Extrato Homologação fmas.012.2012 - IGD

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 012/2012

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, ORLANDO FÁVERO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0020/2012, nos seguintes termos:

Modalidade: Pregão para Registro de Preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E AVIAMENTOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROJETO GRUPO DE MULHERES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ATRAVÉS DOS RECURSOS DO IGD (ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA) DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

Proponente(s) Vencedora(s):

. LUISA SALETE ZAGO CORSO ME;

. GRÁFICA AMÉRICA LTDA ME;

. OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA;



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

. CAPINZAL CENTER LTDA; e
 . IVANI MARIA GASPARETTO SOSTER AVIAMENTOS ME
 Valor Homologado: R\$ 15.036,98

Luzerna (SC), 20 de março de 2012.
 ORLANDO FÁVERO
 Gestor do FMAS

Extrato homologação pml.001.2012 - TAXI

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
 Concorrência nº 001/2012

O Prefeito em exercício, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 021/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Concorrência Pública nº 001/2012
- Objeto: Permissão para o transporte individual de passageiros, no Município de Luzerna, em veículos de aluguel providos de taxímetro, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 106/2011 e Decreto nº 1.426.
- Proponente(s) Vencedor(es): WALTER MATTES
- Obs: O item nº 02 da licitação foi CANCELADO por falta de proposta.

Luzerna (SC), 21 de março de 2012.
 NORIVAL FIORIN
 Prefeito de Luzerna

Extrato Homologação pml.003.2012 - PNEUS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
 Convite nº 003/2012

O Prefeito de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0013/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite
- Objeto: Aquisição de pneus e câmaras de ar destinados à manutenção dos veículos, equipamentos rodoviários e caminhões de propriedade da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.
- Empresa(s) Vencedora(s):
 . VICINI PNEUS LTDA
- Valor total: R\$ 63.391,00

Luzerna (SC), 21 de MARÇO de 2012.
 NORIVAL FIORIN
 Prefeito de Luzerna

Extrato Pregão pml.015.2012 - Material Construção

EDITAL
 Pregão Presencial nº 0015/2012

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção, destinados à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversas, de competência das Secretarias Municipais de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 12 de abril de 2012.
 ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 12 de abril de 2012
 OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br
 MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Anexo da RREO do Município de Luzerna/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro-Fevereiro/2012

LRF, art. 48 – Anexo XVII

Consolidado

Balanco Orçamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	12.400.000,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	12.400.000,00
Receitas Realizadas	2.922.590,85	2.922.590,85
SalDOS de Exercícios Anteriores	0,00	412.530,56
Déficit Orçamentário	0,00	521.772,56
Balanco Orçamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	12.400.000,00
Dotação Atualizada	0,00	12.921.772,56
Despesas Empenhadas	2.824.529,08	2.824.529,08
Despesas Liquidadas	1.448.577,92	1.448.577,92
Superávit Orçamentário	0,00	0,00
Despesa por Função/ SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.824.529,08	2.824.529,08
Despesas Liquidadas	1.448.577,92	1.448.577,92
Receita Corrente Líquida - RCL		Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida		12.518.353,49
Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

Meta Fixada no anexo de Resultado Nominal e Primário Metas Fiscais do LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal -10.016,89	-1.210.549,11	12085,0794
Resultado Primário -76.610,00	1.337.953,21	-1746,4472

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição	Canc.até o Bim.	Pág. Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	148.547,34	0,00	148.547,34	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	281.750,82	3.352,81	83.899,79	194.498,22
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Limites Constitucionais Anuais				
Despesas com Manut.e Desenv.do Ensino	Valor Apurado Até o Bimestre	%Min. A Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bim.	
Min.Atual de <18%/25%> dos Imp.na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	347.197,37	25,00	19,61	
Min.Anual de 60% do FUN-DEB na Remuneração dos Prof. Ensino Fundam.	177.887,65	60,00	50,76	
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Valor Apur.até o Bim.		Saldo a Real.	
Receita de Operação de Crédito		0,00	0,00	
Despesa de Capital Líquida		21.561,91	1.896.675,80	
Proj. Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10º Exerc.	20º. Exerc.	35º. Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				

Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Valor apurado até o Bim.			Saldo a Real.
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			124.503,61	-51.713,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	72.790,00
Limites Constitucionais Anuais				
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Apurado Até o Bimestre	%Min. a Aplicar no Exercício	%Aplicado até o Bimestre	
Desp.Próprias com Ações e Serv. Públicos de Saúde	206.642,39	15,00	11,69	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil

Nota: O Município de Luzerna não possui Regime Próprio de Previdência.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO
Contadora CRC 20394-O/8

ANA CAROLINE DIESEL DEITOS
Coordenadora do Controle Interno

Anexos da RREO do Município de Luzerna/SC



**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Luzerna
Secretaria da Fazenda e Administração**

**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA COM A
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO N.º 212
LEI FEDERAL 9.394/96 - Art. 69
L.O.M. Art. 121
PERÍODO JANEIRO/FEVEREIRO/2012**

Anexo X – Lei 9.394/96, Art. 72

1. Receita Resultante de Impostos	R\$	1.770.898,08
1.1. IPTU	R\$	0,00
1.2. IRRF	R\$	16.034,84
1.3. ITBI	R\$	27.815,00
1.4. ISSQN	R\$	41.939,52
1.5. Cota Parte FPM	R\$	952.328,49
1.6. Cota-Parte ITR	R\$	93,84
1.7. Transferências Financeiras LC nº 87/96	R\$	3.452,52
1.8. Cota-Parte ICMS	R\$	658.959,00
1.9. Cota-Parte IPVA	R\$	52.016,60
1.10. Cota parte IPI , Est. Exp. De Prod. Ind.	R\$	8.508,67
1.11. Dívida Ativa de Impostos e Encargos	R\$	9.749,60
25% da Receita Resultante de Impostos – Aplicação mínima	R\$	442.724,52
2. Aplicado no exercício	R\$	347.197,37
Gasto a menor no Exercício	R\$	95.527,15
3. Percentual gasto		19,61%

RESUMO

4. Composição da Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada ⁽¹⁾		Saldo Banco/2008 Receitas Aplicadas de Conv., Rendas de Aplicações Financeiras e Fundeb		Líquido	
4.1. Ensino Infantil	R\$	102.706,31	R\$	98.436,91	(-)R\$	0,00	=R\$	98.436,91
4.2Manutenção Ensino Fundamental	R\$	432.683,15	R\$	315.026,59	(-)R\$	65.662,50 ⁽²⁾	=R\$	249.364,09
4.3 FUNDEB	R\$	335.071,43	R\$	335.071,43	(-)R\$	348.706,96	=R\$	13.635,53(-)
4.4Constr.Complexo Educ. São Francisco e Aquisição Seminário São João Batista	R\$	0,00	R\$	0,00	(-)R\$	0,00	=R\$	0,00
4.5Transporte Escolar	R\$	64.337,74	R\$	15.933,51	(-)R\$	0,00 ⁽³⁾	=R\$	15.933,51
4.6 Rendas de Aplicações Financeiras	R\$	-	R\$	-	(-)R\$	2.901,61	=R\$	2.901,61(-)
Totais	R\$	934.798,63	R\$	764.468,44	(-)R\$	417.271,07	=R\$	347.197,37

(1) Para o cálculo da despesa com o ensino, considera-se somente a despesa liquidada.

(2) Saldo do FUNDEB do exercício de 2011, de R\$ 65.662,50, foi aplicado na educação básica.

DEDUÇÕES

TÍTULOS	FONTES	VALOR R\$	
Ensino Fundamental	FUNDEB 2010	R\$	65.662,50
Receita FUNDEB	LEI Nº 9.424/96	R\$	348.706,96
Rendas de Aplicações Financeiras de Saldos Vinculados à Educação	Rendas de Aplicações Financeiras	R\$	2.901,61
TOTAL		R\$	417.271,07

Fonte: Dados extraídos do Setor Contábil

Os valores referentes a parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculada a educação deverão ser informadas somente no RREO do último bimestre do Exercício.

Norival Fiorin
Prefeito MunicipalMaria Inês Dallolmo
Contadora
CRC/SC 20394/0-8Ana Caroline Diesel Deitos
Coordenadora do
Controle Interno

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de LUZERNA	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO	

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	1.918.237,71	21.561,91	21.561,91	1.896.675,80
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	1.918.237,71	21.561,91	21.561,91	1.896.675,80
--------------------------------	--------------	-----------	-----------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-1.918.237,71	-21.561,91	-21.561,91	-1.896.675,80
-------------------	---------------	------------	------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de LUZERNA CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	72.790,00	124.503,61	-51.713,61
Alienação de Veículos	12.870,00	0,00	12.870,00
Alienação de Equipamentos	10.000,00	0,00	10.000,00
Alienação de Outros Bens Móveis	10.000,00	39.900,00	-29.900,00
Alienação de Imóveis Rurais	0,00	0,00	0,00
Alienação de Imóveis Urbanos	39.920,00	84.603,61	-44.683,61
Total	72.790,00	124.503,61	-51.713,61

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	72.790,00	0,00	72.790,00
Despesas de Capital	72.790,00	0,00	72.790,00
Investimentos	72.790,00	0,00	72.790,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	72.790,00	0,00	72.790,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	148.165,27	124.503,61	272.668,88

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS
PÚBLICOS DE SAÚDE.**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO Nº 198

L.O.M. Art. 111

PERÍODO JANEIRO/FEVEREIRO/2012

ADCT Art. 77 - Anexo XVI

1.Receita Resultante de Impostos e Transferências de Impostos	R\$
1.1. IPTU	0,00
1.2. IRRF	16.034,84
1.3. ITBI	27.815,00
1.4. ISSQN	41.939,52
1.5. Cota-parte FPM	952.328,49
1.6. Cota-parte ITR	93,84
1.7. Transferências Financeiras LC nº 87/96	3.452,52
1.8. Cota-parte ICMS	658.959,00
1.9. Cota-parte IPVA	52.016,60
1.10. Cota-parte IPI, Est. Exp. De Produtos Industrializados	8.508,67
1.11. Dívida Ativa de Impostos e Encargos	9.749,60
TOTAL DAS RECEITAS	1.770.898,08

2. Despesas Liquidadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$
2.1 Atenção Básica	296.108,93
2.2 Vigilância Sanitária	6.602,14
2.3 Vigilância Epidemiológica	1.182,03
2.4 Alimentação e Nutrição	106,90
TOTAL DAS DESPESAS	304.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

3. Verificação Do Cumprimento Dos Limites Constitucionais	(+) (-) (%)	R\$
3.1 – Total das Despesas com Saúde	(+)	304.000,00
3.2 – Total das Deduções:	(-)	97.357,61
3.2.1 – Transferências Federais/ Programas de Saúde	(-)	95.143,51
3.2.2 – Transferências Estaduais/ Programas de Saúde	(-)	4.199,24
3.2.3 – Rendimentos de Aplicações Financeiras	(-)	4.818,22
3.2.4 – Saldo em Bancos/ Receita Vinculada em 31.12.11	(-)	448.444,06
3.2.5 – Retenções e Descontos	(-)	8.801,51
3.2.6 – Saldo em Bancos/Receita Vinculada em 29.02.12	(+)	464.048,93
3.3 – Aplicação de Recursos Ordinários	11,69	206.642,39
3.4 – Aplicação Mínima de Recursos Ordinários	15,00	265.634,71
3.5 – Valor Aplicado a Menor	3,31	58.992,32

4. Retenções e Descontos		
4.1 - INSS	R\$	4.863,90
4.2 - Imposto de Renda Retido na Fonte	R\$	3.699,49
4.3 - Contribuição Sindical	R\$	0,00
4.4 - Desconto para Associação dos Servidores Municipais/ASM	R\$	84,12
Total	R\$	8.647,51
5.1 - Salário Família CLT	R\$	154,00
5.2 - Salário Maternidade	R\$	0,00
Total	R\$	154,00
Total Geral	R\$	8.801,51

Norival Fiorin
Prefeito Municipal

Maria Inês Dallolmo
Contadora CRC/SC 20394/0-8

Ana Caroline Diesel Deitos
Coordenadora do Controle Interno

+[CPL]-----{ 001 }+	
	Município de LUZERNA
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Balanco Orçamentário
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I	

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	12.400.000,00	12.400.000,00	2.922.590,85	23,570	2.922.590,85	23,570	9.477.409,15
RECEITA CORRENTE	12.327.210,00	12.327.210,00	2.051.320,94	16,640	2.051.320,94	16,640	10.275.889,06
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.251.680,00	1.251.680,00	105.146,76	8,400	105.146,76	8,400	1.146.533,24
IMPOSTOS	739.600,00	739.600,00	85.789,36	11,600	85.789,36	11,600	653.810,64
TAXAS	293.080,00	293.080,00	11.039,94	3,770	11.039,94	3,770	282.040,06
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	219.000,00	219.000,00	8.317,46	3,800	8.317,46	3,800	210.682,54
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	276.000,00	276.000,00	37.807,57	13,700	37.807,57	13,700	238.192,43
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	276.000,00	276.000,00	37.807,57	13,700	37.807,57	13,700	238.192,43
RECEITA PATRIMONIAL	219.760,00	219.760,00	29.403,01	13,380	29.403,01	13,380	190.356,99
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	77.300,00	77.300,00	1.220,08	1,580	1.220,08	1,580	76.079,92
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	141.340,00	141.340,00	28.182,93	19,940	28.182,93	19,940	113.157,07
Outras Receitas Patrimoniais	1.120,00	1.120,00	0,00	0,000	0,00	0,000	1.120,00
RECEITA DE SERVIÇOS	67.660,00	67.660,00	13.850,00	20,470	13.850,00	20,470	53.810,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.323.210,00	10.323.210,00	1.852.007,54	17,940	1.852.007,54	17,940	8.471.202,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.288.210,00	10.288.210,00	1.852.007,54	18,000	1.852.007,54	18,000	8.436.202,46
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	29.000,00	29.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	29.000,00
Transferências de Pessoas	6.000,00	6.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	6.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	188.900,00	188.900,00	13.106,06	6,940	13.106,06	6,940	175.793,94
MULTAS E JUROS DE MORA	107.268,00	107.268,00	4.460,13	4,160	4.460,13	4,160	102.807,87
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	31.590,00	31.590,00	0,00	0,000	0,00	0,000	31.590,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	44.252,00	44.252,00	8.645,93	19,540	8.645,93	19,540	35.606,07
RECEITAS DIVERSAS	5.790,00	5.790,00	0,00	0,000	0,00	0,000	5.790,00
RECEITAS DE CAPITAL	72.790,00	72.790,00	871.269,91	1196,960	871.269,91	1196,960	-798.479,91
ALIENAÇÃO DE BENS	72.790,00	72.790,00	124.503,61	171,040	124.503,61	171,040	-51.713,61
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	32.870,00	32.870,00	39.900,00	121,390	39.900,00	121,390	-7.030,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	39.920,00	39.920,00	84.603,61	211,930	84.603,61	211,930	-44.683,61
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	746.766,30	0,000	746.766,30	0,000	-746.766,30
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	746.766,30	0,000	746.766,30	0,000	-746.766,30
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	12.400.000,00	12.400.000,00	2.922.590,85	100,000	2.922.590,85	100,000	9.477.409,15
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	12.400.000,00	12.400.000,00	2.922.590,85	100,000	2.922.590,85	100,000	9.477.409,15
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	12.400.000,00	12.400.000,00	2.922.590,85		2.922.590,85		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	412.530,56	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	412.530,56	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	412.530,56	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O		Atualizada (f)=(d+e)	E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar (f-(g+h))
	Inicial	Cred.Adicion.		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)					(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	12.400.000,00	521.772,56	12.921.772,56	2.824.529,08	2.824.529,08	1.448.577,92	1.448.577,92	0,00	11,21	11.473.194,64
DESPESAS CORRENTES	10.708.130,00	275.704,85	10.983.834,85	2.583.012,23	2.583.012,23	1.427.016,01	1.427.016,01	0,00	12,99	9.556.818,84
Pessoal e Encargos Sociais	5.219.836,00	161.296,45	5.381.132,45	951.925,32	951.925,32	950.473,32	950.473,32	0,00	17,66	4.430.659,13
Juros/Encargos da Dívida	94.000,00	0,00	94.000,00	13.529,85	13.529,85	13.529,85	13.529,85	0,00	14,39	80.470,15
Outras despesas Correntes	5.394.294,00	114.408,40	5.508.702,40	1.617.557,06	1.617.557,06	463.012,84	463.012,84	0,00	8,41	5.045.689,56
DESPESAS DE CAPITAL	1.672.170,00	246.067,71	1.918.237,71	241.516,85	241.516,85	21.561,91	21.561,91	0,00	1,12	1.896.675,80
Investimentos	1.654.970,00	246.067,71	1.901.037,71	238.419,88	238.419,88	18.464,94	18.464,94	0,00	0,97	1.882.572,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	17.200,00	0,00	17.200,00	3.096,97	3.096,97	3.096,97	3.096,97	0,00	18,01	14.103,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.700,00	0,00	19.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.700,00
DESPESAS(INTRA-ORÇAM)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	12.400.000,00	521.772,56	12.921.772,56	2.824.529,08	2.824.529,08	1.448.577,92	1.448.577,92	0,00	11,21	11.473.194,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	12.400.000,00	521.772,56	12.921.772,56	2.824.529,08	2.824.529,08	1.448.577,92	1.448.577,92	0,00	11,21	11.473.194,64
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.474.012,93	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	12.400.000,00	521.772,56	12.921.772,56	2.824.529,08	2.824.529,08	2.922.590,85	2.922.590,85	0,00	11,21	11.473.194,64

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
	(a)		(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O		Atualizada (f)=(d+e)	E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar (f-(g+h))
	Inicial	Cred.Adicion.		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)					(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORINContadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMOResponsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	12.400.000,00	12.921.772,56	2.824.529,08	2.824.529,08	1.448.577,92	1.448.577,92	100,00	11,21	11.473.194,64
01	LEGISLATIVA	500.000,00	500.000,00	50.958,93	50.958,93	49.443,93	49.443,93	3,41	9,89	450.556,07
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	500.000,00	500.000,00	50.958,93	50.958,93	49.443,93	49.443,93	3,41	9,89	450.556,07
	Subtotal	500.000,00	500.000,00	50.958,93	50.958,93	49.443,93	49.443,93	3,41	9,89	450.556,07
04	ADMINISTRAÇÃO	1.577.995,50	1.593.864,44	392.644,75	392.644,75	227.024,07	227.024,07	15,67	14,24	1.366.840,37
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.286.995,50	1.286.995,50	348.290,31	348.290,31	182.669,63	182.669,63	12,61	14,19	1.104.325,87
04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	291.000,00	306.868,94	44.354,44	44.354,44	44.354,44	44.354,44	3,06	14,45	262.514,50
	Subtotal	2.077.995,50	2.093.864,44	443.603,68	443.603,68	276.468,00	276.468,00	19,09	13,20	1.817.396,44
06	SEGURANÇA PÚBLICA	93.904,50	113.377,56	23.310,75	23.310,75	4.597,11	4.597,11	0,32	4,05	108.780,45
06.181	POLICIAMENTO	93.904,50	113.377,56	23.310,75	23.310,75	4.597,11	4.597,11	0,32	4,05	108.780,45
	Subtotal	2.171.900,00	2.207.242,00	466.914,43	466.914,43	281.065,11	281.065,11	19,40	12,73	1.926.176,89
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	336.300,00	402.344,94	43.051,55	43.051,55	24.884,55	24.884,55	1,72	6,18	377.460,39
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	35.000,00	35.000,00	890,40	890,40	381,60	381,60	0,03	1,09	34.618,40
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	132.600,00	194.074,54	15.011,18	15.011,18	4.773,18	4.773,18	0,33	2,46	189.301,36
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	168.700,00	173.270,40	27.149,97	27.149,97	19.729,77	19.729,77	1,36	11,39	153.540,63
	Subtotal	2.508.200,00	2.609.586,94	509.965,98	509.965,98	305.949,66	305.949,66	21,12	11,72	2.303.637,28
10	SAÚDE	2.402.200,00	2.636.204,17	654.828,95	654.828,95	329.464,03	329.464,03	22,74	12,50	2.306.740,14
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.092.700,00	2.323.004,17	611.212,13	611.212,13	296.108,93	296.108,93	20,44	12,75	2.026.895,24
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	42.000,00	44.000,00	11.255,14	11.255,14	6.602,14	6.602,14	0,46	15,00	37.397,86
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	29.200,00	30.900,00	4.924,03	4.924,03	1.182,03	1.182,03	0,08	3,83	29.717,97
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	238.300,00	238.300,00	27.437,65	27.437,65	25.570,93	25.570,93	1,77	10,73	212.729,07
	Subtotal	4.910.400,00	5.245.791,11	1.164.794,93	1.164.794,93	635.413,69	635.413,69	43,86	12,11	4.610.377,42
11	TRABALHO	23.800,00	23.800,00	5.149,00	5.149,00	400,00	400,00	0,03	1,68	23.400,00
11.332	RELAÇÕES DE TRABALHO	23.800,00	23.800,00	5.149,00	5.149,00	400,00	400,00	0,03	1,68	23.400,00
	Subtotal	4.934.200,00	5.269.591,11	1.169.943,93	1.169.943,93	635.813,69	635.813,69	43,89	12,07	4.633.777,42
12	EDUCAÇÃO	3.228.400,00	3.393.304,50	601.325,92	601.325,92	429.435,73	429.435,73	29,65	12,66	2.963.868,77
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.524.800,00	2.689.704,50	497.020,89	497.020,89	330.960,10	330.960,10	22,85	12,30	2.358.744,40
12.363	ENSINO PROFISSIONAL	32.500,00	32.500,00	38,72	38,72	38,72	38,72	0,00	0,12	32.461,28
12.364	ENSINO SUPERIOR	65.300,00	65.300,00	1.560,00	1.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.300,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	580.000,00	580.000,00	102.706,31	102.706,31	98.436,91	98.436,91	6,80	16,97	481.563,09
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	25.800,00	25.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.800,00
	Subtotal	8.162.600,00	8.662.895,61	1.771.269,85	1.771.269,85	1.065.249,42	1.065.249,42	73,54	12,30	7.597.646,19
13	CULTURA	183.700,00	183.700,00	9.425,04	9.425,04	6.925,04	6.925,04	0,48	3,77	176.774,96
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	165.700,00	165.700,00	9.425,04	9.425,04	6.925,04	6.925,04	0,48	4,18	158.774,96
	Subtotal	8.346.300,00	8.846.595,61	1.780.694,89	1.780.694,89	1.072.174,46	1.072.174,46	74,02	12,12	7.774.421,15
15	URBANISMO	1.587.780,00	1.607.780,00	636.402,34	636.402,34	151.226,21	151.226,21	10,44	9,41	1.456.553,79
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	483.780,00	483.780,00	3.603,55	3.603,55	3.453,55	3.453,55	0,24	0,71	480.326,45
15.452	SERVIÇOS URBANOS	1.104.000,00	1.124.000,00	632.798,79	632.798,79	147.772,66	147.772,66	10,20	13,15	976.227,34
	Subtotal	9.934.080,00	10.454.375,61	2.417.097,23	2.417.097,23	1.223.400,67	1.223.400,67	84,46	11,70	9.230.974,94
16	HABITAÇÃO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
16.481	HABITAÇÃO RURAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	Subtotal	9.936.080,00	10.456.375,61	2.417.097,23	2.417.097,23	1.223.400,67	1.223.400,67	84,46	11,70	9.232.974,94
17	SANEAMENTO	34.390,00	34.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.390,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	34.390,00	34.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.390,00
	Subtotal	9.970.470,00	10.490.765,61	2.417.097,23	2.417.097,23	1.223.400,67	1.223.400,67	84,46	11,66	9.267.364,94
18	GESTÃO AMBIENTAL	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	Subtotal	9.979.470,00	10.499.765,61	2.417.097,23	2.417.097,23	1.223.400,67	1.223.400,67	84,46	11,65	9.276.364,94
20	AGRICULTURA	625.800,00	625.800,00	112.009,50	112.009,50	64.810,36	64.810,36	4,47	10,36	560.989,64
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	22.600,00	22.600,00	211,70	211,70	211,70	211,70	0,01	0,94	22.388,30
20.606	EXTENSÃO RURAL	602.200,00	602.200,00	111.797,80	111.797,80	64.598,66	64.598,66	4,46	10,73	537.601,34
	Subtotal	10.605.270,00	11.125.565,61	2.529.106,73	2.529.106,73	1.288.211,03	1.288.211,03	88,93	11,58	9.837.354,58
22	INDÚSTRIA	177.700,00	177.700,00	17.435,92	17.435,92	15.406,42	15.406,42	1,06	8,67	162.293,58
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	177.700,00	177.700,00	17.435,92	17.435,92	15.406,42	15.406,42	1,06	8,67	162.293,58
	Subtotal	10.782.970,00	11.303.265,61	2.546.542,65	2.546.542,65	1.303.617,45	1.303.617,45	89,99	11,53	9.999.648,16
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	68.200,00	68.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.200,00
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	68.200,00	68.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.200,00
	Subtotal	10.851.170,00	11.371.465,61	2.546.542,65	2.546.542,65	1.303.617,45	1.303.617,45	89,99	11,46	10.067.848,16
26	TRANSPORTE	1.080.530,00	1.082.006,95	232.407,74	232.407,74	102.897,78	102.897,78	7,10	9,51	979.109,17
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.080.530,00	1.082.006,95	232.407,74	232.407,74	102.897,78	102.897,78	7,10	9,51	979.109,17
	Subtotal	11.931.700,00	12.453.472,56	2.778.950,39	2.778.950,39	1.406.515,23	1.406.515,23	97,10	11,29	11.046.957,33
27	DESPORTO E LAZER	229.400,00	229.400,00	10.173,15	10.173,15	6.657,15	6.657,15	0,46	2,90	222.742,85
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	229.400,00	229.400,00	10.173,15	10.173,15	6.657,15	6.657,15	0,46	2,90	222.742,85
	Subtotal	12.161.100,00	12.682.872,56	2.789.123,54	2.789.123,54	1.413.172,38	1.413.172,38	97,56	11,14	11.269.700,18
28	ENCARGOS ESPECIAIS	219.200,00	219.200,00	35.405,54	35.405,54	35.405,54	35.405,54	2,44	16,15	183.794,46
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	111.200,00	111.200,00	16.626,82	16.626,82	16.626,82	16.626,82	1,15	14,95	94.573,18
28.845	TRANSFERÊNCIAS	108.000,00	108.000,00	18.778,72	18.778,72	18.778,72	18.778,72	1,30	17,39	89.221,28
	Subtotal	12.380.300,00	12.902.072,56	2.824.529,08	2.824.529,08	1.448.577,92	1.448.577,92	100,00	11,23	11.453.494,64
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	19.700,00	19.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.700,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	19.700,00	19.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.700,00
	Subtotal	12.400.000,00	12.921.772,56	2.824.529,08	2.824.529,08	1.448.577,92	1.448.577,92	100,00	11,21	11.473.194,64
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	12.400.000,00	12.921.772,56	2.824.529,08	2.824.529,08	1.448.577,92	1.448.577,92	100,00	11,21	11.473.194,64

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

```

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+
|
|                               Município de LUZERNA                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária              |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida              |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                |
|                               MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012                          |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	03/2011	04/2011	05/2011	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	1.244.518,47	1.154.979,74	1.262.125,82	1.134.611,23	1.119.333,86	1.113.694,06	1.067.776,62
Receita Tributária	295.254,17	105.951,77	130.313,55	79.043,53	83.141,35	72.400,19	88.275,81
IPTU	125.636,94	21.682,53	19.403,82	9.530,05	7.766,38	7.918,30	1.009,75
ISS	25.789,13	26.291,35	34.107,19	26.826,34	24.913,68	29.073,69	25.790,92
ITBI	14.596,00	3.100,00	5.408,80	18.330,17	4.020,00	360,00	14.319,78
IRRF	15.629,59	9.725,69	8.764,72	5.849,45	16.234,84	6.728,34	16.467,14
Outras	113.602,51	45.152,20	62.629,02	18.507,52	30.206,45	28.319,86	30.688,22
Receita de Contribuições	17.658,42	18.760,44	18.309,50	18.693,98	17.031,20	18.979,88	20.283,06
Receita Patrimonial	17.249,58	13.769,12	16.235,28	17.911,31	20.542,44	19.425,22	16.853,85
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	1.280,00	4.085,50	440,00	0,00	990,00	480,00
Transferências Correntes	904.772,35	1.011.329,65	1.083.172,48	1.010.674,07	992.931,24	991.158,21	937.668,97
Cota-Parte do FPM	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37
Cota-Parte do ICMS	312.044,85	310.166,39	303.175,50	303.992,67	324.043,10	321.710,10	339.798,88
Cota-Parte do IPVA	39.410,78	41.188,20	45.274,75	34.573,23	39.620,51	38.672,13	41.781,74
Cota-Parte do ITR	6,26	10,50	0,00	33,53	0,00	199,79	754,87
Transf.da LC 87/1996	1.748,45	1.748,45	1.748,45	1.748,45	1.748,45	1.748,45	1.748,45
Transferência do FUNDEB	156.801,31	165.065,58	168.763,49	164.810,47	160.973,79	163.892,74	168.861,59
Outras Transferências	89.522,06	88.557,69	99.822,38	86.372,91	109.990,74	97.142,49	91.103,07
Demais Receitas Correntes	9.583,95	3.888,76	10.009,51	7.848,34	5.687,63	10.740,56	4.214,93
II-DEDUÇÕES	132.621,57	152.800,04	163.978,10	153.070,92	145.545,88	147.181,08	136.612,94
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	132.621,57	152.800,04	163.978,10	153.070,92	145.545,88	147.181,08	136.612,94
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.111.896,90	1.002.179,70	1.098.147,72	981.540,31	973.787,98	966.512,98	931.163,68

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	10/2011	11/2011	12/2011	01/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.173.531,91	1.186.333,97	1.531.510,36	1.210.483,88	1.175.908,49	14.374.808,41	14.183.350,00	
Receita Tributária	69.729,03	54.456,54	89.616,91	68.391,42	36.755,34	1.173.329,61	1.251.680,00	
IPTU	393,69	1.652,68	1.902,10	0,00	0,00	196.896,24	224.700,00	
ISS	34.574,35	27.585,51	32.838,11	27.030,72	14.908,80	329.729,79	293.000,00	
ITBI	7.836,30	2.600,00	9.644,00	21.960,00	5.855,00	108.030,05	85.270,00	
IRRF	7.569,65	10.716,35	33.655,26	9.583,92	6.450,92	147.375,87	136.630,00	
Outras	19.355,04	11.902,00	11.577,44	9.816,78	9.540,62	391.297,66	512.080,00	
Receita de Contribuições	19.715,96	18.943,67	19.507,87	19.212,44	18.595,13	225.691,55	276.000,00	
Receita Patrimonial	15.732,34	15.642,65	13.865,13	13.468,67	15.934,34	196.629,93	219.760,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	1.260,00	890,00	775,00	8.800,00	5.050,00	24.050,50	67.660,00	
Transferências Correntes	1.062.858,38	1.090.772,15	1.385.388,78	1.093.146,80	1.093.932,17	12.657.805,25	12.179.350,00	
Cota-Parte do FPM	385.943,24	407.763,82	473.591,98	430.985,75	521.342,74	4.830.957,26	5.160.000,00	
Cota-Parte do ICMS	343.496,57	350.254,26	355.891,18	351.804,94	307.154,06	3.923.532,50	3.629.300,00	
Cota-Parte do IPVA	39.974,58	50.025,48	10.894,61	20.019,52	31.997,08	433.432,61	387.600,00	
Cota-Parte do ITR	2.011,26	77,36	44,99	44,30	49,54	3.232,40	900,00	
Transf.da LC 87/1996	1.748,45	1.748,45	1.748,45	1.726,26	1.726,26	20.937,02	28.100,00	
Transferência do FUNDEB	177.175,89	176.299,41	182.665,59	180.626,79	168.080,17	2.034.016,82	1.820.000,00	
Outras Transferências	112.508,39	104.603,37	360.551,98	107.939,24	63.582,32	1.411.696,64	1.153.450,00	
Demais Receitas Correntes	4.236,20	5.628,96	22.356,67	7.464,55	5.641,51	97.301,57	188.900,00	
II-DEDUÇÕES	156.149,44	163.547,11	169.876,41	161.466,86	173.604,57	1.856.454,92	1.856.140,00	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	156.149,44	163.547,11	169.876,41	161.466,86	173.604,57	1.856.454,92	1.856.140,00	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.017.382,47	1.022.786,86	1.361.633,95	1.049.017,02	1.002.303,92	12.518.353,49	12.327.210,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de LUZERNA CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(01/2012)	Exercício Anterior(2011)	Exercício Atual(2012)
BENS E DIREITOS DO RPPS			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de LUZERNA	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo do Resultado Nominal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO	

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	284.282,67	284.282,67	282.744,47
DEDUÇÕES (II)	2.180.149,69	2.180.149,69	3.389.160,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.180.149,69	2.180.149,69	3.389.160,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.895.867,02	-1.895.867,02	-3.106.416,13
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.895.867,02	-1.895.867,02	-3.106.416,13

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-1.210.549,11	-1.210.549,11

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-10.016,89

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 NORIVAL FIORIN

 Contadora CRC/20394/O-8
 MARIA INÊS DALLOLMO

 Responsável pelo Controle Interno
 ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	12.184.750,00	2.023.138,01	2.023.138,01	1.850.525,31
Receita Tributária	1.251.680,00	105.146,76	105.146,76	79.818,84
IPTU	224.700,00	0,00	0,00	615,16
ISS	293.000,00	41.939,52	41.939,52	42.992,62
IRRF	136.630,00	16.034,84	16.034,84	13.909,22
ITBI	85.270,00	27.815,00	27.815,00	6.062,00
Outras	512.080,00	19.357,40	19.357,40	16.239,84
Receita de Contribuição	276.000,00	37.807,57	37.807,57	34.222,06
Outras Contribuições	276.000,00	37.807,57	37.807,57	34.222,06
Receita Patrimonial Líquida	77.300,00	1.220,08	1.220,08	2.464,28
Receita Patrimonial	219.760,00	29.403,01	29.403,01	41.690,12
(-) Aplicações Financeiras	142.460,00	28.182,93	28.182,93	39.225,84
Transferências Correntes	10.323.210,00	1.852.007,54	1.852.007,54	1.721.675,63
FPM	4.128.000,00	761.862,87	761.862,87	721.253,72
ICMS	2.903.440,00	527.167,37	527.167,37	466.277,82
Outras Transferências	3.291.770,00	562.977,30	562.977,30	534.144,09
Demais Receitas Correntes	256.560,00	26.956,06	26.956,06	12.344,50
Dívida Ativa	44.252,00	8.645,93	8.645,93	8.012,74
Diversas Receitas Correntes	212.308,00	18.310,13	18.310,13	4.331,76
Receitas de Capital (II)	72.790,00	871.269,91	871.269,91	299.789,43
(-) Alienação de Ativos (V)	72.790,00	124.503,61	124.503,61	183.718,43
Transferências de Capital	0,00	746.766,30	746.766,30	116.071,00
Outras Transferências de Capital	0,00	746.766,30	746.766,30	116.071,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	746.766,30	746.766,30	116.071,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	12.184.750,00	2.769.904,31	2.769.904,31	1.966.596,31

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	10.983.834,85	1.427.016,01	1.427.016,01	1.227.480,61
Pessoal e Encargos Sociais	5.379.548,45	950.341,32	950.341,32	797.943,07
Outras Despesas Correntes	5.510.286,40	463.144,84	463.144,84	416.296,74
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	94.000,00	13.529,85	13.529,85	13.240,80
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	10.889.834,85	1.413.486,16	1.413.486,16	1.214.239,81
Despesas de Capital (XI)	1.918.237,71	21.561,91	21.561,91	185.791,06
Investimentos	1.901.037,71	18.464,94	18.464,94	183.075,54
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	17.200,00	3.096,97	3.096,97	2.715,52
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	1.901.037,71	18.464,94	18.464,94	183.075,54
Reserva de Conting. (XVI)	19.700,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	12.810.572,56	1.431.951,10	1.431.951,10	1.397.315,35
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-625.822,56	1.337.953,21	1.337.953,21	569.280,96
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			412.530,56	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-76.610,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA										
	0,00	148.547,34	0,00	148.547,34	0,00	274.338,63	3.306,57	80.145,44	190.886,62	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180,00	0,00	0,00	1.180,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.877,19	9,40	3.664,19	2.203,60	
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA - FMDCA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	355,00	36,84	90,16	228,00	
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	148.547,34	0,00	148.547,34	0,00	281.750,82	3.352,81	83.899,79	194.498,22	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

Editais de Notificação N.º 001/2012 - Contribuição de melhoria - Rua da Amizade

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 001/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZERNA – SC, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 210 a 227 da Lei Complementar n.º 053 de dezembro de 2006 que instituiu o Código Tributário Municipal de Luzerna – SC.

NOTIFICA:

A todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua da Amizade no Município de Luzerna, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria da Fazenda e Administração, através do setor de Tributação, a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e meio fios, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, e deverá ser pago observando os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (Art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, I, da Lei Complementar 053/06 CTM)
O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório nº 0003/2012

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (Art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, II, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Os serviços de pavimentação em Paralelepípedos de 1.813,05 m² (Um mil e oitocentos e treze metros e cinco centímetros quadrados) na Rua da Amizade tiveram um custo total de R\$ 109.935,83 (cento e nove mil novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos), conforme demonstrativo do Anexo II, deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 217, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Os proprietários dos imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de até R\$ 27.483,95 (vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos). Montante este equivalente a 1/4 do valor da obra apurado e pago conforme Processo Administrativo Licitatório nº 0003/2012. O valor restante será custeado pelo poder público.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Todos os imóveis situados, com testada integral ou parcial para a Rua da Amizade conforme demonstrado no Anexo III, deste Edital.

5 – DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, “e”, e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 214, 215, 216, 217, 218, 230 e 231 da Lei Complementar 053/06 CTM)

O valor a ser pago limitar-se-á ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II, deste edital.

A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á através da operação aritmética da diferença entre o valor venal da propriedade antes e depois de realizada a obra, que será aplicada através da fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Valorização decorrente da obra (individual) = Valor do Imóvel

(depois da obra) – Valor do imóvel (antes da obra)

Contribuição de Melhoria =

Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários

Valorização total da obra

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225 e 226 da Lei Complementar 053/06 CTM)

I – Pagamento em parcela única: ao pagamento à vista conceder-se-á um desconto de 10% (dez por cento), do valor da Contribuição de Melhoria, se efetuado até no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. O documento de arrecadação pré-emittido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em até 03 (três) pagamentos, sem acréscimo, em 60, 90 e 120 dias da data da publicação do Edital, ou em até 30 (trinta) pagamentos mensais e sucessivos, corrigidos monetariamente, no início de cada exercício financeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado no exercício anterior, fixando o vencimento da 1ª parcela em 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital.

Decorridos 60 dias da publicação do Edital de Citação aos interessados, e não requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e lançado em Dívida Ativa, para todos os efeitos legais.

O recolhimento deverá ser realizado através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, contendo código de barra, autenticada mecanicamente, no qual estão indicados, entre outros elementos, os valores e os prazos de vencimento.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito aos acréscimos conforme estabelece o artigo 313 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006.

I – Multa de mora;

II – Juros de mora, e

III – Atualizações monetárias

I - Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, sobre os tributos e contribuições municipais, ou seja, 2,1% ao mês;

a) a multa será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o trigésimo dia de seu vencimento;

b) entre o trigésimo primeiro e o sexagésimo dia do vencimento incidirá multa de 0,085% ao dia, ou seja, 5,1% no período;

c) após o sexagésimo primeiro dia será cobrado 10% (dez por cento) de multa.

A multa deverá incidir sobre o valor do tributo já atualizado monetariamente.

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento;

III - A atualização monetária dos tributos municipais será procedida pela UFRM.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225, § 3º da Lei 053/06 CTM)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 227, 228 e 229 da Lei 053/06 CTM)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecendo o disposto nos artigos 227 a 231 da Lei Complementar n.º 053/2006. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

O valor da parcela será anualmente corrigido pelo INPC (IBGE) apurado no ano anterior. A expressão monetária da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) de 2012 é de R\$ 66,14 (Sessenta e seis reais e quatorze centavos).

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Luzerna SC, 20 de março de 2012
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

ANEXO I
Memorial descritivo da Obra

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
OBRA : PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM PLUVIAL
LOCAL : RUA DA AMIZADE – BAIRRO JARDIM ITÁLIA
DATA : MARÇO/2012

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GENERALIDADES:

Deverão ser mantidas na obra, em local determinado pela fiscalização, placas:

Da AMMOC, responsável pelo projeto;

Da Empreiteira, com os Responsáveis Técnicos pela execução;

Do órgão concedente dos recursos (Convênio).

A pavimentação deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado, sendo que toda e qualquer alteração que por ventura deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização do Responsável Técnico pelo projeto.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços, ou mesmo mandar refazê-los quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas. Caberá à empreiteira proceder à instalação da obra, dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o canteiro de serviços sempre organizado e limpo. Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma.

É de responsabilidade sua manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará, Diário de obras, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como possuir os cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.

Todo material a ser empregado na obra deverá receber aprovação da fiscalização antes de começar a ser utilizado. Deve permanecer no escritório uma amostra dos mesmos.

No caso da empreiteira querer substituir materiais ou serviços que constam nesta especificação, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo para sua utilização e a composição orçamentária completa, que permita comparação, pelo autor do projeto, com materiais e/ou serviços semelhantes, além de catálogos e informações complementares.

01 – PROJETOS

O Projeto refere-se à pavimentação em paralelepípedos com material basáltico, juntamente com a drenagem pluvial superficial e sinalização viária vertical de Parte da Rua da Amizade, localizada

no município de Luzerna - SC.

O projeto compõe-se de:

Planta baixa e seções transversais;
Planta baixa da drenagem pluvial;
Planta dos detalhes da drenagem;
Planta de localização;
Perfil longitudinal;
Planta da sinalização vertical;
Detalhes da construção.

1.1 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

O projeto terá sua Anotação de Responsabilidade Técnica, anotada perante o CREA/SC, pelo Engenheiro Denir Narcizo Zulian, sob o nº 50.805-8, funcionário da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense. A ART de execução deverá ser apresentada pela empresa executora.

02 - ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

A locação foi efetuada com a utilização de estação total com leitura em prisma.

O eixo foi piqueteado de 10 em 10 metros ou 20 em 20 metros de acordo com a situação e a necessidade.

03 - PROJETO GEOMÉTRICO

O projeto geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas Normas para Projetos Geométricos de Logradouros Urbanos, e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos Estudos Topográficos.

04 - CARACTERÍSTICAS DA RUA

O projeto contempla a pavimentação em paralelepípedos de Parte da Rua da Amizade. Podemos observar a seguir algumas características da mesma:

RUA DA AMIZADE

Área a Pavimentar em Paralelepípedos	1813,05	m ²
Extensão	258,04	m
Largura da Pista a Pavimentar	7,00	m
Bocas de Lobo	12	un
Meio Fio Pista 12 cm x 30 cm	601,00	m
Placas Velocidade 40 km/h	03	un
Placa de Pare	01	un

05 – SISTEMA VIÁRIO

5.1 TERRAPLANAGEM

O projeto de terraplanagem compreende em sua maioria, raspagens da superfície ao longo do segmento.

Onde o subleito apresentar baixo índice de suporte ou elevada expansão, recomenda-se a utilização de um reforço do subleito com cascalho ou rachão.

A superfície do subleito deverá ser regularizada na largura de toda a pista, de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal do projeto.

A compressão do subleito deverá iniciar-se nas bordas e progredir para o centro, devendo cada passada do compressor cobrir, pelo menos, metade da faixa coberta na passada anterior. Nas curvas,

a compressão deverá ser iniciada na borda interna, e progredir para a borda externa. Finalizando a compactação do subleito cada pista deverá apresentar uma inclinação de 3 % de declividade para as bordas da pavimentação.

06 – DIMENSIONAMENTO

$$Q = C \times im \times A$$

onde Q = vazão de dimensionamento em lts/segundo

C = coeficiente de escoamento

im = intensidade média das chuvas

A = Área da bacia de contribuição

Definição dos dados:

im = Valor das precipitações para 60 mm de recorrência, tirado de mapas de isoietas da região = 60 mm/h = 0,06 m/h

C = coeficiente de deflúvio, para regiões onduladas = 0,40

A = Área da bacia de contribuição, para dimensionarmos as tubulações para a situação mais crítica, o que proporcionará uma segurança com tempo de recorrência de 10 anos.

O diâmetro da tubulação, bem como detalhes construtivos estão demonstrados no projeto específico, em anexo.

No local projetado a tubulação será aterrada com material drenante brita nº 2.

Portanto adotamos tubos de Ø400 mm para as galerias e Ø300 mm para os ramais de ligação, conforme mostra em projeto.

07 – PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

7.1 – INTRODUÇÃO:

De acordo com as necessidades e exigências da Prefeitura Municipal de Luzerna, o projeto constitui-se de pavimentação com paralelepípedos de rocha basáltica, assentados em um colchão de pedrisco previamente espalhado no subleito da rua, sendo contido entre meios-fios, construídos lateralmente nos bordos da pista a pavimentar.

7.2 - COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO:

Após o assentamento dos meio-fios, procede-se a compactação do subleito com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

7.3 - ESPALHAMENTO DO COLCHÃO DE PEDRISCO:

Sobre o subleito preparado, espalha-se o pedrisco, em tal quantidade que a soma da altura do pedrisco mais o paralelepípedo não seja inferior a 15 cm.

7.4 - ASSENTAMENTO DOS PARALELEPÍPEDOS:

Os paralelepípedos serão assentados sobre a base de pedrisco;

7.5 - REJUNTAMENTO:

As juntas dos paralelepípedos serão rejuntados com areia artificial, utilizando-se vassouras;

7.6 - COMPACTAÇÃO:

Após assentados os paralelepípedos, estes serão compactados com rolo compressor metálico de peso mínimo 10 toneladas;

7.7 - TOLERÂNCIAS:

- da superfície: Usando-se uma régua que se coloca sobre a superfície, não deverá apresentar depressões superiores a 10mm=1cm;

- da espessura: Por intermédio de sondagens nos diversos pontos do calçamento, mede-se sua espessura total (pedrisco + paralelepípedo), não devendo diferir de mais de 5% da espessura fixada;
- juntas: Numa fileira completa, permitem-se no máximo, 30% de tolerância para as juntas que estejam fora do estabelecido;

08 - PROJETO DOS MEIOS-FIOS

A finalidade da execução de meio-fios da pista no projeto permite que as águas pluviais tomem orientações definidas por estes, às caixas coletoras e bueiros, a fim de não causar danos à superfície pavimentada.

Os meios-fios serão pré-fabricados de concreto. Preliminarmente, procede-se a abertura de valas ao longo do subleito preparado, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas, devendo ficar no máximo 10 a 12 cm acima do leito acabado do pavimento. As dimensões para os meio-fios deverão ser de: 12 x 30 cm (largura e altura).

O alinhamento dos meio-fios deverá ser perfeitamente retilíneo, segundo o projeto em anexo.

No caso de entradas, deverão ser executados cordões de concreto. O assentamento segue o mesmo processo dos meios-fios, com a diferença que a face superior deverá estar 3 a 4 cm do pavimento acabado. No final da pavimentação onde o pavimento terminar e não possuir qualquer tipo de pavimentação e na pista de rolamento serão executados cordões devendo a face superior ficar no nível do pavimento acabado conforme esta demonstrado em projeto.

09 – DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS.

O projeto de drenagem foi elaborado com vistas ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las aos locais de deságues seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos que margeiam a rua.

Fica desde já esclarecido que o critério usado para classificar e quantificar as microbacias para sua respectiva avaliação foi feito "in loco" por corpo técnico.

Isso ocorre devido à impossibilidade da prefeitura realizar ensaios geológicos e pedológicos, estudos geotécnico do local e levantamento hidrográficos das bacias hidrográficas.

Para justificar a decisão de projetar utilizando como coeficiente de escoamento superficial "runoff", arbitrou-se, com respeito ao tipo de descrição da área, sendo caracterizado por áreas sem melhoramentos, com respectivo coeficiente de escoamento superficial adotado de 0,60, para ficarmos a favor da segurança sem correr riscos no dimensionamento dos ramais de ligação e das galerias pluviais

9.1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Toda a tubulação será executada com tubos de concreto do tipo ponta e bolsa. Serão assentados sobre uma camada de brita, e rejuntados com argamassa de cimento e areia 1:4.

Sua declividade seguirá a do perfil da rua no sentido longitudinal, porém nunca inferior a 5%.

Para o cálculo dos diâmetros da tubulação, utilizou-se o método de cálculo racional de dimensionamento.

9.2 – BOCAS-DE-LOBO:

Serão executadas com tijolos de barro maciços, assentados com argamassa de cimento e areia, rebocados internamente com cimento, areia e cal no traço 1:2:8 na espessura de 1,50 cm.

Sua dimensão interna será de (55x55)cm conforme projeto em anexo. Em sua parte superior, ao nível do pavimento, deverá ser colocada uma grade que terá a finalidade de reter gravetos e lixos, para que não cause entupimento da tubulação. Esta grade

deverá ser fabricada nas dimensões de (63x63) cm constituída de aço chato laminado com perfil de 1 ½"x 3/8", espaçadas a cada 3,35cm, apoiadas em uma cantoneira de ferro, tipo L de 1 1/2" x 3/16".

Na parte inferior será executado concreto magro com uma resistência de 15 MPa, espessura de 10,00 cm e na parte superior uma cinta de concreto de (15x10)cm com resistência de 15 MPa.

10. SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL

Será executada sinalização viária vertical com placa de VELOCIDADE MÁX. (R-19), de PARE (R-1) e de Identificação.

Sinalização vertical

Material

Tubo galvanizado a quente (fogo), diâmetro 2 ";
Diâmetro da placa de 60 cm;
Chapa galvanizada nº 18;
Símbolos em G.T.;
Fixação por braçadeiras;
Chumbadores soldados;
Chumbados em concreto (sapata);

Simbologia

R-19 – Placa de Velocidade Máxima permitida;

R-1 – Placa de PARE.

ANEXO II

ORÇAMENTO DE CUSTOS

ORÇAMENTO(MATERIAL + MÃO DE OBRA)

Interessado:	Prefeitura Municipal de Luzerna							
Obra:	Pavimentação em Parelelepípedo							
Local:	Parte da Rua da Amizade							
Área:	1813,05 m²							
Data:	Novembro de 2011							
BDI Adotado:	30,00%							
ITEM	SERVIÇOS	QTIDE	UNID	MATERIAL		MÃO-DE-OBRA		VALOR TOTAL
				VL UNIT	VL TOT	VL UN	VL TOT	
1.	SERVIÇOS INICIAIS							
1.01	Placa de obra modelo padrão do convênio	2,00	unit	310,00	620,00	130,00	260,00	880,00
				620,00		260,00		880,00
2.	DRENAGEM PLUVIAL							
2.01	Fornecimento de bocas de lobo c/ tijolos maciços rebocados (a grelha será fornecida pela Prefeitura)	12,00	unit	140,00	1.680,00	80,00	960,00	2.640,00
				1.680,00		960,00		2.640,00
3.	MEIO-FIOS							

3.01	Fornecimento e assentamento de meio-fio moldado "in-loco" 12x30cm com dois aço 5/16"	601,00	m	22,00	13.222,00	10,00	6.010,00	19.232,00
				13.222,00		6.010,00		19.232,00
4.	PAVIMENTAÇÕES							
4.01	Base de pedrisco e=10cm	181,30	m³	65,00	11.784,50	1,00	181,30	11.965,80
4.02	Fornecimento e assentamento de paralelep. de basalto	1.813,05	m²	30,00	54.391,50	15,00	27.195,75	81.587,25
4.03	Rejuntamento com Pó de pedra e=2cm	36,25	m³	65,00	2.356,25	1,00	36,25	2.392,50
				68.532,25		27.413,30		95.945,55
5.	SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL							
5.01	Placas de regulamentação (PARE)	1,00	unid	230,00	230,00	70,00	70,00	300,00
5.02	Placas de regulamentação (Velocidade Máxima)	3,00	unid	230,00	690,00	70,00	210,00	900,00
				920,00		280,00		1.200,00
Total de Material				84.974,25				
Total de Mão-de-obra				34.923,30				
Total Geral				119.897,55				

ANEXO III

ANEXO IV

Demonstrativo e rateio das parcelas

RUA DA AMIZADE - 1.813,05 m² - R\$ 60,63/m²

Valor Total da Obra - R\$ 109.935,83 - Participação do Município - R\$ 82.451,88

Inscrição Imobiliária	Cadastro	Valorização	Participação 1/4	Valorização total	Contr.Melhoria	Índice %
01.01.01.003.0176.001	1931-3	R\$ 10.597,44	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 2.931,71	10,67
01.01.01.006.0865.001	97-3	R\$ 1.438,17	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.433,22	5,21
01.01.01.006.0820.001	89-2	R\$ 1.362,53	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.357,84	4,94
01.01.01.006.0808.001	88-4	R\$ 1.362,53	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.357,84	4,94
01.01.01.006.0796.001	87-6	R\$ 1.788,32	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.782,16	6,48
01.01.01.006.0784.001	86-8	R\$ 1.362,53	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.357,84	4,94
01.01.01.005.0739.001	1260-2	R\$ 2.689,10	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.560,00	5,68
01.01.01.005.0681.001	1259-9	R\$ 1.748,58	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.742,56	6,34
01.01.01.005.0669.001	1258-0	R\$ 1.748,58	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.742,56	6,34
01.01.01.005.0657.001	1257-2	R\$ 1.748,58	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.742,56	6,34
01.01.01.005.0645.001	70-1	R\$ 1.748,58	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.742,56	6,34
01.01.01.005.0633.001	69-8	R\$ 1.748,58	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.742,56	6,34
01.01.01.005.0621.001	68-0	R\$ 1.092,86	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.089,10	3,96



01.01.01.005.0609.001	67-1	R\$ 1.967,15	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.960,38	7,13
01.01.01.005.0597.001	66-3	R\$ 1.987,02	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.980,18	7,20
01.01.01.005.0180.001	1253-0	R\$ 1.967,65	R\$ 27.483,95	R\$ 36.358,17	R\$ 1.960,88	7,13
		R\$ 36.358,17			R\$ 27.483,95	100,00

Edital de Notificação N.º 002/2012 - Contribuição de Melhoria - Rua Vitória Cureau

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 002/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZERNA – SC, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 210 a 227 da Lei Complementar n.º 053 de dezembro de 2006 que instituiu o Código Tributário Municipal de Luzerna – SC.

NOTIFICA:

A todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Vitória Cureau no Município de Luzerna, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria da Fazenda e Administração, através do setor de Tributação, a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e meio fios, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, e deverá ser pago observando os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (Art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, I, da Lei Complementar 053/06 CTM)
O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, deste Edital e Processo Administrativo.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (Art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, II, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Os serviços de pavimentação asfáltica de 1.003,45 m² (Um mil e três metros e quarenta e cinco centímetros quadrados) na Rua Vitória Cureau tiveram um custo total de R\$ 44.884,82 (quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), conforme demonstrativo do Anexo II, deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 217, da Lei Complementar 053/06 CTM)

Os proprietários dos imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de até R\$ 9.463,09 (nove mil quatrocentos e sessenta e três reais e nove centavos). O valor restante será custeado pelo poder público.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Todos os imóveis situados, com testada integral ou parcial para a Rua Vitória Cureau conforme demonstrado no Anexo III, deste Edital.

5 – DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, “e”, e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 214, 215, 216, 217, 218, 230 e 231 da Lei Complementar 053/06 CTM)

O valor a ser pago limitar-se-á ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II, deste edital.

A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes

e o nível de desenvolvimento da região.

A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á através da operação aritmética da diferença entre o valor venal da propriedade antes e depois de realizada a obra, que será aplicada através da fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Valorização decorrente da obra (individual) = Valor do Imóvel (depois da obra) – Valor do imóvel (antes da obra)

Contribuição de Melhoria =

Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários

Valorização total da obra

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225 e 226 da Lei Complementar 053/06 CTM)

I – Pagamento em parcela única: ao pagamento à vista conceder-se-á um desconto de 10% (dez por cento), do valor da Contribuição de Melhoria, se efetuado até no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. O documento de arrecadação pré-emittido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em até 03 (três) pagamentos, sem acréscimo, em 60, 90 e 120 dias da data da publicação do Edital, ou em até 30 (trinta) pagamentos mensais e sucessivos, corrigidos monetariamente, no início de cada exercício financeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado no exercício anterior, fixando o vencimento da 1ª parcela em 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. Decorridos 60 dias da publicação do Edital de Citação aos interessados, e não requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e lançado em Dívida Ativa, para todos os efeitos legais. O recolhimento deverá ser realizado através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, contendo código de barra, autenticada mecanicamente, no qual estão indicados, entre outros elementos, os valores e os prazos de vencimento.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito aos acréscimos conforme estabelece o artigo 313 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006.

I – Multa de mora;

II – Juros de mora, e

III – Atualizações monetárias

I - Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, sobre os tributos e contribuições municipais, ou seja, 2,1% ao mês;

a) a multa será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o trigésimo dia de seu vencimento;

b) entre o trigésimo primeiro e o sexagésimo dia do vencimento incidirá multa de 0,085% ao dia, ou seja, 5,1% no período;

c) após o sexagésimo primeiro dia será cobrado 10% (dez por cento) de multa.

A multa deverá incidir sobre o valor do tributo já atualizado monetariamente.

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento;
III - A atualização monetária dos tributos municipais será procedida pela UFRM.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225, § 3º da Lei 053/06 CTM)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 227, 228 e 229 da Lei 053/06 CTM)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 227 a 231 da Lei Complementar n.º 053/2006. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

O valor da parcela será anualmente corrigido pelo INPC (IBGE) apurado no ano anterior. A expressão monetária da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) de 2010 é de R\$ 66,14 (Sessenta e seis reais e quatorze centavos).

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Luzerna SC, 20 de março de 2012
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

ANEXO I
Memorial descritivo da Obra

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
OBRA : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CAUQ
LOCAL : RUA VITÓRIA CUREAU – CENTRO

MEMORIAL DESCRITIVO E
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GENERALIDADES:

Deverão ser mantidas na obra, em local determinado pela fiscalização, placas:

Da AMMOC, responsável pelo projeto;

Da Empreiteira, com os Responsáveis Técnicos pela execução;

Do órgão concedente dos recursos (Convênio).

A pavimentação deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado e só será admitida com autorização do Responsável Técnico pelo projeto.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços, ou mesmo mandar refazê-los quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas. Caberá à empreiteira proceder à instalação da obra, dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o canteiro de serviços sempre organizado e limpo. Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma.

É de responsabilidade sua manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará, Diário de obras, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como possuir os cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em

todos os aspectos.

No caso da Empreiteira querer substituir materiais ou serviços que constam nesta especificação, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo para sua utilização e a composição orçamentária completa, que permita comparação, pelo autor do projeto, com materiais e/ou serviços semelhantes, além de catálogos e informações complementares.

01 – SERVIÇOS INICIAIS

1.1 – DOCUMENTAÇÃO:

Antes do início dos serviços a empreiteira deverá providenciar, e apresentar para o órgão contratante:

ART de execução;

Alvará de construção;

CEI da Previdência Social;

Livro de registro dos funcionários;

Programas de Segurança do Trabalho;

Diário de obra de acordo com o tribunal de Contas.

PLACA DE OBRA

A placa de obra deverá seguir o modelo fornecido pelo convênio.

02 – PROJETOS

O Projeto refere-se à pavimentação asfáltica com CAUQ, drenagem pluvial e sinalização viária da Rua Valdir Magedans, conforme projetos em anexo, localizada no município de Luzerna – SC.

O projeto compõe-se de:

- Planta baixa e Perfil longitudinal da rua; Seções Transversais e detalhe Meio fio;
- Planta baixa da drenagem Pluvial;
- Planta dos detalhes de bocas de lobo;
- Planta da sinalização;
- Planta do local do empreendimento.

Os projetos foram orientados conforme normas do DER/SC, no que se refere as especificações de materiais.

3 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O projeto terá sua Anotação de Responsabilidade Técnica, anotada perante o CREA/SC, pelo Engenheiro Civil Denir Narcizo Zulian, sob o nº 50.805-8, funcionário da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense.

4 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE TERRA

4.1 ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

A locação foi efetuada através do levantamento topográfico in loco, com o auxílio de estação total. Não serão necessárias grandes movimentações de terra, pois o traçado das vias já encontram-se definidos, exceto as movimentações provenientes da regularização do sub leito.

Projetaram-se os traçados das vias pelas conformidades das retas existentes lançando-se as tangentes para a definição dos Pontos de Intersecção (PIS). Cada eixo foi estaqueado de 10 em 10 metros, proporcionando assim um melhor detalhamento vertical e horizontal da rua e as medidas das distâncias entre os piquetes foram realizadas com trena de fibra de vidro, segundo a horizontal.

4.2 – PROJETO GEOMÉTRICO

O projeto geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas Normas para Projetos Geométricos de Logradouros Urbanos, e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos estudos Topográficos.

05 – PROJETO PLANIMÉTRICO

O projeto Planialtimétrico constitui-se na representação gráfica dos dados obtidos nos Estudos Topográficos, resultando da exploração realizada em campo com Estação Total. O projeto planialtimétrico do local esta exposto em anexo.

06 – CARACTERÍSTICAS DA RUA

O projeto contempla a pavimentação asfáltica de 1.003,45 m² da Rua Vitória Cureau localizada no município de Luzerna - SC.

07 – SISTEMA VIÁRIO

7.1 TERRAPLANAGEM:

O projeto de terraplanagem compreende em sua maioria, raspagens da superfície ao longo do segmento o que proporcionou pequenos movimentos de terra.

Onde o subleito apresentar baixo índice de suporte ou elevada expansão, recomenda-se a utilização de um reforço do subleito com cascalho ou rachão.

7.2 COMPACTAÇÃO:

A compactação do subleito deverá iniciar-se nas bordas e progredir para o centro, devendo cada passada do compressor cobrir, pelo menos, metade da faixa coberta na passada anterior. Nas curvas, a compressão deverá ser iniciada na borda interna, e progredir para a borda externa. Finalizando a compactação do sub-leito cada pista deverá apresentar uma inclinação de 3 % de declividade para as bordas da pavimentação.

7.3 PAVIMENTAÇÃO:

O Projeto de pavimentação tem por finalidade definir as espessuras das camadas do pavimento, o tipo de pavimento, o tipo de material a ser empregado, de acordo com o tipo de material existente no subleito, bem como a topografia da região.

7.3.1 Base:

Tendo em vista a disponibilidade de material basáltico na região, optou-se por este tipo de material.

7.3.2 Sub-base ou reforço:

O material empregado para sub-base e/ou reforço, caso seja necessário sua utilização, será o rachão com preenchimento de brita graduada (30%) e diâmetro máximo 4".

7.3.3 Revestimentos:

Determinou-se para toda a Rua, o revestimento em asfalto usinado a frio. O mesmo será espalhado com vibroacabadora e compactado com rolo compactador conforme indica o detalhe das seções transversais do pavimento, esta terá uma declividade transversal de 3% cada pista de rolamento.

08 – PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

8.1 – INTRODUÇÃO:

O Projeto de pavimentação objetiva a definição da seção transversal do pavimento, em tangente e em curva, e sua variação ao longo do eixo. Estabelece também o tipo de pavimentação definindo o tipo de revestimento e as demais camadas estruturais capazes de suportar as cargas previstas durante o período de vida útil. Além disso, define geometricamente as diferentes camadas

componentes estabelecendo os materiais constituintes, especificando valores mínimos e máximos das características físico-mecânicas desses materiais.

8.2 – PARÂMETROS ENVOLVIDOS NO MÉTODO DE DIMENSIONAMENTO:

8.2.1 Índice de Suporte:

É utilizado no dimensionamento sem preocupação de corrigi-lo em função do índice de grupo dos materiais representativos do sub-leito.

8.2.2 Fator Climático Regional:

O coeficiente FR – Fator Climático Regional, que objetiva levar em conta as variações de umidade dos materiais do pavimento durante as várias estações do ano (o que se traduz pela variação de capacidade de suporte dos materiais), é tomado igual a 01 (um), pois os ensaios de C.B.R., como norma geral, tem sido executado após embebição dos corpos de prova durante 04 dias, o que nos favorece a segurança, quando adota-se FR=1.

09 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 – REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO:

Os Serviços de regularização do subleito serão efetuados nos cortes que não foram objetos de rebaixamento e nos aterros de altura inferiores a 0,20 m.

Em ambos os casos, o material será escarificado até 0,20 m de profundidade em relação ao greide de terraplanagem e adicionado material sempre que necessário. Após, o solo deverá ser aerado ou umidificado, compactado e conformado. Nesse serviço estão incluídas todas as operações necessárias a sua execução.

Os serviços de regularização do subleito foram orçados em metros quadrados e os quantitativos correspondentes indicados no Orçamento dos Serviços de Pavimentação. Esses serviços são regulados pela Especificação Geral do DER-SC.

9.2 – CAMADA DE BRITA GRADUADA:

Após a execução e aceitação dos serviços de Camada de Macadame Seco, será executada na espessura e largura projetadas, a camada de brita graduada. Neste serviço estão incluídas todas as operações e o fornecimento e transporte de todos os materiais necessários a sua completa execução.

Os serviços de camada de brita graduada foram orçados em metros cúbicos e os quantitativos correspondentes indicados no Orçamento dos Serviços de Pavimentação. Este serviço deverá atender ao que preceitua as Especificações Gerais do DER-SC.

9.3 – IMPRIMAÇÃO:

A pintura asfáltica de imprimação será feita após a aceitação da camada de brita graduada, numa taxa a ser determinado na obra, com a função de aumentar a coesão superficial, conferir certo grau de impermeabilidade e promover condições de aderência entre a camada de base e o revestimento asfáltico a ser sobreposto. Neste serviço estão incluídas todas as operações e o fornecimento de todos os materiais necessários a sua completa execução.

Os serviços de imprimação foram orçados em metros quadrados e os quantitativos correspondentes indicados no Orçamento dos Serviços de Pavimentação. Este serviço deverá atender ao que preceitua as Especificações Gerais do DER-SC.

9.4 – PINTURA DE LIGAÇÃO:

A pintura asfáltica de ligação será feita previamente ao lançamento

da camada de revestimento asfáltico, numa taxa a ser determinada na obra. A pintura de ligação será feita com o objetivo de promover a aderência entre a camada de base e o revestimento asfáltico a ser sobreposto, nos segmentos em que a imprimação tenha ficado exposta ao tempo por mais de 07 dias ou tenha recebido tráfego intenso. Neste serviço estão incluídas todas as operações e o fornecimento e transporte de todos os materiais necessários a sua completa execução.

Os serviços de pintura asfáltica de ligação foram orçados em metros quadrados. Este serviço deverá atender ao que preceitua as Especificações Gerais do DER-SC.

9.5 – CAMADA DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A FRIO:

Este serviço será executado pela prefeitura municipal e deverá atender ao que preceitua as Especificações Gerais do DER-SC.

10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

É sempre conveniente que seja realizada uma visita ao local da obra para tomar conhecimento da extensão dos serviços. Sugestões de alterações devem ser feitas ao autor do projeto e à fiscalização, obtendo deles a autorização para o pretendido, sob pena de ser exigido o serviço como inicialmente previsto, sem que nenhum ônus seja debitado ao Contratante.

ANEXO II

ORÇAMENTO DE CUSTOS

ORÇAMENTO (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA)

INTERESSADO		PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA						
OBRA		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CAUQ						
LOCAL		RUA VITÓRIO CUREAU						
ÁREA		1.003,45m²						
DATA		JANEIRO. 2012						
BDI		30,00%						
ITEM	SERVIÇOS	QTIDE	UNID	MATERIAL		MÃO-DE-OBRA		VALOR TOTAL
				VL UNIT	VL TOT	VL UN	VL TOT	MAT + MO
1.	SERVIÇOS INICIAIS E TER- RAPLENAGEM							
1.01	Placa de obra modelo convênio	0,00	m²	260,00	0,00	60,00	0,00	0,00
1.02	Compactação de aterros 100% Proctor Normal	1.003,45	m²	0,00	0,00	1,50	1.505,18	1.505,18
				0,00		1.505,18		1.505,18
2.	PAVIMENTAÇÃO							
2.01	Regularização do sub-leito c/ compactação	1.003,45	m²	0,00	0,00	1,34	1.344,62	1.344,62

	Sub-base (esp=15cm) (reforço do sub-leito c/ brita 2), compactado 100% PI							
2.02		150,50	m³	60,00	9.030,00	10,00	1.505,00	10.535,00
2.03	Travamento da sub-base (esp=10cm) brita graduada	100,50	m³	60,00	6.030,00	10,00	1.005,00	7.035,00
2.04	Imprimação com CM-30; taxa de 1,2 L/ m²	1.003,45	m²	2,65	2.659,14	0,50	501,73	3.160,87
2.05	Fornecimento e execução de pintura de ligação com RM-1C; taxa de 1,0 L/ m²	1.003,45	m²	0,90	903,11	0,30	301,04	1.204,15
2.06	Fornecimento e execução de concreto asfáltico e=4,00cm, compactado	100,50	ton	160,00	16.080,00	40,00	4.020,00	20.100,00
				34.702,25		8.677,39		43.379,64
TOTAL DE MATERIAL				34.702,25				
TOTAL DE MÃO-DE-OBRA				10.182,57				
TOTAL GERAL				44.884,82				
	OBS: Os valores para os serviços são para administração direta da Prefeitura.							

ANEXO III

ANEXO IV

Demonstrativo e rateio das parcelas

RUA VITÓRIA CUREAU - 1.003,45 m² - R\$ 44,73/m²

Valor Total da Obra - R\$ 44.884,82 - Participação do Município - R\$ 35.421,73

Inscrição Imobiliária	Cadastro	Valorização	Participação	Valorização total	Contr.Melhoria	Indice %
01.01.01.010.0679.001	1565-2	R\$ 1.214,60	R\$ 9.463,09	R\$ 9.515,96	R\$ 1.207,85	12,76
01.01.01.010.0691.001	1564-4	R\$ 1.064,34	R\$ 9.463,09	R\$ 9.515,96	R\$ 1.058,43	11,18
01.01.01.010.0704.001	1563-6	R\$ 1.100,24	R\$ 9.463,09	R\$ 9.515,96	R\$ 1.094,12	11,56
01.01.01.010.0716.001	166-0	R\$ 1.043,45	R\$ 9.463,09	R\$ 9.515,96	R\$ 1.037,65	10,97
01.01.01.010.0740.001	167-8	R\$ 1.072,89	R\$ 9.463,09	R\$ 9.515,96	R\$ 1.066,93	11,27
01.01.01.010.0179.001	168-6	R\$ 1.545,85	R\$ 9.463,09	R\$ 9.515,96	R\$ 1.537,26	16,24
01.01.01.010.0199.001	169-4	R\$ 1.078,48	R\$ 9.463,09	R\$ 9.515,96	R\$ 1.072,48	11,33
01.01.01.012.0138.001	204-6	R\$ 1.396,11	R\$ 9.463,09	R\$ 9.515,96	R\$ 1.388,35	14,67
		R\$ 9.515,96			R\$ 9.463,09	100,00



Macieira

PREFEITURA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.749.708,00	8.749.708,00	1.645.766,03	18,81	1.645.766,03	18,81	7.103.941,97
RECEITAS CORRENTES	8.749.700,00	8.749.700,00	1.500.766,03	17,15	1.500.766,03	17,15	7.248.933,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	280.500,00	280.500,00	24.041,00	8,57	24.041,00	8,57	256.459,00
IMPOSTOS	245.000,00	245.000,00	22.461,82	9,17	22.461,82	9,17	222.538,18
TAXAS	15.500,00	15.500,00	1.579,18	10,19	1.579,18	10,19	13.920,82
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	154.700,00	154.700,00	19.096,27	12,34	19.096,27	12,34	135.603,73
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	128.700,00	128.700,00	16.464,66	12,79	16.464,66	12,79	112.235,34
COSIP	26.000,00	26.000,00	2.631,61	10,12	2.631,61	10,12	23.368,39
RECEITA PATRIMONIAL	455.400,00	455.400,00	138.010,59	30,31	138.010,59	30,31	317.389,41
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	455.400,00	455.400,00	138.010,59	30,31	138.010,59	30,31	317.389,41
RECEITA AGROPECUARIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Outras Rec. Agropecuárias	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	36.000,00	36.000,00	158,12	0,44	158,12	0,44	35.841,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.741.200,00	7.741.200,00	1.277.779,79	16,51	1.277.779,79	16,51	6.463.420,21
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.707.200,00	7.707.200,00	1.277.779,79	16,58	1.277.779,79	16,58	6.429.420,21
Transf. de Conv.	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.900,00	70.900,00	41.680,26	58,79	41.680,26	58,79	29.219,74
Multas e Juros de Mora	19.200,00	19.200,00	512,15	2,67	512,15	2,67	18.687,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.000,00	13.000,00	2.622,47	20,17	2.622,47	20,17	10.377,53
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
RECEITAS DIVERSAS	31.700,00	31.700,00	38.545,64	121,60	38.545,64	121,60	-6.845,64
RECEITAS DE CAPITAL	8,00	8,00	145.000,00	500,00	145.000,00	500,00	-144.992,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8,00	8,00	145.000,00	500,00	145.000,00	500,00	-144.992,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8,00	8,00	145.000,00	500,00	145.000,00	500,00	-144.992,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	241.500,00	241.500,00	32.380,94	13,41	32.380,94	13,41	209.119,06
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	241.500,00	241.500,00	32.380,94	13,41	32.380,94	13,41	209.119,06
RECEITAS CORRENTES	241.500,00	241.500,00	32.380,94	13,41	32.380,94	13,41	209.119,06
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	241.500,00	241.500,00	32.380,94	13,41	32.380,94	13,41	209.119,06
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.991.208,00	8.991.208,00	1.678.146,97	18,66	1.678.146,97	18,66	7.313.061,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.991.208,00	8.991.208,00	1.678.146,97	18,66	1.678.146,97	18,66	7.313.061,03
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.991.208,00	8.991.208,00	1.678.146,97	18,66	1.678.146,97	18,66	7.313.061,03
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	391.789,86	—	—	78.174,15	—	—
Superávit Financeiro	—	391.789,86	—	—	78.174,15	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	8.749.808,00	811.789,86	9.561.597,86	2.652.968,91	2.652.968,91	1.295.875,59	1.295.875,59	13,55	8.265.722,27
DESPESAS CORRENTES	7.710.050,00	692.557,80	8.402.607,80	2.477.122,27	2.477.122,27	1.148.059,33	1.148.059,33	13,66	7.254.548,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.648.700,00	67.092,71	4.715.792,71	695.572,94	695.572,94	625.267,94	625.267,94	13,26	4.090.524,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	82.000,00	0,00	82.000,00	17.756,98	17.756,98	17.640,25	17.640,25	21,51	64.359,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.979.350,00	625.465,09	3.604.815,09	1.763.792,35	1.763.792,35	505.151,14	505.151,14	14,01	3.099.663,95
DESPESAS DE CAPITAL	362.558,00	119.232,06	481.790,06	175.846,64	175.846,64	147.816,26	147.816,26	30,68	333.973,80
INVESTIMENTOS	127.558,00	119.232,06	246.790,06	89.461,00	89.461,00	83.551,04	83.551,04	33,86	163.239,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	235.000,00	0,00	235.000,00	86.385,64	86.385,64	64.265,22	64.265,22	27,35	170.734,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	655.200,00	0,00	655.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655.200,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	241.400,00	0,00	241.400,00	33.727,10	33.727,10	33.240,74	33.240,74	13,77	208.159,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	241.400,00	0,00	241.400,00	33.727,10	33.727,10	33.240,74	33.240,74	13,77	208.159,26
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	8.991.208,00	811.789,86	9.802.997,86	2.686.696,01	2.686.696,01	1.329.116,33	1.329.116,33	13,56	8.473.881,53

Continua 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	8.991.208,00	811.789,86	9.802.997,86	2.686.696,01	2.686.696,01	1.329.116,33	1.329.116,33	13,56	8.473.881,53
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	349.030,64	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	8.991.208,00	811.789,86	9.802.997,86	2.686.696,01	2.686.696,01	1.329.116,33	1.678.146,97	13,56	8.473.881,53

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 32.380,94

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.749.808,00	9.561.597,86	2.652.968,91	2.652.968,91	1.295.875,59	1.295.875,59	97,50	13,55	8.265.722,27
Legislativa	430.600,00	497.600,00	65.633,09	65.633,09	61.505,64	61.505,64	4,63	12,36	436.094,36
Ação Legislativa	430.600,00	497.600,00	65.633,09	65.633,09	61.505,64	61.505,64	4,63	12,36	436.094,36
Administração	1.000.600,00	1.013.600,00	358.820,90	358.820,90	178.475,35	178.475,35	13,43	17,61	835.124,65
Administração Geral	1.000.600,00	1.013.600,00	358.820,90	358.820,90	178.475,35	178.475,35	13,43	17,61	835.124,65
Segurança Pública	17.920,00	17.920,00	5.710,53	5.710,53	876,13	876,13	0,07	4,89	17.043,87
Policimento	17.920,00	17.920,00	5.710,53	5.710,53	876,13	876,13	0,07	4,89	17.043,87
Assistência Social	209.000,00	261.086,41	49.613,52	49.613,52	32.183,95	32.183,95	2,42	12,33	228.902,46
Assistência ao Idoso	36.000,00	37.104,85	7.172,04	7.172,04	4.275,54	4.275,54	0,32	11,52	32.829,31
Assistência à Criança e ao Adolescente	31.500,00	37.189,14	3.357,25	3.357,25	2.488,97	2.488,97	0,19	6,69	34.700,17
Assistência Comunitária	141.500,00	186.792,42	39.084,23	39.084,23	25.419,44	25.419,44	1,91	13,61	161.372,98
Previdência Social	115.000,00	115.000,00	72.800,00	72.800,00	9.956,34	9.956,34	0,75	8,66	105.043,66
Previdência do Regime Estatutário	115.000,00	115.000,00	72.800,00	72.800,00	9.956,34	9.956,34	0,75	8,66	105.043,66
Saúde	2.004.031,00	2.290.994,23	603.982,92	603.982,92	309.836,39	309.836,39	23,31	13,52	1.981.157,84
Atenção Básica	1.934.031,00	2.053.724,88	554.464,49	554.464,49	299.824,60	299.824,60	22,56	14,60	1.753.900,28
Vigilância Sanitária	17.000,00	28.569,20	405,00	405,00	135,00	135,00	0,01	0,47	28.434,20
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	13.297,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.297,51
Alimentação e Nutrição	42.000,00	44.402,64	41.609,43	41.609,43	2.372,79	2.372,79	0,18	5,34	42.029,85
Abastecimento	1.000,00	151.000,00	7.504,00	7.504,00	7.504,00	7.504,00	0,56	4,97	143.496,00
Educação	2.056.252,00	2.075.305,09	547.231,58	547.231,58	173.633,09	173.633,09	13,06	8,37	1.901.672,00
Ensino Fundamental	2.038.252,00	2.057.305,09	547.059,09	547.059,09	173.460,60	173.460,60	13,05	8,43	1.883.844,49
Ensino Médio	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Educação Infantil	10.000,00	10.000,00	172,49	172,49	172,49	172,49	0,01	1,72	9.827,51
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Cultura	66.000,00	66.000,00	7.324,00	7.324,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
Difusão Cultural	66.000,00	66.000,00	7.324,00	7.324,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
Urbanismo	146.582,00	146.582,00	134.478,26	134.478,26	18.654,67	18.654,67	1,40	12,73	127.927,33
Infra-Estrutura Urbana	5.002,00	5.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.002,00
Serviços Urbanos	141.580,00	141.580,00	134.478,26	134.478,26	18.654,67	18.654,67	1,40	13,18	122.925,33
Habitação	13.001,00	13.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.001,00
Habitação Urbana	13.001,00	13.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.001,00

Continua 1/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.749.808,00	9.561.597,86	2.652.968,91	2.652.968,91	1.295.875,59	1.295.875,59	97,50	13,55	8.265.722,27
Saneamento	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saneamento Básico Rural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Gestão Ambiental	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Agricultura	621.201,00	698.801,00	257.682,14	257.682,14	165.360,34	165.360,34	12,44	23,66	533.440,66
Promoção da Produção Vegetal	10.001,00	87.601,00	37.400,00	37.400,00	37.400,00	37.400,00	2,81	42,69	50.201,00
Promoção da Produção Animal	12.000,00	12.000,00	1.108,18	1.108,18	1.108,18	1.108,18	0,08	9,23	10.891,82
Extensão Rural	599.200,00	599.200,00	219.173,96	219.173,96	126.852,16	126.852,16	9,54	21,17	472.347,84
Indústria	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Promoção Industrial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Comércio e Serviços	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Turismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transporte	932.421,00	1.228.508,13	366.333,15	366.333,15	247.588,04	247.588,04	18,63	20,15	980.920,09
Transporte Rodoviário	932.421,00	1.228.508,13	366.333,15	366.333,15	247.588,04	247.588,04	18,63	20,15	980.920,09
Desporto e Lazer	30.000,00	30.000,00	9.216,20	9.216,20	3.616,20	3.616,20	0,27	12,05	26.383,80
Desporto Comunitário	30.000,00	30.000,00	9.216,20	9.216,20	3.616,20	3.616,20	0,27	12,05	26.383,80
Encargos Especiais	407.000,00	407.000,00	174.142,62	174.142,62	94.189,45	94.189,45	7,09	23,14	312.810,55
Outros Encargos Especiais	407.000,00	407.000,00	174.142,62	174.142,62	94.189,45	94.189,45	7,09	23,14	312.810,55
Reserva de Contingência	655.200,00	655.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655.200,00
Previdência do Regime Estatutário	655.200,00	655.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	241.400,00	241.400,00	33.727,10	33.727,10	33.240,74	33.240,74	2,50	13,77	208.159,26
Legislativa	9.400,00	9.400,00	1.346,16	1.346,16	859,80	859,80	0,06	9,15	8.540,20
Ação Legislativa	9.400,00	9.400,00	1.346,16	1.346,16	859,80	859,80	0,06	9,15	8.540,20
Administração	22.000,00	22.000,00	2.756,00	2.756,00	2.756,00	2.756,00	0,21	12,53	19.244,00
Administração Geral	22.000,00	22.000,00	2.756,00	2.756,00	2.756,00	2.756,00	0,21	12,53	19.244,00
Saúde	58.000,00	58.000,00	8.388,00	8.388,00	8.388,00	8.388,00	0,63	14,46	49.612,00
Atenção Básica	58.000,00	58.000,00	8.388,00	8.388,00	8.388,00	8.388,00	0,63	14,46	49.612,00
Educação	85.000,00	85.000,00	12.340,92	12.340,92	12.340,92	12.340,92	0,93	14,52	72.659,08
Ensino Fundamental	85.000,00	85.000,00	12.340,92	12.340,92	12.340,92	12.340,92	0,93	14,52	72.659,08

Continua 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	241.400,00	241.400,00	33.727,10	33.727,10	33.240,74	33.240,74	2,50	13,77	208.159,26
Agricultura	24.000,00	24.000,00	2.931,80	2.931,80	2.931,80	2.931,80	0,22	12,22	21.068,20
Extensão Rural	24.000,00	24.000,00	2.931,80	2.931,80	2.931,80	2.931,80	0,22	12,22	21.068,20
Transporte	43.000,00	43.000,00	5.964,22	5.964,22	5.964,22	5.964,22	0,45	13,87	37.035,78
Transporte Rodoviário	43.000,00	43.000,00	5.964,22	5.964,22	5.964,22	5.964,22	0,45	13,87	37.035,78
TOTAL (III) = (I + II)	8.991.208,00	9.802.997,86	2.686.696,01	2.686.696,01	1.329.116,33	1.329.116,33	100,00	13,56	8.473.881,53

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FEVEREIRO/2011 A JANEIRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	794.088,08	670.448,67	774.549,50	835.950,43	795.952,66	748.705,72	926.946,07	726.082,73	808.228,69	831.969,81	1.143.857,30	821.910,63	9.878.690,29	9.805.440,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.745,02	23.849,21	17.267,81	16.481,89	13.762,80	12.602,82	14.757,27	9.184,95	14.086,55	17.929,58	73.057,38	10.866,15	240.591,43	280.500,00
RECEITA TRIBUTARIA	16.745,02	23.849,21	17.267,81	16.481,89	13.762,80	12.602,82	14.757,27	9.184,95	14.086,55	17.929,58	73.057,38	10.866,15	240.591,43	280.500,00
I.P.T.U.	0,00	6.154,49	4.387,70	1.120,92	551,01	120,82	486,54	0,00	0,00	0,00	175,20	0,00	12.996,68	20.000,00
I.S.S.	14.052,33	6.592,66	5.855,86	7.813,96	5.772,55	5.110,82	6.516,67	1.657,70	6.666,81	4.029,23	58.951,35	467,10	123.487,04	90.000,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.216,87	0,00	0,00	1.216,87	15.000,00
I.R.R.F.	2.653,13	11.102,06	7.024,25	7.547,01	7.439,24	7.371,18	7.644,06	7.527,25	7.419,74	12.683,48	13.930,83	8.819,87	101.162,10	120.000,00
Outras Receitas Tributárias	39,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,18	1.728,74	35.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.535,93	2.059,49	1.956,88	2.086,78	2.511,73	2.557,40	2.196,51	2.474,59	2.689,19	1.566,53	3.417,06	8.619,26	33.671,35	154.700,00
RECEITA PATRIMONIAL	19.982,60	30.584,64	44.985,52	26.561,19	58.096,31	31.181,38	119.908,11	45.157,90	46.240,23	59.326,86	26.710,84	61.715,76	570.451,34	455.400,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	810,76	2.452,41	0,00	0,00	1.369,87	1.530,84	1.750,84	0,00	0,00	1.341,97	219,99	158,12	9.634,80	36.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	750.855,00	606.543,85	707.220,26	789.423,57	719.739,00	699.722,01	786.947,61	666.749,17	743.005,04	748.182,78	1.034.731,26	704.941,82	8.958.061,37	8.807.200,00
Cota-Parte do F.P.M.	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82	473.591,98	430.985,75	4.777.183,66	5.600.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	145.672,89	170.122,32	168.540,47	164.609,87	165.208,57	176.427,83	410.641,24	223.172,32	220.040,57	227.586,79	233.729,31	176.659,63	2.482.411,81	1.840.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	29.041,67	34.676,42	36.588,99	35.248,78	35.564,18	37.133,02	-199.356,37	7.007,05	4.872,80	4.404,52	1.184,85	3.036,75	29.402,66	52.800,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	15,08	36,42	0,00	0,00	0,00	98.969,29	1.282,93	7.350,76	23,86	44,63	48,14	107.771,11	7.200,00
Transferências da LC 61/1989	8.572,75	3.052,23	4.123,21	3.474,93	3.841,57	3.775,31	3.788,45	3.512,00	4.961,23	4.653,16	4.605,63	1.394,43	49.754,90	40.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.145,29	1.145,29	1.145,29	1.145,29	1.145,29	1.145,29	1.145,29	1.145,29	1.145,29	1.145,29	1.145,29	873,87	13.472,06	15.200,00
Transferências do FUNDEB	41.741,65	43.165,99	45.440,97	46.459,00	45.370,80	44.314,62	45.118,13	46.486,04	48.774,80	48.533,59	50.286,11	52.559,23	558.250,93	580.000,00
Outras Transferências Correntes	57.111,61	49.127,88	46.752,07	74.097,79	49.465,78	80.371,29	58.849,07	90.523,17	69.916,35	54.071,75	270.143,46	39.384,02	939.814,24	672.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.158,77	4.959,07	3.119,03	1.397,00	472,95	1.111,27	1.385,73	2.516,12	2.207,68	3.622,09	5.720,77	35.609,52	66.280,00	60.640,00
DEDUÇÕES (II)	139.262,90	111.785,22	131.560,49	141.385,88	133.272,37	123.234,95	143.964,27	114.081,92	133.932,05	145.522,75	152.731,42	-86.197,10	1.384.537,12	-1.120.000,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-86.197,10	-86.197,10	-1.120.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	8.862,69	8.935,28	8.554,91	7.612,72	8.292,03	8.227,87	7.368,26	8.134,02	7.957,53	15.160,13	10.009,33	0,00	99.114,77	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	130.400,21	102.849,94	123.005,58	133.773,16	124.980,34	115.007,08	136.596,01	105.947,90	125.974,52	130.362,62	142.722,09	0,00	1.371.619,45	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	654.825,18	558.663,45	642.989,01	694.564,55	662.680,29	625.470,77	782.981,80	612.000,81	674.296,64	686.447,06	991.125,88	908.107,73	8.494.153,17	10.925.440,00

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITOEDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	14.300,19	19.848,73	-	19.848,73	14.300,19	586,44	35.214,83	-	144,30	35.656,97
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	14.300,19	19.848,73	0,00	19.848,73	14.300,19	586,44	35.214,83	0,00	144,30	35.656,97
GABINETE DO PREFEITO	0,00	2.316,80	0,00	2.316,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET. MUN. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. I	14.300,19	0,00	0,00	0,00	14.300,19	586,44	0,00	0,00	0,00	586,44
SECRET. MUNIC. DE AGRICULTURA E DESENV. EC	0,00	2.335,76	0,00	2.335,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E DESENV	0,00	4.654,00	0,00	4.654,00	0,00	0,00	35.070,53	0,00	0,00	35.070,53
SECRET. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZEI	0,00	1.743,59	0,00	1.743,59	0,00	0,00	144,30	0,00	144,30	0,00
SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E I	0,00	8.798,58	0,00	8.798,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	14.300,19	19.848,73	0,00	19.848,73	14.300,19	586,44	35.214,83	0,00	144,30	35.656,97

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

 EMERSON ZANELLA
 PREFEITO

 EDEMAR NICOLAU KUHN
 CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	74.213,32
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	74.213,32
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	18.385,64
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	18.385,64
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	18.385,64
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	55.827,68
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	55.827,68
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	241.500,00	241.500,00	32.380,94	32.380,94	30.984,84
RECEITAS CORRENTES	241.500,00	241.500,00	32.380,94	32.380,94	30.984,84
Receita de Contribuições Patronais	241.500,00	241.500,00	32.380,94	32.380,94	30.984,84
Pessoal Civil	241.500,00	241.500,00	32.380,94	32.380,94	30.984,84
Ativo	241.500,00	241.500,00	32.380,94	32.380,94	30.984,84
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Macieira - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	241.500,00	241.500,00	32.380,94	32.380,94	105.198,16
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.353,16
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	122,34
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	122,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	8.230,82
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	8.230,82
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	8.230,82
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.353,16
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	241.500,00	241.500,00	32.380,94	32.380,94	96.845,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Macieira - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor		0,00	

BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Bancos Conta Movimento	1.128.145,48	1.154.712,03	106.438,60
Investimentos	2.836.287,41	2.900.478,06	3.161.914,54

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	734.440,44	734.440,44	670.175,22
DEDUÇÕES (II)	1.044.483,81	1.044.483,81	1.232.219,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.078.632,73	1.078.632,73	1.575.621,15
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	34.148,92	34.148,92	343.401,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-310.043,37	-310.043,37	-562.044,73
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-310.043,37	-310.043,37	-562.044,73

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2012 (C - A)
VALOR	-252.001,36	-252.001,36

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	2.939.460,31	2.939.460,31	2.939.460,31
Passivo Atuarial	2.939.460,31	2.939.460,31	2.939.460,31
DEDUÇÕES (VIII)	3.888.739,33	3.888.739,33	4.055.190,09
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.111.323,56	1.111.323,56	1.154.712,03
Investimentos	2.777.415,77	2.777.415,77	2.900.478,06
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-949.279,02	-949.279,02	-1.115.729,78
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-949.279,02	-949.279,02	-1.115.729,78

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.535.800,00	1.395.136,38	1.395.136,38	1.304.897,54
Receita Tributária	280.500,00	24.041,00	24.041,00	24.406,01
I.P.T.U.	20.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	90.000,00	3.066,31	3.066,31	14.486,37
I.T.B.I.	15.000,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	120.000,00	19.395,51	19.395,51	9.880,08
Outras Receitas Tributárias	35.500,00	1.579,18	1.579,18	39,56
Receita de Contribuição	396.200,00	51.477,21	51.477,21	52.961,66
Receitas Previdenciárias	241.500,00	32.380,94	32.380,94	49.370,48
Outras Contribuições	154.700,00	19.096,27	19.096,27	3.591,18
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	455.400,00	138.010,59	138.010,59	64.793,19
(-) Aplicações Financeiras	455.400,00	138.010,59	138.010,59	64.793,19
Transferências Correntes	7.741.200,00	1.277.779,79	1.277.779,79	1.215.895,12
F.P.M.	4.480.000,00	761.862,87	761.862,87	721.253,71
I.C.M.S.	1.840.000,00	330.538,87	330.538,87	241.862,78
Convênios	34.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.387.200,00	185.378,05	185.378,05	252.778,63
Demais Receitas Correntes	117.900,00	41.838,38	41.838,38	11.634,75
Dívida Ativa	7.000,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	110.900,00	41.838,38	41.838,38	11.634,75
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8,00	145.000,00	145.000,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8,00	145.000,00	145.000,00	0,00
Convênios	8,00	145.000,00	145.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8,00	145.000,00	145.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	8.535.808,00	1.540.136,38	1.540.136,38	1.304.897,54
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.644.007,80	1.181.300,07	1.181.300,07	793.235,08
Pessoal e Encargos Sociais	4.957.192,71	658.508,68	658.508,68	574.973,45
Juros e Encargos da Dívida (IX)	82.000,00	17.640,25	17.640,25	36,71
Outras Despesas Correntes	3.604.815,09	505.151,14	505.151,14	218.224,92
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.562.007,80	1.163.659,82	1.163.659,82	793.198,37
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	481.790,06	147.816,26	147.816,26	24.962,06
Investimentos	246.790,06	83.551,04	83.551,04	14.344,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	235.000,00	64.265,22	64.265,22	10.618,06
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	246.790,06	83.551,04	83.551,04	14.344,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	677.200,00	-	-	-

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	677.200,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	9.485.997,86	1.247.210,86	1.247.210,86	807.542,37
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-950.189,86	292.925,52	292.925,52	497.355,17
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	78.174,15	0,00
Superávit Financeiro	-	-	78.174,15	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	140.000,00	140.000,00	19.395,51	19.395,51	13,85
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	19.395,51	19.395,51	16,16
1.4.1- IRRF	120.000,00	120.000,00	19.395,51	19.395,51	16,16
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	140.000,00	140.000,00	19.395,51	19.395,51	13,85
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO <input type="checkbox"/> ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	—	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	522.000,00	522.000,00	65.190,20	65.190,20	12,49
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	522.000,00	522.000,00	65.190,20	65.190,20	12,49
14- OUTRAS DESPESAS	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	581.000,00	581.000,00	65.190,20	65.190,20	11,22
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					0,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 2				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	35.000,00	35.000,00	4.848,88	4.848,88	13,85
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	626.000,00	626.000,00	65.190,20	65.190,20	10,41
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	581.000,00	581.000,00	65.190,20	65.190,20	11,22
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	626.000,00	626.000,00	65.190,20	65.190,20	10,41
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					0,00
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					65.190,20
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					336,11

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	55.000,00	55.000,00	2.461,50	2.461,50	4,48
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	50.002,00	71.457,73	1.217,80	1.217,80	1,70
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	105.002,00	126.457,73	3.679,30	3.679,30	2,91
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	731.002,00	752.457,73	68.869,50	68.869,50	9,15
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00	0,00

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	481.790,06	147.816,26	0,00	333.973,80
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	481.790,06	147.816,26	0,00	333.973,80
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-481.790,06	-147.816,26		-333.973,80

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	481.790,06	147.816,26	0,00	333.973,80
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	481.790,06	147.816,26	0,00	333.973,80
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-481.790,06	-147.816,26		-333.973,80

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

2011 a 2085

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2011	201.158,56	34.127,54	167.031,02	3.338.218,12
2012	202.059,95	211.991,20	-9.931,25	3.328.286,87
2013	182.429,45	253.537,72	-71.108,27	3.257.178,60
2014	204.389,23	279.678,09	-75.288,86	3.181.889,74
2015	202.504,37	302.595,55	-100.091,18	3.081.798,56
2016	214.145,71	330.859,07	-116.713,36	2.965.085,20
2017	192.398,65	358.163,77	-165.765,12	2.799.320,08
2018	199.369,47	390.249,55	-190.880,08	2.608.440,00
2019	202.057,06	419.277,30	-217.220,24	2.391.219,76
2020	216.029,17	439.475,50	-223.446,33	2.167.773,43
2021	194.278,90	461.775,56	-267.496,66	1.900.276,77
2022	199.682,95	494.075,54	-294.392,59	1.605.884,18
2023	210.068,52	529.990,43	-319.921,91	1.285.962,27
2024	215.725,41	572.051,02	-356.325,61	929.636,66
2025	202.398,06	607.088,28	-404.690,22	524.946,44
2026	212.712,49	636.295,05	-423.582,56	101.363,88
2027	214.005,86	668.554,61	-454.548,75	-353.184,87
2028	225.340,53	707.191,10	-481.850,57	-835.035,44
2029	213.326,25	747.949,31	-534.623,06	-1.369.658,50
2030	219.387,04	794.320,67	-574.933,63	-1.944.592,13
2031	215.958,35	834.551,25	-618.592,90	-2.563.185,03
2032	225.112,10	85.908.605,00	-85.683.492,90	-88.246.677,93
2033	219.156,35	874.638,21	-655.481,86	-88.902.159,79
2034	220.386,15	893.737,94	-673.351,79	-89.575.511,58
2035	220.110,83	914.323,83	-694.213,00	-90.269.724,58
2036	222.763,63	927.097,15	-704.333,52	-90.974.058,10
2037	222.411,85	931.842,14	-709.430,29	-91.683.488,39
2038	218.974,64	937.768,14	-718.793,50	-92.402.281,89
2039	215.754,29	942.391,71	-726.637,42	-93.128.919,31
2040	217.687,57	944.639,95	-726.952,38	-93.855.871,69
2041	214.662,82	942.928,29	-728.265,47	-94.584.137,16
2042	211.748,25	944.724,74	-732.976,49	-95.317.113,65
2043	206.628,49	941.901,02	-735.272,53	-96.052.386,18
2044	206.042,20	932.206,84	-726.164,64	-96.778.550,82
2045	200.132,93	915.269,06	-715.136,13	-97.493.686,95
2046	195.235,46	893.517,41	-698.281,95	-98.191.968,90
2047	190.008,50	869.578,44	-679.569,94	-98.871.538,84
2048	184.618,58	844.935,60	-660.317,02	-99.531.855,86
2049	179.157,22	819.941,52	-640.784,30	-100.172.640,16
2050	173.625,94	794.626,71	-621.000,77	-100.793.640,93
2051	168.018,69	768.964,24	-600.945,55	-101.394.586,48
2052	162.310,69	742.840,67	-580.529,98	-101.975.116,46
2053	156.579,71	716.611,95	-560.032,24	-102.535.148,70
2054	150.793,47	690.130,31	-539.336,84	-103.074.485,54
2055	145.009,16	663.657,47	-518.648,31	-103.593.133,85
2056	139.270,71	637.394,53	-498.123,82	-104.091.257,67
2057	133.533,98	611.139,51	-477.605,53	-104.568.863,20
2058	127.769,94	584.759,46	-456.989,52	-105.025.852,72
2059	121.961,46	558.176,02	-436.214,56	-105.462.067,28
2060	116.149,70	531.577,59	-415.427,89	-105.877.495,17
2061	110.370,14	505.126,52	-394.756,38	-106.272.251,55
2062	104.601,08	478.723,49	-374.122,41	-106.646.373,96
2063	98.880,28	452.541,31	-353.661,03	-107.000.034,99
2064	93.225,50	426.661,34	-333.435,84	-107.333.470,83
2065	87.690,36	401.328,87	-313.638,51	-107.647.109,34
2066	82.314,41	376.724,99	-294.410,58	-107.941.519,92
2067	77.063,94	352.695,40	-275.631,46	-108.217.151,38
2068	71.945,89	329.271,82	-257.325,93	-108.474.477,31
2069	67.033,98	306.791,68	-239.757,70	-108.714.235,01
2070	62.327,35	285.251,02	-222.923,67	-108.937.158,68



Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2011 a 2085

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2071	57.864,20	264.824,70	-206.960,50	-109.144.119,18
2072	53.652,37	245.548,62	-191.896,25	-109.336.015,43
2073	49.658,90	227.271,87	-177.612,97	-109.513.628,40
2074	45.894,77	210.044,70	-164.149,93	-109.677.778,33
2075	42.394,17	194.023,65	-151.629,48	-109.829.407,81
2076	39.139,58	179.128,52	-139.988,94	-109.969.396,75
2077	36.159,90	165.491,52	-129.331,62	-110.098.728,37
2078	33.477,99	153.217,35	-119.739,36	-110.218.467,73
2079	31.035,20	142.037,54	-111.002,34	-110.329.470,07
2080	28.775,44	131.695,40	-102.919,96	-110.432.390,03
2081	26.722,99	122.302,01	-95.579,02	-110.527.969,05
2082	24.906,75	113.989,71	-89.082,96	-110.617.052,01
2083	23.290,64	106.593,34	-83.302,70	-110.700.354,71
2084	21.820,12	99.863,26	-78.043,14	-110.778.397,85
2085	20.508,73	93.861,45	-73.352,72	-110.851.750,57

Projeção atuarial elaborada em 23/03/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	2.139,08	0,00	2.139,08

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	8.991.208,00	8.991.208,00	1.678.146,97	18,66
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.991.208,00	8.991.208,00	1.678.146,97	18,66

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	361.000,00	458.928,53	36.871,89	8,03
Pessoal e Encargos Sociais	252.000,00	252.000,00	7.797,85	3,09
Outras Despesas Correntes	109.000,00	206.928,53	29.074,04	14,05
DESPESAS DE CAPITAL	14.000,00	19.000,00	135,00	0,71
Investimentos	14.000,00	19.000,00	135,00	0,71
TOTAL (IV)	375.000,00	477.928,53	37.006,89	7,74

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	375.000,00	477.928,53	37.006,89	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	375.000,00	477.928,53	37.006,89	100,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	375.000,00	477.928,53	37.006,89	100,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	0,00	0,00	-0,00	-0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	0,00
--	------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	348.000,00	436.061,82	36.871,89	99,64
Vigilância Sanitária	17.000,00	28.569,20	135,00	0,36
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	13.297,51	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Macieira - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	13.297,51	0,00	0,00
TOTAL	375.000,00	477.928,53	37.006,89	100,00

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Macieira, 21/03/2012

EMERSON ZANELLA
PREFEITO

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

Macieira, 21/03/2012

 EMERSON ZANELLA
 PREFEITO

 EDEMAR NICOLAU KUHN
 CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Macieira - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	8.991.208,00	
Previsão Atualizada		—	8.991.208,00	
Receitas Realizadas		1.678.146,97	1.678.146,97	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	78.174,15	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	8.991.208,00	
Créditos Adicionais		—	811.789,86	
Dotação Atualizada		—	9.802.997,86	
Despesas Empenhadas		2.686.696,01	2.686.696,01	
Despesas Liquidadas		1.329.116,33	1.329.116,33	
Superavit Orçamentário		—	349.030,64	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.686.696,01	2.686.696,01	
Despesas Liquidadas		1.329.116,33	1.329.116,33	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			8.803.751,09	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		32.380,94	32.380,94	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		32.380,94	32.380,94	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	0,00	-252.001,36	0,00	
Resultado Primário	0,00	292.925,52	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	34.148,92	0,00	19.848,73	14.300,19
EXECUTIVO	34.148,92	0,00	19.848,73	14.300,19
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	35.801,27	0,00	144,30	35.656,97
EXECUTIVO	35.801,27	0,00	144,30	35.656,97
TOTAL:	69.950,19	0,00	19.993,03	49.957,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		65.190,20	25%	336,11
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		65.190,20	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		147.816,26	333.973,80	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	202.059,95	216.029,17	219.387,04	200.132,93
Despesas Previdenciárias (V)	211.991,20	439.475,50	794.320,67	915.269,06
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-9.931,25	-223.446,33	-574.933,63	-715.136,11

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Macieira - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE: Secretaria de Administração e Finanças

Macieira, 21/03/2012

 EMERSON ZANELLA
 PREFEITO

 EDEMAR NICOLAU KUHN
 CONTABILISTA CRC-SC.-18158

Massaranduba

PREFEITURA

Tomada de Preços 02/2012 - FMS

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2012 - FMS - TOMADA DE PREÇOS Nº02/2012 - O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, que realizará o Processo Licitatório Nº 04/2012 - FMS, modalidade de Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 02/2012 - FMS, objetivando a contratação de empresa especializada para executar a obra de Construção de Unidade Básica de Saúde, conforme projeto. ENTREGA DOS ENVELOPES: as 14:00h do dia 23/04/2012. CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:30min do dia 23/04/2012. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

Massaranduba, 17 de fevereiro de 2012.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Lei Nº. 1543/2012

LEI Nº. 1543/2012

TRATA DO REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Concede-se revisão geral anual de 5,34% (cinco vírgula trinta e quatro por cento), a título de reposição inflacionária, aos vencimentos dos servidores públicos municipais do Poder Executivo, autarquias e Legislativo, contratados temporariamente, cargos de livre nomeação e exoneração, inativos e pensionistas, incluídos os agentes políticos, conforme preceitua o Art.37, inciso X da Constituição Federal.

§ 1º - O índice acima determinado compreende o período de 01 de março de 2011 à 29 de fevereiro de 2012, de acordo com a tabela do INPC-IBGE.

§ 2º - A revisão geral aos vencimentos aplica-se também às gratificações e demais vantagens pertinentes, instituídas pela legislação municipal.

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2012.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de março de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Lei Nº. 1544/2012

LEI Nº. 1544/2012

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARAGRAFO 6º DO ARTIGO 133 DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.409/2009 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE TRATA DO NÚMERO DE AULAS EXCEDENTES NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE MELEIRO."

O Prefeito Municipal de Meleiro faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo 6º do Art. 133 da Lei Municipal 1.409 de 28 de dezembro de 2009 passa a ter a seguinte redação:

"§ 6º Havendo necessidade na escola o professor/a das series de Ensino Fundamental ou das disciplinas específicas das series iniciais pode ter (02) duas aulas acrescidas à sua carga horária de efetivo trabalho em sala de aula, essas horas chamar-se-á aula excedente."

Art. 2º - Revoga-se o § 6º do art. 133 da Lei 1.409/2009 e demais disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Meleiro, 22 de março de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Decreto Nº - 023/2012

DECRETO Nº - 023/2012

"AUTORIZA O PAGAMENTO DE ABONO À TÍTULO DE EQUIPARAÇÃO AO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONNEI ZANETE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições prevista na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 2º da Lei Federal Nº 11.738/2008 e,

Considerando os princípios da Administração Pública insculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando o patamar financeiro mínimo do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, no valor de R\$ 1.451,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais), vigente desde 01 de janeiro de 2012;

Considerando a eventual defasagem remuneratória entre a Tabela de Vencimentos do Município e o valor do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério;

Considerando o disposto no artigo 68 do Plano de Carreira do Magistério do Município de Meleiro (Lei Municipal 1.409/2009),

DECRETA,

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento de abono pecuniário à título de equiparação salarial ao Piso salarial Profissional Nacional do Magistério, de natureza temporária, aos servidores enquadrados na Lei Federal Nº 11.738/2008, cujos proventos forem inferiores ao valor de R\$ 1.451,00 estabelecidos pelo Governo Federal.

Parágrafo Único: O servidor responsável pelo processamento da folha de pagamento executará os procedimentos necessários para a inclusão individualizada dos valores de que trata este Decreto, aos servidores do Quadro do Magistério, quando cabíveis.

Art. 2º - Os dispositivos do presente decreto serão aplicados retroativamente a 01 de janeiro de 2012.

Art. 3º - Excepcionalmente, na folha de pagamento do mês de março de 2012, serão incluídos os valores relativos aos meses de

janeiro e fevereiro, observadas as regras da Legislação Federal e os dispositivos do presente Decreto.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2012.

Meleiro, 15 de março de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 027/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2012

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 05/04/2012, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2012, objetivando a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM ÔNIBUS PRÓPRIO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 32 (TRINTA E DOIS) LUGARES SENTADOS, A SEREM REALIZADOS NO ANO LETIVO DE 2012. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 20 de março de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 009/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2012

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 05/04/2012, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2012, objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANTER ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE E DOS POSTOS DE SAUDE DO MUNICIPIO NO EXERCÍCIO DE 2012. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110.

Meleiro, 22 de março de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Extrato Convenio N° 009/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONVENIO

Convênio nº. 009/2012

Conveniada: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Associação Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MELEIRO - APAE

Objeto: O presente Convênio tem por objeto o apoio financeiro à Associação Conveniada, através de recursos provenientes da Prefeitura Municipal conveniada para custear a despesa na reforma do prédio da instituição, especificado no seu plano de trabalho.

Valor: R\$ 14.500,00

Vigência: Início: 02/04/2012 Término: 31/05/2012.

Data da assinatura: 21 de março de 2012.

Aviso de Anulação do PR N° 019/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MELEIRO
AVISO DE ANULAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 019/2012

O Município de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados a ANULAÇÃO do processo Licitatório nº. 019/2012, que tem por objeto a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR COM ÔNIBUS PRÓPRIO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 32 (trinta e dois) LUGARES SENTADOS, A SEREM REALIZADOS NO ANO LETIVO DE 2012, pelo motivo de não apresentar nenhum participante interessado no presente certame, ficando o processo ora anulado.

Meleiro, 13 de março de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Termo de Homologação da CV N° 015/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 015/2012.

O Prefeito Municipal de Meleiro, Jonnei Zanette, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 015/2012

Modalidade: Carta Convite para Obras e Serviços de Engenharia.

Data da homologação: 23/02/2012

Objeto da licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PONTE DE DRENOS DE CONCRETO ARMADO NO RIO MANOEL ALVES LOCALIDADE DA BOCA DO PIQUE/MELEIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO SINTETICO EM ANEXO.

Empresa Vencedora: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Valor do Objeto: R\$ 148.900,00 (cento e quarenta e oito mil e novecentos reais).

Navegantes

PREFEITURA

portaria

PORTARIA Nº. 1147 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. PATRICIA DUARTE, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Didymeia Lazzares de Oliveira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 01 de março de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 29 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 29 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 29 de fevereiro de 2012.

Aviso de Licitação - Concorrência Pública nº 01/2012FMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2012FMC

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para:

OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA REFERENTE À REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO DE EVENTOS "MILTON SEARA MULLER" PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 30/04/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 30/04/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 22 de março de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Concorrência Pública nº 21/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 21/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se

encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA REFERENTE À ILUMINAÇÃO DA QUADRA DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª. BADIA DE FARIA E DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª. ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 30/04/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 30/04/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 22 de março de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Carta de Convocação

Navegantes, 29 de fevereiro de 2012

Ilmo Sr.

MARCELO HENRIQUE DA COSTA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO - 001/2010

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2010, para o cargo de MÉDICO DO TRABALHO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER
Diretoria em Gestão de R.H.

Carta de Convocação

Navegantes, 08 de março de 2012.

Ilmo Sr.

RAFAEL GONZAGA LIMA

NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2011, para a função de ENGENHEIRO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

ALESSANDRA MULLER
Diretoria de Gestão em RH

Nova Trento

PREFEITURA

Portaria Nº 22/2012

Portaria nº 226 / 2012

Nomeia Comissão Processante de Certames Licitatórios.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados, Servidores Públicos Municipais, para compor a Comissão Processante de Certames Licitatórios, no decorrer do exercício de 2012, conforme identificação a seguir:

- Valdemir Luiz Quaiatto, matrícula 75, no cargo de Auxiliar Contábil Financeiro, como Presidente da Comissão;
- Cátia Burigo, matrícula 5013, no cargo de Assistente Técnico Administrativo, como Secretária;
- Aprigio José Botameli, matrícula 209, no cargo comissionado de Gerente de Serviços de Contabilidade, como membro da comissão e
- Joseâni Inês Gasperi, matrícula 5426, no cargo de Assistente Administrativo, como membro da comissão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de fevereiro de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 22 de fevereiro de 2012.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Portaria Nº 22/2012

Portaria nº 226 / 2012

Nomeia Comissão Processante de Certames Licitatórios.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados, Servidores Públicos Municipais, para compor a Comissão Processante de Certames Licitatórios, no decorrer do exercício de 2012, conforme identificação a seguir:

- Valdemir Luiz Quaiatto, matrícula 75, no cargo de Auxiliar Contábil Financeiro, como Presidente da Comissão;
- Cátia Burigo, matrícula 5013, no cargo de Assistente Técnico Administrativo, como Secretária;
- Aprigio José Botameli, matrícula 209, no cargo comissionado de Gerente de Serviços de Contabilidade, como membro da comissão e
- Joseâni Inês Gasperi, matrícula 5426, no cargo de Assistente Administrativo, como membro da comissão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de fevereiro de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 22 de fevereiro de 2012.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Portaria Nº 301/2012

PORTARIA Nº 301/2012

Altera a Composição da Comissão Permanente de Licitações.

Pedro Piva Neto, Prefeito Municipal do município de Nova Trento em Exercício, Estado de Santa Catarina, com fundamento no Parágrafo 4º do artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Lei Federal nº 8.883/94 e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Trento, constituída pela Portaria nº 031/2012, sendo designada para substituir e integrar esta comissão, o servidor abaixo identificado:

Membros Efetivos: Josêani Inês Gasperi, ocupando o cargo de Assistente Administrativo, em substituição a funcionária, Valquiria Saramento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de março de 2012
PEDRO PIVA NETO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada em 19 de março de 2012 e publicada a presente, no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário M. Administração e Finanças - Substituto

Processo Nº 034/2012- Pregão Presencial Nº 018/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório Nº 034/2012 - Pregão Presencial Nº 018/2012
Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de 630 m² de lajotas sextavadas, 160 ML de meio-fio e confecção de 05 bocas de lobo, executado para finalização do trecho na Rua FRANCISCO DALSENTER no Bairro Trinta Réis, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 10/04/2012 até às 14:00 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3211 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Pregão Presencial Nº 020/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 036/2012 - Pregão Presencial nº 020/2012
- Registro de Preços Nº 007/2012

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a Aquisição de Computadores e Equipamentos de Informática, para uso das Secretarias Municipais e Fundo de Saúde para o ano de 2012.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 04/04/2012 até as 10:00 horas. Abertura: 04/04/2012 - 10:05 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 / 3267.3211 - E-mail: compras@nova-trento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 025/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/12

CONVITE Nº 9/12

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO NO DIA 21/03/2012

CONTRATADO: G.J. DE LORENZI CANEVER ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa para Fornecimento de peças e serviços, visando à recuperação das Ensiladeiras Nº 1885, 2272, 2273 e da Carreta Agrícola nº 2274, que apresentaram problemas no seu funcionamento, sendo necessário o seu conserto para continuidade do Programa de Silagem, conforme

quantitativos e condições, constantes no Anexo I (Relação de Itens da licitação) deste Processo Licitatório.

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.696,00 (treze mil seiscentos e noventa e seis reais)

DATA: 21/03/12

SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 034/2012

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 034/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : G.J. DE LORENZI CANEVER ME

Valor : 13.696,00 (treze mil seiscentos e noventa e seis reais)

Vigência : Início: 21/03/2012 Término: 21/09/2012

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2012

Recursos: Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (116) Saldo:106.703,70

Objeto : O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa para Fornecimento de peças e serviços, visando à recuperação das Ensiladeiras Nº 1885, 2272, 2273 e da Carreta Agrícola nº 2274, que apresentaram problemas no seu funcionamento,

sendo necessário o seu conserto para continuidade do Programa de Silagem, conforme quantitativos e condições, constantes no Anexo I (Relação de Itens da licitação) deste Processo Licitatório.

NOVO HORIZONTE, 21 de Março de 2012

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei Nº 805/2012

LEI N.º 805 DE 16 MARÇO DE 2012.

"ALTERA OS ARTIGOS 35, 36 E OS ANEXOS III, IV, XV, XVI E XVII DA LEI Nº 736 DE 29 DE ABRIL DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - O Art. 35 da Lei nº 736 de 29 de abril de 2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35 – O docente do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, o docente de Educação Infantil e o docente de Séries Iniciais do Ensino Fundamental farão jus à gratificação de regência de classe no percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor do respectivo cargo efetivo."

Art. 2º - O Art. 36 da Lei nº 736 de 29 de abril de 2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 – O profissional pertencente ao Grupo de Apoio Técnico Pedagógico fará jus à gratificação de exercício de cargo técnico no percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor do respectivo cargo efetivo."

Art. 3º - O Anexo III da Lei nº 736 de 29 de abril de 2011 passará a vigorar conforme o Anexo I da presente Lei.

Art. 4º - O Anexo IV da Lei nº 736 de 29 de abril de 2011 passará a vigorar conforme o Anexo II da presente Lei.

Art. 5º - O Anexo XV da Lei nº 736 de 29 de abril de 2011 passará a vigorar conforme o Anexo III da presente Lei.

Art. 6º - O Anexo XVI da Lei nº 736 de 29 de abril de 2011 passará a vigorar conforme o Anexo IV da presente Lei.

Art. 7º - O Anexo XVII da Lei nº 736 de 29 de abril de 2011 passará a vigorar conforme o Anexo V da presente Lei.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos, a partir do 1º dia útil do mês subsequente à sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 16 de março de 2012

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 16 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES

Secretario de Administração e Finanças

ANEXO I

Quadro Permanente do Magistério Público Municipal

Grupo: Apoio Técnico

Cargo	Nº de Cargos	Nível	Habilitação Profissional
Psicólogo	01	1,2,3,4,5,6,7	Habilitação Profissional de nível superior com formação Profissional em Psicologia Escolar.
Nutricionista	01	1,2,3,4,5,6,7	Habilitação Profissional de nível superior em Nutrição.

ANEXO II

Quadro Permanente do Magistério Público Municipal

Grupo: Apoio Administrativo Educacional

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

Cargo	Nº de Cargos	Nível	Habilitação Profissional
Auxiliar de serviços Administrativos Escolar	05	1,2,3 4,5,6,7	Habilitação de nível médio com curso básico de informática.
Auxiliar de Biblioteca	04	1,2,3 4,5,6,7	Habilitação de nível médio com curso básico de informática.
Auxiliar de Ensino de Educação Infantil	14	1,2,3 4,5,6,7	Habilitação de nível médio Magistério e /ou ensino superior.

ANEXO III

TABELA SALARIAL

QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Grupo: Docente e Apoio Técnico Pedagógico

Cargo: Professor, Psicopedagogo e Técnico Educacional (Supervisor e Orientador)

Jornada de Trabalho: 40 horas Semanais

Habilitação	Nível	Referências				
		A	B	C	D	E
Licenciatura Plena	1	1537,50	1566,71	1596,48	1626,81	1657,72
	2	1689,22	1721,31	1754,02	1787,35	1821,31
	3	1855,91	1891,17	1927,10	1963,72	2001,03
Pós-Graduação	4	2039,05	2077,79	2117,27	2157,50	2198,49
	5	2240,26	2282,83	2326,20	2370,40	2415,44
	6	2461,33	2508,09	2555,75	2604,31	2653,79

	7	2704,21	2755,59	2807,95	2861,30	2915,66
--	---	---------	---------	---------	---------	---------

ANEXO IV

TABELA SALARIAL

QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Grupo: Apoio Técnico

Cargo: Psicólogo e Nutricionista

Jornada de Trabalho: 40 horas Semanais

Habilitação	Nível	Referências				
		A	B	C	D	E
Graduação	1	1800,00	1834,20	1869,05	1904,56	1940,75
	2	1977,62	2015,20	2053,49	2092,50	2132,26
Pós Graduação	3	2172,77	2214,06	2256,12	2298,99	2342,67
	4	2387,18	2432,54	2478,76	2525,85	2573,84
	5	2622,75	2672,58	2723,36	2775,10	2827,83
	6	2881,56	2936,31	2992,10	3048,95	3106,88
	7	3165,91	3226,06	3287,35	3349,81	3413,46

ANEXO V

TABELA SALARIAL

QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Grupo: Apoio Administrativo Educacional

Cargo: Auxiliar de Ensino de Educação Infantil

Auxiliar de Biblioteca

Auxiliar de Serviços Administrativo Escolar

Jornada de Trabalho: 40 horas Semanais

Habilitação	Nível	Referências				
		A	B	C	D	E
Ensino Médio	1	789,06	804,05	819,33	834,90	850,76
	2	866,92	883,40	900,18	917,28	934,71
Licenciatura Plena	3	952,47	970,57	989,01	1007,80	1026,95
	4	1046,46	1066,34	1086,60	1107,25	1128,29
Pós Graduação	5	1149,72	1171,57	1193,83	1216,51	1239,63
	6	1263,18	1287,18	1311,63	1336,56	1361,95
	7	1387,83	1414,20	1441,07	1468,45	1496,35

Lei Nº 806/2012

LEI N.º 806 DE 16 DE MARÇO DE 2012.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EMERSON CARDOSO KJILLIM, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 11.696,85 (Onze mil seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Projeto: 1.018: AQUIS. ÁREA CONSTR. AMPLIAÇÃO DE CRECHES
4.4.90.00.00.00.00.0100 (25) - Aplicações Diretas R\$ 11.696,85
TOTAL R\$ 11.696,85

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Atividade: 2.016: MANUTENÇÃO DE OUTROS NÍVEIS DE ENSINO
3.3.90.00.00.00.00.0100 (47) - Aplicações Diretas R\$ 11.696,85
TOTAL R\$ 11.696,85

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 16 de março de 2012
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 16 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 122/2012

DECRETO Nº. 122, DE 15 DE MARÇO DE 2012.

"NOMEIA MARILDA RODRIGUES DA SILVA FERREIRA PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON CARDOSO KJILLIM, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Marilda Rodrigues da Silva Ferreira para exercer o cargo de Agente Administrativo, do Grupo II, Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de março de 2012.
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 123/2012

DECRETO Nº. 123, DE 15 DE MARÇO DE 2012.

"DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARILDA RODRIGUES DA SILVA FERREIRA PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE PESSOAL, FG-2".

EMERSON CARDOSO KJILLIM, Prefeito Municipal em exercício de

Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Marilda Rodrigues da Silva Ferreira, para ocupar a função de Chefe de Divisão de Pessoal-FG -2.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de março de 2012.
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 124/2012

DECRETO Nº. 124, DE 15 DE MARÇO DE 2012.

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, ALEXANDRE SANTOS FARIAS PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE, AUXILIAR DE SEÇÃO, FG-6".

EMERSON CARDOSO KJILLIM, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Alexandre Santos Farias, para ocupar a função de Auxiliar de Seção - FG -6.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de março de 2012.
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 125/2012

DECRETO Nº. 124, DE 15 DE MARÇO DE 2012.

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, ALEXANDRE SANTOS FARIAS PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE, AUXILIAR DE SEÇÃO, FG-6".

EMERSON CARDOSO KJILLIM, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado

com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Alexandre Santos Farias , para ocupar a função de Auxiliar de Seção - FG -6.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de março de 2012.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 126/2012

DECRETO Nº. 124, DE 15 DE MARÇO DE 2012.

“DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, ALEXANDRE SANTOS FARIAS PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE, AUXILIAR DE SEÇÃO, FG-6”.

EMERSON CARDOSO KJILLIM, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Alexandre Santos Farias , para ocupar a função de Auxiliar de Seção - FG -6.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de março de 2012.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 034/2012

PORTARIA 034, DE 16 DE MARÇO DE 2012.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL ANDRE FELIPE SCHUUR DAUDT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EMERSON CARDOSO KJILLIM, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Andre

Felipe Schuur Daudt, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Publico Municipal, Andre Felipe Schuur Daudt até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de março de 2012.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES
Secretário de Administração e Finanças.

Portaria Nº 035/2012

PORTARIA Nº. 035, DE 16 DE MARÇO DE 2012.

“CONCEDE LICENÇA INTERESSE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL CRISTIANE SCHEFFER DA SILVEIRA ”.

Emerson Cardoso Kjillin, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal ;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Interesse a Servidora Pública Municipal, Cristiane Scheffer da Silveira, de acordo com o que dispõe o Artigo 111, combinado com o paragrafo 1º. do artigo 107 da Lei Municipal Nº 118 de 13 de outubro de 1994, Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - A Licença Interesse, a que se refere o o caput do Artigo 1º se dará pelo período de 01 (um) ano, e sem remuneração, começando em 19 de março de 2012.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de março de 2012.

Emerson Cardoso Kjillin
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 16 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES
Secretário de Administração e Finanças.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Resumo de Tomada de Preço 33/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
TOMADA DE PREÇO 33/2012

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações - anatel, para prestação de serviços de telefonia movel pessoal - smp em sistema por pago e fornecimento de 30 (trinta) acessos moveis, e 3 (três) modems 3g, com aparelhos em comodato para uso da administração municipal, com abertura das propostas às 09:00 horas do dia 09 de abril de 2012. Edital Completo disponível no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações encontram-se à disposição na Secretaria de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no telefone (48) 3253-0161.

Paulo Lopes, 23 de março de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.577, De 14 de Março de 2012.

DECRETO Nº 3.577, DE 14 DE MARÇO DE 2012.
AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004 e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana medindo 2.651,21m² (dois mil seiscentos e cinquenta e um metros e vinte e um centímetros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 7.381, situado à Rua Antônio Costenaro Filho, Bairro São José, Município e cidade de Pinheiro Preto, conforme Processo Administrativo nº 002/2012, registrado à fl. 05, do livro 14, em que são requerentes ALCIR ZANELLA E VERA LUCI DE OLIVEIRA ZANELLA, Brasileiros, casados entre si, inscritos nos CPF nº 295.205.689-72 e 518.241.169-34, respectivamente, residentes e domiciliados à Rua Antônio Costenaro Filho, Bairro São José, Cidade de Pinheiro Preto - SC, formando 05 (cinco) parcelas autônomas, com as seguintes características e medidas:

Área 01 à desmembrar do RG 7.381 com 450,00 m²

AO NORTE - confronta-se com Área remanescente, do ponto 01 ao 02, com distância de 27,28m e azimute de 54º11'05";
AO SUL - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, do ponto 05 ao 07, com distância total de 5,05m, em dois alinhamentos sendo; 1,83m com azimute de 231º10'19", e 3,22m com azimute

de 273º03'19";

AO LESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, do ponto 02 ao 05, com distancia total de 30,87m, em vários alinhamentos sendo; 16,94m com azimute de 168º54'42"; 9,94m com azimute de 172º41'46" e 3,99m com azimute de 193º14'37";
AO OESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, do ponto 07 ao 01, com distancia total de 26,26m, em vários alinhamentos sendo, 3,43m com azimute de 290º46'24"; 2,61m com azimute 303º19'38"; 4,93m com azimute de 312º37'20", 9,22m com azimute de 308º50'00" e 6,07m com azimute de 306º21'19";

Área 02 à desmembrar do RG 7.381 com 400,38 m²

AO NORTE - confronta-se com Área remanescente, com distância de 19,13m e azimute de 104º04'24", e com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 3,27m e azimute de 125º36'07", totalizando 17,34m, em dois alinhamentos;
AO SUL - confronta-se com Área remanescente, com distância de 19,06m e azimute de 293º06'54";
AO LESTE - confronta-se com Área 03, com distância de 20,82m e azimute de 216º02'47";
AO OESTE - confronta-se com Área remanescente, com distância de 18,07m e azimute de 28º18'04";

Área 03 à desmembrar do RG 7.381 com 400,35 m²

AO NORTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância total de 19,15m em dois alinhamentos sendo; 9,34m com azimute de 125º36'05", e 9,81m com azimute de 133º09'08";
AO SUL - confronta-se com Área remanescente, com distância de 20,06m e azimute de 305º34'23";
AO LESTE - confronta-se com Área 04, com distância de 19,54m e azimute de 213º10'16";
AO OESTE - confronta-se com Área 02, com distância de 20,82m e azimute de 216º02'47";

Área 04 à desmembrar do RG 7.381 com 500,48 m²

AO NORTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, do ponto 16 ao 18, com distância total de 18,32m, em dois alinhamentos sendo: 4,00m com azimute de 132º01'57" e 14,32m com azimute de 138º13'42";
AO SUL - confronta-se com Área 05, com distância de 14,29m e azimute de 99º44'31", Área remanescente, com distância de 24,00m e azimute de 305º13'18";
AO LESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, do ponto 18 ao 20, com distância total de 22,02m, em dois alinhamentos sendo; 12,74m com azimute de 146º56'08" e 9,28m com azimute de 157º36'14";
AO OESTE - confronta-se com Área 03, com distância de 19,54m e azimute de 213º10'16";

Área 05 à desmembrar do RG 7.381 com 900,00 m²

AO NORTE - confronta-se com Área 04, com distância de 14,29m e azimute de 99º44'31";
AO SUL - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, do ponto 25 ao 28, com distância total de 23,46m, em vários alinhamentos sendo; 6,57m com azimute de 246º09'58", 6,32 com azimute de 270º42'37" e 10,57m com azimute de 289º07'31";
AO LESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, do ponto 20 ao 25, com distância total de 40,70m, em vários alinhamentos sendo; 10,78m com azimute de 157º21'42", 8,90 com azimute de 164º11'16", 8,99m com azimute de 173º51'07", 7,44 com azimute de 207º29'46" e 4,59m com azimute de 214º49'42";
AO OESTE - confronta-se com Área remanescente, com distância de 39,93m e azimute de 9º45'12";

Área Remanescente do RG 7.381 com 40.178,10 m²

AO NORTE - confronta-se com Antonio Zanella, com distância de 117,32m e outro plano distinto confronta-se com Área 04 com distância de 24,00m, com Área 03 com distância de 20,06m, com Área 02 com distância de 19,06m, totalizando 63,12m em vários alinhamentos, e em outros planos distintos confronta-se com terras de Leocides Zanella, com distância de 57,49m;

AO SUL - confronta-se com Área 01, com distância de 27,28m, com a Rua Antonio Costenaro Filho, com distância total de 73,11m em vários alinhamentos, em outro plano distinto confronta-se com Área 02, com distância de 19,13m, e em outro plano distinto confronta-se com a Rua Antonio Costenaro Filho com distância total de 126,39m, em vários alinhamentos;

AO LESTE - confronta-se com Rua Marcelo Ramos Zanella e Rua Antonio Costenaro Filho, com distância total de 282,91m, em vários alinhamentos em outro plano distinto confronta-se com Rua Antonio Costenaro filho, com distância total de 23,30m em vários alinhamentos, em outro plano distinto confronta-se com Área 02, com distância de 18,07m, e em outro plano distinto confronta-se com Área 05, com distância de 39,93m;

AO OESTE - confronta-se com terras de Leocides Zanella em dois planos distintos, com distância de 60,62m e 266,58m;

RESUMO DA MATRÍCULA 7.381:

ÁREA TOTAL DA MATRÍCULA 7.381: 42.829,31m²

ÁREA TOTAL A DESMEMBRAR DA MATRÍCULA 7.381: 2.651,21m²

ÁREA REMANESCENTE DA MATRÍCULA 7.381: 40.178,10m²

Art. 2º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, autorizado a efetuar o registro das áreas fracionadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 14 de Março de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.578, De 14 de Março de 2012.

DECRETO Nº 3.578, DE 14 DE MARÇO DE 2012.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004 e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana medindo 3.312,02m² (Três mil trezentos e doze metros e dois centímetros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 7.383, situado à Rua Antônio Costenaro Filho, Bairro São José, Município e cidade de Pinheiro Preto, conforme Processo Administrativo nº 003/2012, registrado à fl. 05, do livro 14, em que são requerentes ALCIR ZANELLA E VERA LUCI DE OLIVEIRA ZANELLA, Brasileiros, casados entre si, inscritos nos CPF nº 295.205.689-72 e 518.241.169-34, respectivamente, residentes e domiciliados à Rua Antônio Costenaro Filho, Bairro São José, Cidade de Pinheiro Preto - SC, formando 06 (seis) parcelas autônomas, com as seguintes características e medidas:

Área 01 à desmembrar do RG 7.383 com 480,00 m²

AO NORTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 4,32m e azimute de 62º33'42";

AO SUL - confronta-se com Área 02, com distância de 25,90m, e

azimute de 226º39'20";

AO LESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distancia total de 31,53m, em vários alinhamentos sendo; 7,90m com azimute de 99º49'41"; 11,15m com azimute de 105º38'49"; 8,73m com azimute de 109º18'34" e 3,75m com azimute de 113º10'06";

AO OESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distancia total de 30,19m, em vários alinhamentos sendo, 9,00m com azimute de 322º36'07"; 10,64m com azimute 316º55'11"; 6,72m com azimute de 330º23'11", e 3,83m com azimute de 12º41'34";

Área 02 à desmembrar do RG 7.383 com 500,00 m²

AO NORTE - confronta-se com Área 01, com distância de 25,90m e azimute de 226º39'20";

AO SUL - confronta-se com Área 03, com distância de 32,62m e azimute de 226º39'20";

AO LESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância total de 17,34m, em dois alinhamentos sendo, 7,87m com azimute de 118º55'03" e 9,47m com azimute de 131º27'42";

AO OESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 17,30m, em dois alinhamentos sendo, 13,35m com azimute de 329º53'39" e 3,95m com azimute de 322º36'07";

Área 03 à desmembrar do RG 7.383 com 428,35 m²

AO NORTE - confronta-se com Área 02, com distância 32,62m e azimute de 226º39'20";

AO SUL - confronta-se com Área 04, com distância de 37,69m e azimute de 225º36'36";

AO LESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 12,00m e azimute de 131º27'42";

AO OESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância total de 13,28m, em dois alinhamentos sendo, 6,51m com azimute de 338º29'47" e 6,77m com azimute de 329º53'39";

Área 04 à desmembrar do RG 7.383 com 614,16 m²

AO NORTE - confronta-se com Área 03, com distância de 37,69m e azimute de 225º36'36";

AO SUL - confronta-se com Área 05, com distância de 45,08m e azimute de 231º23'01";

AO LESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância total de 17,05m, em dois alinhamentos sendo; 6,77m com azimute de 131º27'42" e 10,28m com azimute de 133º28'59";

AO OESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância total de 14,00m, em dois alinhamentos sendo, 9,50m com azimute de 344º11'16" e 4,50 com azimute de 338º29'47";

Área 05 à desmembrar do RG 7.383 com 702,24 m²

AO NORTE - confronta-se com Área 04, com distância de 45,08m e azimute de 231º23'01";

AO SUL - confronta-se com terras de Arlindo Boesing, com distância de 29,06m com azimute de 248º51'39";

AO LESTE - confronta-se com Área 06 com distância de 33,01m e azimute de 190º07'39";

AO OESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 15,00m e azimute de 351º09'22";

Área 06 à desmembrar do RG 7.383 com 587,27 m²

AO NORTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância total de 26,14m, em vários alinhamentos sendo; 17,69m com azimute de 119º40'30", 4,47m com azimute de 73º12'46" e 3,98m com azimute de 41º43'16";

AO SUL - confronta-se com terras de Arlindo Boesing, com distância de 32,98m com azimute de 248º51'39";

AO LESTE - confronta-se com Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, com distância de 31,01m e azimuth de 174º21'47";
AO OESTE - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 14,76m e azimuth de 358º28'49" e com Área 05 com distância de 33,01m e azimuth de 190º07'39", em dois planos distintos;

Art. 2º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, autorizado a efetuar o registro das áreas fracionadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 14 de Março de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.579, De 14 de Março de 2012.

DECRETO Nº 3.579, DE 14 DE MARÇO DE 2012.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004 e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana medindo 992,79m² (novecentos e noventa e dois metros e setenta e nove centímetros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 7.377, situado à Rua Antônio Costenaro Filho, Bairro São José, Município e cidade de Pinheiro Preto, conforme Processo Administrativo nº 004/2012, registrado à fl. 05, do livro 14, em que são requerentes LEOCLIDES ZANELLA E MARIA CARINHATO ZANELLA, Brasileiros, casados entre si, inscritos nos CPF nº 168.157.009-25 E 981.689.249-91, respectivamente, residentes e domiciliados à Rua Antônio Costenaro Filho, Bairro São José, Cidade de Pinheiro Preto - SC, formando 04 (quatro) parcelas autônomas, com as seguintes características e medidas:

Área 01 - 27.267,45m² - Área Remanescente da Matrícula 7.377

AO NORTE - confronta-se com Terras de Antonio Zanella, distância de 105,00m;

AO SUL - confronta-se com Terras de Alcir Zanella com distância de 57,49m, e em outro plano distinto confronta-se com Área 04, com distância de 15,68m, com Área 03, com distância de 15,68m e com Área 02, com distância de 15,68m, totalizando 47,04m;

AO LESTE - confronta-se com Terras de Alcir Zanella em dois planos distintos, sendo o primeiro com distância de 266,58m e o segundo com distância de 37,00m;

AO OESTE - confronta-se com Terras de Herdeiros de Vicente Olivo, distância de 253,38m;

Área 02 - 330,93 m² - Área a desmembrar da Matrícula 7.377

AO NORTE - confronta-se com Área 01 - Remanescente com distância de 15,68m e azimuth de 114º02'19";

AO SUL - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 13,00m e azimuth de 294º02'16";

AO LESTE - confronta-se com Área 03, com distância de 25,31m e azimuth de 179º48'22";

AO OESTE - confronta-se com Terras de Agostinho Dota, com distância de 26,52m e azimuth de 354º31'08";

Área 03 - 330,93 m² - Área a desmembrar da Matrícula 7.377

AO NORTE - confronta-se com Área 01 - Remanescente com distância de 15,68m e azimuth de 114º02'19";

AO SUL - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 13,00m e azimuth de 294º02'16";

AO LESTE - confronta-se com Área 04, com distância de 24,33m e azimuth de 185º34'15";

AO OESTE - confronta-se com Área 02, com distância de 25,31m e azimuth de 179º48'22";

Área 04 - 330,93 m² - Área a desmembrar da Matrícula 7.377

AO NORTE - confronta-se com Área 01 - Remanescente com distância de 15,68m e azimuth de 114º02'19";

AO SUL - confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, com distância de 13,00m e azimuth de 294º02'16";

AO LESTE - confronta-se com Terras de Alcir Zanella, com distância de 23,62m e azimuth de 191º44'58";

AO OESTE - confronta-se com Área 03, com distância de 24,33m e azimuth de 185º34'15";

Art. 2º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, autorizado a efetuar o registro das áreas fracionadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 14 de Março de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 084, De 16 de Março de 2012.

PORTARIA Nº 084, DE 16 DE MARÇO DE 2012.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 023/2012, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 023/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, referente a Contratação de seguro dos veículos da frota municipal de Pinheiro Preto, e adjudica o objeto licitado a empresa e PORTO SEGURO E CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.198.164/0001-60, pelo valor total de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 16 de Março de 2012
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 029/2012

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

LICITAÇÃO 029/2012

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, faz saber a todos, que realizará na data 09/04/2012, licitação modalidade Pregão Presencial n. 029/2012, visando a AQUISIÇÃO DE TINTA PARA PINTURA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 09/04/2012, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 21 de Março de 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 008/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 008/2012.
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 12 de abril de 2012, licitação modalidade Tomada de Preços nº 008/2012, cujo objeto visa a Contratação de empresa para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente) em parte da Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, nesta cidade.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 12/04/2012, até às 09:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 22 DE MARÇO DE 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 027/2012

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 027/2012
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 10 de abril de 2012, licitação modalidade Pregão Presencial nº 027/2012, visando O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 10/04/2012, até às 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 21 de Março de 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 028/2012

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 028/2012
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 09/04/2012, licitação modalidade Pregão Presencial n. 028/2012, visando à prestação de serviços para pintura do ginásio municipal de esportes do Município de Pinheiro Preto/SC.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 09/04/2012, até às 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 21 de Março de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 005/2012

CONTRATO Nº 005/2012

OBJETO: Locação de Software

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 001/2012

EMPRESA CONTRATADA: Controller Tec. e Sist. de Informação Ltda.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.846,92(um mil oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos).

DATA DO CONTRATO: 12/01/2012

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 093/2012

CONTRATO Nº 093/2012

OBJETO: Fornecimento de Serviços Técnicos Comuns

LICITAÇÃO: Modalidade Convite nº 003/2012

EMPRESA CONTRATADA: Vedoís Vídeo Produções

VALOR DO CONTRATO: R\$ 74.128,00(setenta e quatro mil cento e vinte e oito reais).

DATA DO CONTRATO: 02/03/2012

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 971/2012

DECRETO Nº 971/2012

"Revoga o Processo Licitatório, Modalidade Concorrência nº 001/2012".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e, Considerando que, a comissão Permanente de Licitações, após análise das solicitações de inabilitação das empresas participantes no certame, e constatado que pode ocorrer duplicidade de interpretação do Edital fragilizando o processo,

Decreta:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório, Modalidade Concorrência nº 001/2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de março de 2012.

ALBERT STADLER

Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 778/2012

DECRETO Nº 778, de 15 de março de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação do exercício de 2012 na dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2082 - Despesas não Consideradas p/ Índices de Ensino
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 60 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro exercício 2011 na fonte 100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 782/2012

DECRETO Nº 782, de 19 de março de 2012.

Constitui e nomeia os membros do Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o insculpido no Art. 5º da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído, pelo período de 01 (um) ano, o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM, que será composto pelos seguintes membros:

- I- Prefeito Municipal de Porto União - SC - Renato Stasiak - Presidente;
- II- Oficial Comandante da OBM (Organização Bombeiro Militar) Richard Sass Braum - Capitão BM -Vice-Presidente;
- III- Presidente da Sociedade Corpo de Bombeiros Comunitários - Albertino Mafra;
- IV- Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade de Porto União - SC - Ricardo Dragoni;
- V- Representante da Secretaria Municipal de Finanças de União da Vitória - PR - Eliane Paes Rodrigues;
- VI- Secretário Municipal de Planejamento de Porto União - SC - Cláudio Tilgner de Souza;
- VII- Representante da Secretaria Municipal de Planejamento de União da Vitória - PR - Delunir Estoquero;
- VIII- Vereador indicado pelo Poder Legislativo de Porto União - SC - Vereador Sandro Luciano Calikoski;
- IX- representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Porto União - Airon Farinella;
- X- representante da Associação Comercial e Empresarial de União da Vitória - PR - Renate Ihlenfeld;
- XI- representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - Rhielli Karpinski da Silva;
- XII- representante da Associação dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura de Porto União - SC - Engenheiro Leocir Aloísio Weber;
- XIII- assessor jurídico indicado pelo Executivo Municipal de Porto União - SC - Juliana Hoshstein Posenatto;
- XIV- assessor jurídico indicado pelo Executivo Municipal de União da Vitória - PR - Dr. Martin Francisco Ribas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Edital de Pregão presencial 033/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 049/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 033/2012

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preços, para aquisição de pedras diversas. O recebimento dos envelopes e credenciamento se dará até as 14:00 do dia 13 de abril de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública as 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de Março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Edital de convocação 062/2012

Edital de convocação 062/2012

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 22/03/2012 a 28/03/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Superintendência de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o

cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Superintendência de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS NÍVEL I - FEMININO

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
JANETE GAIEVICZ	38º		

Porto União (SC), 21 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Edital de convocação 002/2012

Edital de convocação 002/2012

TESTE SELETIVO MUNICIPAL nº. 001/2011

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal do Município de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos abaixo relacionado, APROVADO no Teste Seletivo Municipal nº 001/2011, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 09/03/2012 a 14/03/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 11 do Edital 002/2010, para investidura em emprego público:

- a) título de eleitor e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
- b) documento comprobatório de que está quite com o serviço militar, quando do sexo masculino;
- c) ter aptidão física e mental para o exercício da função, a ser comprovada por exame médico realizado pelo médico perito do Município;
- d) Declaração de não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- e) Declaração de não acumular cargo público, exceto aqueles previstos no Art. 37 inciso XVI, da Constituição Federal e suas emendas, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- f) Declaração de IRRF ou Declaração de Bens (modelo DRH);
- g) Fotocópia da Carteira de Trabalho (onde consta a foto e o verso)
- h) Fotocópia do PIS/PASEP
- i) Fotocópia da Certidão de Casamento ou equivalente, se for o caso;
- j) Fotocópia da Certidão de nascimento dos Filhos menores de 14 anos de idade;
- k) Conta corrente no Banco ITAU.
- l) Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- m) 01 foto 3x4;

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao TESTE SELETIVO.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE BAIRRO VICE KING

NOME	CLAS	ASSINATURA
------	------	------------

CLEUSA COHLS DE AMORIM	4º	
CAMILA AP DE OLIVEIRA	5º	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE BAIRRO SÃO PEDRO

NOME	CLAS	ASSINATURA
MARINA DOS SANTOS LIMA DE MORAES	8º	
CLEONICE SCHEUBAUER TOMAZI	9º	
FLAVIO EDUARDO DOLINSKI	10º	
CLAITON RODRIGUES	11º	
PATRICIA APARECIDA VIEIRA	12º	

Porto União (SC), 08 de março de 2012.
RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal

Edital de convocação 003/2012

Edital de convocação 003/2012
 TESTE SELETIVO MUNICIPAL nº. 001/2011

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal do Município de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, APROVADOS no Teste Seletivo Municipal nº 001/2011, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 21/03/2012 a 27/03/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 11 do Edital 002/2010, para investidura em emprego público:

- a) título de eleitor e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
- b) documento comprobatório de que está quite com o serviço militar, quando do sexo masculino;
- c) ter aptidão física e mental para o exercício da função, a ser comprovada por exame médico realizado pelo médico perito do Município;
- d) Declaração de não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- e) Declaração de não acumular cargo público, exceto aqueles previstos no Art. 37 inciso XVI, da Constituição Federal e suas emendas, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- f) Declaração de IRRF ou Declaração de Bens (modelo DRH);
- g) Fotocopia da Carteira de Trabalho (onde consta a foto e o verso)
- h) Fotocopia do PIS/PASEP
- i) Fotocopia da Certidão de Casamento ou equivalente, se for o caso;
- j) Fotocopia da Certidão de nascimento dos Filhos menores de 14 anos de idade;
- k) Conta corrente no Banco ITAU.
- l) Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- m) 01 foto 3x4;

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao TESTE SELETIVO.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE BAIRRO VICE KING

NOME	CLAS	ASSINATURA
ELISIANE HELLEN SOARES	6º	
VANESSA WITIUK FERREIRA	7º	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE BAIRRO SÃO PEDRO

NOME	CLAS	ASSINATURA
MARILEIA CAROLINE BELINSTRE	13º	
SEVERINA PROCAYLO PECHARKI	14º	
SONIA MARIA DOS SANTOS	15º	
ANA PAULA MENDES DE ARAUJO	16º	

Porto União (SC), 20 de março de 2012.
RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Pregão Presencial 004/2012-FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012 - FMAS

OBJETO: Aquisição de cestas básicas para atender o Fundo Municipal de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 04/04/2012, às 15:30h., no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDECIAAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 16:00h do dia 04/04/2012, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 19 de março de 2012.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito Municipal em exercício

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT
 Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Portaria N. 0158/RH
PORTARIA N. 0158/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação do diploma de conclusão do curso de Graduação Plena em Pedagogia, à servidora municipal NOELI TEREZINHA MARCELINO SCHWEITZER, matrícula n. 22411/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível I, Classe "B", promovendo-a para o Nível II, Classe "A", a partir de 23/02/2012, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de março de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0159/RH
PORTARIA N. 0159/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação do diploma de conclusão do curso de Graduação Plena em Pedagogia, à servidora municipal MARA RUBIA ERNST, matrícula n. 22098/07, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível I, Classe "A", promovendo-a para o Nível II, Classe "A", a partir de 23/02/2012, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de março de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0160/RH
PORTARIA N. 0160/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento ao disposto no Art. 216, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, conceder à Comissão prorrogação por 30 (trinta) dias, contados a partir de 02/03/2012, para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2012, instaurado através da Portaria n. 0024/RH de 30/01/2012 (publicada em 01/02/2012), em atendimento ao Ofício n. 009/P.A.D.001/2012, considerando a complexidade dos

trabalhos para apuração dos fatos e oitiva de servidores e demais envolvidos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de março de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
LSOS

Portaria N. 0166/RH
PORTARIA N. 0166/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando do Departamento de Patrimônio n.189/2011 e documentação inclusa,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 005/2012, para apurar os fatos relatados no memorando citado acima, onde em tese, os servidores Jailson Alves do Rosário, matrícula n. 13897/03 e Sílvia Luiz Schneider, matrícula n. 27901/01, ambos ocupantes do cargo de provimento efetivo Vigia, estariam ausentando-se do local de trabalho sem autorização do Chefe Imediato.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0664/RH, de 10 de outubro de 2011, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 15 de março de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Pregão Presencial 004/2012-FMAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012 - FMAS

OBJETO: Aquisição de cestas básicas para atender o Fundo Municipal de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 04/04/2012, às 15:30h., no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDECIAAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 16:00h do dia 04/04/2012, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 19 de março de 2012.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial 065/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2012

OBJETO: Aquisição de coleções para reposição nas Unidades escolares. Secretaria de Educação..

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 04/04/2012, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 04/04/2012, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 19 de março de 2012

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

CÂMARA MUNICIPAL

Edital de Homologação do Resultado Final Nº 06/2012

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL Nº 06/2012

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA, de acordo com o disposto no Edital de Abertura de Concurso Público nº 01/2012, a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, nas condições a seguir declinadas:

Art. 1º Fica homologada a CLASSIFICAÇÃO FINAL dos aprovados no Concurso Público aberto pelo Edital Nº 01/2012, para o cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO, mantido o disposto no Edital nº 05/2012 e seu Anexo divulgado em 14/03/2012, conforme abaixo:

CLASSIFICAÇÃO FINAL

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
Juliana Eleutério	01800137	80.00	1
Leonardo Simon Rutzen	01800032	78.00	2
Douglas Rafael Lizot	01800008	76.00	3
Bruna Ferrari	01800018	76.00	4
Clériston Roberto Passig	01800034	70.00	5
Dejair Paulo Sophiati Junior	01800006	68.00	6
Carmela Suzana Da Veiga Ferreira	01800097	68.00	7

Rodrigo Simon Rutzen	01800069	66.00	8
Fernando Franklin De Campos	01800055	66.00	9
Bertin Plautz Neto	01800117	64.00	10
Mara Juliana Da Silva	01800085	64.00	11
Cristiane Matos Rossa	01800105	62.00	12
Tiago Fiamoncini	01800004	62.00	13
Guilherme Felipe De Souza Pelli-zzetti	01800141	62.00	14
Jonathas Fiamoncini	01800033	62.00	15
Ataide Fernandes Filho	01800014	60.00	16
Ramiro De Liz E Souza	01800100	60.00	17
Cleiton Luiz Kuhnen	01800129	60.00	18
Jasciara Mayra Maçaneiro	01800020	60.00	19
Jéssica Taiane Weschter	01800153	60.00	20
Danieli Becker	01800124	58.00	21
Kamila De Abreu Ferreira	01800082	58.00	22
Sandro Cassiano Candido	01800114	58.00	23
Priscila Pianesser	01800116	56.00	24
Deise Iara Ceola	01800057	56.00	25
Grasiela Barnabé	01800090	56.00	26
Jean Carlos Petri	01800017	56.00	27
Isabel Schlatter	01800039	56.00	28
Jeferson Antônio Herdt	01800093	56.00	29
Cleber De Souza	01800044	54.00	30
Cristiane Dalmolin	01800119	54.00	31
Denise Loebach	01800139	52.00	32
Daniara Cristina Luchtenberg	01800012	52.00	33
Carlos Eduardo Luciano Marzall	01800070	52.00	34
Leonice Witte	01800145	52.00	35

Art. 2º Para a convocação dos candidatos aprovados, será obedecida a classificação divulgada no Anexo I do Edital nº 05/2012, conforme os critérios mencionados no item 17 do Edital de Abertura nº 01/2012.

Art. 3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Rio do Sul/SC, 20 de março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Câmara

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 2975/12

LEI Nº 2975, DE 16 DE MARÇO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente do Município.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e incluirá a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 1.010 - Revitalização do Calçamento Central

XXX 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R \$ 200.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.030 - Manutenção de Vias Urbanas e Rurais

78 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R \$ 250.000,00

81 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 50.000,00

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

9 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serviços Terc. PJ R\$ 200.000,00

Atividade: 2.061 - Preservação da Memória e Patrimônio Histórico
17 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serviços Terc. PJ R\$ 15.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial e Suplementar, abertos nos artigos 1º e 2º, será utilizado como fonte de recursos as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

383 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 200.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Operação Especial: 0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública
420 4.6.90.71.00.00.00.00.0100 - Princ. Div. Contr. Resgatado
R\$ 515.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 2976/12

LEI Nº 2976, DE 16 DE MARÇO DE 2012.

ALTERA O ART. 5º E SEU § 2º, DA LEI Nº 1.425 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2005

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 5º e seu § 2º da Lei nº 1.425 de 04 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 5º. Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas para veículos que transportem pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme Decreto Federal nº 5296/04.

§ 1º ()

§ 2º. Consideram-se, para efeitos desta Lei, as definições do Decreto Federal nº 5296/04 para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 2977/12

LEI Nº 2977, DE 16 DE MARÇO DE 2012.

ALTERA A EMENTA E INCLUI O ART. 2ºA E PARÁGRAFO ÚNICO NA LEI Nº 2.312 DE 07 DE ABRIL DE 2009

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a Ementa na Lei nº 2.312 de 07 de abril de 2009, com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a colocação de portas giratórias de segurança com detector de metais e travamento automático das portas, colocação de acentos, banheiros e bebedouros em todos os locais de espera de atendimento ao cliente de todos os estabelecimentos bancários do Município de São Bento do Sul".

Art. 2º. Fica incluído o Art. 2º A e parágrafo único na Lei nº 2.312 de 07 de abril de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 2ºA. Ficam os estabelecimentos bancários que já operam

ou que venham a se instalar no Município de São Bento do Sul, obrigados a instalar e manter portas giratórias de segurança com detector de metais e travamento automático das portas.

Parágrafo único. Os estabelecimentos bancários do Município de São Bento do Sul terão o prazo até a data de 15 de maio de 2012 para adaptarem-se a exigência e obrigação prevista no caput."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 2978/12

LEI Nº 2978, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL A RECEBER EM DOAÇÃO COM ENCARGOS IMÓVEL

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de São Bento do Sul fica autorizado a receber em doação com encargos uma área de terra correspondente a 368,77m², matriculada no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob nº 34.325, Livro 2, Registro Geral, propriedade de Rancho Grande Ltda e localizada na Rua Miguel Hübl, Bairro Lençol.

Art. 2º. O encargo referido no artigo anterior consiste em destinar o terreno para uso da Secretaria Municipal de Saúde, mediante averbação desta condição junto ao respectivo registro imobiliário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 2979/12

LEI Nº 2979, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Autoriza a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, a alienar imóveis.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a alienação dos imóveis da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, matriculados no Ofício Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul sob números 39.733, 39.734, 39.735, 39.736, 39.738, 39.739, 39.740; no total de 07 terrenos, para os beneficiários conforme lista anexa. Parágrafo Único - O anexo mencionado no caput do artigo 1º contém a identificação de todos os lotes do loteamento com o(s) seu(s) respectivo(s) beneficiário(s).

Art. 2º Os custos de escrituração e registros referentes à transferência dos imóveis serão de responsabilidade de cada beneficiário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

lote	Mat.RI	nome(s) beneficiário(s)	RG	CPF
1	39739	Oziel Zeferino & Leila Odete de Lima	2967257 5230853	817.248.459-34 010.142.739-51
2	39738	Valdemar Cabral Batista e Vera Lucia Philippsen Batista	5012271 2921598	706.784.059-72 780.478.979-34
3	39737	José Machado & Angelina Chiqueira	1640755 3618705	502.096.479-49 827.748.629-49
4	39736	Marcio Luis Martins & Fabiana Alves Martins	3786466 4377597	005.441.819-48 045.722.739-79
5	39735	Maria Isabel Felipe da Silva Albuquerque	3719427	024.377.347-16
6	39734	Leocádia Aparecida Cruz	2011105	716.049.799-68
7	39733	Abel Grein & Leonor Aparecida da Silva	481208 2370358	222.422.559-72 596.368.669-53

Lei Nº 2980/12

LEI Nº 2980, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ-AB

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído em âmbito municipal o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Qualidade dos serviços de Atenção Básica - PMAQ-AB, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º. Participarão todos os servidores efetivos e lotados na Equipe de Saúde da Família que assinarem o Termo de Compromisso do PMAQ-AB junto a Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º. O processo de avaliação será através do cumprimento de metas pactuadas pela equipe no Termo de Compromisso e terá periodicidade trimestral.

§ 3º. O valor total do incentivo do PMAQ-AB recebido através de transferência fundo a fundo será distribuído da seguinte forma:

I - 75% (setenta e cinco por cento) para os profissionais da equipe da unidade; e

II - 25% (vinte e cinco por cento) para a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, podendo esse percentual ser utilizado para benfeitorias da unidade e equipe de saúde, após autorização da Comissão de Monitoramento;

§ 4º. O pagamento será efetuado mensalmente após o recebimento do incentivo e conforme o cumprimento de metas pactuados no Termo de Compromisso.

§ 5º. Do valor recebido do incentivo, 75% (setenta e cinco por cento) será distribuído igualmente para cada nível de escolaridade (fundamental, médio, médio-técnico e superior) aos profissionais da equipe, sendo esse dividido pelo número de profissionais de cada nível e repassado em folha de pagamento através de gratificação, não sendo incorporado ao salário;

§ 6º. Em caso de afastamento do servidor em prazo superior a 3 (três) dias por mês por motivo de doença, falta não justificada, transferência de unidade, este não terá direito a esta gratificação, sendo este valor que teria direito adicionado ao valor dos 25% (vinte e cinco por cento) da Unidade.

§ 7º. Para a divisão de valores será levado em consideração uma equipe formada pelos seguintes profissionais:

I - Nível Superior: 1 (um) médico, 1 (um) enfermeiro, 1 (um) odontólogo;

II - Nível Médio e Técnico: 2 (dois) técnicos de enfermagem, 1(um) auxiliar de consultório dentário, 1 recepcionista, 1 técnico de higiene bucal;

III - Nível Fundamental: 9 (nove) agentes comunitários de saúde e 1 (um) auxiliar de serviços gerais.

§ 8º. O valor será reajustado conforme os valores recebidos do Ministério da Saúde para essa finalidade.

Art. 2º. Será constituída Comissão de Monitoramento nomeada pelo Secretário Municipal de Saúde com 8 (oito) representantes sendo: 01 Diretora, 01 coordenador da Atenção Básica, 01 coordenador das Equipes Saúde da Família, 01 coordenador do Planejamento, 01 coordenador da Odontologia e membros da equipe avaliada;

Parágrafo único. A Comissão tem como finalidade de orientar o processo de avaliação, acompanhar, monitorar, auditar e validar os resultados do programa, autorizar a utilização dos recursos da unidade, após prévia solicitação através de ofício assinado por toda a equipe.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 2981/12

LEI Nº 2981, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 28.935,00 (vinte e oito mil e novecentos e trinta e cinco reais) no orçamento vigente do Município.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e incluirá as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRANSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

XXX 3.3.91.39.00.00.00.00.0156 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras

XXX 3.3.90.18.00.00.00.00.0100 - Aux. Financ. a Estudantes R\$ 2.000,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 - Investindo em Programas Habitacionais

31 4.4.90.52.00.00.00.00.0224 - Equip. Mat. Permanente R\$ 25.935,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.463.136,09 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, cento e trinta e seis reais e nove centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 - Investindo em Programas Habitacionais

16 4.4.90.51.00.00.00.00.0200 - Obras e Instalações R\$ 480.000,00

17 4.4.90.51.00.00.00.00.0224 - Obras e Instalações R\$ 588.300,00

30 3.3.90.39.00.00.00.00.0224 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 149.065,00

XX 4.4.90.51.00.00.00.00.0600 - Obras e Instalações R\$ 245.771,09

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial e Suplementar, abertos nos artigos 1º e 2º, será utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial - Anexo 14, na fonte de recursos 0200 - Recursos de Outras Fontes, no valor de R\$ 245.771,09 (duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e um reais e nove centavos), e as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRANSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

330 3.3.90.30.00.00.00.00.0156 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 03 - Turismo

Projeto: 1.009 - Investimentos para Incentivos Turísticos

399 3.3.90.39.00.00.00.00.0024 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 300.000,00

Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

384 3.3.50.41.00.00.00.00.0024 - Contribuições R\$ 248.300,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Projeto: 1.008 - Investimentos na Agropecuária

157 4.4.90.51.00.00.00.00.0024 - Obras e Instalações R\$
215.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Operação Especial: 0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública

420 4.6.90.71.00.00.00.00.0100 - Principal da Div. Cont. Resg
R\$ 482.000,00

Art. 4º. Ficam alterados os Anexos da Lei Municipal nº 2.913, de 18 de novembro de 2011 - PPA e a Lei Municipal nº 2.911, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Programas de trabalho nºs.: 16; 10 e 09 e Ações nºs.: 1.017; 1.009; 2.019 e 1.008.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1029/12

DECRETO Nº 1029, DE 14 DE MARÇO DE 2012

DESIGNA COMISSÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Marcio Dreveck, Tiago Martinhuk, Jocemari Telma Teixeira, Marcos Weiss e Viviane Moser, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 78/2012, a realizar-se às 09:00 horas do dia 16 de março de 2012, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de março de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1030/12

DECRETO Nº 1030, DE 16 DE MARÇO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2975 de 16 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente do Município e incluirá a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 1.010 - Revitalização do Calçadão Central

XXX 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R \$
200.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto no

artigo 1º, será utilizado como fonte de recurso a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Operação Especial: 0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública

420 4.6.90.71.00.00.00.00.0100 - Princ. Div. Contr. Resgatado
R\$ 200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1031/12

DECRETO Nº 1031, DE 16 DE MARÇO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2975 de 16 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.030 - Manutenção de Vias Urbanas e Rurais

78 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R \$
250.000,00

81 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$
50.000,00

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

9 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serviços Terc. PJ

R\$ 200.000,00

Atividade: 2.061 - Preservação da Memória e Patrimônio Histórico

17 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serviços Terc. PJ

R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo 1º, será utilizado como fonte de recursos às anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

383 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 200.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Operação Especial: 0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública

420 4.6.90.71.00.00.00.00.0100 - Princ. Div. Contr. Resgatado
R\$ 315.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1032/12

DECRETO Nº 1032, DE 16 DE MARÇO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 107.700,00 (cento e sete mil e setecentos reais) no orçamento vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

30 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 4.300,00

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração

255 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 70.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

107 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 22.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

171 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 9.700,00

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Manutenção do Depto. de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

196 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.700,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo 1º, será utilizado recurso proveniente das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

31 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 4.300,00

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração

256 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 70.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

106 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 22.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

170 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 9.700,00

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Manutenção do Depto. de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

187 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 1.700,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 16 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1033/12

DECRETO Nº 1033, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2981 de 20 de março de 2012,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 28.935,00 (vinte e oito mil e novecentos e trinta e cinco reais) no orçamento vigente do Município e incluirá as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRANSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

XXX 3.3.91.39.00.00.00.00.0156 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras

XXX 3.3.90.18.00.00.00.00.0100 - Aux. Financ. a Estudantes R\$ 2.000,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 - Investindo em Programas Habitacionais

31 4.4.90.52.00.00.00.00.0224 - Equip. Mat. Permanente R\$ 25.935,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto no artigo 1º, será utilizado como fonte de recursos a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRANSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito

330 3.3.90.30.00.00.00.00.0156 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 03 - Turismo

Projeto: 1.009 - Investimentos para Incentivos Turísticos

399 3.3.90.39.00.00.00.00.0024 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 25.935,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Operação Especial: 0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública
420 4.6.90.71.00.00.00.00.0100 - Principal da Div. Cont. Resg R\$

2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1034/12

DECRETO Nº 1034, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2981 de 20 de março de 2012,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.463.136,09 (Um milhão e quatrocentos e sessenta e três mil e cento e trinta e seis reais e nove centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 - Investindo em Programas Habitacionais

16 4.4.90.51.00.00.00.00.0200 - Obras e Instalações R\$ 480.000,00

17 4.4.90.51.00.00.00.00.0224 - Obras e Instalações R\$ 588.300,00

30 3.3.90.39.00.00.00.00.0224 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 149.065,00

XX 4.4.90.51.00.00.00.00.0600 - Obras e Instalações R\$ 245.771,09

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial e Suplementar, abertos nos artigos 1º e 2º, será utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial - Anexo 14, na fonte de recursos 0200 - Recursos de Outras Fontes, no valor de R\$ 245.771,09 (duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e um reais e nove centavos), e as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 03 - Turismo

Projeto: 1.009 - Investimentos para Incentivos Turísticos

399 3.3.90.39.00.00.00.00.0024 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 274.065,00

Atividade: 2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

384 3.3.50.41.00.00.00.00.0024 - Contribuições R\$ 248.300,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Projeto: 1.008 - Investimentos na Agropecuária

157 4.4.90.51.00.00.00.00.0024 - Obras e Instalações R\$ 215.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Operação Especial: 0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública

420 4.6.90.71.00.00.00.00.0100 - Principal da Div. Cont. Resg R\$ 480.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1035/12

DECRETO Nº 1035, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 047 de 09 de março de 2012 do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 047, DE 09 DE MARÇO DE 2012

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA FUNDAÇÃO FRIEDERIC FROEBEL

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2893 de 19 de outubro de 2011, faz saber que, em sessão plenária ocorrida no dia 08 de março de 2012,

RESOLVEU:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento da Educação Infantil na Fundação Friederic Froebel, localizada na Rua Augusto Klimmek, nº 176 - Centro São Bento do Sul.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEIA ANDRZEJEWSKI

Presidente

Decreto Nº 1036/12

DECRETO Nº 1036, DE 20 DE MARÇO DE 2012

DESIGNA COMISSÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Especial de Contratação do Edital de Chamada Pública dos Prestadores de Serviço do Sistema Único de Saúde - SUS nº 001/2012, os seguintes servidores e seus respectivos setores :

I - Sandra dos Santos Schreiner - Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria;

II - Leslie Lia Hermes Tschoeke - Diretora Departamento Administrativo;

III - Olga Cristina Rocha Pessin - Coordenadora Saúde Mental;

IV - Sandra Maria Pscheidt Mayer - Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria;

V - Nilso Agostinho Cabral - Compras e Licitações;

VI - Alexandre Weiss - Assessoria Jurídica

Parágrafo único - Poderão ser convidados a participar desta Comissão outros técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a necessidade de assessoramento, conforme o objeto do Edital;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Listagem de Portarias

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 10507, de 14 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 14 de março de 2012. Alberto Marczak Neto. Mecânico. Grupo Ocupacional 3. Classe A. 40 horas semanais. SEMOB.

Portaria nº 10508, de 14 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 14 de março de 2012. Pablo Brum da Silva. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 4. Classe A. 40 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 10515, de 15 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 15 de março de 2012. Lucinéia Krohl Siqueira. Professor de Artes. Classe D. Referência 1. Área de Atuação 2. 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 10516, de 15 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 15 de março de 2012. Débora Elaine Bello. Telefonista. Grupo Ocupacional 3. Classe A. 30 horas semanais. GAPRE.

Portaria nº 10517, de 15 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 15 de março de 2012. Eliane Kuchler. Auxiliar de Serviços. Grupo Ocupacional 1. Classe A. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 10518, de 15 de março de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 15 de março de 2012. Mônica Montemor Bertazo. Médico Psiquiatra. Grupo Ocupacional 8. Classe A. 20 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10519, de 16 de março de 2012. Prorroga Prazo para Posse de Camila Andressa de Souza Bello no cargo de Enfermeira, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo nº 1836/2012.

Portaria nº 10520, de 19 de março de 2012. Altera, a partir de 01 de fevereiro de 2012, o percentual de gratificação de direção concedido à servidora Alvani Grosch Gumbowski, ocupante do cargo de Professor, passando de 45% para 50%, sobre seu vencimento de carreira.

Portaria nº 10521, de 19 de março de 2012. Altera, a partir de 01 de fevereiro de 2012, o percentual de gratificação de coordenação pedagógica concedido à servidora Flavia da Rosa Koszanski, ocupante do cargo de Professor, passando de 35% para 40% sobre seu vencimento de carreira.

Portaria nº 10528, de 20 de março de 2012. Opera Remoção de Servidor, a partir de 12 de março de 2012, da Secretaria Municipal de Administração para o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social. Dinanci Maria Rosa Flenik. Professor. SEMED.

Portaria nº 10529, de 20 de março de 2012. Revoga Portaria nº 7400/11, a partir de 12 de março de 2012, que cedeu a Servidora Pública Municipal Jucelia Dreschler Zoltz para prestar serviços junto ao Fórum da Comarca de São Bento do Sul.

Portaria nº 10530, de 20 de março de 2012. Opera Remoção de Servidor, a partir de 12 de março de 2012, da Secretaria Municipal de Administração para o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social. Jucelia Dreschler Zoltz. Professor.

Portaria nº 10531, de 20 de março de 2012. Revoga Portaria nº 3559/2008, a partir de 12 de março de 2012, que cedeu a Servidora Pública Municipal Gleice Meri Swirkowsky para prestar serviços junto ao Fórum da Comarca de São Bento do Sul.

Portaria nº 10532, de 20 de março de 2012. Opera Remoção de Servidor, a partir de 12 de março de 2012, da Secretaria Municipal de Administração para o quadro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Gleice Meri Swirkowsky. Telefonista.

Portaria nº 10533, de 20 de março de 2012. Opera Remoção de Servidor, a partir de 12 de março de 2012, da Secretaria Municipal de Finanças para o quadro do Gabinete do Prefeito. Soeli Teresinha Schwinski. Assistente Administrativo. SEFIN.

Portaria nº 10534, de 20 de março de 2012. Opera Remoção de Servidor, a partir de 19 de março de 2012, da Secretaria Municipal de Educação para o quadro da Secretaria Municipal de Saúde. Ana Nely Hansch. Professor. SEMED.

Portaria nº 10535, de 20 de março de 2012. Revoga Portaria nº 10323/12, a partir de 27 de março de 2012, que admitiu em caráter temporário a Servidora Pública Municipal Adriana de Mira Caldas, eis que emitida em duplicidade.

Portaria nº 10536, de 20 de março de 2012. Revoga Portaria nº 10289/12, a partir de 19 de março de 2012, que nomeou Servidora Pública Municipal Rosane Eede Malaquias, no cargo de Técnico em Laboratório na Secretaria Municipal de Saúde, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 10537, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de março de 2012. Angela Aparecida Pereira. Atendente Educativo. 30 horas semanais, no CEIM Tico e Teco. SEMED.

Portaria nº 10538, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2012. Cristina de Lima Teixeira. Atendente Educativo. 30 horas semanais, na PEM Abelinha Feliz. SEMED.

Portaria nº 10539, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 12 de março de 2012. Danielle Smaga. Atendente Educativo. 30 horas semanais, no CEIM Peter Pan. SEMED.

Portaria nº 10540, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de março de 2012. Jocimara Aparecida Dalcanari Dutra. Atendente Educativo. 30 horas semanais, na EBM Baselisse C Virmond. SEMED.

Portaria nº 10541, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de março de 2012. Josiane Fleischmann Nojekovski. Atendente Educativo. 30 horas semanais, no CEIM Neide de Fatima Lobermeyer. SEMED.

Portaria nº 10542, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de março de 2012. Neli Carmen Tavares Dziedzic. Atendente Educativo. 30 horas semanais, no CEIM Tempo Mágico. SEMED.

Portaria nº 10543, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de março de 2012. Renata Schaad. Atendente Educativo. 30 horas semanais, no CEIM Nosso Mundo. SEMED.

Portaria nº 10544, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 14 de março de 2012. Adelane Aparecida da Silva. Auxiliar de Biblioteca. 40 horas semanais, na EBM Pres Castelo Branco. SEMED.

Portaria nº 10545, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de março de 2012. Adriana Antunes da Costa. Professor Oficina de Esportes. 10 horas semanais, na EBM Carlos Doetsch. SEMED.

Portaria nº 10546, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de março de 2012. Ana Luiza da Cruz Kaminski. Professor Oficina de Dança. 20 horas semanais, na EBM Rodolfo Berti, EBM Hercílio Malinowski, EBM Basélisse Virmond e na EBM Newton Mendes. SEMED.

Portaria nº 10547, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2012. Josimar Lucachinski. Professor Educação Física. 30 horas semanais, na EBM Gribaldina S Fuginaga. SEMED.

Portaria nº 10548, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 14 de março de 2012. Jean Marcos Rosa. Professor Educação Física. 10 horas semanais, na EBM Dalmir Pedro Cubas. SEMED.

Portaria nº 10549, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2012. Rodrigo Muhlbauer. Professor Educação Física. 20 horas semanais, na EBM Ilona Tchoke. SEMED.

Portaria nº 10550, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de março de 2012. Marilene Cristina do Prado. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais, no CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 10551, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 13 de março de 2012. Ionice Paz da Silva Ribeiro. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais, na EBM Maria Waltrudes. SEMED.

Portaria nº 10552, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 14 de março de 2012. Silvia Helena Grein. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais, no CEIM Sossego da Mãe. SEMED.

Portaria nº 10553, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de março de 2012. Valquiria Terezinha Fagundes. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais, no EBM Pres Castelo Branco. SEMED.

Portaria nº 10554, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2012. Luciane Gunther. Professor Ciências. 10 horas semanais, na EBM Aracy Hansen. SEMED.

Portaria nº 10555, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 14 de março de 2012. Maristela da Rosa de Carvalho. Professor Artes Visuais. 20 horas semanais, na EBM Alfredo Diener e na EBM Sophia Schwedler. SEMED.

Portaria nº 10556, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 14 de março de 2012. Tatiane Eliza Antunes. Professor Artes Visuais. 30 horas semanais, na EBM Pref Henrique Schwarz. SEMED.

Portaria nº 10557, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de março de 2012. Patricia Frohner. Professor Anos Iniciais. 40 horas semanais, na EBM Basélisse C Virmond. SEMED.

Portaria nº 10558, de 21 de março de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 13 de março de 2012. Suzana Kmiecik. Secretária de Escola. 40 horas semanais, na EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 10559, de 21 de março de 2012. Prorroga Prazo para Posse, Conforme Processo nº 1975/12. Joice Rudnik. Telefonista.

GAPRE.

São Bento do Sul, 23 de março de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10509/12

PORTARIA Nº 10509, DE 14 DE MARÇO DE 2012
REVOGA PORTARIA Nº 4601/2010

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Revogar, a partir de 01 de abril de 2012, a Portaria nº 4601 de 29 de setembro de 2010, que designou INGRID APARECIDA STIEGLER RIBEIRO como responsável pela Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

São Bento do Sul, 14 de março de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10510/12

PORTARIA Nº 10510, DE 14 DE MARÇO DE 2012.
DESIGNA RESPONSÁVEL TÉCNICO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar, a partir de 01 de abril de 2012, o servidor público municipal RICARDO ANTONIO HOMECHEN, inscrito no CRC/SC sob nº 029937/0-5, ocupante do cargo efetivo de Contador, na Secretaria Municipal de Finanças, como responsável técnico contábil do Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

São Bento do Sul, 14 de março de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10511/12

PORTARIA Nº 10511, DE 14 DE MARÇO DE 2012.
DESIGNA RESPONSÁVEL TÉCNICO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar, a partir de 01 de abril de 2012, a servidora pública municipal ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS, inscrita no CRC/SC sob nº 026843/0-3, ocupante do cargo efetivo de Contador, na Secretaria Municipal de Finanças, como responsável técnico contábil pela elaboração e acompanhamento orçamentário.

São Bento do Sul, 14 de março de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10512/12

PORTARIA Nº 10512, DE 14 DE MARÇO DE 2012.
DESIGNA RESPONSÁVEL TÉCNICO

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Designar, a partir de 01 de abril de 2012, a servidora pública municipal SIRLENE PETERS, inscrita no CRC/SC sob nº 021935/0-4, ocupante do cargo efetivo de Contador, na Secretaria Municipal de Saúde, como responsável técnico contábil do Fundo Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 14 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10514/12

PORTARIA Nº 10514, DE 15 DE MARÇO DE 2012
SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 060 de 29 de maio de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Fica substituído o membro do Conselho Municipal de Saúde, nomeado pela Portaria nº 5503, de 07 de fevereiro de 2011, na forma que segue:

“ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS
Elaine do Prado - Efetivo”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de março de 2012

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10522/12

PORTARIA Nº 10522 DE 19 DE MARÇO DE 2012
CONCEDE PENSÃO POR MORTE

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso I da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 09 de março de 2012, pensão por morte a JOÃO MARTINS FAGUNDES, na condição de cônjuge da ex-servidora inativa ELY NEUMANN FAGUNDES.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1576/12, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de março de 2012.

São Bento do Sul, 19 de março de 2012

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10523/12

PORTARIA Nº 10523, DE 20 DE MARÇO DE 2012
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública Municipal KATIA REGIANE WOLFF CELESKI, ocupante do cargo de Professor, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20722003.1.00046/99-9 de 17 anos, 05 meses e 26 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 1523, de 09 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10524/12

PORTARIA Nº 10524, DE 20 DE MARÇO DE 2012
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública Municipal LUCIA UNISESKY, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00007/03-8 de 07 anos, 09 meses e 28 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 1558, de 12 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10525/12

PORTARIA Nº 10525, DE 20 DE MARÇO DE 2012
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública Municipal ROSELIS MARIA MEROS, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, na Secretaria Municipal de Administração, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00014/12-3 de 13 anos, 10 meses e 11 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 1595, de 13 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10526/12

PORTARIA Nº 10526, DE 20 DE MARÇO DE 2012
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor JURACI CLAUDIO ROSSETTO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, na Secretaria Municipal de Administração, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Arrt. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 10527/12

PORTARIA Nº 10527, DE 20 DE MARÇO DE 2012

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora EVANIR RIBCZINSKI HUBL, ocupante do cargo de Enfermeiro, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Editais de Chamada Pública 001/2012 - Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2012

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, instituída pelo Decreto nº 1036 de 20 de março de 2012, torna público que será realizada a seleção de pessoas jurídicas, privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município, em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 8.080/90, com as normas da Lei nº 8.666/93, a Lei Orgânica do Município, Norma Operacional Básica (NOB-SUS 01/96)), Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2002) e segundo o disposto nas demais normas do Sistema Único de Saúde e princípios gerais da administração pública.

1. DO OBJETO:

Este Edital tem por objeto habilitar pessoas jurídicas para a prestação de serviços de atenção à pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, mediante leitos de acolhimento em:

Comunidade Terapêutica,
Residência terapêutica e

Internação para pacientes com transtornos mentais e comportamentais realizada exclusivamente em hospital especializado.

para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

2. DOS SERVIÇOS:

O serviço a ser tomado pela Secretaria Municipal de Saúde será leitos de acolhimento em período integral às pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, podendo ser em Comunidade Terapêutica, residência terapêutica e internação para pacientes com transtornos mentais e comportamentais realizada exclusivamente em hospital especializado, tendo como referência os valores da Tabela de Procedimentos SIGTAP, disponível no site <http://sigtap.datasus.gov.br> conforme descrito no anexo II (Ficha de Programação Orçamentária - FPO) deste Edital. Os pacientes serão avaliados por equipe multidisciplinar do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) Municipal, que decidirá qual será o atendimento mais adequado para cada usuário.

3. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos podendo optar por um dos itens (a, b e c) descritos no item 1. "do objeto", pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atendam às disposições deste Edital, distantes até 250 Km do município, observado o preconizado na NOAS-SUS 01/2002.

4. DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:

Os usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde serão aqueles que forem encaminhados pelas Unidades de Saúde do Município de São Bento do Sul, na forma do seu modelo de atenção de referência e contra-referência, devidamente autorizadas pela SEMUS.

5. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. O preço referente à prestação dos serviços, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante no anexo II com referência na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS – SIGTAP do Ministério da Saúde, bem como seus reajustes.

5.2 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados, conforme Portaria Ministerial nº 3478, de 20 de agosto de 1998, através de depósito em conta corrente da CONTRATADA após a entrega do relatório individual por usuário, equivalente a produção prestada.

5.3. O relatório da prestação dos serviços deverá ser encaminhado até o terceiro (3º) dia útil do mês subsequente à realização dos atendimentos, acompanhado da guia da autorização do atendimento pela SEMUS e do relatório individual do usuário, constando: data de cada atendimento, nome do usuário, descrição do procedimento realizado, assinada no verso pelo usuário/responsável.

5.4. As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Edital, consignados no SIA/SUS, têm o valor limite mensal definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) conforme anexo II.

6. DO MONITORAMENTO:

É competência da Secretaria Municipal de Saúde a fiscalização e avaliação periódica, respeitando o âmbito de atuação dos agentes envolvidos dos serviços mediante a elaboração de protocolo específico. Podem ser criadas comissões locais compostas por representantes da Secretaria Municipal de Saúde, Regional de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.

7. DA INSCRIÇÃO:

7.1. As inscrições para contratação pelo presente Edital se darão no período de 26 de março de 2012 a 05 de abril de 2012, na Divisão de Controle e Avaliação, na Secretaria Municipal de Saúde, no horário de 7h30' às 12h e 13h às 16h30', podendo ser prorrogado por igual período, havendo interesse da Administração Pública.

7.2. Requerimento de Contratação (Anexo I) - Solicitação formal de contratação (em duas vias para protocolo), contendo a

declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe.

7.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou, com a apresentação dos documentos originais, com fotocópia para autenticação, no ato da inscrição, por funcionário da Divisão de Controle Avaliação e Auditoria (DCAA) da Secretaria Municipal de Saúde.

7.4. A entrega da solicitação de Contratação deverá ser acompanhada de cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Contrato Social ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social devidamente registrado no órgão competente e suas devidas alterações de reformulação;
- c) Declaração dos sócios e diretores de que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito municipal, estadual ou federal;
- d) Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, por categoria funcional e cópia da inscrição no Conselho de Classe, quando houver;
- e) Comprovante de inscrição da unidade no respectivo “Conselho Regional” da categoria;
- f) Curriculum Vitae resumido do responsável técnico (anexar diploma, títulos e certificados);
- g) Cópia dos Contratos dos serviços terceirizados pela unidade de saúde, para a prestação dos serviços relacionados diretamente aos serviços contratados, ou declaração do prestador de que não necessita de terceiros para execução dos serviços, objeto deste Edital;
- h) Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS;
- i) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;
- j) Certidão Negativa de Débito para com o Sistema de Seguridade Social – INSS;
- k) Certidão Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- l) Alvará emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, reconhecidamente apto para tal;
- m) Alvará de localização e permanência no local, emitida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal;
- n) Certidão Negativa de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- o) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da Sede do Proponente;
- p) Certidão Negativa de Débito junto à Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal;
- q) Dados bancários (relacionar número da Agência e o número da Conta Corrente do Banco para depósito);
- r) Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

7.5. A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

7.6. Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços estará apto para firmar o Termo de Contrato, conforme decisão da SEMUS de acordo com o interesse público.

7.7. A negativa ou o não comparecimento, quanto ao definido no item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

8. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. Como exigência imprescindível para a formalização e manutenção do contrato, a empresa proponente/contratada deve atender às seguintes condições:

- a) Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) A empresa Contratada não poderá alterar as instalações bem como o endereço de atendimento sem conhecimento prévio e

aceitação, por escrito, da Secretaria Municipal de Saúde;

c) Comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;

d) As entidades que não atenderem aos requisitos exigidos constantes na presente Chamada Pública serão consideradas inabilitadas e não poderão ser contratualizados com o SUS;

e) A SEMUS poderá celebrar contrato de prestação de serviços, com as entidades consideradas habilitadas, mediante inexigibilidade de licitação (artigo 25, “caput”, da Lei nº. 8.666/93), considerada a inviabilidade de competição de preço, dando preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

f) A Contratação se dará após vistoria in loco, aprovação e homologação do requerimento de inscrição, quando deferido em sua análise técnica e legal, pela Comissão Especial de Contratação e na forma preconizada por este Edital.

8.2. A SEMUS não se obriga a contratar todas as entidades habilitadas, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda SUS em conformidade com os parâmetros da Portaria GM/MS nº 1.101, de 12/06/02 e a série histórica da Programação Físico e Orçamentária, visando a complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, dando prioridade para os serviços com integralidade da assistência, atendendo todos os procedimentos constantes na FPO/2012 especificados no Anexo II deste Edital, com maior número de horas oferecidas para atendimento aos usuários do SUS e sistema informatizado que possibilite agilizar o atendimento ao público alvo deste Edital.

9. DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO, A CONTRATADA COMPROMETE-SE:

9.1. Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS.

9.2. Os estabelecimentos assistenciais de saúde, que possuem procedimentos de desintoxicação e tratamento de residentes com transtornos decorrentes do uso ou abuso de SPA, que fazem uso de medicamentos a base de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicos e outras sujeitas ao controle especial, estão submetidos à Portaria SVS/MS nº 344/98 - Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial e suas atualizações ou outro instrumento legal que vier substituí-la.

9.4. A responsabilidade técnica pelo serviço junto ao órgão de Vigilância Sanitária dos Estados, Municípios e do Distrito Federal deve ser de técnico com formação superior na área da saúde e serviço social.

9.5. Nos estabelecimentos em que não há prescrição, mas admissão de pessoas usuárias de medicamentos controlados, a direção do serviço assumirá a responsabilidade pela administração e guarda do medicamento, ficando dispensada dos procedimentos de escrituração previstos na Portaria SVS/MS nº 344/98 ou outro instrumento legal que vier substituí-la.

10. CONDIÇÕES OBRIGATÓRIAS DA CONTRATADA:

Apresentação da proposta de acolhimento contendo, necessariamente:

Estrutura física do estabelecimento;

Número de leitos a serem contratados;

Dentro de suas atividades, a Contratada deverá promover a construção de um Projeto Terapêutico Individualizado, com a participação do usuário e, se possível, seu familiar, com alternativas de continuidade após a saída do estabelecimento;

Descrição do fluxo das atividades realizadas no cotidiano do serviço da Contratada;

Descrição das ações desempenhadas por cada profissional que compõe a equipe da Contratada.

Os leitos de acolhimento das Contratada devem:

Ser, exclusivamente, de caráter voluntário, além de condicionados a encaminhamento pelo serviço de atenção da rede SUS;
Organizar-se de modo a atender demanda municipal.

A Comunidade Terapêutica contratada deverá comprometer-se com as seguintes diretrizes clínicas:

Desenvolver ações integrais de intervenção em crise e de proteção e suporte social ao usuário durante todo o período de acolhimento;

Nortear as ações de cuidados por uma Proposta de Acolhimento Individual elaborado com a participação do usuário, do familiar e da Equipe de Referência da rede de saúde local;

Constituir em seu quadro técnico pelo menos 01 (um) consultor em dependência química para cada 10 (dez) usuários;

Deverá comprometer-se com as orientações sobre a linha de cuidado dos serviços;

Não permitir ações de contenção física, isolamento ou qualquer restrição à liberdade do usuário.

Preservar como direitos do usuário:

Receber pelo menos 01 (um) atendimento médico e 01 (um) atendimento em saúde mental, mês por profissional do serviço contratado;

Não ser obrigado a participar de atividades de cunho religioso durante o período de acolhimento;

Receber visitas de familiares conforme a rotina da instituição;

Ter acesso aos meios de comunicação que permitam contato com familiares durante o acolhimento, conforme a rotina de funcionamento da instituição;

Ter garantida sua privacidade pessoal, vestuário e objetos pessoais próprios;

Ter a garantia do cumprimento das orientações da Portaria MS nº 675 de 30 de março de 2006, que trata da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde.

Crítérios de Elegibilidade: As pessoas em avaliação que apresentarem grau de comprometimento grave no âmbito orgânico e/ou psicológico não são elegíveis para tratamento nestes serviços, devendo ser encaminhados a outras modalidades de atenção.

Os critérios para o tratamento de pessoas com transtornos decorrentes de uso ou abuso de substâncias psicoativas seguem protocolo da Resolução RDC nº 101, de 30 de maio de 2001, ou seja:

Serviços que atendem dentro do modelo psicossocial;

Critério de voluntariedade e não discriminação por nenhum tipo de doença associada, não havendo restrições quanto ao grau de comprometimento para adesão e manutenção do tratamento;

A situação social, familiar e legal da pessoa com transtornos decorrentes de uso ou abuso de SPA não será condição restritiva ao tratamento;

A admissão será feita mediante prévia avaliação diagnóstica, clínica e psiquiátrica, cujos dados deverão constar na Ficha de Admissão.

11. DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO:

O procedimento seletivo para contratação será composto pelas seguintes fases:

- Divulgação da Chamada Pública;
- Análise da proposta e dos documentos para a habilitação;
- Divulgação dos nomes dos prestadores técnicos e habilitados;
- Adjudicação e Homologação.

A divulgação dos prestadores habilitados será feita por publicação no site da Prefeitura, www.saobentodosul.sc.gov.br.

11.3. Poderá o interessado interpor recurso no prazo de dois (02) dias úteis após a divulgação dos resultados, endereçado a

Secretaria Municipal de Saúde, para a Comissão Especial de Contratação, por escrito e protocolado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul (sede).

12. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS:

A vigência do contrato será de até 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por outros períodos, de acordo com o ano orçamentário, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses.

12.2. A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, pela CONTRATANTE, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, ou pela CONTRATADA, mediante aviso escrito e protocolado, apresentado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Dúvidas decorrentes do presente edital serão esclarecidas mediante consulta formulada por escrito e/ou encaminhada via Fax (47) 3631-0431 e 3631-0433 à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Controle, Avaliação e Auditoria, aos cuidados da Comissão Especial de Contratos, a Rua Largo Hugo Fischer, 25 – Bairro Centro, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

Integra o presente Edital a Ficha de Programação Orçamentária - FPO/2012 e Requerimento para Contratação, que poderão ser fornecidos a qualquer interessado no site www.saobentodosul.sc.gov.br.

O Serviço/Clínica habilitado deverá iniciar suas atividades a partir da assinatura do contrato, e a critério da SEMUS.

13.4. Fica reservada, à SEMUS, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular o presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

São Bento do Sul, 23 de março de 2012.

MARCUS MALUF

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

R E Q U E R I M E N T O

À

Secretaria Municipal de Saúde

Comissão Especial de Contratação

N E S T A

Prezados Senhores:

Pelo presente, atendendo ao Edital nº , oferecemos aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS/São Bento do Sul, a prestação de serviços de:

() Comunidade Terapêutica

() Residência Terapêutica

() Internação para pacientes com transtornos mentais e comportamentais realizada exclusivamente em hospital.

Declaramos desde já, que o atendimento será realizado conforme normas e determinação da Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a legislação do SUS.

Declaramos outrossim, que aceitamos a remuneração proposta,

a qual será feita com base na Tabela de Valores e Procedimentos do SIA/SUS, da qual temos pleno conhecimento, e sem qualquer cobrança adicional ao usuário.

Anexo a relação dos documentos entregues para a Comissão conforme Edital, para análise e parecer.

São Bento do Sul, _____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:

Data: ____/____/____ Nome e Assinatura Funcionário: _____

ANEXO II

FICHA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (FPO)

1 – Para atendimentos da Comunidade Terapêutica:

DIAS	Valor diário	Referência na Tabela SUS	TOTAL P/ PACIENTE MÊS
31	R\$ 33,28	03.01.08018-6	R\$ 1.031,68
31	R\$ 14,85	03.01.08009-7	R\$ 460,35
4	R\$ 14,85	03.01.08009-7	R\$ 59,40
1	R\$ 14,85	03.01.08009-7	R\$ 14,85
12	R\$ 18,10	03.01.08007-0	R\$ 217,20
TOTAL			R\$ 1.783,48

OBS. Consiste no acolhimento quando necessária utilização de Leito a pacientes em acompanhamento de atenção psicossocial (Alcool e Drogas) com atendimentos acima descritos, através de equipe multiprofissional mínima para:

Atividade física diária – atendimento em grupo diário
 Atividade lúdico-terapêutica variada diária (por ex.: tecelagem, pintura, teatro, música, dança, modelagem, etc.)
 Atendimento em grupo e/ou individual coordenado por profissional de nível superior habilitado em dependência de SPA, ao menos uma vez por semana;
 Atividade didático-científica para o aumento de conscientização;
 Atividade que vise estimular o desenvolvimento interior (por ex.: yoga, meditação, prática de silêncio, cantos e outros textos filosóficos reflexivos). Essa atividade é opcional para o residente, respeitando-se suas convicções e credos pessoais e oferecendo, em substituição, atividades alternativas;
 Atendimento médico psiquiátrico pelo menos uma vez ao mês, nos casos de comorbidade;
 Atendimento em grupo por membro da equipe técnica responsável pelo programa terapêutico (psicólogo, assistente social, TO, Enfermeiro) pelo menos três vezes por semana. Todas as evoluções e prescrições devem estar carimbadas e assinadas;
 Participação diária, efetiva e rotativa da rotina de limpeza, organização, cozinha, horta, etc.;
 Atendimento à família durante o período de tratamento;
 Atividades de estudos para alfabetização, profissionalização, etc
 Conforme regulamento técnico da Resolução Diretora Colegiada de nº 101/2001, publicada em 30 de maio de 2001

2 – Acompanhamento de paciente em Saúde Mental (Residência Terapêutica):

DIAS	Valor diário	Referência na Tabela SUS	TOTAL P/ PACIENTE MÊS
31	R\$ 25,30	03.01.08004-6	R\$ 784,30

Obs. Conjunto de Atividades de reabilitação psicossocial que tenham como eixo organizador a moradia, tais como: Auto-cuidado, atividades de vida diária, frequência a atendimento ambulatorial, alfabetização, lazer e trabalhos assistidos na perspectiva de reintegração social.

3 – Internação para tratamento de transtornos mentais e comportamentais realizada exclusivamente em hospital especializados:

DIAS	Valor diário	Referência na Tabela SUS	TOTAL P/ PACIENTE MÊS
31	R\$ 56,00	03.03.17008-5	R\$ 1.736,00
1	R\$ 55,00	03.03.17001-8	R\$ 55,00
10	R\$ 10,00	03.01.01007-2	R\$ 100,00
10	R\$ 17,93	03.01.08003-8	R\$ 179,93
TOTAL			R\$ 2.070,93

CÂMARA MUNICIPAL

Termo de Adjudicação Convite Nº 001/2012

TERMO DE ADJUDICAÇÃO CONVITE Nº 001/2012

A Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 001/2012, no uso de suas atribuições resolve adjudicar o objeto do Processo Licitatório - Modalidade Convite nº 001/2012, do qual foi vencedora a empresa Escrimate Comércio de Materiais de Escritório e Informática Ltda-ME, por apresentar propostas com os menores preços por itens e estarem de acordo com o inciso IV, Art. 43 da Lei nº 8.666/93.

Diante do exposto, sugere-se a homologação da presente licitação.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

DJONI CLEBER PINHEIRO
Presidente

TEODOMIRO KRZESINSKI
Secretário Suplente

CRISTIANE MACHADOI
Membro

Ata do Edital do Processo Licitatório NA Modalidade Convite Nº 01/12

ATA DE RECEBIMENTO, ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA REFERENTE AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONVITE Nº 001/2012.

Aos 20 (vinte) de março de 2012 (dois mil e doze), na sala de comissões da Câmara de Vereadores de São Bento do Sul, às 14:00 (quatorze) horas, reuniu-se a Comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 001/2012 de 30 (trinta) de janeiro de 2012 (dois mil e doze), com a finalidade de procederem a abertura, análise e julgamento dos documentos referentes ao Edital DO Processo Licitatório na Modalidade Convite nº 001/2012. Iniciando os trabalhos o Presidente da Comissão de Licitação, Senhor Djoni Cleber Pinheiro procedeu o credenciamento dos membros das empresas que se achavam presentes sendo o Sr. João Francisco Candaten (sócio) representando a Papelaria São Bento Ltda e o Sr. Cledson Cardoso (procurador) representando a empresa Escrimate Comércio de Materiais de Escritório e Informática Ltda-ME, onde na ocasião o Presidente informou aos presentes que foram retirados 19 (dezenove)

editais, tanto pelo site da Câmara Municipal quanto por e-mail, e que houve o credenciamento de 6 (seis) empresas. Continuando os trabalhos o Presidente solicitou que todos os presentes rubricassem os envelopes recebidos e assim procede-se a abertura de cada envelope de habilitação das empresas, constando habilitadas as empresas: Escrimate Comércio de Materiais de Escritório e Informática Ltda-ME; Infoplan Ltda-ME; Máxima Papelaria Ltda-EPP; Papelaria São Bento Ltda-ME; Infoco Informática Ltda-ME e Dissupri Distribuidora de Suprimentos Ltda. Na sequência foram abertos os envelopes contendo as propostas de preços, sendo julgada a proposta mais vantajosa pelo menor preço, ficando vencedora de todos os itens a empresa Escrimate Comércio de Materiais de Escritório e Informática Ltda-ME, que por item cotou os melhores preços conforme segue: Item 1 (um) R\$ 23,58 (vinte e três reais e cinquenta e oito centavos) totalizando R\$ 1.179,00 (um mil e cento e setenta e nove reais); Item 2 (dois) R\$ 135,85 (cento e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) totalizando R\$ 1.358,50 (um mil e trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos); Item 3 (três) R\$ 132,18 (cento e trinta e dois reais e dezoito centavos) totalizando R\$ 660,90 (seiscentos e sessenta reais e noventa centavos); Item 4 (quatro) R\$ 185,25 (cento e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) totalizando R\$ 926,25 (novecentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos); Item 5 (cinco) R\$ 185,25 (cento e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) totalizando R\$ 926,25 (novecentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos); Item 6 (seis) R\$ 185,25 (cento e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) totalizando R\$ 926,25 (novecentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos); Item 7 (sete) R\$ 14,03 (quatorze reais e três centavos) totalizando R\$ 280,60 (duzentos e oitenta reais e sessenta centavos); Item 8 (oito) R\$ 19,98 (dezenove reais e noventa e oito centavos) totalizando R\$ 199,80 (cento e noventa e nove reais e oitenta centavos); Item 9 (nove) R\$ 14,03 (quatorze reais e três centavos) totalizando R\$ 1.262,70 (um mil e duzentos e sessenta e dois reais e setenta centavos); Item 10 (dez) R\$ 25,26 (vinte e cinco reais e vinte e seis centavos) totalizando R\$ 1.263,00 (um mil e duzentos e sessenta e três reais). O valor global do contrato totalizou R\$ 8.983,25 (oito mil e novecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos). Nada mais havendo a registrar, encerrou-se a reunião sem que houvesse nenhuma objeção dos presentes, lavrando-se a presente ata assinada pela Comissão de Licitação, para que produza seus efeitos legais.

São Bento do Sul, 20 de março de 2012.

DJONI CLEBER PINHEIRO
Presidente

TEODOMIRO KRZESINSKI
Secretário
Suplente

CRISTIANE MACHADO
Membro

FUNDAÇÕES

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos 01/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
FUNDAÇÃO CULTURAL

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
Nº 01/2012

O Presidente da Comissão de Avaliação de Documentos do Arquivo, Sr. Pedro Machado Bitencourt, designado pela Portaria nº 10136, de 17/02/2012, publicada no Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina, de 05/03/12, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos, aprovada pela Comissão de Avaliação de Documentos do Arquivo, faz saber a quem possa interessar que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente a data de publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, se não houver oposição, que o Arquivo Histórico Municipal de São Bento do Sul eliminará os documentos relacionados no Anexo 01 deste Edital. Os interessados, no prazo citado, poderão requerer às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão de Avaliação de Documentos do Arquivo.

Anexo 01

Listagem de Eliminação de Documentos

CÓDIGO OU Nº. DO ITEM	ASSUNTO/SÉRIE	DATAS-LIMITE	UNIDADE DE ARQUIVAMENTO	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVA
01	Diário Oficial da União	1943 a 2000	514 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
02	Diário Oficial do Estado de Santa Catarina	1939 a 1999	183 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
03	Jornal Brasil Post	1950 a 1995	68 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
04	Die Woche	1933	02 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
05	Die Gartenlaube	1910 a 1931	07 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
06	Volks Zeitung	1908 a 1931 1933 a 1938	02 volumes	* Cópias Danificados pela chuva e pela ação de fungos
07	Suplemento Feminino – Folha de São Paulo	1973 a 1977	02 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
08	Suplemento Agrícola - Folha de São Paulo	1955 a 1974	02 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
09	Suplemento de Turismo	1973 a 1976	02 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos

10	St. Josephs Blatt	1952 a 1960	10 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
11	Sonntagstimmen	1935 a 1941	07 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
12	A Gazeta da Lapa	1999	01 volume	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
13	Diversos Jornais	1988 a 1994	01 volume	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
14	Jornal Transportes Jornal Mobral Jornal Integração	1973 1974 1972	01 volume	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
15	Jornal do Sitiente Jornal O Caminho Jornal Folha Corupaense	1985/1987 1987 1972	01 volume	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
16	Enciclopédia dos Municípios Brasileiros	1957 a 1960	12 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
17	Circulares Depto. de Municipalidades de Florianópolis	1938 a 1943	02 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
18	Jornal A Gazeta de São Paulo	1954	01 volume	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
19	Jornal A Tribuna da Serra	1963 a 1966	02 volumes	*Cópias Danificados pela chuva e pela ação de fungos
20	Jornal St. Michaelsblatt	1957 a 1968	09 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
21	Plano diretor de desenvolvimento integrado	1973 a 1974	03 volumes	*Cópias Danificados pela chuva e pela ação de fungos

22	Jornal A Notícia Recortes	1973 a 2000	37 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
23	Encarte Anexo A Notícia	1998 a 2001	06 volumes	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
24	Encadernação "Vários Jornais"	1910 a 1972	01 volume	Danificados pela chuva e pela ação de fungos
25	São Bento do Sul Subsídios para sua História	1973	54 volumes	**Livro de Carlos Ficker Danificados pela chuva e pela ação de fungos
26	Histórico 36º JASC/1996 – SBS – SC	1996	01 volume	*Cópia Danificados pela chuva e pela ação de fungos
27	Histórico 14º Juguinhos Abertos/ 2001 – SBS -SC	2001	01 volume	*Cópia Danificados pela chuva e pela ação de fungos
28	Projeto de lei Fichas de controle de protocolo Formulários para bolsa de estudos Empenhos Controle de matrícula e frequência escolar Relatório do depto. educação e cultura	1914 a 1978	45 caixas	Danificados pela chuva e pela ação de fungos

Itens assinalados com * são cópias de exemplares que continuam fazendo parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal.
Item assinalado com ** publicação que possui 80 exemplares no Arquivo Histórico Municipal.

São Bento do Sul, 16 de março de 2012.
Comissão de Avaliação de Documentos

PEDRO MACHADO DE BITENCOURT
(Presidente)

MÁRCIO BROSKOWSKY

IVANA MARIA LAMPE

VERA ALICE ARNHOLDO

SAMAE**Portaria SAMAE/SBS-044/2012, de 21 de Março de 2012**

Portaria SBS-044/2012, de 21 de março de 2012.

"REVOGA PORTARIA "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC., nomeado pela Portaria 011 de 05 de janeiro de 2009, do Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º - REVOGAR a Portaria nº 153, de 11 de novembro de 2011, do servidor SANDRO MATEO BEIER, OPERADOR DE ETA/ETE, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-05, Função de AGENTE DE DIVISÃO de conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS-045/2012, de 21 de Março de 2012.

Portaria SAMAE/SBS-045/2012, de 21 de março de 2012.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 0011 de 05 de janeiro de 2009, do Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER ao servidor SANDRO MATEO BEIER, OPERADOR DE ETA/ETE, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função de Assessoramento Técnico, de conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 2970, de 02 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/046/2012, de 21 de Março de 2012.

Portaria SAMAE/SBS/046/2012, de 21 de março de 2012.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 0011 de 05 de janeiro de 2009, do Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER ao servidor JOEL PIRES DE LIMA, OPERADOR DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA de conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de

24 de julho de 2007.

Art. 2º Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/047/2012, de 21 de Março de 2012

Portaria SAMAE/SBS/047/2012, de 21 de março de 2012.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 0011 de 05 de janeiro de 2009, do Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER ao servidor EDEMILSON PAULO DE MORAIS, OPERADOR DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA de conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/048/2012, de 21 de Março de 2012

Portaria SAMAE/SBS/048/2012, de 21 de março de 2012.

"REVOGA PORTARIA "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC., nomeado pela Portaria 011 de 05 de janeiro de 2009, do Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º - REVOGAR a Portaria nº 132/2010, de 18 de outubro de 2010, do servidor PAULO CESAR FERREIRA, OPERADOR DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, Função de AGENTE DE ÁREA, lotado nesta Autarquia, de conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN

Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/049/2012, de 21 de Março de 2012

Portaria SAMAE/SBS/049/2012, de 21 de março de 2012.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 0011 de 05 de janeiro de 2009, do Senhor Prefeito Municipal, no

uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER ao servidor PAULO CESAR FERREIRA, OPERADOR DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS de conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS/050/2012, de 21 de Março de 2012

Portaria SAMAE/SBS/050/2012, de 21 de março de 2012.
"CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 0011 de 05 de janeiro de 2009, do Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER ao servidor EDSON LUIZ FEIL, AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA de conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 038, de 21 de Março de 2012.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 038, de 21 de março de 2012.
"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - RETIRAR do servidor GERSON LUIZ RAMOS, OPERADOR DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-04, Função de AGENTE DE SETOR, de conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, modificação introduzidas pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 154, de 11 de novembro de 2011, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 041, de 21 de Março de 2012

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 041, de 21 de março de 2012.
"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - RETIRAR do servidor WALTER CARLOS BUTTELBRUN, MOTORISTA, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, Função de AGENTE DE SERVIÇOS, de conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, modificação introduzidas pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 061/2009, de 23 de março de 2009, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 042, de 21 de Março de 2012.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 042, de 21 de março de 2012.
"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - RETIRAR da servidora ZAIRA ZIPPERER SCHROEDER, ENGENHEIRA QUÍMICA, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-05, Função de AGENTE DE DIVISÃO, de conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, modificação introduzidas pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 152/2011, de 11 de novembro de 2011, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 043, de 21 de Março de 2012.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 043, de 21 de março de 2012.
"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - RETIRAR da servidora VIVIAN ALVES MÁXIMO SIMÕES, ENGENHEIRA SANITARISTA, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função Gratificada de Assessoramento Técnico, de conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, modificação introduzidas pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 134/2011, de 19 de outubro de 2011, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 39, de 21 de Março de 2012.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 39, de 21 de março de 2012.
"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - RETIRAR do servidor JOSE AULISIO DOS SANTOS, OPERADOR DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, Função de AGENTE DE AREA, de conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, modificação introduzidas pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 079/2009, de 20 de maio de 2009, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 40, de 21 de Março de 2012.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 40, de 21 de março de 2012.
"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - RETIRAR do servidor LIBINO ANTONIO DE LIMA, MOTORISTA, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, Função de AGENTE DE AREA, de conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, modificação introduzidas pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 053/2009, de 23 de março de 2009, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA**Decreto Nº 4.395, De 21 de Março de 2012.**

DECRETO Nº 4.395, DE 21 DE MARÇO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2012, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320 de 1964, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações, adicionando o valor de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000
16 Aplicação Direta R\$ 14.000,00

07.00 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF
07.01 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF
07.01.04.123.4504.2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000
27 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE
08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019
43 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das dotações a seguir descritas, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964 e Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.122.4503.2.006.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000
17 Aplicação Direta R\$ 14.000,00

07.00 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF
07.01 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF
07.01.04.123.4504.2.011.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000
28 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE
08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0019
48 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de março de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Resolução CMAS Nº. 02 de 21 de Março de 2012.

Resolução CMAS nº. 02 de 21 de março de 2012.

Dispõe sobre a aprovação de repasse do recurso advindo do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS para execução de serviços de Proteção Social Especial / Média Complexidade referente ao Piso de Transição de Média Complexidade para o exercício de 2012, no município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, consoante os termos da Lei Federal nº. 8.742/93 que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais; no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.040 de 21 de outubro de 1996 e considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em conformidade a NOB/SUAS, assim como Reunião ordinária realizada no dia 21 de março de 2012;

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, com última alteração dada pela Lei nº 12.435/2011;

Considerando a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Considerando a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 269, de 13 de novembro de 2006 que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos municípios e Distrito Federal;

Considerando a Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento, defesa e garantia dos direitos no âmbito da Assistência Social.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o repasse do recurso advindo do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS para execução de serviços de Proteção Social Especial / Média Complexidade referente ao Piso de Transição de Média Complexidade para o exercício de 2012 para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de São Lourenço do Oeste "Escola Especial Nossa Senhora das Graças", sito à Rua Duque de Caxias, 940 - Centro. A referida entidade está inscrita neste Conselho, com inscrição Nº 01, datado de 23 de setembro de 2011.

A aprovação ocorreu em reunião ordinária realizada no dia 21 de março do corrente ano, registrada a aprovação em ata Nº002/2012 deste Conselho.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARLI HENTGES
Presidente CMAS/SLO

Resolução CMAS Nº. 03 de 21 de Março de 2012.

Resolução CMAS nº. 03 de 21 de março de 2012.

Dispõe sobre a aprovação dos projetos técnicos em relação aos serviços, projetos e programas realizados no Centro de Referência

Especializado de Assistência Social - CREAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e o Programa Leite das Crianças - Leite Tipo Cidadania para o exercício de 2012 no município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - CMAS, consoante os termos da Lei Federal nº. 8.742/93 que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais; no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.040 de 21 de outubro de 1996 e considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em conformidade a NOB/SUAS, assim como Reunião ordinária realizada no dia 21 de março de 2012;

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, com última alteração dada pela Lei nº 12.435/2011, que em seu artigo 2º, inciso I, alínea c, estabelece a Integração ao Mercado de Trabalho como um dos objetivos da assistência social;

Considerando a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Considerando a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 269, de 13 de novembro de 2006 que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar os projetos técnicos em relação aos serviços, projetos e programas realizados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e o Programa Leite das Crianças - Leite Tipo Cidadania para o exercício de 2012 no município de São Lourenço do Oeste - SC.

A aprovação ocorreu em reunião ordinária realizada no dia 21 de março do corrente ano, registrada a aprovação em ata Nº002/2012 deste Conselho.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARLI HENTGES
Presidente CMAS/SLO

Aviso de Licitação 47/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/04/2012, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2012, CONCORRÊNCIA Nº 06/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA AVENIDA ERNESTO BEUTER, ENTRE AS RUAS PEDRO ALVARES CABRAL E RUA MONTE CASTELO, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 48/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/04/2012, às 14:15 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2012, CONCORRÊNCIA Nº 07/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO ABRIGO DA ENTRADA DE ENERGIA, COM ÁREA TOTAL A SER EDIFICADA DE 34,69M². CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRUPO GERADOR, LINHA DIESEL PARA O CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato da RESCISÃO do Termo de CESSÃO de Uso Nº 334, De 20 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 334, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 102139253, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maristela Rodrigues, CPF nº 893.226.149-00.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 154, de 20 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TV62, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7722, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 334, de 20 de setembro de 2011.

Data da assinatura: 12 de dezembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maristela Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da RESCISÃO Unilateral ao Termo de CESSÃO de Uso Nº 266, De 20 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 266, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 266, de 20 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V834, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7801, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 266, de 20 de setembro de 2011.

Data da assinatura: 20 de março de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da RESCISÃO Unilateral ao Termo de CESSÃO de Uso Nº 358, De 20 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 358, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº

83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 358, de 20 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394756W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7693, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 358, de 20 de setembro de 2011.

Data da assinatura: 20 de março de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 07/2012, De 20 de Março de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 07/2012, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal KEILA TESKE LANGARO, CPF: 048.386.439-00.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452P0V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6863, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20 de março de 2012.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Keila Teske Langaro - servidora pública municipal.

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 08/2012, De 20 de Março de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 08/2012, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal DIEGO MORES ROMANINI, CPF: 060.371.289-44.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452V7B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6875, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20 de março de 2012.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Diego Mores Romanini - servidor público municipal.

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 09/2012, De 20 de Março de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 09/2012, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal ADRIANA BETT

TEREBINTO GRANZOTTO, CPF: 056.798.679-90.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452V51, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6855, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20 de março de 2012.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Adriana Bett Terebinto Granzotto - servidora pública municipal.

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 10/2012, De 20 de Março de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 10/2012, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal FERNANDO HENRIQUE RODRIGUES, CPF: 062.650.219-58.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452k90 com registro no patrimônio do Município sob o nº 6861, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20 de março de 2012.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e FERNANDO HENRIQUE RODRIGUES - servidor público municipal.

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 11/2012, De 20 de Março de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 11/2012, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal ANA AUGUSTA GANDINI, CPF: 045.075.289-50.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452N6I com registro no patrimônio do Município sob o nº 6816, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20 de março de 2012.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ana Augusta Gandini - servidora pública municipal.

Extrato do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Público Nº 12/2012, De 20 de Março de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 12/2012, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal TIAGO LUIZ PEREIRA, CPF: 059.323.639-40.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste a usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452R3F com registro no patrimônio do Município sob o nº 6895, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 20 de março de 2012.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Tiago Luiz Pereira - servidor público municipal.

Schroeder

PREFEITURA

Lei Complementar Nº110/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº110/2012

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR No 004/1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexo I da Lei Complementar no 004/1998, passa a vigorar com a redação que lhes dá esta lei.

Art. 2º O enquadramento em decorrência de alteração da amplitude de referência dos cargos do Quadro de Pessoal da Administração do Município de Schroeder, constante no anexo I, será processada por meio de Decreto considerando o nível inicial alterado e as progressões já deferidas ao servidor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 20 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE E GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO	ATIVIDADE	Nº. DE VAGAS	NÍVEL
I	Atividades de Nível Superior		
	Analista de Informática	01	50 a 70
	Analista de Recursos Humanos	01	50 a 70



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

	Assistente Social	06	60 a 90
	Contador	01	80 a 100
	Educador Físico	01	40 a 60
	Enfermeiro	04	50 a 70
	Engenheiro Agrônomo	02	75 a 95
	Engenheiro Ambiental	01	75 a 95
	Engenheiro Civil	04	75 a 95
	Farmacêutico	02	50 a 70
	Fiscal de Tributos Municipais	02	65 a 85
	Fiscal Sanitarista I	03	50 a 70
	Fonoaudiólogo	01	50 a 70
	Médico Clínico Geral	15	106 a 126
	Médico Cardiologista	01	110 a 130
	Médico Ginecologista	01	110 a 130
	Médico Pediatra	01	110 a 130
	Médico Psiquiatra	01	110 a 130
	Médico Veterinário	02	75 a 95
	Músico Regente I	01	50 a 70
	Nutricionista	03	50 a 70
	Odontólogo	10	106 a 126
	Psicólogo	06	50 a 70
	Psicopedagogo	03	50 a 70
	Técnico em Esportes	03	50 a 70
	Terapeuta Ocupacional	01	50 a 70

II	Atividades de Nível Médio e Técnico		
	Agente de Endemias	01	21 a 41
	Almoxarife	01	25 a 45
	Auxiliar de Administração	15	25 a 45
	Auxiliar de Biblioteca	04	25 a 45
	Auxiliar de Consultório Dentário	02	20 a 40
	Auxiliar de Contabilidade	10	25 a 45
	Auxiliar de Enfermagem	05	25 a 45
	Auxiliar de Expediente	15	21 a 41
	Auxiliar de Fiscalização	03	25 a 45
	Auxiliar de Recursos Humanos	02	25 a 45
	Auxiliar de Topógrafo	01	15 a 35
	Coordenador de Desportos	01	25 a 45
	Desenhista	01	25 a 45
	Fiscal Ambiental	01	40 a 60
	Fiscal de Obras e Posturas	03	45 a 65
	Fiscal de Relações de Consumo	01	25 a 45
	Fiscal Sanitarista II	02	25 a 45
	Instrutor de Dança	01	25 a 45
	Músico Regente II	01	30 a 50
	Operador de ETA/ETE	05	35 a 55

	Recepcionista	10	21 a 41
	Técnico Agrícola	01	30 a 50
	Técnico em Contabilidade	01	65 a 85
	Técnico em Enfermagem	08	30 a 50
	Técnico em Informática	02	40 a 60
	Técnico em Química	01	45 a 65
	Telefonista	04	21 a 41
	Topógrafo	02	25 a 45

III	Atividades de Nível Básico		
	Agente de Saúde	02	21 a 41
	Auxiliar de Mecânico	02	07 a 27
	Auxiliar de Serviços Gerais – I	30	07 a 27
	Auxiliar de Serviços Gerais – II	15	07 a 27
	Carpinteiro	03	15 a 35
	Coveiro	01	24 a 44
	Cozinheiro	02	07 a 27
	Eletricista	01	15 a 35
	Encanador	04	28 a 48
	Jardineiro	02	07 a 27
	Mecânico	02	15 a 35
	Merendeira	10	07 a 27
	Motorista	10	19 a 39
	Motorista de Ambulância	06	19 a 39
	Motorista de Caminhão	12	19 a 39
	Motorista de Microônibus	01	19 a 39
	Operador de Máquina I	12	24 a 44
	Operador de Máquina II	05	40 a 60
	Operador de Máquina III	03	50 a 70
	Pedreiro	05	15 a 35
	Pintor	01	15 a 35
	Servente	40	07 a 27
	Técnico em Inseminação	02	15 a 35
	Vigia	04	07 a 27
	Viveirista Florestal	02	07 a 27

Lei Nº1.887/2012

LEI Nº1.887/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER PARA USO ÁREA DE TERRAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a destinar a título de cessão de direito de uso área de terras para a Câmara Municipal de Vereadores, matriculada sob o no 21.604, no Cartório de



Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, situada na Avenida dos Imigrantes, distante 122,00 metros da esquina com a Rua Ernesto Krogel, contendo a área de 1.000,00m² (um mil metros quadrados), sem benfeitorias, constante da parcela 02, fazendo frente em 34,52 metros com a Avenida dos Imigrantes, coincidindo com alinhamento predial; travessão dos fundos em 34,52 metros com terras de Eggon João da Silva Administradora Ltda, estrema do lado direito com 30,00 metros com terras de Eggon João da Silva Administradora Ltda; e do lado esquerdo em 30,00 metros com terra de Jerri Luciano Klabunde.

Art. 2º A área acima descrita terá como destinação exclusiva a construção da sede própria da Câmara de Vereadores de Schroeder, podendo a mesma requerer as competentes licenças para viabilizar a edificação.

Art. 3º Estabelece-se o prazo até 31 de dezembro de 2012 para a conclusão da construção da sede da Câmara de Vereadores, com possibilidade de renovação.

Art. 4º A cessão de direito de uso será de 20 (vinte) anos, com possibilidade de renovação, podendo também neste período ser objeto de transferência para o cessionário caso a Lei assim o permita.

Art. 5º As despesas e iniciativa para registros na matrícula do imóvel ora destinado correrão por conta da Câmara de Vereadores de Schroeder.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.517/2005.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 20 de março de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Lei Nº1.888/2012

LEI Nº1.888/2012

ALTERA O ARTIGO 20 DA LEI Nº 1.661/2008, QUE CRIA O CONSELHO E O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 20, da Lei 1.661/2008, que dispõe sobre a composição do Conselho Gestor do Conselho Municipal de Habitação, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 20. O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus

representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares:

§ 1º O Conselho Gestor será composto pela totalidade dos membros do CMHS, e pelos seguintes

I - Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças;

II - Um representante da Secretaria Municipal de Obras e Saneamento;

III - Um representante das Associações de Moradores; e

IV - Um representante da Defesa Civil do Município.

§ 2º A Presidência do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder - FMHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social.

§ 3º O Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder - FMHIS exercerá o voto de qualidade.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de março de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº2.413/2012, de 16 de Março de 2012.

DECRETO Nº2.413/2012, de 16 de março de 2012.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 71, VII e IX da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no Art. 2º, IV e V da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando as informações repassadas pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, nos Ofícios n.º 084/2012-FMS, 085/2012-FMS, que dão conta da necessidade temporária e excepcional de urgente contratação de profissional Médico Clínico Geral e Auxiliar de Consultório Dentista;

Considerando que a Diretoria de Recursos Humanos, por meio do Memorando n.º 026/2012-RH, informou que não há listagem classificatória oriunda de concurso público nº 002/2011 para o preenchimento da vaga de Médico Clínico Geral, 20h;

Considerando que o concurso público acima referido foi homologado em fevereiro de 2012;

Considerando o decurso do prazo de vigência do contrato da

profissional contratada na vigência do Decreto nº 2.343/2011, que autorizou a contratação emergencial de Auxiliar de Consultório Dentista - ESF-I.

Considerando que a urgência impede com que se aguarde o término do certame para a efetiva disponibilização dos profissionais;

Considerando que a saúde é direito social pétreo, inscrito no art. 6º de nossa Carta Maior, e que os profissionais acima identificados são fundamentais para a garantia desse direito aos cidadãos schroedenses;

Decreta:

Art. 1º Autoriza-se a contratação, em caráter emergencial, pelo Poder Executivo Municipal, dos profissionais relacionados no Anexo I, pelo prazo máximo também estipulado no referido anexo.

Art. 2º Fica determinado que no prazo consignado para a contratação, a respectiva Secretaria promova Concurso Público e/ou Processo Seletivo destinados a suprir as vagas referidas, nos termos da Lei Municipal nº 1.690/2008;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 16 de março de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS

QTDE.	PROFISSIONAL	HORAS/SEMANAIS	PRAZO MÁXIMO	UNIDADE DE SAÚDE
01	Médico Clínico Geral	20h/s	180 (cento e oitenta) dias	US Centro
01	Auxiliar consultório Dentário ESF	40h/s	90 (noventa) dias	ESF I - Schroeder I

* A contagem do período máximo de contratação inicia-se a partir da efetivação da mesma.

Extrato de Contrato Nº. 34/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 34/2012-PMS
Dispensa de Licitação nº. 05/2012-PMS - Processo nº 32/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.743.410/0001-97, estabelecido na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3118, Centro, na cidade de Schroeder/SC.

Objeto: O objeto do contrato é o Aluguel da sala com área de 57 m², com sanitário, localizada a Rua Marechal Castelo Branco, nº 3118, Centro, neste Município adequada para atividades práticas, tais como música, teatro, dança, oficina de cenários e outras, no segmento educacional e cultura, do Setor da Cultura, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	Aluguel da sala com área de 57 m², com sanitário, localizada a Rua Marechal Castelo Branco, nº 3118, Centro, neste Município adequada para atividades práticas, tais como música, teatro, dança, oficina de cenários e outras, no segmento educacional e cultura, do Setor da Cultura, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	Mês	9	610,00	5.490,00
Valor Total R\$					5.490,00

Valor do contrato: R\$ 5.490,00 (cinco mil, quatrocentos e noventa reais).

Data da Assinatura: 22/03/2012 - Vigência: 31/12/2012
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A20/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A20/2012 – PMS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 137/2011 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09,

com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, estabelecida na Rua Marcionilo dos Santos, nº. 1450, Bairro Corticeira, na Cidade de Guarapirima, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Hans Hartwig Gehrmann, inscrito no CPF sob nº. 248.293.079-00, portador da Carteira de Identidade nº. 2/R 414.549/SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 137/2011-PMS, celebrado em 29 de agosto de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 105/2011 – PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 48/2011 – PMS, para o REGISTRO DE PREÇO aquisição de óleo diesel para suprir as necessidades das frotas das Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, § 8º, I da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato nº 137/2011-PMS, combinado com artigo 40, XI do mesmo diploma, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço ocasionado pela resolução nº 65/2011 da Agência Nacional de Petróleo.

Considerando que a Administração Municipal até o momento já utilizou 75.000 litros de óleo diesel, correspondendo ao valor de R\$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais).

Considerando que resta a Administração 125.000 litros de óleo diesel, até o termino do ano desde contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa representa um percentual de aproximadamente 2,09%, passando o valor do litro do óleo diesel em R\$ 1,899 (Um real e oitocentos e noventa nove centésimo de real).

Considerando o valor após reajuste, bem como saldo existente resta a Administração um saldo de R\$ 237.375,00 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 01, onde o valor unitário passa a ser R\$ 1,899 (Um real e oitocentos e noventa nove centésimo de real), sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR ATUALIZADO
------	------------	----------------	--------------------	-------	-----------------	------------------

01	Óleo Diesel - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 10.000 litros, bomba de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo INMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 litros.	200.000	1,86	Und.	125.000,00	R\$ 1,899
----	--	---------	------	------	------------	-----------

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta - do valor total do contrato para 2012 no valor de R\$ 376.875,00 (trezentos e setenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 137/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de março de 2012.

CONTRATADA:

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Hans Hartwig Gehrmann

CPF sob nº. 248.293.079-00

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A21/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A21/2012 - PMS

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 150/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.135.567/0001-30, estabelecida a rua Euclides da Cunha, nº. 482, sala 302, Centro, na cidade de Palmito, Estado de Santa Catarina, CEP: 89887-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor José Roberto Gomes, inscrito no CPF sob o nº. 862.889.899-91, e portador da carteira de Identidade nº. 037.915-9.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 150/2010 - PMS, celebrado 26 de julho de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 110/2010 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2010 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da ampliação da Estação de Tratamento de Água de Schroeder - ETA, localizada na Estada Schroeder III, Bracinho no município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando os artigos 57,§1º, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação para conclusão dos serviços em 30 dias consecutivos e a vigência do contrato até dia 28 de junho de 2012, devido a serviços de impermeabilização a serem executados, conforme anexo ao processo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Walter Egidio Mukai, CREA 065.488-55-SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Segunda (do prazo de entrega e do local) no item 2.1 e Cláusula Décima (das obrigações da empresa vencedora) no item 10.1.3 do contrato nº 150/2010-PMS,

prorrogando-se o prazo para realização da obra até dia 15 de abril de 2012.

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Sexta (da vigência) no item 16.1 do contrato nº 150/2010-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para até 28 de junho de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 150/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de março de 2012.

CONTRATADA:

CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA

José Roberto Gomes

CPF nº. 862.889.899-91

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A22/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A22/2012 - PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 68/2011-PMS, celebrado em 12 de Abril de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 13/2011 - PMS, Modalidade Concorrência nº. 01/2011 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica na Rua 03 de Outubro, extensão de 2.760m, perfazendo uma área total de 28.207,50m², no Município de Schroeder/SC, de acordo com Contratos de repasse nº 329.601-29-2010 e 333.533-71/2010, com o Ministério do Turismo e contratos de repasse nº 330.053-16/2010, 330.013-24-2010 e 329.051-72-2010, com o Ministério das Cidades, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante

cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 57,§ 1º, VI da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação para conclusão dos serviços, devido ao atraso no repasse de verbas pela Caixa Econômica referente os contratos de repasse nº 330.053-16/2010, 330.013-24-2010 e 329.051-72-2010, devidamente comprovado em anexo no relatório de situação de obras expedido pela Caixa e solicitação de aditivo de vigência feito pelo senhor Paulo Roberto dos Santos Lima, Gerente de contratos e convênios da Prefeitura de Schroeder até dia 28 de junho de 2012.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Adilson Gorniack, CREA-SC 027.947-3, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Segunda (do prazo de entrega e do local) no item 2.1 e Cláusula Décima (das obrigações da empresa vencedora) no item 10.1.3 do contrato nº 68/2011-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra até dia 28 de junho de 2012.

Cláusula 2ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Sexta - da vigência no item 16.1 do contrato nº 68/2011-PMS, prorrogando-se até 28 de junho de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 68/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de março de 2012.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A23/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A23/2012 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 221/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.841.087/0001-17, estabelecida na Rua Tiradentes, nº. 408, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Euclides Emmendoerfer, inscrito no CPF sob o nº. 009.956.909-44, portador da Carteira de Identidade nº. 145.119-7-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 221/2011-PMS, celebrado em 22 de dezembro de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 150/2011-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 11/2011-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de projeto executivo e estrutura e mão de obra, materiais e equipamentos), da estrutura pré-moldada em concreto (canha de bocha), com área total de 600m², anexa ao Ginásio de esportes Alfredo Passold, na Avenida dos Imigrantes, no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Adilson Gorniack, CREA-SC 027.947-3, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando os termos do parecer da Engenharia nº 04/2012, assinado pelo ilustre engenheiro o senhor Adilson Gorniack, o aditivo da cobertura mostra-se possível nos termos do artigo 65,§1º da Lei Federal nº 8.66/63 e quanto à vigência do contrato enquadra-se nos termos do artigo 57, § 2º, IV da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, frente à prorrogação da vigência do contrato e o prazo de execução da obra até 30 de junho de 2012. E também a solicitação do aditivo no valor de R\$ 17.342,00 (dezessete mil, trezentos e quarenta e dois reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Segunda (do prazo de entrega e do local) no item 2.1 e Cláusula Décima (das obrigações da empresa vencedora) no item 10.1.3 do contrato nº 221/2011-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra até dia 30 de junho de 2012.

Cláusula 2ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Sexta - da vigência no item 16.1 do contrato nº 221/2011-PMS, prorrogando-se até 30 de junho de 2012.

Cláusula 3ª - Fica a partir deste a Cláusula Terceira (do valor do contrato) no item 4.1, aditivada o valor de R\$ 17.342,00 (dezessete mil, trezentos e quarenta e dois reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 145.771,00 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e um reais).

Cláusula 4ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 221/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de março de 2012.

CONTRATADA:

EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA

Euclides Emmendoerfer

CPF nº. 009.956.909-44

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A24/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A24/2012 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 49/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº. 1455, Sala 03, Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ademir Augusto Noernberg, inscrito no CPF sob o nº. 093.085.809-30, portador da carteira de identidade nº. 374.825.1-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 49/2011-PMS, celebrado em 28 de março de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 19/2011-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 03/2011-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para a construção de Espaço Educativo Infantil, Tipo C, com área de 564,47m², situada a Rua Guaramirim, Bairro Schroeder I, no município de Schroeder/SC, de acordo com Convênio nº. 701896/2010, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 57,§ 1º, II da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Adilson Gerniack, CREA-SC 027.947-3, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, frente à prorrogação para conclusão dos serviços e vigência do contrato, conforme análise e aprovação do departamento de Engenharia da Prefeitura, a solicitação de aditivo

feita pela empresa, está justificada em função das constantes chuvas durante todo esse período e também pelo excesso de vandalismo no local, forçando a empresa a deslocar equipamentos e material constantemente.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Segunda (do prazo de entrega e do local) no item 2.1 e Cláusula Décima (das obrigações da empresa vencedora) no item 10.1.3 do contrato nº 49/2011-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra até 04 de julho de 2012.

Cláusula 2ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Sexta (da vigência) no item 16.1, prorrogando-se o ate dia 31 de dezembro de 2012 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 49/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 22 de março de 2012.

CONTRATADA:

ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA

Ademir Augusto Noernberg

CPF nº. 093.085.809-30

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Ata de Registro de Preço Pregão Nº 51/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2011

Número do Registro de Preços: 33/2011

Data do Registro: 22/09/2011

Válido até: 22/09/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição peças de reposição para as máquinas lotadas na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefei

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Unhas para PC 200 com dureza mínima de 400 a 500 HB - amarela - p/ rocha.	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	50,0000	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	55,6200	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	59,0000	3
2	Faca de concha PC 150;	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	1.200,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	1.370,0000	2
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	1.600,0000	3
3	Suporte 6692) - gengiva PC 200	UN	JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	100,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	110,0000	2
4	Parafuso para cortador 7/8 X 3,5" com porca de aço, PC 150..	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	7,8400	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	7,8500	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	8,6000	3
5	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira komat'su D30, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	91,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	123,0000	2
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	148,2000	3
6	Parafuso 5/8 X 2,5", com porca de aço 20 mm de altura (moto niveladora)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	1,9400	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	1,9500	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	2,0000	3
7	Parafuso com porca 3/4 X 3,5 para dente de carregadeira	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	3,4800	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	3,4900	2
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	4,0000	3
8	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	1,5000	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	1,8000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	3,0000	3
9	Cortador (canto) para PC 150 com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	153,0000	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	154,0000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	157,0000	3
10	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2", para retro, dente caçamba dianteiro	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	1,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2011

Número do Registro de Preços: 33/2011

Data do Registro: 22/09/2011

Válido até: 22/09/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição peças de reposição para as máquinas lotadas na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefei

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	1,7600	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	1,8100	3
11	Dente de escarificador para moto niveladora huber warco	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	15,0000	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	17,7400	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	18,0000	3
12	72204481 - Pino - trava de aço - escavadeira E 215B	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	25,0000	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	29,9000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	30,0000	3
13	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira E2155B	UN	JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	163,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	231,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	250,0000	3
14	12575121 - Porca de aço - escavadeira E215B	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	1,0000	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	2,0000	2
15	8282270N - Parafuso de aço p/ lâmina 20 X 50 - esteira D130	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	2,8000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	4,2000	2
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	4,5500	3
16	Faca lâmina 7 furos para trator esteira komat'su, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	240,0000	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	321,1000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	340,0000	3
17	Lâmina 13 furos para moto niveladora 3/4, curva com dureza mínima de 400 a 50 HB	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	366,0000	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	367,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	381,0000	3
18	Dente para concha de carregadeira michigam 75 HD com dureza mínima de 400 a 500 H B	UN	JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	100,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	105,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	110,0000	3
19	Ponta de dente com número gravado 6329 gravado, concha traseira de retro	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	15,7900	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	15,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2011

Número do Registro de Preços: 33/2011

Data do Registro: 22/09/2011

Válido até: 22/09/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição peças de reposição para as máquinas lotadas na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefei

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	24,0000	3
20	Dente para retro - caçamba dianteira, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	31,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	31,9000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	37,0000	3
21	72205063 - dente de aço para caçamba escavadeira E215B	UN	JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	74,5000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	74,8000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	90,0000	3
22	Z304030 - faca lateral de aço - escavadeira E215B	UN	JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	163,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	231,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	248,0000	3
23	75282987 - faca canto lâmina esteira D130	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	131,0000	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	141,6900	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	154,0000	3
24	75282988 - faca canto lâmina esteira D130	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	131,0000	1
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	141,6900	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	154,0000	3
25	7528979 - faca lâmina de aço esteira D130	UN	JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	342,5000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	343,0000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	425,0000	3
26	Pino trava para unha PC 200	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	12,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	16,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2011**Número do Registro de Preços: 33/2011****Data do Registro: 22/09/2011****Válido até: 22/09/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição peças de reposição para as máquinas lotadas na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefei

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI ME (10567)		0	16,7700	3

SCHROEDER, 22 de Setembro de 2011.

Timbó

PREFEITURA

Portaria N° 2697, De 07 de Março de 2012

PORTARIA Nº 2697, DE 07 DE MARÇO DE 2012

Altera redação da Portaria nº 3033, de 01 de setembro de 2008, que concede Pensão por Morte à companheira Sra. Anita Dalpiaz, e aos filhos Edson Luis Pawlack e Priscilla Pawlack, do ex-servidor Sr. Elson Pawlack.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, Considerando-se a manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quando da análise do processo nº PPA-10/00207398 relativo à concessão de pensão por morte à companheira Sra. Anita Dalpiaz, e aos filhos Edson Luis Pawlack e Priscilla Pawlack, do ex-servidor Sr. Elson Pawlack, apontou irregularidades na grafia do nome do filho/pensionista Edson Luis Pawlack, na portaria nº 3033 de 01 de setembro de 2008, sugerindo sua adequação;

Considerando-se que para que surtam os efeitos necessários à aplicação sugerida é imprescindível a revisão do ato originário de aposentadoria,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a redação da Portaria nº 3033, de 01/09/2008, que concedeu Pensão por Morte à companheira Sra. Anita Dalpiaz, e aos filhos Edson Luis Pawlack e Priscilla Pawlack, do ex-servidor Sr. Elson Pawlack, passando de: "À ANITA DALPIAZ, EDSON LUIZ PAWLACK E PRISCILLA PAWLACK, respectivamente companheira e filhos do ex-servidor inativo ELSON PAWLACK, " PARA "À ANITA DALPIAZ, EDSON LUIS PAWLACK E PRISCILLA PAWLACK, respectivamente companheira e filhos do ex-servidor em atividade ELSON PAWLACK," tudo conforme documentação anexada no Processo de Revisão de Pensão nº TIMBOPREV 011/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de Março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso de Pregão 005-2012 Materiais de Sinalização de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL PREGÃO Nº 000005/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Timbó torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "Pregão", do tipo Menor Preço, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS E DEMAIS ITENS DESTINADOS AO DEMUTRAN.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Compras, sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 11 de abril de 2012 as 09:05 horas, na sala de reuniões da Prefeitura

Municipal de Timbó, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 19/03/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 04 2012 Manutenção de Conjuntos Semafóricos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 000004/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO (PREVENTIVA E CORRETIVA EM REGIME DE PRONTIDÃO) ELETROTÉCNICA E ELÉTRICA PARA OS CONJUNTOS SEMAFÓRICOS INSTALADOS NOS LOCAIS DEFINIDOS NO ANEXO IV, TOTALIZANDO 32 (TRINTA E DUAS) HORAS MENSAIS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h30min do dia 04/04/2012.

ABERTURA: dia 04/04/2012 as 10h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações sito à Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 13/03/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 41 2012 Cartuchos e toners compatíveis ou originais

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000041/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONERS NOVOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 10/04/2012.

ABERTURA: dia 10/04/2012 as 09h20min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou pelo email: licitacoes@timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 15/03/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

SAMAE

Aviso Pregão Presencial 00019-2012 AQUISIÇÃO de BOOSTER

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE -SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000019/2012

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar Pregão do tipo menor preço, total geral, objetivando a AQUISIÇÃO DE BOOSTER PARA SEREM UTILIZADOS NA MELHORIA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA..

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda

a sexta-feira ou poderão ser solicitados para o e-mail beatris@samaetimbo.com.br.

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até às 08:50 horas do dia 05 de abril de 2012 na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 21/03/2012.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 9.981/12

DECRETO N.º 9.981/12, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 3.090/12, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Mecânica e Transportes Brunsoni Ltda;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informam o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área nº 01 com 1.911,25 m2 (um mil, novecentos e onze metros e vinte e cinco decímetros quadrados), constante da matrícula 10.051, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área com 1.911,25 m2 (um mil, novecentos e onze metros e vinte e cinco decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 3.090/2012.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.982/12

DECRETO N.º 9.982/12, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras

providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 3.419/12, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Wagner Bordignon Raupp e Thales Perdoncini;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informam o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área nº 01 com 704,83 m2 (setecentos e quatro metros e oitenta e três decímetros quadrados), constante da matrícula 26.894, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área com 704,83 m2 (setecentos e quatro metros e oitenta e três decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 3.419/2012.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.983/12

DECRETO N.º 9.983/12, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 16.807/11, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Sergio Luiz Marafon;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informam o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área nº 01 com 560,91 m2 (quinhentos e sessenta metros e noventa e um decímetros quadrados), constante da matrícula 21.014, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área com 1.102,09 m2 (um mil, cento e dois metros e nove decímetros quadrados) conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 16.807/2011.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.984/12

DECRETO N.º 9.984/12, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 940/2012, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Videsul Transportes e Encomendas Ltda.

Considerando que o pedido dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 02 (duas) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 300,00 m² (trezentos metros quadrados), sendo a área nº 02 com 315,79 m² (trezentos e quinze metros e setenta e nove decímetros quadrados), e remanescente na referida matrícula a área com 33.478,82 m² (trinta e três mil, quatrocentos e setenta e oito metros e oitenta e dois decímetros quadrados), de propriedade de Videsul Transportes e Encomendas Ltda, constante da matrícula nº 28.214, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 940/2012.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 300,00 m² (trezentos metros quadrados), área nº 01 desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Gustavo Tischer, constante da matrícula nº 6.377 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados).

Art. 3º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 315,79 m² (trezentos e quinze metros e setenta e nove decímetros quadrados), área nº 02 desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Jorge L. Rogelin, constante da matrícula nº 6.048 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 615,79 m² (seiscentos e quinze metros e setenta e nove decímetros quadrados).

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 4º Fica o proprietário do imóvel, constante no artigo 1º deste decreto, obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento)

da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 61,58 m² (sessenta e um metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 28.214 é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08, e a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 940/12.

Art. 5º Fica o proprietário do imóvel obrigado a averbar o presente compromisso de doação da área pública com 61,58 m² (sessenta e um metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), na matrícula 28.214 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira da área remanescente do presente desmembramento, visto que a área remanescente é de tamanho considerável e esta apta a novos parcelamentos, pois é de interesse do Poder Público Municipal que a referida área com 61,58 m² (sessenta e um metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), poderá ser doada ao Poder Público, sem ônus para este, quando de novos parcelamentos da referida área remanescente a fim de tornar a área pública numa área maior, concentrada em um só perímetro para serem desenvolvidos Projetos para uso da comunidade.

Art. 6º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0218/12

PORTARIA nº 0218/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2.490/12,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, a servidora CARLISE PIERDONA, Agente Técnico Administrativo, do nível E-PE-SAU-I-A para o nível E-PE-SAU-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 430/10.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0223/12

PORTARIA nº 0223/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2.490/12,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, a servidora CARLISE PIERDONA, Agente Técnico Administrativo, do nível E-PE-SAU-I-B para o nível E-PE-SAU-I-C, a partir de 1º de agosto de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2010.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0224/12

PORTARIA nº 0224/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2.490/12,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, a servidora CARLISE PIERDONA, Agente Técnico Administrativo, do nível E-PE-SAU-I-C para o nível E-PE-SAU-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2012.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0225/12

PORTARIA nº 0225/12

Determina que o servidor Antonio Araújo dos Santos exerça suas funções na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Determinar que, ANTONIO ARAÚJO DOS SANTOS, admitido para exercer o cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, exerça suas funções, a partir de 1º de março de 2012, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, podendo, por interesse público, ser removido.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2012.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0226/12

PORTARIA nº 0226/12

Exonera, a pedido, Servidor Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3636/12,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, JOÃO GERMANO DE GOIS, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional admitido pela Portaria nº 1930/08.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de março de 2012.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0231/12

PORTARIA nº 0231/12

Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora TELMA ODILA DEON, Especialista em Educação, a partir do dia 25 de fevereiro de 2012 até 23 de junho de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a

25 de fevereiro de 2012.

Videira, 20 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0233/12
PORTARIA nº 0233/12
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3338/12,

RESOLVE
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ADRIANA GORETTI MENEGON, Auxiliar de Serviços Gerais, de 04 de junho de 2012 até 04 de setembro de 2012, referente ao quinquênio de 12 de abril de 2007 até 11 de abril de 2012

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de junho de 2012.

Videira, 21 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0234/12
PORTARIA nº 0234/12
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3630/12,

RESOLVE
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a TAÍS BORSATTI, Professora de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, de 26 de julho de 2012 até 26 de outubro de 2012, referente ao quinquênio de 26 de julho de 2006 até 25 de julho de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 26 de julho de 2012.

Videira, 21 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0235/12
PORTARIA nº 0235/12
Nomeia Corretor de Avaliação de Imóvel

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE
Art. 1º Designa RAFAEL BITENCOURT OLINGER, para avaliar, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de desapropriação, o seguinte imóvel:

"Uma área de terras rurais, com área de 6.173,76 m 2(seis mil cento e setenta e três metros e setenta e seis decímetros quadrados) confrontando ao Norte, com terras de herdeiros de Luis Mengatto, com distância de 25,28m; ao Sul na faixa de domínio da Rodovia SC-303, com distância de 101,75m; ao Leste com terras de Luiz Cheron e outros, com distância de 215,21m; ao Oeste com terras de Luiz Cheron e outros, com distância de 244,41m, parte integrante de uma área maior de 532.375,00m2, situada no 1º subdistrito de Videira, confrontando: ao Norte, com terras de Carlos Mariani e Laurindo Mengatto; ao Sul, com terras de Cezar Rissi e Atílio Suzi, ao Leste com terras de Antonio Piccoli e ao Oeste com terras de Cezar Fantin."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Termo de Rescisão n. 0010/2012
Extrato do Termo de Rescisão n. 0010/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0008/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: LUIZ ALVÍCIO SOARES
CPF: 337.680.649-72
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 01 de fevereiro de 2012.

Extrato do Termo de Rescisão n. 0011/2012
Extrato do Termo de Rescisão n. 0011/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0417/11
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA
CPF: 960.893.349-87
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 29 de fevereiro de 2012.

Edital de Citação Com Prazo de 15 DIAS.
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

A Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, designada nos

Processos Administrativos de nºs 2232/2012 e 2398/2012, através da Portaria de nº 0174/2012, faz saber a ZELI DO PRADO, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, que estão correndo, em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo Disciplinar em que a mesma figura como denunciada, incurso, em tese, nos artigos 18, incisos I, III, IV, VI, VIII, IX, e 19, incisos IV, VIII, IX, podendo resultar na aplicação das sanções dispostas nos artigos 24 a 26 da Lei 1836/2007, por denúncias apresentadas pelo Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

E, constando dos autos que não foi localizada em nenhuma das diligências realizadas, tanto em sua residência quanto na residência de familiares, e por informações destes a mesma encontra-se viajando e sem data para retorno, fica, pelo presente edital citada para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar defesa e as provas que pretende produzir perante essa Comissão, sediada na Prefeitura Municipal de Videira, sob pena de revelia. Para ciência da denunciada é expedido o presente Edital, a ser publicado por três dias consecutivos.

Videira, 20 de março de 2012.

ADRIANA E. FORNAZARI

Presidente da Comissão de Processo Disciplinar

Edital do Processo Seletivo de Motoristas- Serviços Gerais- Técnico Em Enfermagem- Sec Saude E Ação Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EDITAL PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA OS CARGOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E MOTORISTA DE AMBULÂNCIA Nº 01/2012

O Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de se efetuar a contratação de pessoal, por tempo determinado com possibilidade de prorrogação, para o desenvolvimento de atividades inerentes a Secretaria da Saúde e Ação Social;

Considerando a possibilidade de contratação temporária por excepcional interesse público, conforme citado no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, bem como na Lei Municipal nº 2.369/2010 e suas alterações;

Torna público que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para admissão em caráter temporário – ACT – objetivando a contratação de pessoal para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social do Município de Videira – SC, o qual se regerá pelas instruções contidas neste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições serão realizadas no período de 26 de março à 24 de abril de 2012, das 8h 30min às 11h 30min e das 13h 30min às 17h, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Antonio Ferlin, nº 550, Bairro São Cristóvão, Videira – SC.

A inscrição do candidato dar-se-á mediante o preenchimento de formulário próprio, devendo anexar cópia dos documentos de identidade e do CPF, conforme o quadro de vagas disponível neste edital.

Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração, pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este Processo Seletivo, devendo o procurador entregar, além

dos documentos exigidos o instrumento de procuração original.

O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na Ficha de Inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

Ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição será considerado o que constar da Ficha de Inscrição.

O candidato deverá assinalar na ficha de inscrição o cargo que pretende atuar, conforme os quadros relacionados no item 1 deste edital.

O candidato somente poderá se inscrever em um único cargo, conforme os cargos existentes no presente edital, sendo vedada a inscrição do candidato em vários cargos.

Serão reservadas vagas aos candidatos com necessidades especiais, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas previstas neste, conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso VIII e no art. 37 do Decreto Federal n. 3.298/99.

Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal n. 5.296/2004 e 3.298/1999 e na Lei Federal n. 7.853/1989.

No ato da inscrição, a pessoa portadora de necessidade especial deverá indicar no espaço apropriado constante na ficha de Inscrição, sua deficiência e as condições especiais, de que necessitar para realizar as avaliações. Juntamente deverá entregar, pessoalmente, Laudo Médico com a descrição da deficiência e o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças).

Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados (classificados) no presente processo seletivo submeter-se-ão, quando convocados, à avaliação da Junta Médica Oficial do Município, que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como portador de necessidade especial ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

O candidato portador de necessidade especial participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação, horário, data e local de aplicação e nota mínima exigida para todos os candidatos.

Na falta de candidatos classificados para as vagas de portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais classificados com a estrita observância da ordem de classificação.

A ficha de inscrição será preenchida no ato da inscrição e deverá ser verificada e assinada pelo funcionário que efetuou a mesma e pelo candidato, sendo este último responsável pelas informações nela contidas.

É vedada a inscrição de ex-servidores públicos (federal, estadual ou municipal) que tenham sido demitidos a bem do serviço público, por abandono de cargo, bem como aqueles exonerados em estágio probatório em razão de inaptidão para o cargo.

Se houver inscrição de candidatos na situação mencionada no parágrafo anterior, o mesmo terá sua contratação rescindida.

2. DOS CARGOS, HABILITAÇÕES E REMUNERAÇÃO

Código do Cargo	Cargo	Número de Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimentos R\$	Qualificação Exigida	Tipo de Prova
01	Motorista II - Ambulância ¹	01	40 h	1.274,44	Ensino Médio Completo CNH conforme Código Brasileiro de Trânsito	Teórica e Entrevista
02	Auxiliar de Serviços Gerais ¹	01	40 h	647,17	Ensino Fundamental incompleto	Teórica e Entrevista
03	Técnico de Enfermagem ¹	01	40 h	1.058,58	Nível Médio, nos termos da Lei 7.498/86 e alterações posteriores.	Escrita e Entrevista

1 – Local de Atuação: Secretaria de Saúde e Ação Social do Município de Videira.

3. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

São condições para a inscrição:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de posse;
- Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;
- Apresentar fotocópia da Cédula de Identidade (frente e verso);
- Apresentar fotocópia do CPF;
- Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos;
- Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

Serão desconsideradas as questões assinaladas no gabarito com mais de uma alternativa, bem como as questões que tiverem rasuras ou emendas.

Só será permitida a entrada no recinto da prova escrita 15 (quinze) minutos antes do seu início, devendo o candidato trazer caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Não será permitido o ingresso do candidato no local de prova sem a cédula de identidade ou documento oficial de identificação, com fotografia, e o cartão de inscrição, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do certame.

Não será permitida, durante a realização da prova a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, material bibliográfico, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta. O candidato que for surpreendido em concordância com alguma dessas ocorrências acima citadas estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

O candidato terá, no máximo, 03 (três) horas para a realização da prova escrita.

Só será permitida a saída do candidato do local da prova escrita após 30 (trinta) minutos do início da prova.

Após a prova escrita os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer no recinto juntamente com os fiscais da prova.

5. DAS PROVAS

A avaliação dos candidatos far-se-á mediante prova escrita e entrevista.

5.1 Prova Escrita

A prova escrita será composta por 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha contendo 04 (quatro) alternativas (a, b, c, d), sendo apenas uma a alternativa correta.

As 20 (vinte) questões serão assim divididas: 10 (dez) questões de conhecimentos específicos, 05 (cinco) questões de matemática e 05 (cinco) questões de língua portuguesa, sendo que cada questão valerá 0,25 (zero vírgula vinte e cinco).

À prova escrita será atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 5,0 (cinco vírgula zero).

5.2 Entrevista

Estarão aptos a participar da entrevista os candidatos que acertarem 50% das questões da prova escrita, ou seja, adquirirem a nota superior a 2,5 (dois vírgula cinco).

A entrevista será realizada por uma equipe de profissionais de nível superior, da Secretaria Municipal de Saúde (Odontólogo, Psicólogo, Assistente Social e Enfermeiro) e será atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 5,0 (cinco vírgula zero).

Para a entrevista o candidato deverá estar no local com 15 (quinze) minutos de antecedência.

A nota final do candidato, para efeito de classificação, será a soma da nota obtida na prova objetiva com a nota obtida na entrevista.

6. DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

6.1 Para ambos os cargos de Nível Médio (Motorista II – Ambulância e Técnico de Enfermagem):

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto(s). Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero).

MATEMÁTICA: Números inteiros (pares e ímpares). Ordem crescente e decrescente. Noções de dobro e triplo. Problemas com as 4 operações (adição, multiplicação, subtração e divisão). Medidas (dúzias, dezena e centena). Calendário (semana, mês e ano).

6.2 Para o cargo de Nível Fundamental (Auxiliar de Serviços Gerais):

LÍNGUA PORTUGUESA: Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). **MATEMÁTICA:** Noções de dobro e triplo. Problemas com as 4 operações (adição, multiplicação, subtração e divisão).

6.3 Conhecimento específico ao cargo de Motorista II - Ambulância:

Princípios de manutenção de veículos e máquinas; Tipos de óleos lubrificantes; Sistema elétrico; Sistema de arrefecimento; Conhecimentos básicos de legislação de trânsito.

6.4 Conhecimento específico ao cargo de Técnico de Enfermagem: Políticas de Saúde – Sistema Único de Saúde. Aspectos Éticos e Legais da Prática de Enfermagem. Fundamentos de Enfermagem. Enfermagem Médico-Cirúrgica. Assistência de enfermagem a pacientes portadores de afecção digestiva, cardiovascular, respiratória, renal, endócrina e hematológica. Assistência de enfermagem a pacientes no pré, trans e pós-operatório e cirurgias de tórax, de abdome, de membros e vascular. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Assistência de Enfermagem em Saúde Mental. Assistência de Enfermagem a Pacientes em Situações de Emergência. Enfermagem Materno-Infantil - Vacinas.

6.5 Conhecimento específico ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais:

Técnicas de lavagem e secagem de roupas; Técnicas de desinfecção de ambientes; Limpeza de vidros, pisos, escadas, banheiros e copa; Uso de Equipamento de Proteção Individual.

7. LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

Tipo de Prova	Data	Local	Horário	Resultado
Teórica ou Objetiva	29 de abril de 2012	Escola de Educação Básica Municipal Paulo Fioravante Penso - Rua Saul Brandalise, nº 1656, Bairro Dois Pinheiros - Videira - SC.	09 horas	No dia 30/04/2012 será divulgada a lista dos candidatos aprovados para a entrevista.
Entrevista	02 e 03 de maio de 2012	Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAME 24H, situado na rua Antônio Ferlin nº550, Bairro São Cristóvão, Videira-SC.	08:30 às 11:30 13:30 às 17:00	04 de maio de 2012

8. DO APROVEITAMENTO

Os candidatos classificados serão convocados para atender as necessidades que surgirem no município de Videira, em especial na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social de Videira.

9. DOS RECURSOS

O candidato poderá entrar com recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação da classificação final dos candidatos, mediante requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

10. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

Na contratação, o inscrito deverá apresentar os seguintes documentos:

- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- 01 (uma) foto 3X4;
- Cópia de comprovante de residência e número de telefone;
- Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de

legislação específica.

e) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais

f) Cópia dos seguintes documentos:

Carteira de identidade (frente e verso);

CPF;

Título de eleitor;

Certidão de nascimento ou casamento;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Certificado de reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;

Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;

Cópia do certificado de conclusão de escolaridade exigido para o cargo, com registro no respectivo Órgão de Fiscalização;

Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades em Lei.

Declaração de bens;

Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Carteira de Saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A relação dos candidatos classificados será divulgada no endereço eletrônico: www.videira.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br, no Mural do Município de Videira e no quadro de avisos do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAME 24 horas.

As contratações serão feitas de acordo com a ordem de classificação decrescente, conforme a necessidade verificada pela Secretaria Municipal de Saúde, por tempo determinado.

No caso de empate, terão preferência os candidatos de maior idade e, ainda persistindo o empate, aquele que possuir maior número de filhos.

Não haverá segunda chamada para nenhuma das avaliações, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

O acompanhamento de editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.

Os candidatos aprovados poderão ser chamados a qualquer momento a partir da divulgação do resultado final e durante o prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado.

Os candidatos serão convocados ao cargo por meio de contato telefônico. Caso este não seja possível, será encaminhado ao candidato termo de convocação emitido com AR (Aviso de Recebimento). Se após 05 (cinco) dias do recebimento deste o candidato não se manifestar acerca do seu interesse pelo cargo, perderá o direito à contratação.

Portanto, o candidato deverá manter atualizado seu endereço, enquanto estiver participando do Processo Seletivo e no período subsequente, se aprovado. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

A atualização cadastral deve ser feita por escrito e assinada pelo candidato e encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social e protocolizada na Prefeitura Municipal de Videira.

A Secretaria Municipal de Saúde não assumirá qualquer responsabilidade decorrente da não localização de candidato que mudou e não promoveu sua atualização de endereço.

A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

A Comissão Especial do Processo Seletivo será responsável pela aplicação e realização de todos os tipos de prova, podendo, para tanto, valer-se do auxílio dos demais servidores pertencentes ao quadro municipal da Secretaria Municipal de Saúde.

O presente Processo Seletivo Simplificado terá vigência até 31/12/2012.

Videira, 20 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA – SC			
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 01/2012			
Código do Cargo	Nome do Cargo		Nº da Inscrição:
Nome do(a) Candidato(a):			
Identidade:		Data de Nascimento:	Sexo: M () F ()
CPF:	Título Eleitoral:	Fone:	
Estado Civil:	e-mail -		
Endereço:		Bairro:	
Município:	Estado:	CEP:	
Portador de Necessidade Especial () Sim () Não	Qual:		
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			
Videira, em/...../.....		Assinatura do Candidato: (Obs: a assinatura deverá ser igual a constante na identidade).	

Via da Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA – SC		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 01/2012		
Código do Cargo	Nome do Cargo:	Nº da Inscrição:
Nome do(a) Candidato(a):		
Portador de Necessidade Especial () Sim () Não	Qual:	

Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar com 30 minutos de antecedência no local da prova.	
Videira, em/...../.....	Assinatura do Responsável pelo Recebimento (Empresa/Prefeitura):

Via do Candidato

ANEXO II

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO	NÍVEL
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	E-PE-SGE-I-A

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Executar trabalhos de limpeza em geral, nas áreas interna e externa dos prédios municipais; lavar e passar roupas nas creches ou postos, auxiliar os professores cuidando das crianças nas creches, excluída a parte pedagógica e prestar serviços auxiliares de coleta e entrega de documentos e afins.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES

Atribuições:

Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;
 Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;
 Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
 Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
 Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário;
 Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
 Preparar e servir chá, café ou água;
 Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde;
 Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluído o suporte pedagógico;
 Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas;
 Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas;
 Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;
 Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;
 Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado;
 Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
 Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais;
 Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
 Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;
 Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos;
 Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;
 Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha;
 Elaborar pedidos de material para merenda;
 Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle;
 Receber, guardar os alimentos recebidos;
 Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
 Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
 Executar outras atividades correlatas.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Escolaridade: Ensino Fundamental (1º Grau) completo ou não.
 Remuneração Inicial: R\$ 415,87
 Carga Horária: 44 h (quarenta e quatro) semanais.
 Observação:

DESCRIÇÃO DO CARGO	NÍVEL
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	CE-04-A

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Executar serviços de assistência na área de enfermagem e auxiliar

a equipe das unidades de saúde no atendimento aos pacientes, promovendo a integração dos serviços com a comunidade.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**Atribuições:**

1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
3. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
4. Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem;
5. Participar da programação da assistência de enfermagem;
6. Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;
7. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
8. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
9. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros;
10. Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade;
11. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;
12. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;
13. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

- Escolaridade: Nível Médio, nos termos da Lei 7.498/86 e alterações posteriores.

MOTORISTA II – AMBULÂNCIA

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Meio Completo – CNH – conforme CBT

Padrão Inicial: R\$1.225,43

Atribuições:

Dirigir veículos de ambulância;
Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
Reportar defeitos ao encarregados da manutenção;
Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do município;
Levar e trazer resultados de exames de pacientes dentro e fora do município;
Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior da ambulância carregando-as na maca bem como transportá-las para o interior das residências, dos ambulatorios, hospitais e outros locais pertinentes;
Zelar pela guarda de matérias, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
Participar de cursos de primeiros socorros para operar a ambulância;
Prestar primeiros socorros às vítimas em transito no veiculo sob sua responsabilidade;
Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do trabalho;
Executar tarefas correlatas;

Consórcios

CIGA

Dispensa de Licitação Nº 05/2012

ATO DE DISPENSA Nº 05/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2012

OBJETO: Plano de telefonia móvel para duas linhas, sendo uma delas com pacote de dados para acesso a internet, e compra de dois telefones celulares.

CONTRATADO: Claro S.A..
CNPJ: 62.173.620/0001-80

VALOR: R\$ 158,83 (cento e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos) fixo mensal referente ao plano e R\$ 1.086,26 (um mil e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos) relativo à aquisição dos dois telefones celulares.

Florianópolis, 12 de março de 2012.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Licitação Nº 06/2012 - Inexigibilidade de Licitação

ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2012

OBJETO: Aquisição da Norma da ABNT, em formato eletrônico, de "Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Código de prática para a gestão da segurança da informação" - ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT

CNPJ: 33.402.892/0001-06

VALOR: R\$ 209,60 (duzentos e nove reais e sessenta centavos)

Florianópolis, 16 de março de 2012.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preços do PE 0001/2012 - Consulta

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de materiais de consumo, aparelhos e utensílios utilizados na área hospitalar ou ambulatorial, de forma parcelada, para uso do Órgão Participante do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Fraiburgo, durante o período de 22 de março a 31 de julho de 2012.

FORNECEDOR:

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT12CINCO344; Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 22.03.2012 a 31.07.2012. PAL nº: 0002/2012 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0001. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo (SC), 22 de março de 2012

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

CIS/AMUNESC**Anexo 12 - Balanço Orçamentário (Anexo da Lei Nº 4.320/64)****CIS-AMUNESC**

Impresso em 03/02/2012 às 09h40 Página: 1

ANEXO DA LEI Nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro/2011

Anexo 12 - Balanço Orçamentário							
TÍTULOS	RECEITAS PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	DESPEAS FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	4.633.286,96	5.902.863,01	-1.269.576,05	CRÉD. ORÇAM.	5.802.877,77	5.749.214,03	53.663,74
4.1.3. Receita Patrimonial	60.000,00	88.477,39	-28.477,39	3.3. Despesa Corrente	5.767.766,78	5.714.969,64	52.797,14
4.1.6. Receita de Serviços	500,00	40,00	460,00	3.3.1. Pessoal e Encargos Sociais	290.000,00	267.931,54	22.068,46
4.1.7. Transferências Correntes	4.572.786,96	5.814.345,62	-1.241.558,66	3.3.3. Outras Despesas Correntes	5.477.766,78	5.447.038,10	30.728,68
				3.4. Despesa de Capital	35.110,99	34.244,39	866,60
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	3.4.4. Investimentos	35.110,99	34.244,39	866,60
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	CRÉDITO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE	0,00	0,00	0,00	CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00	0,00
SOMA	4.633.286,96	5.902.863,01	-1.269.576,05	SOMA	5.802.877,77	5.749.214,03	53.663,74
DÉFICIT	1.169.590,81	0,00	1.169.590,81	SUPERÁVIT	0,00	153.648,98	-153.648,98
TOTAL	5.802.877,77	5.902.863,01	-99.985,24	TOTAL	5.802.877,77	5.902.863,01	-99.985,24

Anexo 13 - Balanço Financeiro (Anexo da Lei Nº 4.320/64)**CIS-AMUNESC**

Impresso em 06/02/2012 às 11h19 Página: 1

ANEXO DA LEI Nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro/2011

Anexo 13 - Balanço Financeiro			
RECEITAS		DESPESAS	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIAS		ORÇAMENTÁRIAS	
RECEITAS CORRENTES	5.902.863,01	DESPESAS CORRENTES	5.714.969,64
4.1.3. Receita Patrimonial	88.477,39	3.3.1. Pessoal e Encargos Sociais	267.931,54
4.1.6. Receita de Serviços	40,00	3.3.3. Outras Despesas Correntes	5.447.038,10
4.1.7. Transferências Correntes	5.814.345,62		
		DESPESAS DE CAPITAL	34.244,39
4.9.7. (-) Deduções	0,00	3.4.4. Investimentos	34.244,39
4.9.8. (-) Deduções	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
1.1.2. Créditos Em Circulacao	188.512,50	1.1.2. Créditos Em Circulacao	375.180,83
1.1.2.6. Valores Em Transito Realizaveis	188.512,50	1.1.2.6. Valores Em Transito Realizaveis	375.180,83
1.1.2.6.9. Outros Valores Em Transito	188.512,50	1.1.2.6.9. Outros Valores Em Transito	375.180,83
2.1.1. Depósitos	311.165,47	2.1.1. Depósitos	318.654,01
2.1.1.1. Consignacoes	311.165,47	2.1.1.1. Consignacoes	318.654,01
2.1.1.1.1. Previdencia Social	20.177,44	2.1.1.1.1. Previdencia Social	18.723,88
2.1.1.1.1.02. Inss	20.177,44	2.1.1.1.1.02. Inss	18.723,88
2.1.1.1.3. Tesouro Nacional	263.944,22	2.1.1.1.3. Tesouro Nacional	273.982,14
2.1.1.1.3.01. Imposto Sobre A Renda Retido Na	79.726,05	2.1.1.1.3.01. Imposto Sobre A Renda Retido Na	77.274,40
2.1.1.1.3.99. Outros Tributos Do Tesouro Nacional	184.218,17	2.1.1.1.3.99. Outros Tributos Do Tesouro Nacional	196.707,74
2.1.1.1.4. Tesouro Estadual E Municipal	21.400,67	2.1.1.1.4. Tesouro Estadual E Municipal	20.209,14
2.1.1.1.4.02. Iss	21.400,67	2.1.1.1.4.02. Iss	20.209,14
2.1.1.1.9. Diversos Consignatarios	5.643,14	2.1.1.1.9. Diversos Consignatarios	5.738,85
2.1.1.1.9.04. Sindicatos	1.667,72	2.1.1.1.9.04. Sindicatos	1.667,72
2.1.1.1.9.99. Outros Consignatarios	3.975,42	2.1.1.1.9.99. Outros Consignatarios	4.071,13
Restos a Pagar	868.855,64	Restos a Pagar	549.781,51
Obrigações a Pagar	868.855,64	Obrigações a Pagar	549.781,51
SOMA	7.271.396,62	SOMA	6.992.830,38
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	996.623,30	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.275.189,54
1.1.1.1.1. Caixa	0,00	1.1.1.1.1. Caixa	0,00
1.1.1.1.2. Bancos Conta Movimento	1.955,10	1.1.1.1.2. Bancos Conta Movimento	50,50
1.1.1.1.2. Bancos Conta Vinculada	120.330,94	1.1.1.1.2. Bancos Conta Vinculada	29.739,90
1.1.1.1.3. Aplicações Financ. de Recursos Próprios	0,00	1.1.1.1.3. Aplicações Financ. de Recursos Próprios	0,00
1.1.1.1.3. Aplicações Financ. de Recursos Vinculados	874.337,26	1.1.1.1.3. Aplicações Financ. de Recursos Vinculados	1.245.399,14
1.1.1.1.4. Aplicações do RPPS	0,00	1.1.1.1.4. Aplicações do RPPS	0,00
1.1.5. Investimentos do RPPS	0,00	1.1.5. Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	8.268.019,92	TOTAL	8.268.019,92

Anexo 14 - Balanço Patrimonial (Anexo da Lei Nº 4.320/64)**CIS-AMUNESC**

Impresso em 03/02/2012 às 11h06 Página: 1

ANEXO DA LEI Nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro/2011

Anexo 14 - Balanço Patrimonial			
ATIVO		PASSIVO	
FINANCEIRO		FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	1.275.189,54	2.1.1. Depósitos	12.944,54
1.1.1.1.1. Caixa	0,00		
1.1.1.1.2. Bancos Conta Movimento	50,50	2.1.1.1. Consignacoes	12.944,54
1.1.1.1.2. Bancos Conta Vinculada	29.739,90	2.1.1.1.1. Previdência Social	2.852,99
1.1.1.1.3. Aplicações Financeiras de Recursos	0,00	2.1.1.1.1.02. Inss	2.852,99
1.1.1.1.3. Aplicações Financeiras de Recursos	1.245.399,14	2.1.1.1.3. Tesouro Nacional	8.932,37
1.1.5. Investimentos do RPPS	0,00	2.1.1.1.3.01. Imposto Sobre A Renda Retido Na	8.932,37
1.1.5.4. (-) Provisão para Perdas em Investimentos	0,00	2.1.1.1.4. Tesouro Estadual E Municipal	981,54
		2.1.1.1.4.02. Iss	981,54
REALIZÁVEL	352.494,40	2.1.1.1.9. Diversos Consignatarios	177,64
		2.1.1.1.9.99. Outros Consignatarios	177,64
1.1.2. Creditos Em Circulacao	352.494,40		
1.1.2.6. Valores Em Transito Realizaveis	352.494,40	RESTOS A PAGAR	868.855,64
1.1.2.6.9. Outros Valores Em Transito	352.494,40	Obrigações a Pagar	868.855,64
PERMANENTE		PERMANENTE	
1.4.2. Imobilizado	97.924,71		
1.4.2.1. Bens Moveis E Imoveis	96.411,60		
1.4.2.1.2. Bens Moveis	96.411,60		
1.4.2.1.2.06. Aparelhos E Equipamentos De	910,00		
1.4.2.1.2.08. Apar.,equip.e	16.000,00		
1.4.2.1.2.12. Aparelhos E Utensilios Domesticos	760,00		
1.4.2.1.2.34. Maquinas, Utensilios E	9.038,85		
1.4.2.1.2.35. Equipamentos De Processamentos	48.665,74		
1.4.2.1.2.42. Mobiliario Em Geral	17.227,01		
1.4.2.1.2.51. Pecas Nao Incorporaveis A Imoveis	3.810,00		
1.4.2.3. Bens Intangiveis	7.109,11		
1.4.2.3.3. Softwares	6.719,92		
1.4.2.3.9. Outros Bens Intangiveis	389,19		
1.4.2.9. Depreciacoes, Amortizacoes E Exaustoes	-5.596,00		
ATIVO REAL	1.725.608,65	PASSIVO REAL	881.800,18
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	
		ATIVO REAL LÍQUIDO	843.808,47
COMPENSADO	465.234,57	COMPENSADO	465.234,57
TOTAL	2.190.843,22	TOTAL	2.190.843,22

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo da Lei Nº 4.320/64)**CIS-AMUNESC**

Impresso em 03/02/2012 às 11h11 Página: 1

ANEXO DA LEI Nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro/2011

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RESULTANTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
4.1. RECEITAS CORRENTES	5.902.863,01	DESPESAS CORRENTES	5.714.969,64
4.1.3. Receita Patrimonial	88.477,39	3.3.1. Pessoal e Encargos Sociais	267.931,54
4.1.6. Receita de Serviços	40,00	3.3.3. Outras Despesas Correntes	5.447.038,10
4.1.7. Transferências Correntes	5.814.345,62		
		DESPESAS DE CAPITAL	34.244,39
6.1.3. Mutacoes Ativas	18.444,39	3.4.4. Investimentos	34.244,39
6.1.3.1. Incorporacao De Ativos	18.444,39		
6.1.3.1.1. Aquisicoes De Bens	18.444,39		
6.1.3.1.1.02. Bens Moveis	18.444,39		
6.1.3.1.1.02.01. Bens Moveis De Uso	18.444,39		
39 - Bens moveis de uso permanente	18.444,39		
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Total das Variações Ativas	5.921.307,40	Total das Variações Passivos	5.749.214,03
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	172.093,37
TOTAL GERAL	5.921.307,40	TOTAL GERAL	5.921.307,40

CIS/AMURC**Processo Licitatório N°. 03/2012- Pregão Presencial 02/2012**

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 03/2012

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL N°: 02/2012

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL, para Registro de preços para aquisição de filmes para os equipamentos de Raios X, Ressonância Magnética e Mamógrafo, que realizar-se-á nos termos que preceitua as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/06. Fixa-se o dia 05/04/2012, às 10:15 horas para abertura das propostas, e as 10:00 horas como último prazo para entrega dos envelopes. Maiores informações poderão ser obtidas no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado-CISAMURC, sita Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas, SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, pelo telefone (47) 3622-5576, ou através do site www.amplanorte.org.br no link "Consórcio de Saúde".

Canoinhas, 22 de abril de 2012.

RENATO STASIAK

Presidente

QUIRIRI**Ata Assembléia De Eleição Presidente E Vice Gestão 2012-2013**

ATA DA ASSEMBLÉIA DE ELEIÇÃO PARA OS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

07 de março de 2012 - 1200 horas

Local: Restaurante Alpenbier

Aos sete dias de março de dois mil e doze, nas dependências do Restaurante Alpenbier, realizou-se a Assembléia Para a Eleição do Presidente e Vicepresidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri para a gestão 2012-2013, tendo presentes Magno Bollmann (Prefeito de São Bento do Sul) margareth@saobentodosul.sc.gov.br, Osni José Schroeder (Prefeito de Rio Negrinho) osni@rionegrinho.sc.gov.br, Vilmar Groskopf (Prefeito de Campo Alegre), Luis Carlos Tamanini (Prefeito de Corupá), Mauro Fernandes Bácsfalusi (Consórcio Ambiental Quiriri) mauro@quiriri.com.br, Geraldo Weihermann (SAMA E SBS), Douglas Damiani (Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Rio Negrinho), Boanerges Carneiro Jr (ASTRAN), Uwe Stortz (SECON SBS), Edmilson Fernandes (Secretaria Planejamento Rio Negrinho) e contando com a seguinte pauta: Eleição do Presidente e Vice-presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri para a gestão 2012-2013, Assuntos Gerais, Eventuais Moções de Censura. Mauro abre a reunião agradecendo a presença de todos e lembrando o assunto "Eleição do Presidente e Vice-presidente para a gestão 2012-2013", e em seguida passou a palavra a Presidente Magno que lembrou aos presentes a impossibilidade de sua reeleição pois isto já ocorrera e que um terceiro mandato estaria em desacordo com o Lei dos Consórcios Públicos e com o Contrato de Consórcio Público firmado pelos municípios. Sugeriu, em seguida, o nome de Osni Schroeder, Prefeito de Rio Negrinho, para o cargo de Presidente, mas este recusou alegando compromissos já assumidos que certamente influenciariam na condução dos trabalhos consorciais. Sugeriu, então, o nome de Vilmar Grosskopf, Prefeito de Campo Alegre, para o cargo, sendo aceito por unanimidade. Vilmar convidou Luiz Carlos Tamanini, Prefeito de Corupá, para o cargo de Vice-presidente,

que foi aceito de imediato. Mauro lembra aos presentes que na última Assembléia fora decidida a transferencia das contas bancárias do Consórcio Intermunicipal Quiriri para conta corrente na modalidade Governo a ser aberta no Banco do Brasil agência centro em São Bento do Sul, com a extinção das contas existentes no SRCRED, e solicitou aval do Presidente e demais prefeitos para iniciar este processo, e todos foram unânimes em designar Mauro Fernandes Bácsfalusi para providenciar todos os trâmites necessários perante o Consórcio bem como perante os bancos envolvidos, visando a abertura da conta corrente no Banco do Brasil, bem como transferir o saldo das contas do SRCRED para esta nova conta, além do encerramento das contas no SRCRED. Questionados pelo Presidente Magno sobre eventuais moções de censura, não houve manifestação dos presentes. Encerrados os assuntos da pauta, Magno e Vilmar agradeceram aos presentes e encerraram a Assembléia da qual eu, Mauro Fernandes Bácsfalusi, lavrei nesta ata.